



.....

CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL

POR SUAS DROGAS E MINAS

André João Antonil

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 160

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

T*ratado da terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo, é um clássico da literatura histórica do Brasil Colônia, mereceu de Capistrano de Abreu, no prefácio, este resumo: “Diz rapidamente o descobrimento da terra, dá o nome dos primeiros donatários ou dos donatários vivos, fala em Tomé de Sousa a propósito da fundação da cidade do Salvador, de Fernão de Sá a propósito da guerra do Espírito Santo em que morreu, de Mem de Sá, quando conquistou o Rio [...] As primeiras explorações da costa, as feitorias, sede do primitivo escambo, a tomada de posse às polegadas do território concedido às léguas”.

P*antanal pioneiros*. O volume é vasto álbum gráfico e genealógico de pioneiros na ocupação do Pantanal. “Este álbum”, registra seu autor, “trata dos descendentes dos bandeirantes paulistas que no século XVIII vieram em busca do ouro cuiabano.” O livro registra a genealogia das grandes famílias do Pantanal corumbaense. Foi adotada a sistemática de classificar os familiares de acordo com a linhagem paterna. Os textos são ilustrados com iconografia familiar e histórica e alguns aspectos rurais e urbanos da região. Estão registradas as origens das famílias Campos (um dos personagens mais ilustres é o político e diplomata Roberto Campos), Antunes Maciel e Barros. Ao traçar a genealogia dos três troncos genealógicos do Pantanal corumbaense, o autor auxilia o pesquisador a formar o perfil e a história de uma região importante na geografia brasileira.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

H*istória do Brasil*. Frei Vicente do Salvador (1564-c.1636-1639) é nosso primeiro historiador. Sua *História do Brasil*, inédita durante mais de dois séculos, foi pela primeira vez publicada em 1889, pela Biblioteca Nacional, segundo informa a introdução de Capistrano de Abreu. Este volume tem informações importantes de cunho historiográfico, além de dados sobre a nova terra portuguesa nas Américas. Há também opiniões ousadas como, por exemplo, afirmar que os colonos deviam aventurar-se pelo interior do Brasil, avançar para o oeste, “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, abrange o período desde o descobrimento e chega até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira.

Esta *História do Brasil* também incorpora informações sobre a nova terra brasileira, a vida dos colonos, sua cultura, os modos de fazer e viver das populações indígenas, escrita numa linguagem viva e particular, o que dá um tom suave às pertinentes informações iniciais sobre a formação da nova terra.



Engenho de açúcar no período do Brasil Colônia,
óleo do neerlandês Frans Janszoon Post (*Leyden, 1612 – †Haarlem17/2/1680)

.....

CULTURA E OPULÊNCIA
DO BRASIL



Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney
Presidente

Senadora Marta Suplicy
1º Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago
2º Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena
1º Secretário

Senador João Ribeiro
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino
3º Secretário

Senador Ciro Nogueira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Gilvam Borges
Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval
Senadora Vanessa Grazziotin

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 160

CULTURA E OPULÊNCIA
DO BRASIL
POR SUAS DROGAS E MINAS

André João Antonil

Introdução por
Afonso d'Escagnolle Taunay

Vocabulário por
A. P. Canabrava



Brasília – 2011

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 160

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2011

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-378-1

.....

Antonil, André João.

Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas / André João Antonil ; introdução por Afonso d' Escagnolle Taunay ; vocabulário por A.P. Canabrava. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

284 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 160)

1. Açúcar, Brasil. 2. Fumo (planta), Brasil. 3. Ouro, Brasil. 4. Recursos minerais, Brasil. 5. Gado, Brasil. 6. Condições econômicas, Brasil. I. Títulos. II. Série.

CDD 330.981

.....

.....

Sumário

ANTONIL E SUA OBRA
por Afonso d'Escragnolle Taunay
pág. 17

VOCÁBULOS E EXPRESSÕES USADOS EM *CULTURA*
E OPULÊNCIA DO BRASIL –
por A. P. Canabrava
pág. 63

CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL

Aos senhores de engenho e lavradores do açúcar e do tabaco,
e aos que se ocupam em tirar ouro das minas
do Estado do Brasil
pág. 73

PRIMEIRA PARTE

“Na lavra do açúcar Engenho Real, moente e corrente”

Proêmio
pág. 77

Licenças
pág. 79

LIVRO I

CAPÍTULO I
DO CABEDAL QUE HÁ DE TER O SENHOR DE UM ENGENHO REAL
pág. 83

CAPÍTULO II

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DE ENGENHO NA COMPRA E CONSERVAÇÃO
DAS TERRAS E NOS ARRENDAMENTOS DELAS

pág. 87

CAPÍTULO III

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM OS LAVRADORES
E OUTROS VIZINHOS, E ESTES COM O SENHOR

pág. 90

CAPÍTULO IV

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO NA ELEIÇÃO DAS PESSOAS
E OFICIAIS QUE ADMITIR AO SEU SERVIÇO, E PRIMEIRAMENTE
DA ELEIÇÃO DO CAPELÃO

pág. 93

CAPÍTULO V

DO FEITOR-MOR DO ENGENHO E DOS OUTROS FEITORES MENORES QUE
ASSISTEM NA MOENDA, FAZENDAS E PARTIDOS DA CANA: SUAS
OBRIGAÇÕES E SOLDADAS

pág. 97

CAPÍTULO VI

DO MESTRE DO AÇÚCAR E SOTOMESTRE, A QUEM CHAMAM BANQUEIRO,
E DO SEU AJUDANTE, A QUEM CHAMAM AJUDA-BANQUEIRO

pág. 100

CAPÍTULO VII

DO PURGADOR DO AÇÚCAR

pág. 103

CAPÍTULO VIII

DO CAIXEIRO DO ENGENHO

pág. 104

CAPÍTULO IX

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO
COM SEUS ESCRAVOS

pág. 106

CAPÍTULO X

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO NO GOVERNO DA SUA
FAMÍLIA E NOS GASTOS ORDINÁRIOS DE CASA

pág. 112

CAPÍTULO XI

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHORDO ENGENHO NO RECEBIMENTO
DOS HÓSPEDES, ASSIM RELIGIOSOS COMO SECULARES.

pág. 114

CAPÍTULO XII

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM OS MERCADORES E OUTROS
SEUS CORRESPONDENTES NA PRAÇA; E DE ALGUNS MODOS DE VENDER E
COMPRAR O AÇÚCAR, CONFORME O ESTILO DO BRASIL

pág. 116

LIVRO II

CAPÍTULO I

DA ESCOLHA DA TERRA PARA PLANTAR
CANAS-DE-AÇÚCAR E PARA OS MANTIMENTOS NECESSÁRIOS E
PROVIMENTO DO ENGENHO

pág. 121

CAPÍTULO II

DA PLANTA E LIMPAS DAS CANAS E DA DIVERSIDADE QUE HÁ NELAS

pág. 123

CAPÍTULO III

DOS INIMIGOS DA CANA, ENQUANTO ESTÁ NO CANAVIAL

pág. 126

CAPÍTULO IV

DO CORTE DA CANA E SUA CONDUÇÃO PARA O ENGENHO

pág. 128

CAPÍTULO V

DO ENGENHO OU CASA DE MOER A CANA, E COMO SE
MOVE A MOENDA COM ÁGUA

pág. 131

CAPÍTULO VI
DO MODO DE MOER AS CANAS,
E DE QUANTAS PESSOAS NECESSITA A MOENDA
pág. 137

CAPÍTULO VII
DAS MADEIRAS DE QUE SE FAZ A MOENDA, E TODO O MAIS
MADEIRAMENTO DO ENGENHO, CANOAS E BARCOS E DO QUE SE
COSTUMA DAR AOS CARPINTEIROS E OUTROS SEMELHANTES OFICIAIS
pág. 140

CAPÍTULO VIII
DA CASA DAS FORNALHAS, SEU APARELHO E LENHA
QUE HÁ MISTER, E DA CINZA E SUA DECOADA
pág. 143

CAPÍTULO IX
DAS CALDEIRAS E COBRES, SEU APARELHO, OFICIAIS E GENTE
QUE NELAS HÁ MISTER, E INSTRUMENTOS DE QUE USAM
pág. 146

CAPÍTULO X
DO MODO DE ALIMPAR E PURIFICAR O CALDO DA CANA NAS CALDEIRAS
E NO PAROL DE COAR, ATÉ PASSAR PARA AS TACHAS
pág. 150

CAPÍTULO XI
DO MODO DE COZER E BATER O MELADO NAS TACHAS
pág. 153

CAPÍTULO XII
DAS TRÊS TÊMPERAS DO MELADO E SUA JUSTA REPARTIÇÃO PELAS FÔRMAS
pág. 155

LIVRO III

CAPÍTULO I
DAS FÔRMAS DO AÇÚCAR E SUA PASSAGEM
DO TENDAL PARA A CASA DE PURGAR
pág. 161

CAPÍTULO II
DA CASA DE PURGAR O AÇÚCAR NAS FÔRMAS
pág. 163

CAPÍTULO III
DAS PESSOAS QUE SE OCUPAM EM PURGAR, MASCAVAR, SECAR E ENCAIXAR
O AÇÚCAR, E DOS INSTRUMENTOS QUE PARA ISSO SÃO NECESSÁRIOS
pág. 165

CAPÍTULO IV
DO BARRO QUE SE BOTA NAS FÔRMAS DO AÇÚCAR; QUAL DEVE SER,
E COMO SE HÁ DE AMASSAR, E SE É BEM TER NO ENGENHO OLARIA
pág. 167

CAPÍTULO V
DO MODO DE PURGAR O AÇÚCAR NAS FÔRMAS, E DE TODO O
BENEFÍCIO QUE SE LHE FAZ NA CASA DE PURGAR, ATÉ SE TIRAR
pág. 169

CAPÍTULO VI
DO MODO DE TIRAR, MASCAVAR E SECAR O AÇÚCAR
pág. 172

CAPÍTULO VII
DO PESO, REPARTIÇÃO E ENCAIXAMENTO DO AÇÚCAR
pág. 175

CAPÍTULO VIII
DAS VÁRIAS CASTAS DE AÇÚCAR, QUE SEPARADAMENTE SE ENCAIXAM;
MARCAS DAS CAIXAS E SUA CONDUÇÃO AO TRAPICHE
pág. 177

CAPÍTULO IX
DOS PREÇOS ANTIGOS E MODERNOS DO AÇÚCAR
pág. 180

CAPÍTULO X
DO NÚMERO DAS CAIXAS DE AÇÚCAR QUE SE FAZEM CADA ANO
ORDINARIAMENTE NO BRASIL
pág. 182

CAPÍTULO XI
QUE CUSTA UMA CAIXA DE AÇÚCAR DE TRINTA E CINCO ARROBAS,
POSTA NA ALFÂNDEGA DE LISBOA E JÁ DESPACHADA, E DO VALOR DE
TODO O AÇÚCAR QUE CADA ANO SE FAZ NO BRASIL
pág. 184

CAPÍTULO XII
DO QUE PADECE O AÇÚCAR DESDE O SEU
NASCIMENTO NA CANA, ATÉ SAIR DO BRASIL
pág. 188

SEGUNDA PARTE
Cultura e opulência do Brasil
na lavra do tabaco

CAPÍTULO I
COMO SE COMEÇOU A TRATAR NO BRASIL DA PLANTA DO TABACO,
E A QUE ESTIMAÇÃO TEM CHEGADO
pág. 193

CAPÍTULO II
EM QUE CONSISTE A LAVRA DO TABACO, E DE COMO SE SEMEIA,
PLANTA E ALIMPA, E EM QUE TEMPO SE HÁ DE PLANTAR
pág. 195

CAPÍTULO III
COMO DELAS SE FAZEM E BENEFICIAM AS COROAS.
COMO SE TIRAM E CURAM AS FOLHAS DO TABACO
pág. 197

CAPÍTULO IV
COMO SE CURA O TABACO DEPOIS DE TORCIDO EM CORDA
pág. 199

CAPÍTULO V
COMO SE ENROLA E ENCOURA O TABACO, E QUE PESSOAS SE OCUPAM
EM TODA A FÁBRICA DELE, DESDE A SUA PLANTA ATÉ SE ENROLAR
pág. 200

CAPÍTULO VI
DA SEGUNDA E TERCEIRA FOLHA DO TABACO, E DE DIVERSAS QUALIDADES
DELE, PARA SE MASCAR CACHIMBAR E PISAR
pág. 202

CAPÍTULO VII
COMO SE PISA O TABACO; DO GRANIDO E EM PÓ;
E COMO SE LHE DÁ O CHEIRO
pág. 203

CAPÍTULO VIII
DO USO MODERADO DO TABACO PARA A SAÚDE, E DA DEMASIA NOCIVA
À MESMA SAÚDE, DE QUALQUER MODO QUE SE USE DELE
pág. 205

CAPÍTULO IX
DO MODO COM QUE SE DESPACHA O TABACO NA ALFÂNDEGA DA BAHIA
pág. 207

CAPÍTULO X
QUE CUSTA UM ROLO DE TABACO DE OITO ARROBAS POSTO DA BAHIA NA
ALFÂNDEGA DE LISBOA E JÁ DESPACHADO E CORRENTE PARA SAIR DELA
pág. 209

CAPÍTULO XI
DA ESTIMAÇÃO DO TABACO DO BRASIL NA EUROPA E NAS MAIS PARTES DO
MUNDO, E DOS GRANDES EMOLUMENTOS QUE DELE TIRA A FAZENDA REAL
pág. 210

CAPÍTULO XII
DAS PENAS DOS QUE LEVAM TABACO NÃO DESPACHADO NAS ALFÂNDEGAS,
E DAS INDÚSTRIAS DE QUE SE USA PARA SE LEVAR DE CONTRABANDO
pág. 212

TERCEIRA PARTE
Cultura e opulência do Brasil
pelas minas do ouro

CAPÍTULO I
DAS MINAS DO OURO QUE SE DESCOBRIRAM NO BRASIL
pág. 217

CAPÍTULO II
DAS MINAS DO OURO, QUE CHAMAM GERAIS E DOS DESCOBRIDORES DELAS
pág. 219

CAPÍTULO III
DE OUTRAS MINAS DE OURO NO RIO DAS VELHAS E NO CAETÉ
pág. 221

CAPÍTULO IV
DO RENDIMENTO DOS RIBEIROS E DE DIVERSAS QUALIDADES
DE OURO QUE DELES SE TIRA
pág. 222

CAPÍTULO V
DAS PESSOAS QUE ANDAM NAS MINAS E TIRAM OURO DOS RIBEIROS
pág. 224

CAPÍTULO VI
DAS DATAS OU REPARTIÇÕES DAS MINAS
pág. 226

CAPÍTULO VII
DA ABUNDÂNCIA DE MANTIMENTOS, E DE TODO O USUAL QUE
HOJE HÁ NAS MINAS, E DO POUCO CASO QUE SE FAZ DOS PREÇOS
EXTRAORDINARIAMENTE ALTOS
pág. 228

CAPÍTULO VIII
DE DIVERSOS PREÇOS DO OURO VENDIDO NO BRASIL E DO QUE
IMPORTA O QUE CADA ANO ORDINARIAMENTE SE TIRA DAS MINAS
pág. 232

CAPÍTULO IX
DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR A EL-REI NOSSO SENHOR A QUINTA PARTE
DO OURO QUE SE TIRA DAS MINAS DO BRASIL
pág. 235

CAPÍTULO X
ROTEIRO DO CAMINHO DA VILA DE SÃO PAULO
PARA AS MINAS GERAIS E PARA O RIO DAS VELHAS
pág. 246

CAPÍTULO XI

ROTEIRO DO CAMINHO VELHO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA AS
MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS E DO RIO DAS VELHAS

pág. 249

CAPÍTULO XII

ROTEIRO DO CAMINHO NOVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA AS MINAS

pág. 250

CAPÍTULO XIII

ROTEIRO DO CAMINHO DA CIDADE DA BAHIA PARA
AS MINAS DO RIO DAS VELHAS

pág. 253

CAPÍTULO XIV

MODO DE TIRAR O OURO DAS MINAS DO BRASIL E RIBEIROS DELAS,
OBSERVANDO DE QUEM NELAS ASSISTIU COM O GOVERNADOR ARTUR DE SÁ

pág. 255

CAPÍTULO XV

NOTÍCIAS PARA SE CONHECEREM AS MINAS DE PRATA

pág. 259

CAPÍTULO XVI

MODO DE CONHECER A PRATA E DE BENEFICIAR OS METAIS

pág. 262

CAPÍTULO XVII

DOS DANOS QUE TEM CAUSADO AO BRASIL A COBIÇA DEPOIS DO
DESCOBRIMENTO DO OURO NAS MINAS

pág. 265

QUARTA PARTE

Cultura e opulência do Brasil
pela abundância do gado e courama e outros contratos
reais que se rematam nesta conquista

CAPÍTULO I

DA GRANDE EXTENSÃO DE TERRAS PARA PASTOS,
CHEIAS DE GADO, QUE HÁ NO BRASIL

pág. 269

CAPÍTULO II

DAS BOIADAS QUE ORDINARIAMENTE SE TIRAM CADA ANO DOS
CURRAIS PARA AS CIDADES, VILAS E RECÔNCAVOS DO BRASIL, ASSIM
PARA O AÇOUGUE COMO PARA O FORNECIMENTO DAS FÁBRICAS

pág. 272

CAPÍTULO III

DA CONDUÇÃO DAS BOIADAS DO SERTÃO DO BRASIL; PREÇO ORDINÁRIO
DO GADO QUE SE MATA E DO QUE VAI PARA AS FÁBRICAS

pág. 274

CAPÍTULO IV

QUE CUSTA UM COURO EM CABELO E UM MEIO DE SOLA BENEFICIADO
ATÉ SE PÔR DO BRASIL NA ALFÂNDEGA DE LISBOA

pág. 276

CAPÍTULO V

RESUMO DE TUDO O QUE VAI ORDINARIAMENTE CADA ANO DO
BRASIL PARA PORTUGAL, E DO SEU VALOR

pág. 277

CAPÍTULO ÚLTIMO

QUANTO É JUSTO QUE SE FAVOREÇA O BRASIL, POR SER DE TANTA
UTILIDADE AO REINO DE PORTUGAL

pág. 279

.....

Antonil e sua obra

Estudo bibliográfico por

AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

AO MESTRE PREZADO E ILUSTRE
J. CAPISTRANO DE ABREU
EM LEMBRANÇA
DAS SÁBIAS LIÇÕES DA ADOLESCÊNCIA
ATÉ OS DIAS DE HOJE CONTINUADAS
AFETUOSAMENTE OFERECE
– E COMO A QUEM DE DIREITO –
ESTE ENSAIO DESPRETENSIOSO
O DISCÍPULO E AMIGO
AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
S. Paulo, 15 de junho de 1922.

COMO JÁ TIVEMOS O ENSEJO de o notar, na advertência à terceira edição das Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, do erudito Frei Gaspar da Madre de Deus – preciosas e insubstituíveis para o estudo das primeiras eras paulistas –, como já o deixamos dito, há na bibliografia nacional as mais extraordinárias lacunas a preencher. Milhares e milhares são os brasileiros que sobremodo se interessam pelos livros do velho Brasil, a que, no entanto, só conhecem de citação, pelo fato de ninguém os encontrar, senão de longe em longe, por mero acaso, em belchiores, e por preços assustadores. Alguns – bem poucos aliás – destes velhos livros foram, é verdade, reimpressos em grandes coleções, sobretudo na monumental e benemérita Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Já com isto melhorou a situação do público em relação a tão procuradas obras. No entanto, quem pode possuir tão volumosa coleção como a Revista? Poucos bibliófilos apenas. O que convinha era pôr ao alcance de todos, por meio de edições vendidas por preços razoáveis, estes tão apreciados documentos dos velhos tempos brasileiros.

Melhor inspirados não podiam ser os Srs. Weiszflog Irmãos de que publicando a História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, e as Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus, sobretudo a primeira crônica, opulenta pelos comentários profundos do grande mestre Capistrano de Abreu. Prosseguindo nesta ordem de ideias enceta hoje a Companhia Melhoramentos de S. Paulo, sucessora de Weiszflog Irmãos, uma série de reimpressões de livros raros brasileiros, a que nos dá a honra de presidir que sobremodo nos desvanece e só podemos atribuir às relações de amizade que desde nos prendem à poderosa e patriótica empresa.

Principiamos pela obra de Antonil, livro famoso, inacessível, aureolado pela perseguição colonial de que foi vítima, pela raridade extrema de sua edição princeps, e acima de tudo, cheio de grandes méritos pela abundância, riqueza e sinceridade dos informes. Constitui um repositório preciosíssimo sobre a vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII; faz um apanhado completo das condições que regiam as principais indústrias do país; a da cana-de-açúcar, fator da enorme opulência do Norte, do luxo da Bahia e de Pernambuco, e a mineração do ouro, exatamente numa época em que acabara de dar-se o grande rush de paulistas e reinóis para as terras prodigiosas dos antigos cataguases, agora Minas Gerais. A estas duas mamãs do Brasil, se assim podemos chamá-las por analogia à célebre comparação de Sully, quanto à lavoura e pecuária, “tetras principais dos reinos”, consagra Antonil quase toda a sua obra, reservando contudo ainda pequenos capítulos à criação do gado e à lavra do tabaco.

I

CONDIÇÕES QUE REGIAM A LAVOURA DA CANA NO BRASIL SETECENTISTA. CRITERIOSOS CONSELHOS DO AUTOR SOBRE MIL E UM ASSUNTOS. A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DO BRASIL.

Discursando sobre a lavoura da cana, não só escreveu Antonil um manual do agricultor da preciosa gramínea que foi a base da riqueza nacional, até meados do século XIX, como ainda um código do critério e do bom-tom, sobremodo proveitoso àquelas épocas atrasadas.

Assim o vemos começar expondo “que cabedal deveria ter o explorador de um engenho real”, para depois ministrar os mais minudentes conselhos a quantos quisessem, no Brasil, estabelecer-se como fabricantes de açúcar. Surgem os conselhos para a compra das terras, de modo a não adquirir o novel plantador chãos estéreis ou sequer inferiores por massapés, a famosa terra negra, adocicante por excelência do caldo sacarífero.

E como foi sempre o Brasil terra de títulos precários de posse, aconselha aos adquirentes de engenhos que se precavenham contra as possíveis e prováveis demandas; usem de toda a diligência para defender os marcos e as águas de que necessite, para moer, o seu engenho, etc., e assim se evitem demandas e pleitos, “contínua desinquietação d’alma e contínuo sangrador de rios de dinheiro, que vai a entrar em casas de advogados, solicitadores e escritãs, com pouco proveito de quem promove o pleito ainda quando alcança, depois de tantos gastos e desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis, e as escrituras que têm, na caixa da mulher, ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois seja necessário mandar dizer muitas missas a S. Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exhibi-lo.” E assim continua o bom do autor a discorrer ex abundantia cordis com naturalidade e singeleza encantadoras, a ditar regras de elementar critério a bem dos seus possíveis consulentes, a quem só dá os mais leais e judiciosos conselhos, ora a lhes ensinar “como se há de haver o senhor de engenho com os lavradores e outros vizinhos e estes com o senhor”, ora “como se há de haver na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço e primeiramente da eleição de capelão”, ora ainda na escolha “do feitor-mor e dos outros feitores menores, que assistem à moenda, fazendas e partidas de cana” e como lhes determinará “obrigações e soldadas”.

Finda esta primeira parte relativa ao governo do engenho, passa a explicar a fabricação do açúcar, expondo quais os deveres do mestre do açúcar, e seu “sotomestre, a quem chamam banqueiro”, e do seu ajudante, “a quem chamam ajuda-banqueiro”, e ainda os do purgador e caixeiro do açúcar, ou fiscal-mor da safra fabricada.

Voltando a tratar da economia doméstica grande capítulo consagra ao modo pelo qual “se há de haver o senhor de engenho com os seus escravos”, “mãos e pés do seu estabelecimento”. Curiosíssimas páginas estas onde se leem interessantes apanhados de pontos de vista coloniais sobre as relações mútuas de servos e senho-

res. É nele que o autor recolhe o adágio tão famoso e tão citado das nossas antigas eras; de que o Brasil “é inferno dos negros, purgatório dos brancos, e paraíso dos mulatos e das mulatas”. Conselhos humanitários quanto possível ministra o A. aos seus leitores, apelando para os seus sentimentos religiosos, a fim de que fujam de castigar os servos em demasia, contrariando assim outro prolóquio popular antigo de que só precisam os negros dos três P: pão, pau e pano.

Passando a outra série de assuntos continua Antonil a expor os tesouros de sua experiência no caso “de como se há de haver o senhor de engenho no governo de sua família e nos gastos ordinários da casa”, explicando quanto é melindrosa a resolução do problema que se propõe aos pais em relação aos filhos homens: “se ficam no engenho criam-se tabaréus, soltos nas cidades é arriscá-los a fazê-los viciosos e enchê-los de viciosas doenças. O melhor é tê-los bem vigiados sem consentir que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande para isso secretamente ordens ao correspondente”; e por aí continua numa série de observações preciosas para o estudo da vida íntima brasileira, naquelas eras longínquas.

Um dos quatro livros destinou-se exclusivamente à exposição exaustiva dos assuntos referentes à indústria do açúcar desde a escolha da terra, planta e limpa das canas, estudo das variedades agricultadas, pragas, corte e condução para o engenho, até a montagem desta casa de máquinas, movida a água, ensinando como se há de fazer a moagem e de quantas pessoas necessita a moenda. E ainda nos diz quais as melhores madeiras a empregar para o madeiramento do engenho, a fatura da moenda, “canoas e barcos”, o que se deve pagar aos carpinteiros e oficiais de outros ofícios, qual o aparelhamento das fornalhas, e qual a melhor lenha, o que se há de fazer com a cinza e sua decoada, como devem ser as caldeiras e cobres, de quanta gente hão mister e quais os instrumentos que usam. Vem depois a descrição minudente dos processos de limpar e purificar o caldo nas caldeiras e no parol de coar, até passar para os tachos, do modo de cozer e bater o melado nestes, das três têmperas que este sofre, da passagem do açúcar para as fôrmas, do tendal para a casa de purgar, da descrição do pessoal ocupado em purgar, mascavar, secar e encaixar e dos instrumentos para isto necessários, todas as manipulações enfim até a conferência do peso, repartição e encaixotamento do gênero. Estuda os tipos de açúcar, que separadamente se encaixam, a marca das caixas e os modos de sua condução ao trapiche, lembrando providências para que se poupe a boiada do engenho e se examinem as condições da vendagem do gênero, os seus preços “antigos e modernos”, expli-

cando as causas da crise que assoberbava a lavoura açucareira, a concorrência da nova indústria mineradora do ouro, empolgando todas as atenções, atraindo todos os negros importados da África por preços agora excessivos. Daí a enorme alta do gênero. Feito o cômputo da produção brasileira, em caixas de açúcar, a 37.020, das quais 14.500 para 146 engenhos baianos, 12.300 para 246 pernambucanos e 10.220 para 136 fluminenses, estuda Antonil “o que custa uma caixa de açúcar de trinta a cinquenta arrobas, na alfândega de Lisboa, e o valor de todo o açúcar que a cada ano se faz no Brasil”. Assim ficamos sabendo que uma caixa do melhor tipo, de 35 arrobas, açúcar branco batido, valia em princípios do século XVIII 69\$488 rs., preço que precisamos multiplicar por 50, senão mais, para atendermos às diferenças da capacidade aquisitiva da moeda, então e agora. Valia a exportação brasileira do gênero um total de 2.535:142\$800 rs., uns cem ou cento e vinte mil contos de hoje, o que é uma cifra bem considerável para tão escassa população.

Muito curiosa a síntese com que remata o A. o seu extenso memorial agrícola. “Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil”, espirituosa, vivaz, em que segue as diversas manipulações por que passa o caldo até se converter em sólido e continua a enunciar-lhe as peripécias da existência até a entrada em casa dos consumidores, depois de mil e um padecimentos e torturas, descrita com real graça.

“E ainda assim, sempre doce, e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mezinhas ao enfermos, e grandes lucros ao senhor de engenho, e aos lavradores que o perseguiram, e aos mercadores que o compraram e o levaram degredado, nos portos, e muito maiores emolumentos à fazenda real nas alfândegas.” São duas páginas de humorismo sobremodo raras de se encontrar em livro português, geralmente repassados de gravidade e monotonia como lhes sucede.

II

AS CONDIÇÕES DA MINERAÇÃO DO OURO. INFORMES PRECIOSÍSSIMOS, INSUBSTITUÍVEIS. OS ROTEIROS PARA AS MINAS.

Depois de, com mais profundo critério, afirmar que as minas de ouro a poucos enriqueciam, “sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e malhadas em que se planta o tabaco”, consagra Antonil a parte mais im-

portante do livro à mineração do ouro. E foram estes capítulos, quer nos parecer, a principal causa da destruição da sua obra pelo governo português, como relataremos. Realmente pouco interessaria a europeus esse tratado sobre a cultura da cana, e as condições da lavoura açucareira no Brasil, quando em toda a América era tão espalhada. O Novo Mundo, para a mente dos europeus, era a terra dos metais e das pedras preciosas e o Brasil fora até princípios do século XVIII um país de desoladora aridez, para a maioria dos portugueses. Pois se não tinha minas! Quanta desilusão com a prata de Robério Dias e as esmeraldas tantas vezes anunciadas e jamais confirmadas! Assim com que entusiasmo não acolhera Portugal a notícia da descoberta dos grandes campos auríferos de Minas Gerais, rendosos como poucos placers do Universo! Com que ciúme os resguardava das vistas exóticas! E era Antonil quem em livro que se traduziria logo, a correr mundo, vinha revelar todas as maravilhas dessa nova Golconda. Imprudente ideia! Excelente ideia devemos nós dizer, pois graças a ela temos hoje fortíssimo veio de informações sobre a vida primitiva da mineração do ouro, único documento de reconstituição de muitas faces deste período notabilíssimo, capital, da formação brasileira. Senão examinemos ligeiramente os sumários dos primeiros capítulos de Antonil: Das minas de ouro que se descobriram no Brasil; das minas de ouro que chamam gerais e dos descobridores delas; de outras no rio das Velhas e Caeté. Mostram que o A. foi contemporâneo das primeiras explorações antes que a revolução do solo, na ânsia do metal, cobrisse largas superfícies, tendo como informante, de mil e uma particularidades, pessoa que, em 1703, a Artur de Sá e Meneses acompanhou em sua viagem às minas. Que enorme cópia de informes nos dá! Fala-nos do rendimento dos ribeiros, e das diversas qualidades do ouro que deles tira, explicando quanto cada um forneceu, de quanto foi o valor médio das bateadas, qual o aspecto do metal e quais os seus característicos, de que modo se procedeu à distribuição das datas e repartiram as minas, quais os diversos preços do ouro vendido no Brasil, e quais os lucros tirados pelos primeiros exploradores dos leitos dos ribeirões, terminando por explicar os diversos processos de mineração, usados no distrito aurífero.

Passa a estudar o fâcies da gente atraída pelo sacra fames, “mistura de toda a condição de pessoas sobre a qual não houve até ao presente coação ou governo algum bem ordenado”, turba onde se via de tudo, como sempre aconteceu em todos os grandes rushes do ouro, acoroçoada pelos processos irregulares e

os abusos dos governantes, magistrados e autoridades várias, seculares e eclesíásticas, todas elas desvairadas pela ideia de recolherem breve ao Reino, ou às suas terras de origem, com fartas arrobas de cabedal, na frase do velho cronista.

Região de grandes e súbitos lucros só podia ser uma terra de excessiva carestia; é o que nos indicam as tabelas reproduzidas pelo autor quando nos fala da “abundância de mantimentos e de todo o usual que hoje há nas minas, e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos”, depois de contar que para ali corriam as boiadas de Paranaguá e as dos campos da Bahia! Destes preços exagerados proviera uma alta formidável no custo da vida em todo o Brasil “como se experimentam nos portos das cidades e vilas do país”, ficando desfavorecidos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias, padecendo os moradores grande carestia de mantimentos.

Partidário convicto do Redde caesari, e mesmo mais talvez do que o razoável, gasta Antonil numerosas páginas examinando “a obrigação de pagar a el-Rei Nosso Senhor a quinta parte do ouro, que se tira das minas do Brasil”, tratando o ponto dos dois modos: “ou pelo que pertence ao foro externo pelas leis, às ordenações do reino ou pelo que pertence ao foro interno, alterando a obrigação em consciência”.

E disserta e disserta... o bom André João... citando enorme bibliografia de teólogos e jurisconsultos, de onde saltam nomes de outrora gloriosos e agora bem esquecidos: Barbosa, Cabedo, Pegas, Molina, Vasques, Solórzano, o Cardeal de Lugo, Avendanho, Soares, uma quantidade de tratadistas bolorentos e hoje fósseis, reveladora de quanto estava versado na consulta às fontes o ardente defensor dos quintos reais que termina a sua dissertação com a seguinte síntese do caso: “o quinto sempre se deve de justiça”.

Capítulos valiosos para a história das entradas são os dos roteiros “da vila de S. Paulo para as Minas Gerais, e para o rio das Velhas”; do “caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguases do rio das Velhas” e ainda os do “caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as Minas” e “do caminho da cidade da Bahia para as Minas do rio das Velhas”.

Quanta particularidade notável ligada à história da penetração aí se ensina! Os pontos terminais das jornadas feitas pelos bandeirantes, Mantiqueira acima: Artur de Sá e Meneses, via Parati – Taubaté – Guaipacaré, ao pé da serra afamada da Mantiqueira “e depois pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros morros, que o ouro tem no caminho, para que não

cheguem lá os mineiros”. Descreve o caminho novo de Garcia Rodrigues Pais, o filho notável do grande Fernão Dias Pais, a quem deveu o Rio de Janeiro setecentista o formidável impulso que lhe deu a primazia entre as cidades brasileiras, fazendo-o destronar a velha Bahia. Menos interessante a jornada da antiga capital do país aos distritos auríferos. “Mais comprido mas menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas.”

Num de seus últimos capítulos explica Antonil o “modo de tirar o ouro das minas do Brasil, e ribeiros delas, observando de quem nelas assistiu com o Governador Artur de Sá”, páginas essenciais para a história de nossa mineração. A elas como ao livro de Antonil, em geral, se reporta frequentemente Calógeras chamado ao seu autor notável (As minas do Brasil e sua legislação, t. I, pág. 42), o que não pôde o ilustre von Eschwege no Pluto e deixou de o fazer Paul Ferrand, a quem não coube ter em mãos o raro volume para a confecção de seu excelente L’or à Minas Gerais.

Assim, pois, não só para a história primeva da região mineira como para a da povoação nacional, representa a livro de Antonil, frisemo-lo ainda, esta vez, um dos mais notáveis elementos.

Não são de grande peso os dois pequenos capítulos consagrados às “Notícias para se conhecerem as minas de prata” e ao “Modo de conhecer a prata e de beneficiar os metais”, mas assim mesmo neles se divulgam muitos e interessantes informes sobre os processos antigos de prospecting da prata e os de obtenção do metal potosino tão procurado e de balde – pela vastidão do território brasileiro. Quanta noção pitoresca a ressaltar destes conselhos do antigo empirismo metalúrgico!

Encerra Antonil o seu livro sobre as minas com uma série das mais sensatas e humanitárias considerações sobre “os danos que tem causado ao Brasil a cobiça, depois do descobrimento do ouro nas minas”. É a verberação exata do auri sacra fames através de conceitos repassados de justiça e moderação a que põe ponto a seguinte afirmação piedosa: “Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com ele ao Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro”. Palavras sobremodo próprias para o tempo em que se imprimiram (1711) milésimo em que a Europa conflagrada pela última demonstração do insaciável orgulho e mania invasora do Rei Sol

deplorava a devastação de numerosos territórios pelos exércitos das potências em luta, graças à Guerra mundial, apelidada da Sucessão da Espanha.

III

ESTUDO SOBRE A LAVOURA DO FUMO.
APANHADO SOBRE A PECUÁRIA SETECENTISTA.
PONTOS DE VISTA BRASILEIROS E PORTUGUESES.
SIMPATIAS DO AUTOR, SUAS DEMONSTRAÇÕES DE EQUIDADE.

Apologista da agricultura e da pecuária, refletia Antonil, sem o saber, os sábios conselhos, até então inéditos, na profundidade das páginas manuscritas, daquele velho cronista brasileiro que dizia ao seu rei serem as duas verdadeiras minas do Brasil a da cana-de-açúcar e a do pau-brasil. Estudou o nosso autor, em doze capítulos, as condições da cultura do tabaco em nosso país, “folha de antes desprezada, e quase desconhecida, que tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erários dos príncipes”.

Assim expõe “como se começou a tratar no Brasil da planta do tabaco e a que estimação tem chegado”, explica “em que consiste tal lavra, como se semeia, planta e a limpa” a erva de Nicot e “em que tempo se há de plantar”, enunciando-lhe a série dos inimigos vorazes, lagarta, formiga, pulgão e grilo. As diversas manipulações das folhas da solanácea explica: “como se tiram e curam delas se fazem e beneficiam as cordas, como se enrola o tabaco”, e de tudo trata com muitos pormenores.

Bem exemplificadas as circunstâncias relativas à escolha do pessoal ocupado “em toda a fábrica do tabaco desde a sua planta até se enrolar”, negros mestres e rapazes destros, ensina-nos Antonil o que vem a ser a segunda e terceira folhas do tabaco, e das diversas qualidades dele para se mascar, cachimbar e pisar, declarando que para o tabaco em pó os melhores são o das Alagoas, de Pernambuco e o dos campos da Cachoeira.

Relatadas as diversas manipulações exigidas pelo fabrico do rapé, granido e em pó, ocupa-se em explicar quanto é útil “o uso moderado do tabaco para a saúde, e a demasia nociva à mesma saúde, de qualquer modo que se use dele”. Embora não fumante relata que o fumo do cachimbo, “bebido pela manhã em jejum, moderadamente, disseca as umidades do estômago, ajuda a digestão, e não menos a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxão asmática, e

diminui a dor insuportável dos dentes”. Já mascá-lo não é tão saudável. O rapé este exige muito cuidado no seu emprego, pois a sua “gota de estilicídio, sempre manente, suja a barba e causa nojo” aos interlocutores do rapezista.

E por aí disserta o bom autor citando uma série de anedotas em abono de seus modos de ver. O final do tratado sobre o fumo refere-se ao modo pelo qual se despacha o tabaco na alfândega da Bahia, e quanto custa um rolo de oito arrobas posto na Bahia na alfândega de Lisboa, já despachado, e corrente para sair “fazendo ao mesmo tempo ver quão grande estimação tinha o nosso tabaco na Europa e mais partes do mundo, e quão notáveis emolumentos rendia à fazenda real, chegando a exportação brasileira a perto de 900.000 cruzados anuais, dos quais sete oitavos de fumo baiano. Graves as penas cominadas aos que levavam o gênero não despachado nas alfândegas, mas também tão rendoso o contrabando do gênero que se punham em prática mil e uma espertezas para lesar o fisco: cavilosidades que Antonil refere com as devidas minudências “relatando as invenções que sugeria a cautela ambiciosa, porém sempre arriscada, e muitas vezes descoberta com sucesso infeliz, o que claramente provava a estimação, o apetite e a esperança do lucro, que ainda entre riscos acompanhava o tabaco”.

Bem poucas páginas infelizmente consagrou o tão arguto observador das coisas do Brasil ao estudo da criação de gado, sua contemporânea, contentando-se em referir quão extensas eram “as terras para pastar cheias de gado, que no Brasil havia, nas suas diversas regiões”. Se as questões de zootecnia lhe foram indiferentes, em todo o caso realizou interessante apanhado estatístico das condições de criação, sobretudo sob o ponto de vista da exportação dos couros, acerca da qual traz uma série de dados, referindo ainda que tal exportação atingia a mais de quinhentos mil cruzados anuais para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Outra informação valiosa foram os apontamentos relativos à “condução das boiadas do sertão do Brasil, preço ordinário do gado que se mata e do que vai para as fábricas”. Nada mais elucidativo, frequentemente, para o estudo da história da civilização do que estes caminhos do gado, sobretudo num país como o nosso, tão recente ainda. A observação destas vias penetradoras, nascidas da pecuária, tem o mais elevado significado.

Encerrando o seu trabalho faz Antonil o resumo “de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal e do seu valor”, discriminando a valia das diversas grandes verbas, açúcar, tabaco, ouro, couro e pau-

brasil num total de 3.743:992\$800, quase nove e meio milhões de cruzados. Guardadas as proporções e levando-se em conta a capacidade de aquisição da moeda, então e agora, e computando-se a população do país num milhão de civilizados, talvez, era a exportação brasileira, per capita, muito mais elevada que hoje. E realmente avultava, merecendo os justos reparos do autor: “não deixará de causar maior admiração”, expende ele.

Quanto às principais rendas do erário régio também as discrimina, mostrando quanto se avolumavam e cada vez mais os diversos contratos dos dizimos reais, dos vinhos, do sal, das aguardentes da terra, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos sobre os negros, as fazendas, etc.

“Bem se vê a utilidade que resulta continuamente do estado do Brasil à fazenda real, aos portos e reinos de Portugal”, comentava ele, “e também às nações estrangeiras, que com toda a indústria procuram aproveitar-se de tudo o que vai deste estado”.

“Nada mais justo pois”, conclui, “do que se favoreça o Brasil por ser de tanta utilidade ao Reino de Portugal.” Se tanto pagava, precisava alguma retribuição, sob pena de ofensa aos mais elementares sentimentos humanos. Era preciso dar aos filhos da terra alguma coisa em sua própria terra, nos cargos civis e eclesiásticos, distribuindo-lhes melhor e mais pronta justiça, provê-los dos socorros espirituais, “tão esmoleres que eram com os pobres e tão liberais para o Culto Divino”. Por esta série de demonstrações de um espírito sumamente propenso à equidade termina Antonil o seu livro.

IV

AS LICENÇAS PARA A IMPRESSÃO DA *CULTURA*.

PERMISSÃO DA CENSURA.

CONFISCO DA EDIÇÃO POR EXPRESSA DETERMINAÇÃO RÉGIA.

OLVIDO EM QUE CAI O LIVRO.

FREI VELOSO IMPRIME-LHE A PRIMEIRA PARTE.

DIOGO ORDONHES E SUA ESCLARECIDA BIBLIOGRAFIA.

REIMPRESSÃO DA *CULTURA*, EM 1837, POR INSTIGAÇÃO DE JOSÉ

SILVESTRE REBELO.

Não era esta obra, porém, coisa que pudesse cair em graça ante a tacanhez da administração colonial, nem ante o sistema político de segregação seguidos pelas potências iberas em relação às suas possessões americanas.

Impressa em Lisboa, com as licenças necessárias, no ano de 1711, na oficina real Deslandiana, imagine-se o escândalo produzido nas altas esferas da Corte por se verem proclamados em letra de fôrma, em português corrente e ameno, as excelências do Brasil!

E no entanto nada achara o Santo Ofício a dizer do livro! Podia-se estampar com letra de ouro, dele chegara arroubadamente a avançar Fr. Paulo de S. Boaventura, no seu parecer de 8 de novembro de 1710, reforçado, a 30 do mesmo mês e ano, pelo Fr. Manuel da Conceição. “Não contém este tratado coisa suspeita contra a nossa santa fé, e pureza dos bons costumes, e assim, sendo Vossa Ilustríssima servido, pode conceber a licença que pede o autor.” Assim também a 5 de dezembro do mesmo ano opinava a junta sensorial de sete vogais. Dois dias mais tarde corroborava o ordinário olisiponense esta série de permissões.

Subindo ao Paço cata o livro às mãos de Fr. Manuel Guilherme; declarava a 15 de janeiro de 1711 este censor que seria a sua impressão “muito útil ao comércio porque despertaria as diligências incitando a que se procurassem tão fáceis interesses”. Assim o julgava muito digno da licença pedida. Era o que se informava a el-Rei. Dois dias mais tarde vinha o placet definitivo para a impressão, vistas as licenças do Santo Ofício e Ordinário, devendo contudo tornar à Mesa para se conferir e taxar, “sem o que não correria”.

Teriam acaso os senhores régios perdido as mais elementares noções do critério para assim deixarem correr mundo tão perigoso livro, divulgador das opulências brasílicas, desde o próprio título? Quanta imprudência, quanta falta de senso comum e patriotismo! Pois então, possuindo Portugal, potência fraca, tão ricos tesouros, ia expô-los, por meio de um documento brevemente traduzido em todas as línguas, à cobiça das grandes nações? De ingleses, franceses, quiçá dos mesmos holandeses, recém-expulsos do Norte, à custa de horríveis sacrifícios? E onde ficavam as sábias lições dos velhos reis que recomendavam a guerra sem tréguas aos navios estrangeiros, surpreendidos a navegar em mares descobertos por Portugal? E a tão conhecida anedota do Príncipe Perfeito a esbofetear um capitão da África, por indiscreto, em relação a um embaixador estrangeiro?

Também mal saíra, ou talvez nem saíra o livro da casa do impressor quando, sobre a edição, se abateram inexoráveis o veto e o sequestro régio. Foi confiscada e com tal severidade destruída, que dela apenas escaparam três ou

quatro volumes, como demonstração do inflexível princípio grandioso de que ninguém mata as ideias.

E durante quase um século jamais se falou em André João Antonil, nem autor algum se ocupou de desvendar aos olhos da humanidade curiosa as condições da cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Pesou sobre a grande colônia lusitana a atmosfera sufocante da era setecentista, dos capitães e generais, dos vices-reis, dos contratadores de diamantes, do mandonismo pombalino, e da repressão das explosões, distantes e tímidas, de uma consciência nacional que começava a afirmar-se e mandava ao patíbulo os mártires mineiros e baianos. No torpor do despotismo amodorravam-se até os paulistas, agora sujeitos como quaisquer outros brasileiros aos caprichos dos seus sátrapas, eles cuja insubmissão chegara a criar a lenda da independência de sua agremiação política.

À destruição sistemática de toda a tiragem do livro de Antonil escapa para meia dúzia de exemplares apenas, deixamo-lo lembrado. Talvez fosse este o motivo graças ao qual não ocorreu à reação pombalina antijesuítica colocar a obra de Antonil, de evidente fatura inacina, entre os malefícios da Companhia de Jesus praticados nos reinos e senhorios de Portugal. Quem, no decorrer do século XVIII, teria tido o ensejo de ler tal livro e apreciá-lo? Raríssimos certamente. Relembrou-o um dos mais notáveis brasileiros jamais havidos, a primeira mentalidade de nosso país, talvez, no tempo da sua fecunda e utilíssima atividade, o ilustre botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso.

Colocado à testa da tipografia do Arco do Cego em Lisboa, fundada pelo esclarecidíssimo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, pôs-se o notável franciscano a publicar e a editar uma série de obras altamente civilizadoras para a nossa pátria.

De 1789 a 1806 publicou os onze tomos de seu excelente e tão curioso O fazendeiro do Brasil, começando como era de esperar por tratar da mais importante das culturas brasileiras, a da cana.

“Este religioso mostrou-se incansável, compondo e traduzindo obras para fomentar o progresso, principalmente da indústria agrícola no Brasil”, comentava Varnhagen (Hist. Ger. II, 1041), e deixando sem menção infndas memórias parciais e folhetos que eram oficialmente mandados distribuir pelas diferentes capitâneas, nos limitamos a citar os cinco tomos (em onze volumes) publicados com o título de O fazendeiro do Brasil e

ornados de muitas gravuras, e instruções para a cultura da cana, do anil, do cacau, do café, cacto, cochonilheira, etc.

Além de quanto no tomo I dessa obra se encontra acerca do açúcar segundo as obras de Bryan, Edward, de Hamel e Du Monceau, fez Veloso imprimir uma tradução da Cultura americana, um extrato do livro de Antonil Riqueza e opulência do Brasil, etc.

Esta reimpressão publicou-a o sábio franciscano sob o título de Extrato sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o método já então praticado na fatura deste sal essencial tirado da obra Riqueza e opulência, para se combinar com o nosso método, que agora se propõem, debaixo dos auspícios de Sua Alteza Real. Lisboa, 1800, in 4.º, com quatro estampas, 120 págs.

Não se compreende como àquela notável mentalidade do autor da Flora Fluminensis não haja ocorrido a importância da reimpressão da obra completa de Antonil. E justamente quando de todas as facilidades dispunha para o fazer. Inexplicável falha.

É possível, porém, que o fato de haver imprimido o trecho referente ao açúcar haja reforçado a atenção dos eruditos sobre a obra do “Anônimo toscano”.

Talvez fosse o livro de Antonil uma das obras que o glorioso franciscano mineiro tivesse em mente reeditar, pois sabemos que ao morrer, em 1811, muita coisa tinha em preparo e andamento para os prelos.

Explicando os motivos que o levaram a reimprimir a primeira parte do livro de Antonil, diz Frei Veloso:

“A obra que tenho a honra de apresentar a V. A. R. sobre o açúcar, segundo a minha notícia, é a única que antecede em nossa linguagem às que de ordem de V. A. R. se tem impresso a favor dos empreiteiros desde granjeio no Brasil.

“Data dos princípios da centúria décima oitava, e se crê que seu Autor ocultara o seu nome debaixo de outro suposto.

“O alvo, em que fitou os seus olhos, foi numa exposição simples das riquezas e opulências do Brasil, derivadas da cultura da cana, da criação do gado vacum, e da extração do ouro no sertão dos Cataguases, chamados, por esses dias, Minas de ouro de S. Paulo, e hoje Minas Gerais, que então se acabaram de descobrir, e no mesmo momento os Adiceiros começaram a sua cata, ou a sua lavra.

“Quanto o Autor escreve acerca da extração deste precioso sal essencial é mais devido aos seus olhos que ao seu entendimento, pois só descreve o que vira fazer nos mais célebres engenhos da Bahia, sem avançar o que deveriam fazer, isto é, coisa alguma sobre o seu melhoramento, ou no todo, ou nas partes que o constituem, quero dizer, suavizar o enorme peso de suas máquinas, diminuir o imenso consumo de suas lenhas, melhorar o químico processo da extração deste sal essencial, assim na quantidade como na qualidade, um fatal veto ao depois de ter visto a luz pública pelo benefício do prelo, veio estropear a carreira desta obra, que nada parecia conter contra a santidade das leis religiosas, políticas, e morais, como julgaram seus sensores. O resultado não foi de menor fatalidade, porque se veio a entender que não havendo um vício sobre que ele caísse, se não consentiria a impressão de obras desta natureza, ainda sendo melhores.

“Agrilhoados os entendimentos desta maneira conservaram a sua antiga prática por noventa anos (e com quanto detrimento do bem comum?) por não se poderem comunicar algumas ideias particulares descobertas nas diversas capitánias daquele Estado?

“Tem visos de improvável, se a origem desta proibição nasce pelo roteiro, que o autor dá da antiga estrada por onde de S. Paulo se viajava nesses dias a Minas, hoje conhecida pelo nome de Caminho Velho? I porque nessa época já por decreto régio, governando o Sul Artur de Sá, se abriu a nova estrada muito mais breve, que hoje se segue, conhecida pelo nome de Caminho Novo; II porque, além dos erros que cometeu o autor, tendo escrito por informações, a mesma estrada já se achava descrita muito antes na História Natural do Brasil, composta por Marcgrave, e publicada por Laet, segundo a notícia dada por Guilherme Glimério, holandês, recolhido à sua pátria tendo sido antes morador na Vila de Santos, nos princípios da XVII centúria, e acompanhado a expedição que D. Francisco de Sousa, e primeiro o General do Sul pelos Filipes, fez aos sertões de Sabarabuçu ao descobrimento das esmeraldas.

“Além desta se imprimiu em Pisauro e Roma, e ultimamente em Lisboa, o elegante Carmem De Opificio Sacchari, composto pelo Padre Prudêncio do Amaral, filho da Bahia. A língua e o verso o aparta do capto vulgar.

“Graças a V. A. R. que, mandando trasladar para O fazendeiro do Brasil, o que escreveram Bryan Edward, o Anônimo Autor da Cultura americana, Du Hamel, Du Manceau, Dutrone de La Coutrure sobre este assunto, e outros sobre outros análogos, que constituem os interessantes objetos da

economia rural das colônias brasileiras, lhes têm patenteado com toda a evidência e energia, a nulidade daquele veto; e quanto é e será de seu real agrado, que eles hajam de mostrar, por gratidão a um tão grande benefício, como lhes acaba de fazer, de os desprender de um tal prejuízo, não só pondo em execução o que se lhes ensinou, mas, também, fazendo conhecer o que tem aprendido de experiência sobre os mesmos objetos; e que as suas almas não são degradadas, ou os entendimentos pecos, como pensam os injustos Paws, nem temporãos ou precoces como afirmaram outros da mesma laia.

“As obras de João Manso Pereira, de Manuel d’Arruda Câmara, de José Caetano Gomes, como efeitos dos soberanos influxos de V. A. R. vêm em comprovação desta verdade. Entretanto, Senhor, merece esta obra ser lida para o cotejo, com as que V. A. R. mande imprimir; para se conhecer o estado dos engenhos na centúria décima oitava, para se conservar a nomenclatura portuguesa adotada, e adaptada pelos fabricantes.

“Permita o Supremo Distribuidor dos Impérios que o de V. A. R. se caracterize pela estabilidade e prosperidade, como pede e ansiosamente deseja para o bem geral da nação o de V. A. R. o mais humilde vassalo. Fr. José Mariano Veloso.”

Assim como desta apresentação se depreende achara o ilustre botânico brasileiro indispensável explicar longamente à Majestade do seu soberano os motivos pelos quais se atrevera à iniciativa de mandar imprimir um livro, havia um século confiscado por ordem do Senhor Rei D. João V, a quem Deus havia.

E não seria este o motivo para supressão da parte relativa às minas, este noli me tangere da administração portuguesa, em relação ao Brasil?

É bem possível, muito embora, já, em 1800, estivesse quase morta a mineração do ouro no Brasil. Mas podia de um momento para outro renascer com a descoberta de novos campos auríferos. É imenso o Brasil!

Talvez também não houvesse Fr. Veloso querido reproduzir o trecho da Cultura relativo às minas ao verificar que o seu autor destas haja falado por informação ou quiçá não quisesse encher o volume com assunto estranho ao título que lhe impusera e ao programa a que pretendia cingir-se exclusivamente.

Decorrido mais de século do feroz auto-de-fé sofrido pela Cultura estava um de seus exemplares em mãos de um dos mais notáveis paulistas da era colonial, ilustre pela família e a cultura, o caráter e as posições eminentes que ocupou: o conselheiro Diogo Toledo Lara e Ordonhes. “Tanto o estimava

que não o tinha entre os outros na sua estante, mas sim na gaveta pequena de uma cômoda. Pedira-se muitas vezes que o desse à biblioteca, hoje pública, ao que nunca se pudera resolver mesmo dando outros, tanto era a estimação em que o tinha”(1).

Se homem havia no Brasil, de princípios do século XIX, em condições de avaliar da importância da obra de Antonil era esse Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (2).

Nascido em S. Paulo, a 16 de dezembro de 1752, filho de um homem culto e educado, o mestre-de-campo Agostinho Delgado de Arouche, irmão de outro homem de notável merecimento pela cultura e o caráter, o marechal José Arouche de Toledo Rendon, formara-se Diogo Ordonhes em direito na Universidade de Coimbra e seguira a carreira da magistratura. Fora-lhe o pai o desvelado amigo de Pedro Taques, valendo imenso ao infeliz historiador dos bandeirantes, nos dias de sua prodigiosa desventura, quando o ilustre e infeliz autor da Nobiliarquia Paulistana, vítima da fatalidade e da inveja, se vira reduzido à última miséria. Juiz de Cuiabá, em 1785, elevado a ouvidor em 1789, dali se retirara em 1792 com enorme sentimento dos povos.

De 1793 a 1800 viveu em Portugal, frequentando assiduamente as sessões da Academia Real de Ciências, de que era correspondente. Promoveu a impressão das Memórias de seu parente e amigo, Frei Gaspar da Madre de Deus, copiou e anotou numerosos títulos da Nobiliarquia Paulistana, salvando assim da ruína grande parte desta obra monumental. Em 1799 publicou e comentou a famosa carta anchietana sobre a história natural da Capitania de S. Vicente. Regressou em 1800 ao Brasil, despachado desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Era em 1815 conselheiro da Fazenda. Eleito por S. Paulo deputado à Constituinte, em 1823, preferiu declinar de tão grande honra; faleceu solteiro, em 1826. Bibliófilo esclarecidíssimo, possuía riquíssima coleção de impressos e manuscritos. Dela fez presente à Biblioteca Real, hoje Nacional. Tão preciosa esta dádiva que basta lembrar que nela se incluem os originais das cartas anchietanas. Tivemos ensejo de publicar no tomo X da Revista do Museu Paulista uns fragmentos do tratado que sobre a ornitologia brasileira compusera e mantinha secreto por timidez e modéstia, provavelmente, obra esta inspirada pelo critério científico rigoroso e moderno, baseado nas idéias de Lineu e documentada por extensa bibliografia.

Tal o homem que pediu atenção para o esquecido livro de Antonil “le savant Diogo Ordonhes”, como lhe chama Saint Hilaire, no seu lúcido critério.

E esta atenção, atraída insistentemente, provocou da parte de um homem inteligente o desejo de reimprimir o esquecido cimélio.

Foi ele, segundo afirma Varnhagen (H. G. 2, 838) e julga Inocêncio, o erudito bibliógrafo português, José Silvestre Rebelo.

Nascido em Portugal, aderiu Silvestre à nossa independência, optando em 1822 pela nacionalidade brasileira e mostrando-se dedicado, quanto possível, à nossa causa nacional. Negociante, dispondo de abundantes recursos, representou o seu papel no nosso cenário político, havendo chegado a desempenhar importantes comissões diplomáticas, como que a que o levou aos Estados Unidos, na qualidade de encarregado de negócios do Brasil, para que o governo desta república reconhecesse a nossa independência. Foi dos quarenta e seis membros fundadores do Instituto Histórico Brasileiro e deixou dois opúsculos: Comércio oriental e o Brasil visto por cima (Pinheiro Chagas), sem contar as memórias insertas na Revista do Instituto (tomos I e II): Novo trabalho sobre o programa: se a introdução de Africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos indígenas e Discurso sobre a palavra Brasil.

O mesmo segundo tema retomou-o o douto Joaquim Caetano da Silva, ao discutir se devia escrever Brasil ou Brazil, estranhando o Visconde de Taunay jamais haja o erudito rio-grandense feito a menor alusão ao trabalho do antecessor, quando muito se abeberou à mesma fonte: a obra de Humboldt.

Não merecia José Silvestre Rebelo este pouco caso. Era respeitável pela cultura e caráter. Falecido em agosto de 1844, chama-lhe Porto Alegre na oração fúnebre anual “homem preciosíssimo, ator no drama de nossa independência, obreiro incansável na prosperidade de sua pátria adotiva”. “Desempenhara com muito brilho a sua missão secreta aos Estados Unidos. Possuía raros conhecimentos da história e geografia; coluna firme do Instituto, trabalhador zeloso e modesto, possuía muitas idéias de arqueologia, numismática e estética, dispondo de um gabinete e biblioteca que atestavam seu grande amor ao estudo e apreço às belas-arts.”

“Nele perdera o Instituto prestante membro, um homem possuído pelo fervor, por inapreciável fanatismo pela prosperidade do Brasil.”

A este erudito e patriota se deveu, segundo chegou ao conhecimento de Inocêncio, a reedição da obra de Antonil, executada por Janius de Villeneuve, um dos antigos proprietários do Jornal do Comércio.

Nada fácil descobrir o original de que precisavam os impressores. Ouçamos o que nos conta o diretor: “Procurou-se o livro, desde o começo do ano de trinta (1830) algum tempo depois da morte do mesmo conselheiro (Ordonhes) e não se descobrindo no Rio de Janeiro recorreu-se a seu irmão, e herdeiro, o General Arronches (sic), em S. Paulo, o qual contestou que não lhe havia sido remetido.”

Não desanimou o reimpressor e algum tempo mais tarde recomeçou as pesquisas.

“Há três anos (1834) pois que, segundo as ordens, se fizeram pesquisas em Lisboa, aonde em fins do ano passado se encontrou um exemplar declarando o possuidor que não venderia por cem mil cruzados, tal a estimação em que o tem, mas como homem generoso permitiu que se copiasse.” Estava pois achado o fio de Ariadne. Na faina de o encontrar haviam os pesquisadores recorrido aos maiores eruditos portugueses, entre eles ao ilustre João Pedro Ribeiro.

“No mesmo tempo destas pesquisas em Lisboa”, continua Villeneuve, “escreveu-se ao Porto ao celebrado sábio antiquário português João Pedro Ribeiro, o qual depois de várias contestações asseverando o mau resultado das suas indagações, por fim escreveu, e a sua carta chegou com o manuscrito, declarando o nome de quatro pessoas que possuíam exemplares, e entre eles o nome de um major, há pouco chegado ali do Rio de Janeiro; quem sabe se não é o do defunto conselheiro, acrescentando que por sete mil e duzentos réis talvez se obteria um exemplar, e que o livro fora proibido no tempo de el-Rei D. João V pelo governo português.”

Obtida a cópia deram-se pressa José Silvestre Rebelo e Junius de Villeneuve em imprimi-lo. A 1.º de agosto de 1837 assinava este o primeiro prefácio em que manifesta a satisfação pelo excelente resultado de suas buscas.

“Este livro é pois a cultura e riqueza do Brasil, etc., no ano de 1711. Do título inferirão os leitores quanto ele é útil a todos os estudiosos de economia pública, e em geral a todos os brasileiros, que ali acharão a certeza de que o seu abençoado país já então era a mais rica parte da América quanto a produtos rurais.

“Há este raríssimo e interessante livro que se reimprime, contentando-se o editor com a glória que lhe toca, de quase ressuscitar uma jóia tão preciosa.”

V

DÚVIDAS SOBRE A IDENTIDADE DE ANTONIL.
SILÊNCIO DE DIOGO BARBOSA MACHADO.
UM ARTIGO DO *PANORAMA* ATRIBUÍDO A VARNHAGEN.
MOTIVOS PARA QUE SE LHE NÃO ATRIBUA TAL AUTORIA.
NOTÍCIAS DO *DICIONÁRIO* DE INOCÊNCIO E DO *CATÁLOGO* DE RIVARA.
SINAIS EVIDENTES DE QUE ERA O AUTOR ECLESIAÍSTICO E JESUÍTA.
OS DICIONÁRIOS DE PINHEIRO CHAGAS E SACRAMENTO BLAKE.

Divulgada a obra de Antonil pela edição fluminense suscitou logo, entre os bibliófilos, a maior curiosidade. Verificou-se que a não conhecera o grande mestre da Biblioteca lusitana, o formidável bibliógrafo que fora o Abade de Sever. Pelo menos a não mencionara.

Quem seria este Antonil? Perguntaram todos: português, brasileiro? Não lusitano? Tão severo o confisco de 1711 que nem a Diogo Barbosa Machado transpirara a existência do livro. Que bom assunto para uma identificação, difícil como se anunciava. Também não tardou fosse o caso estudado no Panorama, a famosa revista, ilustrada sobretudo pela colaboração, quase constante, de Alexandre Herculano.

No seu volume V (1841) à pág. 208 surgiu pequena notícia crítica sobre o volume raro, que transcrevemos na íntegra:

“Tendo chegado ultimamente a venda (3) a esta cidade alguns exemplares da edição desta obra cujo título deixamos exarado na íntegra, não desprezaremos a ocasião de noticiar numa página do Panorama a existência de tão interessante e útil escrito português do princípio do século passado, que por má sina, apesar de impresso, quase deixou até hoje de lograr as honras de ser lido, não só pela sua extrema raridade, como porque deixou de ser relacionado na Biblioteca lusitana o seu sumário – o motivo de tal raridade da primeira edição (pois outra não havia até agora) provém na opinião de J. P. Ribeiro da sua imediata supressão, a qual teve lugar, segundo este célebre crítico, por ordem do mesmo rei que facultou a impressão. Julga-se ter sido a principal causa para tal procedimentos o receio de que os segredos revelados no livro acerca do

fabrico do açúcar fossem servir de mais utilidade às colônias espanholas, holandesas, inglesas e francesas, em detrimento manifesto das portuguesas, e com especialidade do Brasil, cuja prosperidade tanto então se desvelava o governo em promover, à custa às vezes até das outras colônias nacionais. O certo é que o livro ficou raríssimo, e, por nossa parte, da primeira edição só de vista testemunhamos nesta cidade a existência de um único exemplar, achado no depósito dos livros em São Francisco; foi, julgamos nós, levado para a biblioteca privada de uma das secretarias.

Quanto à falta de menção que se encontra em Barbosa não seremos nós quem ouse dizer que foi disto causa a raridade; pois parece terem posto este A., ou aqueles de quem aproveitou, mais esmero nas notícias dos livros mais nomeados em raridade. Ora, havendo o conhecimento, seria o esquecimento o motivo mais plausível e natural, porém também não é a este que atribuímos o silêncio — é assim à assinatura do Proêmio da obra em que o A. diz: “E se alguém quizer saber o autor deste curioso e útil trabalho ele é amigo do bem público chamado Anônimo Toscano.” Talvez destas palavras deduzisse Barbosa ser estrangeiro o A. e por esta condição excluísse a obra como fez a respeito de outras feitas em português por autores de outra nação.

Findando esta digressão a que insensivelmente fomos levados, cumpré-nos enunciar sinceramente o que dela julgamos; fim primário deste artigo pois que para noticiar a obra era suficiente anunciar o seu título.

Quanto à parte literária o A. aproveitou a terminologia usada pelos práticos assim no fabrico do açúcar como na cultura do tabaco e lavra das minas; é certo que não existe na língua portuguesa obra mais pura e fértil autoridade em tais assuntos e por isso não deixou de ser recomendada no catálogo dos livros que se hão de ler para a composição do Dicionário Português publicado pela Academia. — A linguagem não obstante dizer o A. servir-se do mesmo estilo e modo de falar claro e chão, que se usa nos engenhos “é por vezes agradável como mostraremos noutra ocasião. Quanto à utilidade da doutrina que contém, ainda hoje é muita, apesar do progresso que desde então há feito a indústria, principalmente no fabrico do açúcar de que se ocupa a primeira parte. Contudo o A., apesar de ter estudado a prática em um engenho da Bahia (verdade é que no princípio), descreve com tanta prudência e prevenção que julgamos ser esse livro que nenhum senhor de engenho deverá deixar de possuir, e muito menos os que se propõem a sê-lo como ora acontece a alguns nas ilhas de

Cabo Verde, S. Tomé e Angola. Aconselhamos porém a par desta, para conhecimento dos aperfeiçoamentos modernos no fabrico do açúcar, a obra publicada na Bahia em 1834 pelo Sr. Conselheiro Calmon. Da segunda parte que tem por objeto a cultura e preparação do tabaco daremos num próximo número um excerto, visto que o governo promove também hoje esta cultura nas colônias. Com a leitura da terceira parte, que trata das minas, muitas notícias se aproveitaram principalmente no que diz respeito ao seu descobrimento. Terminaremos recomendando tal obra a todos aqueles que à vista da simples e imparcial narração que acabamos de fazer julgarem que lhes deve ser de interesse e aos editores tributamos agradecimentos por se terem arriscado fazer esta edição em tempos e países em que o fundo empregado em impressões de livros dá lucros tão pequenos e precários.

Fiel ao anúncio transcreveu o Panorama, em dois números subsequentes, daquela série V, à página 227, o capítulo Martírios do açúcar, assim anunciada: “Escolhemos esta passagem por ser de estilo desenfasiado, sendo certo que é agradável a linguagem e corrente a frase nos lugares, em que o A. trata assuntos graves e ensina métodos úteis às produções do solo brasileiro” – e à página 263 um trecho sobre preparação do tabaco “em razão de sua utilidade e exatidão que nos é afiançada por pessoa conhecedora do Brasil”.

Não nos parece admissível que a notícia crítica anônima (apenas traz um A. como assinatura) sobre a obra de Antonil seja da lavra de um daqueles escritores ilustres, ou pelo menos distintos, cuja colaboração tanto brilho deu às páginas do Panorama e tanto lhe alicerçaram o prestígio, até hoje permanente. Diz Rivara (Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense, pág. 14) que é seu autor o nosso ilustre Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Mas, francamente, custa-nos a crer que se possa atribuir semelhante série de insignificâncias à pena do autor da História Geral.

E se assim é constitui um caso de quando que bônus, só explicável pelos vinte e cinco anos do apregoador autor.

E com efeito, que viu tal crítico em tão curiosa obra: um mero manual de agricultura. E nem sequer lhe saltou aos olhos que como tal ainda estava atrasado de nada menos de 130 anos!

Mas afinal a Humanidade progride! Recomendar-se calorosamente, transcrever-se grande número de páginas de um livro de aplicação científica, datado de 1711, a industriais de 1841 é realmente pasmoso! Quando muito

se aponta como corretivo a tanta vetustez a consulta simultânea da obra publicada na Bahia pelo Conselheiro Calmon! Stupete gentes! E a não ser este lado prático, aproveitável, nada mais enxerga o analisador, cuja perspicácia vem a ser realmente prodigiosa. Nada percebeu daquele preciosíssimo acervo de informes que é o livro de Antonil em relação às coisas do Brasil colonial. Nada pescou do valor das informações sobre os primórdios da mineração a que se refere em duas linhas perfunctoríssimas. Para ele na Cultura só há o vade mecum do perfeito açucareiro e rapezista “não existe em língua portuguesa obra de mais pura e fértil autoridade”.

Eis um crítico que parecia querer correr parelhas com aquele parente de José Bonifácio que segundo tradição da família Andrada, referida por Martin Francisco (o terceiro), conseguiu incompatibilizar-se em Coimbra pela sua feição do mais formidoloso carrancismo, e até de Portugal ser expulso, isto em tempo aliás anterior a 1820!

A única observação de certo valor de tão desastrada análise é a referente à ausência a citação da obra de Antonil por Diogo Barbosa Machado.

É possível que este não quisesse mencioná-la, suspeitando que a escrevera um estrangeiro, mas temos como mais provável que o seu silêncio foi devido à ignorância a respeito da existência do livro.

Não é crível que da pena de Varnhagen saísse tão deplorável crítica. Na data em que Rivara lhe atribui o tal artigo já era grande conhecedor das coisas de nossa história. Não lhe poderia passar despercebido o valor das páginas de Antonil, sobretudo no tocante à fase capital de mineração do ouro, para ele sobretudo atraente, além do mais, na sua qualidade de paulista. Ao livro de Antonil, consultou com todo o cuidado como se evidencia da leitura de vários tópicos da História Geral. Nunca parece aliás havê-lo preocupado a questão da curiosa criptonímia.

Assim diz (H. G. 2, 838): “Para conhecermos a instrução comercial e industrial do Brasil neste período (princípios do século XVII) vem em nosso auxílio a publicação, em 1711, de um livro muito importante, qual é o atribuído a um André João Antonil, tido por pseudônimo do autor, que em outro lugar assina Anônimo Toscano, circunstância que porventura levou o erudito Barbosa a não tratar dele na sua Biblioteca lusitana. Este livro, que segundo consta foi ao publicar-se mandado recolher, intitula-se Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas. Parecem

estas palavras indicar que, com efeito, não foi a crítica de que demos notícia obra de Porto Seguro.

Enfim a ser de sua lavra parece forte cochilo de quem, apressadamente, escreveu meia dúzia de banalidades, a desobrigar-se sobre a perna de maçante compromisso.

Compare-se, por exemplo, o que se atribui a Varnhagen e o que escreveu Frei Veloso sobre a obra de Antonil. Ao passo que aquele frisa do modo mais absoluto o verdadeiro caráter do livro, chegando a dizer que se o imprime é sobretudo por uma questão de lusitanismo, para salvaguardar a prioridade portuguesa, e zelar as tradições da indústria açucareira luso-brasileira, vemos o crítico do Panorama exaltar os méritos da Cultura como manual de agricultura moderna para os plantadores de cana, em 1841, quando o franciscano em 1800 o declarava absolutamente obsoleto e apenas digno de menção como documento histórico.

Em 1858 publicou Inocêncio Francisco da Silva os primeiros tomos do seu magistral Dicionário Bibliográfico Português, o formidável repositório em que refundiu e modernizou a magna empresa setecentista do abade de S. Adrião de Sever. Com a consciência que lhe distingue as pesquisas e a costumada prodigiosa erudição expôs Inocêncio o problema da provável criptonímia de Antonil. Na íntegra lhe transcrevemos o artigo, cheio de critério seguro, em que se aproveita da descrição da Figanière na Bibliografia Histórica e das referências do catálogo de Rivara (1850). Na Biblioteca de Évora existe uma cópia da Cultura (Cód. CXVI-1-28 em um vol. De 173 p. 4.º). Arrolando-o relatou o eminente bibliotecário que a obra se reimprimira no Rio de Janeiro em 1837.

Fato curioso, contudo, para um erudito do seu quilate e de sua atenção; escapou-lhe a referência à impressão parcial da obra de Antonil por Frei Veloso, que não podia, contudo, desconhecer.

Eis o artigo de Inocêncio (T. 1, p. 63).

“André João Antonil. — Este escritor escapou à diligência do Abade Barbosa, se é que podemos julgá-lo português, do que muito duvido. Temos por quase certo não só que foi de nação italiana, mas ainda que não era seu nome verdadeiro. O que se parece dúvida é que ele se assina no fim do prólogo da obra, que em seguida se transcreve — O anônimo toscano. Pois se era anônimo como pôs o seu nome no português? Isto custa a entender. Seja o que for, sob este nome se imprimiu a obra seguinte:

307 (c) Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas; com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata; e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais. Lisboa, na oficina Deslandesiana 1711, 4.º de XVI-205 págs., incluindo o índice final.

Razões de estado e conveniência política motivaram a supressão desta obra logo depois da sua publicação. Veja-se a este respeito o curioso artigo inserto no Panorama, vol. V, 1841, pág. 208. Seguiu-se a destruição da quase totalidade dos exemplares, e a extrema raridade dos que escaparam. Há um na Biblioteca Nacional de Lisboa e consta da existência de outro na Livraria, hoje Real das Necessidades. Afóra estes só sei que viesse ao mercado em tempos anteriores um que foi vendido por 3.200 rs. A mesma Biblioteca d'Évora, assaz abundante em obras dos nossos antigos escritores, e que conta bom número de livros clássicos raros, apenas possui deste um transunto manuscrito copiado da edição supra indicada, e que forma um códice com 173 folhas no formato de 4.º, tendo a numeração CXVI – 1 – 28, como se vê no respectivo Catálogo.

A obra reimprimiu-se todavia no Brasil, com o mesmo título: Rio de Janeiro, na Tipografia de J. Villeneuve & C.º, 1841, 8.º gr., mas os exemplares desta são para nós quase tão raros como os da edição original. O Sr. Rivara no citado Catálogo dos Mss. da Biblioteca Pública Eborense alude a outra reimpressão, também feita no Brasil em 1837; parece-me, porém, que da parte do ilustre bibliógrafo haveria aqui equivocação, pois não é crível que em tão curto espaço se fizessem ali duas edições da mesma obra.

Naturalmente citava o eminente bibliógrafo algum apontamento de outro autor sem se ter avistado com a reedição fluminense, pois quem tinha razão era Rivara, não se havendo feito senão uma reimpressão da Cultura, a de 1837. É o que aliás, com a costumada lealdade, explica ao suplemento de seu Dicionário monumental.

André João Antonil (v. Dic., tomo I, pág. 63).

Quando escrevi o artigo relativo a este autor acusei a reimpressão da sua obra feita no Rio de Janeiro, tal como a encontrara descrita pelo Sr. Figanière na Bibliografia Histórica n.º 800. Não podendo ter presente algum exemplar da nova edição, apesar da diligência que nisso pus, e confiado por outra parte na habitual exatidão e veracidade do distinto bibliográfico, assinei

de preferência a dita reimpressão a data de 1841, persuadindo-me de que teria havido inadvertência ou equivocação da parte do Sr. Rivara ao indicá-la de passagem como feita em 1837.

Chegou-me contudo às mãos, posteriormente, um exemplar da moderna edição, por favor de seu dono, o Sr. Conselheiro José Tavares de Macedo, e pouco depois outro, com que do Rio me obsequiara o Sr. B. X. Pinto de Sousa. Pelo exame de qualquer deles verifiquei que a equivocação estava da parte do Sr. Figanière acertando o Sr. Rivara, pois que a data de 1837, por este dada, é de certo verdadeira. O livro é, como se disse, impresso na Tipografia Imp. e Constitut. de J. Villeneuve & C.º, no formato de 8.º gr. equivalente ao 4.º português e tem ao todo VII – 214 págs., incluindo o índice. Na confrontação que dele fiz achei ser fiel reprodução da edição de 1711, sem discrepância alguma.

Há, porém, um antilóquio, ou advertência preliminar do editor, que por informações havidas consta ser José Silvestre Rebelo (v. no Dic. tomo V, pág. 134) e encerram-se nela particularidades de tal sorte curiosas que a muito dos meus leitores agradecerá certamente vê-la aqui reproduzida.

(Segue-se o prefácio da edição fluminense.) O Sr. Antônio Maria Pereira tem atualmente a vender na sua livraria na Rua Augusta, recebidos do Brasil, alguns poucos exemplares de aludida reimpressão de tão preconizada obra.”

Correram os anos e ninguém cogitou da resolução do problema.

À porfia repetiram os dicionaristas os dizeres de Inocêncio, como por exemplo Pinheiro Chagas em seu aliás tão útil Dicionário popular.

“ANTONIL (ANDRÉ JOÃO). – Deste escritor não teve conhecimento o abade Barbosa e o Sr. Inocêncio duvida que ele fosse português, suspeitando aliás que não só não era este o seu verdadeiro nome, mas até que era italiano de nação.

“Como quer que seja escreveu um livro curioso que se intitula Cultura e opulência do Brasil, etc., e que saiu a lume em Lisboa, em 1711. O governo do Sr. D. João V proibiu, por conveniência política, o curso deste livro que todavia foi impresso no Brasil, na primeira metade do século atual. Para se fazer a reimpressão foi preciso proceder a trabalhosas pesquisas, pois que o livro, como era natural, se tornara extremamente raro.”

Em 1883 publicando Sacramento Blake o primeiro volume de seu utilíssimo Dicionário bibliográfico brasileiro, obra que representa enorme

labor, consagrou, como era de esperar, um artigo a André João Antonil (págs. 80 e 81). Não sabemos onde – repetindo as informações de um anônimo – foi buscar que nasceu, entre 1670 e 1680, em S. Paulo, verdade é que também refere as dúvidas de Inocêncio sobre a sua nacionalidade.

“Com efeito é isto original”, comenta Sacramento Blake.

“Talvez, suponho eu, o autor já prevenido da perseguição que estava preparada a sua obra quisesse assim lançar a dúvida ou a confusão sobre o verdadeiro autor.

“Menciono aqui este livro, porque estou informado, por pessoa muito competente da província de S. Paulo, de que ali nasceu André João Antonil.”

(Segue-se a notícia bibliográfica haurida de Inocêncio.)

“Ficam em vista do que aí deixo”, diz Blake, ao terminar o seu artigo, “bastante demonstradas as conveniências políticas e as razões de estado que determinaram a supressão da obra do escritor brasileiro por ordem do governo português.”

Ignorava o dicionarista, parece-nos, que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possuía o livro, pois ainda acrescenta:

“A Biblioteca Nacional possui cópias de excertos de alguns capítulos desta obra, sob o título de – Opulência e cultura do Brasil nas fábricas de açúcar, tabaca, ouro, couro, e sola. Fragmentos destacados de um livro de Academia Real das Ciências, impresso em Lisboa em 1711, cujo foi proibido por El-Rei dom João V por lhe dizerem que por dito livro estava publicado todo o segredo do Brasil aos estrangeiros, etc.”

Assim nos conta pequena nota do manuscrito referido por Blake que a sentença de extermínio lavrada contra a Cultura partiu do próprio Rei! Que honra...

Fato inexplicável e que nos causa surpresa é a circunstância de jamais haverem os bibliógrafos notado quanto no volume são claros os indícios de que seu autor fora eclesiástico, e ainda mais, sobretudo simpático à Companhia de Jesus.

Já na folha de rosto se declara que a obra é “oferecida aos que desejam ver glorificado nos altares o Venerável Padre José de Anchieta, Missionário Apostólico e novo taumaturgo do Brasil”.

Na introdução dirige-se “aos senhores de engenho e lavradores de açúcar, e do tabaco, e aos que se ocupam em tirar ouro das minas do Estado do Brasil”, lembrando-lhes quanto deviam de gratidão por lhes proporcionar a Providência grandes lucros de sua indústria. Quanto devia o Brasil a Anchieta, “um dos primeiros e mais fervorosos missionários da América Meridional, que a boca cheia o chama seu grande Apóstolo e novo Taumaturgo!”

Haveria, pois, maior obra de justiça, do que da gratidão para com tão grande evangelizador? Assim queria ele, autor, ser um dia o motivador deste reconhecimento “por parte dos que nas lavouras e minas experimentaram o favor do Céu com notável aumento dos bens temporais”, provocando os dons dos fiéis para o custeio das despesas elevadas do processo de canonização, desde um século parado em Roma, por falta de recursos monetários dos seus promotores.

“E ao mesmo venerável José de Anchieta”, termina, “peço encarecidamente, que queira alcançar de Deus, centuplicada remuneração, na Terra e no Céu, a quem se determinar a promover com alguma esmola as suas honras, para que publicadas nos templos, e celebradas nos altares acrescentem também maior glória aquele Senhor benfazejo.”

A cada passo se trai, nas páginas da Cultura, a pena do homem de fé robusta, e mais, a do sacerdote zeloso. E ao encerrar o volume exclama Laus Deo!

Pois bem não houve analista que em tal reparasse!

Refundindo completamente a primeira edição da História Geral do Brasil ampliou-lhe o visconde de Porto Seguro notavelmente o quadro, como todos sabem, dando-lhe outro padrão de erudição.

Na primeira edição (a de 1854) chama à Cultura “livro mui importante, qual é o atribuído a um André João Antonil, acaso pseudônimo do autor que em outro lugar assina anônimo toscano”. Da segunda (1876), passados, portanto, vinte e dois anos, se depreende que jamais o preocupou o caso da criptonímia de Antonil.

Também não a examinou Saldanha da Gama, o biógrafo de Frei Veloso, na extensa, minuciosa e valiosa bibliografia que lhe consagrou (Rev. do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 31, parte 2.^a, págs. 137-305).

Assim consagra exatamente o seu capítulo X a um exame do livro de Antonil sem que jamais se refira ao caso interessante da identificação do seu autor (1868 e 1869).

VI

DESCOBERTA DA CRIPTONÍMIA DE ANTONIL

POR J. CAPISTRANO DE ABREU.

MODO PELO QUAL ESTE A REALIZOU.

SILÊNCIO DO SUPLEMENTO DO *DICIONÁRIO* DE BLAKE, INDESCULPÁVEL.

PRIMEIRA DESCRIÇÃO COMPLETA DA *CULTURA* POR J. C. RODRIGUES.

SILÊNCIO INEXPLICÁVEL QUANTO À DESCOBERTA DE CAPISTRANO.

OPINIÕES DE GALANTI, BASÍLIO DE MAGALHÃES, CALÓGERAS,

RODOLFO GARCIA.

Pouco tempo mais tarde, dois a três anos apenas, após a afirmação de Blake, informado pelo tal “competente erudito da Província de S. Paulo” “sem bulha nem matinada” podiam os amadores da história do Brasil ler no prólogo de um precioso opúsculo, precioso e despretensioso opúsculo, impresso na Imprensa Nacional, em 1886, Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta, S. J.; podiam estes amantes dos brasilios anais ler a seguinte notícia curiosa. “Enfim, abre-se com o primeiro ano do século passado, o período das minas, e rebenta verdadeira revolução psicológica. Não se precisa ler os ditirambos entusiastas de Rocha Pita, basta de meditar nas páginas de André João Antonil, ou, para dizer o verdadeiro nome, João Antônio Andreoni, porque Antonil era o pseudônimo – para ver o entusiasmo que a terra despertara.”

Quem assinara este prólogo, a 13 de julho de 1886, era Capistrano de Abreu, a quem coubera a glória do eureka relativo ao velho intrincadíssimo caso da bibliografia brasileira. E como?

Será ele próprio quem no-lo contará, pois a tal propósito resolvemos consultar o nosso prezado e ilustre mestre. Dele tivemos a resposta que aqui se transcreve, e onde com encantadora naturalidade e singeleza narra o fiat lux! A propósito da sua vela descoberta:

“Afonso, amigo.

“No fris clássico de J. F. de Castilho, livro colegial do Ceará, deparei um trecho de André João Antonil que me interessou. Muitos anos depois li a obra completa na Biblioteca Nacional. Quem era o autor? Perguntei a Vale Cabral, incomparável em biobibliografia brasílica. É um enigma, respondeu, e mostrou-me uma página de Inocêncio.

“Reli a Cultura, convenci-me que era obra de Jesuíta e Toscano como dizia o prólogo anfibológico.

“No correr de leituras encontrei o nome Andreoni e disse comigo: é este. Entretanto descuidei-me de verificá-lo anos e anos.

“Um dia trabalhava na Biblioteca Nacional a poucos metros de Cabral quando me veio a lembrança. Levantei-me, disse a Cabral: V. vai morrer de inveja, fui ao Backer, procurei s. v. Andreoni: lá estava o bicho! Cabral e eu celebramos condignamente o sucesso ou jantando juntos ou tomando cerveja no Passeio Público até as horas de fechar.

“Creio que publiquei o achado pela primeira vez no prólogo às Informações de Anchieta, sem bulha nem matinada, como se tratasse de caso charro. (Conhecem a palavra em S. Paulo? Existe nos dicionários? Ouvia no Ceará.)

“Posso dar as seguintes informações, consultando somente a memória, se for preciso irei ao Sommervogel:

“Veio para o Brasil como visitador; foi seu companheiro de visita Estanislau de Campos, como consta da biografia deste, publicada pelo velho Araripe na Revista.

“Depois da visita permaneceu no Brasil, foi reitor na Bahia com certeza, mas talvez em outro colégio; era reitor da Bahia quando morreu Vieira e confiou-lhe o cadáver ao túmulo; foi provincial dos jesuítas.

“Há uma carta de Vieira muito interessante sobre ele: o nome passou de Andreoni a Andreão.

“Agora compare: André João Antonil.

“João Antônio Andreoni.

“O “I” de Antonil quer dizer Luquese.

“Como os índios vou regularmente.

“Respeito às Sras. Adeus, nova geração! Bien à vous.

C. de A.

“Rio, 23 de Julho, 21.”

Interessantíssima carta, como o leitor certamente achará, esta em que o insigne mestre, com aquela feição tão sua de despreziosidade e despreocupação, conta o seu lado achado, dentro em breve anunciado “sem bulha nem matinada” como tão singelamente se exprime.

Divulgada a descoberta a ela se referiram com os elogios merecidos diversos autores, entre eles, muito amavelmente e com toda a justiça, o erudito Padre Rafael Maria Galanti no tomo III de sua História do Brasil (à pág. 113): “O verdadeiro nome do autor (da Cultura), que no prefácio se intitula Anônimo Toscano, é Andreoni, jesuíta que preencheu entre os seus o posto de Provincial. A glória de ter decifrado este enigma cabe ao exmo. Dr. J. Capistrano de Abreu, tão conhecido e tão estimado entre nós, que basta nomeá-lo para lhe tecer um grande elogio.”

Assim não foi sem verdadeira surpresa que constatei o silêncio do Sacramento Blake, acerca da prioridade do sábio autor dos Capítulos de história colonial e tantas mais monografias de extraordinária erudição.

Nas Retificações essencialíssimas que Blake anexou ao apêndice do tomo quarto do seu Dicionário (volume impresso no ano de 1898) leem-se estas poucas linhas: “Volume 1.º - André João Antonil, pág. 80.

– Não é este o nome do autor do livro aí mencionado, e nem seu autor é natural de S. Paulo.

“André João Antonil é pseudônimo de João Antônio Andrioni (sic), nascido em Lucques (sic), cidade da Toscana, em 1650 e falecido em 1716.

“Aos 17 anos de idade entrou para a Companhia de Jesus vindo para o Brasil, exerceu em sua ordem cargos importantes, como os (de) mestre noviço, reitor de colégio e provincial na América portuguesa.

“(Veja-se a Bibliothéque des écrivants (sic) de la Compagnie de Jésus.)”

Não se dá aí num caso de sic vos nos vobis. De tal seria Blake incapaz, mas não podemos deixar de estranhar haja omitido o nome do desvendador da tão procurada criptonímia.

Tão pouco custaria esta demonstração da mais elementar justiça!

A primeira descrição que da Cultura se fez, completa, sob o ponto de vista estritamente bibliográfico, é a de J. C. Rodrigues em sua Biblioteca Brasiliense (Rio de Janeiro 1917, págs. 44 e 45).

Nela há referências às duas edições e se alude a uma terceira impressão, de que já dera notícia Calógeras n'As minas do Brasil.

Indicações muito valiosas e assim as transcrevemos na íntegra.

“199 – ANTONIL – Cultura / e opulência / do Brasil / por suas drogas, e minas / com várias notícias curiosas do modo de fazer o Açúcar, plantar / e beneficiar o Tabaco; tirar ouro das Minas; e descobrir as de Prata / E dos grandes emolumentos que esta Conquista da América Meridional / dá ao Reino de Portugal, com estes e outros gêneros e contratos reais; obra de André João Antonil oferecida aos que desejam ver glorificado nos Altares ao Venerável Padre José de Anchieta, Sacerdote da Companhia de Jesus, missionário apostólico e novo Taumaturgo no Brasil. (Gravura em madeira com o dístico Semper Honore meo) Lisboa. / Na oficina Real Deslandina. / Com as licenças necessárias. Ano de 1711.

“In-8; Ante-rostro, título 2 fls.; intr. Aos Senhores de Engenho, 3 págs.; no V da 3.^a p. Primeira parte; Proêmio, 3 págs. licença 4 págs. e 1 pág. em branco. Segue o livro I, donde a numeração das págs. vai até 205, onde acaba Finis. Laus Deo. Últ. Pág. Em branco.

“RARÍSSIMA, só sendo conhecidos três outros exemplares, no máximo (4). Ex. em belo estado, apesar de emendado o título. A obra foi suprimida, por ordem do Governo, sempre cioso das riquezas das suas colônias. Inocência, referindo-se à sua extrema raridade, diz que dos ex. que escaparam às chamas há um na Biblioteca Nacional de Lisboa e consta que há outro na do Paço das Necessidades – A Bibli. Nac. tem esta obra – Este ex. pertenceu a Henrique Alves de Carvalho; seu irmão Luís tendo pago por ele 385\$ no leilão após a morte de Henrique. Foi-me oferecido pelo Sr. Capistrano de Abreu, a quem deixou em testamento.”

A Bibli. Nac. e a de Évora têm cópias manuscritas. Apesar de que Blake diz que o A. era Paulista, não há prova disto. Ao contrário, este conclui o seu Proêmio escrevendo: E se alguém quiser saber do Autor deste curioso e útil trabalho; ele é um Amigo do bem público chamado O anônimo toscano. “Donde parece que trata-se da obra de algum missionário Italiano – sem dúvida de algum que havia residido longos anos em vários pontos do Brasil, que cita e que usava muito bem da nossa língua.”

– É curioso ver que o “Santo Ofício” opinou que se deixa permitir a publicação é porque “saberão os que se quiserem passar ao Estado do Brasil o muito que custam as culturas” de que trata “que são mais doces de se possuir no Reino que de cavar no Brasil”.

Entretanto o Paço deu licença porque o livro “muito útil para o Comércio despertará as diligências e incitará a que se procurem tão fáceis interesses”. Divide-se a obra em quatro partes, sobre o Açúcar, o Tabaco, o Ouro e as Minas, e por fim Pastos e o Gado. O A. descreve estas indústrias minuciosa e inteligentemente e, resumindo, diz que já em 1710 o Brasil exportava para Portugal 2.535:000\$ de açúcar, 344:650\$ de tabaco, 614:400\$ de ouro, e 201:800\$ de meios de sola de couro. E calcula então o que este comércio rendia à Coroa, não falando dos contratos do sal, vinhos, baleias, águas ardentes, e das vendas das casas de Moeda, dos dízimos, fazendas, negros, etc.

– É notável o capítulo com que remata a sua descrição do fabrico do açúcar: notando que as coisas as mais úteis ao homem, como o pão, azeite e vinho, se tornam úteis após os maiores apertos, descreve o que tem de passar a cana até que se reduza ao açúcar comum, “sempre doce e vencedor de amarguras”. Tem havido, mas sem razão, quem queira enxergar nisso uma parábola política.

Além da seguinte edição, há outra impressa na China por ocasião da visita do Barão de Ladário.

“200 – ANTONIL – Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco: tirar ouro das Minas e descobrir as de prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes e outros gêneros e contratos reais. Obra de André João Antonil. Impresso em Lisboa na oficina real deslandesina com as licenças necessárias, no ano de 1711. Novamente reimpresso no Rio de Janeiro, Sousa e Comp., 1837.

“In-8.º, 214 – VII págs. – Impresso na Tip. de J. Villeneuve e C.º Bastante escasso.”

Inocência, no Suplemento, vol. VIII, corrige o seu erro de dizer que os exemplares desta edição eram “quase tão raros como os da edição original”.

Exceto as licenças, é reprodução integral e fiel da primeira, e o editor acrescenta-lhe um prólogo em que mostra quão rara é aquela. Blake parece não ter visto mesmo esta 2.ª edição, transcreve este prólogo e a transcrição de Inocência!

Fato para nós inexplicável é o silêncio do autor da Biblioteca Brasileira em relação ao desvendamento da criptonímia referente a Antonil.

Teria dúvida em aceitar a identificação proposta pelo douto brasiliólogo?

Parece-nos ela tão clara, tão forte, tão evidente mesmo, que, francamente a reserva, o mutismo do Dr. J. C. Rodrigues nos causa estranheza, tanto mais quanto declara haver recebido do próprio Capistrano o valiosíssimo presente de um dos quatro exemplares existentes da Cultura.

Autoridades como Basílio de Magalhães e Calógeras não puseram a menor dúvida em aceitar a identificação n'As minas do Brasil e na Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII. O mesmo se deu quanto a Rodolfo Garcia na sua Bibliografia geográfica brasileira (Rev. do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 85, vol. 139, págs. 47-48) feita com aquele cuidado e segurança que tanto recomendam os trabalhos do erudito pernambucano.

VII

BIOGRAFIA DE ANDREONI; ESCASSEZ DE INFORMAÇÕES.
DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO VIEIRA,
DO BIÓGRAFO DE ESTANISLAU DE CAMPOS.
ALENCASTRE JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, CAPISTRANO.
NOTAS DE DIVERSAS PROCEDÊNCIAS.

Desvanecido, graças a Capistrano, o mistério que envolvia a personalidade do autor da Cultura e opulência do Brasil, seja-nos dado informar aos leitores alguma coisa sobre a biografia de Andreoni.

Infelizmente é bem pouco o que lhes podemos ministrar.

Graças à obsequiosidade de nosso sábio mestre, conseguimos reunir a maior cópia de dados possível sobre o autor.

Nascido em Lucca, na Toscana, no ano de 1650, abraçou João Antônio Andreoni a vida religiosa a 20 de maio de 1667, entrando para a Companhia de Jesus.

Pouco depois embarcou para o Brasil, onde se lhe escoaria o resto da existência.

Homem de larga inteligência, fizera excelentes estudos, a julgarmos por um depoimento dos mais valiosos, o de Antônio Vieira!

Escrevendo da Bahia ao marquês de Alegrete, a 15 de junho de 1690, fazia o formidável orador seiscentista os maiores gabos a Andreoni, lembrando que no colégio de Roma merecera a primeira láurea de retórica e língua latina.

Mestre de noviços, mais tarde Reitor do Colégio de S. Salvador, Visitador e, afinal, Provincial do Brasil, veio Andreoni a falecer na Bahia, aos sessenta e seis anos de idade, a 13 de março de 1716, segundo informa Sommervogel.

Em 1680 era Visitador, pois naquela admirável carta de felicitação, paradigma do gênero, endereçada da Bahia, por Vieira, a 29 de junho de 1680, ao almotacé-mor Luís da Câmara Coutinho, nomeado governador de Pernambuco, expõe o grande jesuíta os diversos motivos do júbilo que lhe vai n'alma pelo ato do Príncipe Regente futuro D. Pedro II, "como religioso da companhia porque além da informação do Padre Visitador João Antônio Andreonias (sic) tenho em muita certeza de quanto V. S. honrou e favoreceu sempre a nossa Religião da qual se V. S. não veste hábito, professa o amor".

Referências sobre Andreoni encontramos-las ainda na Vida do Padre Estanislau de Campos, cujo autor é desconhecido, e escrita em latim, em fins do século XVIII, por um jesuíta da província do Brasil e quiçá paulista.

Traduziu-a para o português Tristão de Alencar Araripe, empregando uma grafia fonética de sua invenção, que é dos mais horríveis desfiguramentos, jamais sofridos por nossa língua, grafia que infelizmente se alastra por diversos tomos da Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

Refere o biógrafo uma questão havida entre o padre Estanislau de Campos e o bispo de Olinda, que forçou os superiores do jesuíta a retirá-lo da reitoria do colégio pernambucano.

"A pendência versava – diz-nos o erudito João Lúcio de Azevedo, na sua magnífica História de Antônio Vieira (t. II, págs. 278-279) – sobre a prisão de um criminoso refugiado no Colégio, que o Bispo exercendo o poder civil mandara buscar pelos meirinhos, juntamente com o Reitor, que se tinha oposto à violação do recinto privilegiado. O prelado, ardendo em cólera, pela resistência dos que eram duplamente seus subordinados, ordenara lhe levassem presos, com o delinquente, aqueles padrezinhos.

"As palavras referidas ao Visitador ofenderam-no talvez mais que o ato de prepotência, pelo que mandou a Pernambuco um comissário para investigar do caso, e segundo as circunstâncias exigir pública reparação ou dar satisfações ao Bispo.

“A este no mesmo tempo escrevera, aludindo ao diminutivo, que era o seu representante um homem tão grande que já por tal o reputavam em Roma muitos anos antes, quando ele ali o havia conhecido.

“Era o comissionado o Padre João Antônio Andreoni, autor do livro célebre Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas, publicado sobre o pseudônimo de André João Antonil, a qual obra o governo de D. João V mandou recolher, para não terem por ela conhecimento os estrangeiros dos métodos empregados na produção colonial. Empreendeu Andreoni esta viagem a Pernambuco em 1692, e lá chegando achou melhor a retirada do padre Estanislau de Campos, a quem mandou para o Ceará.

“Entretanto mudara a face dos negócios, acalmou-se o tumulto dos discordantes; o prelado voltando a si abrandara e finalmente desvanecia-se a causa da ofensa que Estanislau pagava com o exílio, embora muito imerecidamente”, comenta o anônimo autor da Vida.

Por isso os superiores, mudando de parecer, o chamaram da começada viagem, mandando que o Padre João Antônio Andreoni partisse da cidade de Olinda para a Bahia, visitando todos os lugares de missões intermédias, e designando Estanislau como seu companheiro no ministério apostólico.

A Andreoni chama o ignoto biógrafo “varão egrégio, insigne por sua piedade e seus cargos”.

Desde estes acontecimentos ficara sobremaneira amando a Estanislau de Campos. “Muitas vezes o comparava a um engenho de açúcar, para exprimir a opinião que de sua índole formava.” (5)

Era, em 1697, Andreoni Reitor do Colégio da Bahia quando ali ocorreu, a 20 de julho de 1697, lutuoso acontecimento, que a toda Companhia trouxe o mais profundo pesar.

Desapareceu nesta data o mais ilustre, talvez, dos jesuítas então existentes, e certamente um dos mais gloriosos filhos de S. Inácio, em todos os tempos: Antônio Vieira.

Alto documento, expoente da mentalidade e dos sentimentos nobres de quem o firmou, é a carta tão notável pela elevação de idéias e a unção das palavras que, na ausência do seu Provincial, noticiou Andreoni ao Geral da Companhia tão doloroso acontecimento. Havia dois dias que o glorioso jesuíta cerrara os olhos à luz terrena e a proximidade do seu pensamento se reflete na intensidade da dor que assoberba o noticiário.

“Os muitos e sumos dotes que Deus nele reunirá”, diz com verdadeiro pungir do coração, “tornarão por muito tempo sensível a saudade de tão grande homem, e a aumentarão extremamente, todas as vezes que a sua lembrança, que viverá eterna entre nós, despertar em nosso espírito a sua imagem que assiduamente contemplávamos, o seu trato agradabilíssimo e os preclaros dotes de seu ânimo.”

Enumerando-lhe as obras deplora não houvesse podido terminar “a nunca assaz louvada Chave dos Profetas”.

“Não poucas coisas podiam consolar-nos desta dor (de o perder) se a mesma dor, próxima ao alívio, não recrudescesse com a perda de tanto bem, isto é: a lembrança, assim da sua insigne sabedoria, como da sua vida.”

E a este propósito faz o epistológrafo um apanhado da vida do seu genial consórcio, sintético, enérgico; brilhante a exposição dos seus trabalhos no Brasil, no Maranhão.

Descreve-lhe os achaques e a resignação da extrema velhice, os episódios dos últimos dias de vida, tudo de modo colorido, patético – com quem realmente sofreu presenciando o padecer de um amigo muito admirado. E ao narrar fúnebres que lhe foram tributadas comenta: “os que choraram sua morte com abundantes lágrimas, nunca assaz para os méritos de tão grande varão, puderam tirar algum alívio das honras que todos lhes prestaram, celebrando as suas exéquias”.

E modestamente termina o futuro Antonil, singelo como sempre: “Estas coisas, que acabo de escrever ao correr da pena, se assim aprover a Vossa Paternidade, serão descritas em estilo mais elegante, e observadas as leis da história, em Latim pelo P. Leopoldo Fuez, confessor de Nossa Sereníssima Rainha, em Português pelo P. Luís Severino, íntimo amigo do P. Vieira, durante a sua vida, e em Italiano pelo P. Antônio Maria Bonustio, o último ajudante que lhe fora dado para terminar a Chave dos Profetas; e assim postas as coisas em sua verdadeira luz, e reunidas de um tesouro mais rico outras que foram omitidas, receberão os feitos do Padre Vieira, por meio destes, uma vida melhor e mais duradoura, para lembrança sempiterna dos vindouros e para maior honra e glória de Deus!”

Foi a carta de Andreoni, por ordem cronológica, a primeira homenagem escrita prestada à memória do grande homem que acabara de se extinguir. É sob todos os pontos de vista digna daquele a quem se tributava tal honra (6).

Um outro escrito de Andreoni existe que também se prende à morte de Antônio Vieira, a “Relação de um caso notável que sucedeu antes da morte de P. José Soares, companheiro do P. Antônio Vieira, autorizado com o testemunho do P. Reitor que então era do Colégio”.

Nele se narra o falecimento do “diligentíssimo amanuense e fidelíssimo companheiro, por mais de trinta anos, do P. Antônio Vieira, desaparecido do mundo a 16 de maio de 1699, aos 74 anos de idade”.

Quinze dias antes de morrer tivera o Padre Soares a visão de um encontro com Vieira, que “com os olhos levantados para o céu, o convidara a partir”, pelo que ficara “repleto de grande alegria”.

Dois dias mais tarde aleitava-se, narrando ao seu confessor e consórcios a prodigiosa visita; passados mais alguns dias, estando a conversar “mandou, de repente, no meio da conversa, que se desse o sinal da sua próxima morte tocando-se a sineta, segundo o costume; e apenas recitadas as costumadas preces, imediatamente, depois de recitadas, expirou, invejando piedosamente a sua morte os que se achavam presentes”.

Grande impressão causou na Bahia o acontecimento sobrenatural, refere Andreoni depois de contar que ao enterro do Padre Soares haviam concorrido as primeiras autoridades do Estado do Brasil. “Honrou Deus deste modo, com tão honorífico acompanhamento e ilustre testemunho de sua virtude, ao seu servo que fora tão amante da humildade que, durante a sua vida, fugia do trato e da presença dos magnatas. Todas estas coisas quis ficassem escritas, para o testemunho da verdade e para louvor de Deus (7).

Era em 1711 Reitor do Colégio da Bahia, como se infere de um incidente da entrega do legado enorme de Domingos Afonso Sertão à Companhia de Jesus, os latifúndios colossais do Piauí, hoje fazendas nacionais, graças ao confisco pombalino.

“Morrendo Domingos Afonso, o reitor da Companhia de Jesus da cidade da Bahia, que era então o Rev. Padre João Antônio Andreoni, por ato de 20 de agosto de 1711, nomeou administrador dos bens do falecido ao Padre Manuel da Costa”, diz Alencastre na sua Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí (Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 20, pág. 32).

Durante a longa rivalidade luso-brasileira, chamada a Guerra dos Mascates, em que, como todos sabem, se deram sangrentos episódios, aparece,

uma vez ou outra, o nome de Andreoni, informa o douto Capistrano, com um dos personagens infensos à causa portuguesa, ou do Recife.

A 13 de março de 1716, diz o erudito biógrafo inacino Sommervogel – falecia o ilustre jesuíta naquele mesmo colégio da Bahia, onde tão longos anos vivera e cuja direção por muitos lustros tivera. Cremos, porém, que nesta data há engano do Sommervogel, como adiante exporemos.

Nada nos é possível informar dos seus últimos anos, nem temos como preencher esta última falha de uma biografia sobremodo lacunosa.

Assim dos arquivos jesuíticos vinham novos documentos completar este escorço desprezioso da vida de um benemérito do Brasil como certamente o foi Padre João Antônio Andreoni.

Como prêmio a tantos serviços prestados à terra brasileira, vira, na sua velhice, consumir-se imensa injustiça, o confisco do livro em cuja vendagem tanto confiava para promover o andamento do processo anchietano! Como lhe não terá amargurado os últimos anos tão iníqua demonstração da prepotência régia!

VIII

A OBRA DE ANDREONI. REFERÊNCIAS DOS
IRMÃOS BACKER E DE SOMMERVOGEL.
DÚVIDAS SUSCITADAS PELA PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DAS
ÂNUAS DE 1714, 1716 E 1721, POR STUDART.
REIMPRESSÃO DE *CULTURA* POR JOÃO XAVIER DA VEIGA.
A EDIÇÃO DE MACAU.
PESQUISAS DE CAPISTRANO E PABLO HERNÁNDEZ
SOBRE “DE REBUS BRASILAE”.

Da obra de Andreoni pouco se conhece; o que em seu nome está averbado, encontra-se nos dicionários de Sommervogel.

Eis a notícia do sábio bibliógrafo, precedida de umas linhas biográficas, resumidas, muito resumidas aliás:

Andreoni, Jean Antonine, NE em 1650 à Lucques, embrassa la vie religieuse le 20 mai 1667, s'embarqua ensuite pour Le Brésil. Il mourut le 13 mars 1716, à Bahia.

1. Sinagoga desenganada: obra do P. João Pedro Pinamonti, traduzida da língua italiana na portuguesa, por um religioso da Companhia de Jesus. Lisboa, na oficina da Música, 1720, 4.º, PP. XX-379.

C'est peut-être sur cette traduction portugaise que Le P. Adolphe Malboan fit celle qu'il publia em espagnol em 1733.

2. * De rebus Brasiliæ, *justum volumen.*

3. ** *Orationes duæ Propoparenti nostro Ignatio, altera D. Francisco Xavirio, cum iconibus Romæ.*

4. *** *Ubertas et opulentia Brasiliensis per assiduam mercium, aurique commutationem aliarumque rerum notitiæ ad confectionem sachari, et beti, vulgo Tabaco culturam, methodus itidem effodiendi aurum, argentique fodinas indagandi annui reditus et proventus Lusitaniæ Coronæ ex Americano statu provenientes. Opus V. P. Josephi de Anchieta publicæ venerationis studiosis nuncupatum, editum suppresso nomine Authoris Lusitaniæ. Lisboa, Deslandes, 1711, 4.º.*

“Quia tamen liber plus incommodi quam utilitatis Lusitano statui allaturus vedebatur, jessu Serenissimi Regis suppressum est” (Lopes de Arbizu).

5. Notice sur Le P. Pierre Diaz. – Dans Le Menologio Du P. Boero (Roma, 1859). T. I. p. 473-475.

Le P. Boero termine ainsi cette notice: “ Quanto abbiamo qui scritto è preso Del ragguaglio, Che dal Brasile mando a Roma il P. Rettor di Bahia, Italiano, Il quale com queste parole termina il detto ragguaglio:

*****”Scribebat haec ad posteriorum memoriam, suique desiderii so-lamen, demortui Patris amantissimus, idenque Rector bahiensis, Kal. Febr. Anii M.D.C.C. Joannes Antonius Andreoni”.*

A. ***** *Epistola Rectoris Collegii Bahiensis ad Reverendum admodum Patrem Generalem Tirsum Gonsalez. Bahia, 23 julii, 1697.; - dans La “Bibliotheca scriptorum S. J. Provinciae Aragoniae” Du P. Lopez de Arbizu, PP. 56-75 de La 3e. partie. Elle est tout entière sur Le p. Antoine Vieira ET serait dans Le t. XIV des Obras Du P. Vieira. L'autographe est aux archives de La Compagnie. Elle a 2 pp. ½ in-fol. Elle est suivie de l’“Index Manuscriptorum P. Antonji Vieyræ quæ post mortem in ejus cubiculo inventa sunt ET quæ, ab aliis, post promulgatum Era. Vae. Proceptum, sunt allata, ET nunc in Arca duplici clave a Pe. Provinciale et Rectore bahiensi sevantur”. In fol., pp. 3.*

Signé: Franciscus a Souza, Rector, Aloysius Vinicius, Mamianus, Georgius Bencius, Joannes Antonius Andreonus”.

Lopes de Arbizu; - De Backer, I, 155 – Berochia.

No seu Dictionnaire des ouvrages anonymes et pseudonymes publiés par des religieux de La Compagnie de Jesus, depuis as fondation jusqu’á nos jours (Paris, 1884, 2 vols.) revela Sommervogel ignorar a existência da Cultura e a ligação existente entre Andreoni e o nosso célebre livro.

Assim na sua pequena notícia (insignificante quanto à parte biográfica, duas linhas apenas: “Andreoni (Jean Antonie) N. a Lucques em 1650, M. Au Brésil, 13 mars 1716”) só se refere à tradução da Sinagoga desenganada, lembrando então que tal livro antijudaico havia também uma tradução espanhola pelo Padre Claudio Adolfo Malboán, de que se tinham feito duas edições em Madri (1723 e 1733), dizendo o tradutor que o livro fora traduzido “Del toscano en portugués, en el Brasil, por un anónimo y ahora traducido del toscano y portugués en nuestro idioma castellano”.

A obra dos sábios padres os irmãos Agostinho e Aloísio de Baker, refundiu-a Sommervogel na sua Bibliothèque de la Compagnie de Jésus, publicada de 1890 a 1900 em 9 volumes (8).

A inserção, por Studart, no tomo 36 da Revista Trimensal do Instituto do Ceará, a que tão magnificamente opulentou e constantemente opulenta com a revelação de documentos valiosos para a nossa história, a inserção, dizíamos, dos “Trechos de cartas do Jesuíta Padre João Antônio Andreoni escritos nas cartas-ânuas de 1714-16-21 neste volume da excelente Revista cearense vem trazer-nos a dúvida de que a data citada por Sommervogel como a do falecimento de Antonil é inexata. E realmente, à pág. 81, se lê que exatamente no dia por Sommmervogel indicado como o do falecimento de Andreoni assinara ele a carta ânua de 1716 “P. Andreoni, que escreveu estas coisas a 13 de março de 1716”. Enfim podia dar-se ainda o caso de que houvesse falecido exatamente neste dia, mas segunda o depoimento do Padre J. B. van Meurs, jesuíta holandês, a Studart, seu amigo, ainda foi Andreoni quem, na ânua de 1721, noticiou a 24 de março: “Neste ano (1721) os nossos Padres que cuidam dos índios residentes na serra do Ibiapaba conduziram das florestas para os aldeamentos um grande número de selvagens (quase 5.000) e se esforçaram por reuni-los aos demais habitantes da povoação.”

Interessante seria a transcrição integral destes escritos de Antonil de que Studart só deu os pequenos extratos relativos às missões cearenses. A 15 de junho de 1714 relatava o Reitor da Bahia a luta que se dera na prefeitura do Ceará entre os selvagens “que por toda parte faziam incursões e os índios, de um lado, e os portugueses e brasileiros de outro”, luta que exigia constantes sacrifícios dos padres da povoação de Ibiapaba e lhes fizera correr grandes perigos. Dá numerosos pormenores da luta entre os índios selvagens e os catecúmenos confortados pelos missionários. A 24 de dezembro seguinte anunciava Andreoni os resultados da visita do Padre Antônio Guedes às missões de Ibiapaba relatando igualmente fatos curiosos e pitorescos como o que se dera no Ceará com a notícia, aliás falsa, da descoberta do ouro no Jaguaribe, augurando que para os índios seria “nova calamidade, como o fora para as povoações situadas no Rio de Janeiro”.

Depois da identificação de Capistrano a presente edição é a terceira tiragem da Cultura. A primeira fez-se em Minas Gerais.

Em 1899, estando à testa do Arquivo Público Mineiro João Pedro Xavier da Veiga, o conhecido erudito, autor das Efemérides mineiras, teve a excelente idéia de inserir nas páginas da Revista do Arquivo Público Mineiro, que com o melhor critério redigiu, a transcrição de velhas obras desconhecidas do público pela raridade que haviam atingido. E assim o fez com a Cultura e opulência do Brasil, o Áureo trono episcopal, o Triunfo eucarístico, etc.

A Cultura publicou-a no tomo IV da valiosa publicação (págs. 397/557), por extenso. E explicando os motivos que o tinham levado a assim fazer lembrava que a edição de 1839 (sic), já também desde muito esgotada, se tornara tão rara quase quanto a de 1711.

“Esta circunstância e o interesse e o valor da obra, especialmente para o Estado de Minas, e tendo ela sido o primeiro trabalho escrito sobre coisas de Minas Gerais que se publicou, tornam a obra de Antonil singularmente curiosa e importante para nós, que a consideramos verdadeira preciosidade bibliográfica mineira. Por tudo isso reproduzimo-la integralmente da referida segunda edição”, expôs o autor das Efemérides num rápido preâmbulo bem pouco correspondente à importância do livro precioso.

Para fazer a impressão pediu o exemplar pertencente a Afonso Arinos, que a pedido seu “cavalheira e patrioticamente o ofertou ao Arquivo Público Mineiro, entre cujos cimélios o livro hoje figura”.

Pouco depois, de outro ofertante ilustre, Orville Derby, recebia o Arquivo Mineiro um exemplar da Cultura.

Grande comodidade trouxe a reimpressão da obra de Antonil, levada a cabo pela Revista mineira. A ela se reportam Basílio de Magalhães na Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII e Calógeras nas Minas do Brasil, como já dissemos, relatando então que do precioso tratado de Andreoni há uma edição feita em Macau.

Insistiu Capistrano em pesquisar a existência do De rebus Brasiliae, infrutiferamente porém, como uma carta sua, aqui transcrita, o esclarece:

“Afonso amigo,

“Incluo o extrato de Sommervogel; não achei à mão Backer; o último bibliógrafo naturalmente dispensa o primeiro.

“Dos livros de Andreoni só conhecia diretamente a Sinagoga de que dá o título português, com o número de páginas; dos outros fala por informação, a primeira descrição da Cultura e opulência deve ser a de José Carlos Rodrigues.

“Nos livros de Andreoni enumera-se um De rebus Brasiliae. Que virá a ser? Pablo Hernández, jesuíta de grande erudição, no relativo à América do Sul, que duas vezes esteve trabalhando aqui, nada me soube informar; acaba de morrer em Roma, segundo me contaram em Santo Inácio e nada me comunicou.

“Tenho mais duas notícias sobre Andreoni: uma de que exercia o reitorado da Bahia quando morreu Domingos Afonso Sertão, legando à Companhia as fazendas do Piauí (R. Trim. Instit. Hist. 20, 32; nota de Alencastre).

“Outra refere-se à sua atitude na guerra dos Mascates em que parece, não se mostrou simpático à gente do Recife; se o caso interessar, poderei verificar na Biblioteca Nacional. Tive em tempo a idéia de fazer a biografia de Antonil. – Desisto ante a falta de documentos. Continuo pegado com os bacairis e vou regularmente. Para a semana devem tomar o trem de Mato Grosso.

“Até fins de outubro. Respeitos à Senhora. Adeus, nova geração! Bien à vous – C. –

“Rio 1 de agosto de 1921.”

Quanto à edição chinesa sobre ela nos deu ainda o nosso douto mestre os seguintes apontamentos: “Macau, tip. Noronha e Cia., 1898. Publicada por Horácio Poiares e oferecida ao Conselheiro José da Costa Azevedo, barão do

Ladário, 18 cm x 13 cm. No prólogo diz o editor: o manuscrito tem a data de 1711. A edição é feita pelo original, conservando-se-lhe a própria ortografia.”

Ocorreu provavelmente ao editor reimprimir a obra de Antonil como homenagem à missão brasileira diplomática que sob a chefia do Barão do Ladário visitava o Extremo Oriente, tocando também na velha colônia portuguesa quinhentista. Mais delicada intenção não podia ter havido e o fato da escolha do livro de Andreoni revela por parte dos ofertantes real prova de avançada cultura.

Reimprime-se agora pela quarta vez o livro do benemérito Andreoni que o despotismo joanino condenara à destruição. Não há, talvez, em toda a nossa bibliografia obra cuja história seja tão cheia de curiosos incidentes. Cabe-lhe com toda a inteireza o famoso dístico do gramático latino o habent sua fata libelli. Vingou-se a posteridade da prepotência real desencadeada sobre o humilde jesuíta estrangeiro identificado com o país onde passara meio século a servir a causa do Evangelho e da Civilização. E o seu pobre livro hoje exaltado à altura do grande mérito que o reveste adorna-se agora com o histórico de sua atribulada carreira de perseguido, de exterminado, como de inapagáveis atributos gloriosos, do que pela tradição brasileira sofreu.

S. Paulo, 7 de setembro de 1921.

AFFONSO DE E. TAUNAY

Notas

- 1 Prefácio à segunda edição da obra do Autor (Rio de Janeiro, 1837).
- 2 V. o nosso estudo sobre este paulista eminente na *Revista do Museu Paulista*, t. X, 829.
- 3 À casa de livros de Bertrand dos Mártires.
- 4 Chamou-nos a atenção o erudito amigo Dom Wolfgang Kretz, O. S. B., jovem e esforçado estudioso do passado brasileiro para a existência de um exemplar da edição *princeps* da *Cultura*, na Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo.
- 5 V. Ver. do Inst. Hist. Bras., t. 52, parte 2.^a, págs. 14, 15 e 88.
- 6 V. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XIX, págs. 145-160.
- 7 V. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XIX, págs. 161-163.
- * Sobre as coisas do Brasil, volume nem grande nem pequeno.
- ** Dois irmãos em latim, um de nosso Patriarca Inácio, outro de São Francisco Xavier, com efigies.

-
- *** Abundância e opulência brasileira pela troca contínua das mercadorias e do ouro, com notícias de outras coisas para fabrico de açúcar e fumo, vulgo tabaco, igualmente o método para cavar ouro e para indagar minas de prata, os rendimentos anuais e rendas que tem a coroa portuguesa do estado (colônias) americano. Obra dedicada aos que desejam a pública veneração do venerável padre José de Anchieta, publicada em português supresso porém o nome do autor.
“Porque todavia o livro parecia levar mais incômodo do que utilidade para o reino português, ficou suprimido por ordem do sereníssimo rei.”
- **** “Escreveu isso para memória dos pósteros e em consolação das suas próprias saudades, do defunto padre muito amigo, o reitor da Bahia, Calendas fevereiro de 1700, João Antônio Andreoni.”
- ***** Carta do reitor do colégio da Bahia ao muito reverendo padre Geral Tirso Gonçalves... “Índice dos manuscritos do padre Antônio Vieira que foram achados na cela dele depois da morte e dos que foram trazidos por outros depois da promulgação do mandato de vossa Reverendíssima (nota: o padre geral mandou colher tudo o que podia dizer respeito ao padre Vieira) e agora conservá-lo no cofre fechado com duas chaves das quais uma está em mãos do padre Provincial e outra com o reitor da Bahia.
- 8 À gentileza do Ver. Padre Luiz Yabar, S. J., Superior dos PP. Jesuítas em S. Paulo, devemos a transcrição das notas acima, não existindo o primeiro dos dicionários de Sommervogel nas bibliotecas de S. Paulo, e a tradução dos trechos latinos à do prezado amigo D. Wolfgang Kretz.

.....

Vocábulos e expressões usados
em Cultura e Opulência¹²⁶

A. P. CANABRAVA

Droga – Produto empregado no preparo de remédios. De acordo com o título do livro, o açúcar e o fumo são considerados drogas pelo autor. A referência ao açúcar como droga, que ocorre várias vezes no texto, mostra a sobrevivência, ainda no início do século XVIII, de uma designação específica dos estágios iniciais do desenvolvimento da produção açucareira, quando o açúcar era empregado, sobretudo na medicina, na época medieval europeia. As págs. 207-8 são ilustrativas das qualidades terapêuticas do fumo.

Arte – O sentido de técnica, não como ciência aplicada, mas combinação de técnicas com especial conhecimento obtido por meio da prática.

Peça ou *Peça da Índia* – Medida-padrão para a contagem de escravos, definida por um negro de 15 a 25 anos de idade; de oito a quinze anos e de vinte e cinco a trinta e cinco anos, são necessários três escravos para perfazerem duas peças; abaixo de oito e acima de trinta e cinco a quarenta e cinco anos, dois escravos valem uma peça; acima de quarenta e cinco anos o valor é determinado pelos árbitros; as crianças de leite não contam.

I

A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

A LAVOURA CANAVIEIRA

Massapé – Terra negra, compacta, untuosa, riquíssima em humo, em geral coberta de florestas de madeira de lei. Achava-se intercalada entre outras de qualidade inferior.

Salão – Segundo José da Silva Lisboa, terra avermelhada, tendendo para o amarelo, “mistura de areia e de barro em tais proporções, que o ar e a água podem calcá-lo até certa profundidade com suficiente facilidade”; encontrava-se coberta de madeira de qualidade inferior. Tal como as areiúscas depois de esgotadas se refaziam em três ou quatro anos, desde que em descanso, deixando-se crescer algum mato. O massapé ao contrário, depois de esgotado não oferecia possibilidade de recuperação natural.

Solo areíscico – Terreno arenoso. Segundo José da Silva Lisboa, mistura de massapé, salão e areia.

Lavradores de partido – Os que se dedicam exclusivamente à lavoura canavieira, sob variadas condições; forneciam a cana ao engenho. Recebendo em troca parte do açúcar produzido.

Cana obrigada ou *cana cativa* – Produzida por lavradores que, por condição im-

126 Na ordem lógica em que ocorrem no texto.

posta em seus títulos de sesmaria ou de compra, eram obrigados a entregá-la a determinado engenho.

Olhos da cana – Brotos do caule da cana; retirados antes da moagem, serviam à alimentação do gado e ao plantio.

Cana-brava – Cana-de-açúcar excessivamente viçosa, a primeira que se desenvolvia em seguida ao plantio: não produzia bom açúcar.

Soca – A segunda e subsequentes produções de cana-de-açúcar após o primeiro corte.

Uma tarefa de cana plantada cortada – Área de 4.356m², ou seja, trinta braças em quadra.

Uma tarefa de cana cortada – 25 a 30 carros de cana (quantidade que o engenho de água mói em 24 horas).

Um carro de cana – 1,76m de altura por 1,54m de largura. Não se conhece a metragem cúbica por faltar a medida do comprimento. Equivale a 150 feixes de cana.

Um feixe de cana – 12 canas.

Uma mão de cana – 50 feixes.

Quantidade de cana cortada por dia por um escravo – 350 feixes.

Feitor de partido – Fiscal dos trabalhos da lavoura e do corte de cana; é trabalhador livre assalariado.

Escravo de foíce e enxada – Escravo que trabalha na lavoura e no corte de cana,

Colocar tantas foíces no canavial – Colocar tantos escravos no canavial para cortar a cana.

CASA DE MOER A CANA

Engenho real ou *engenho de água* – O que tem roda de água, isto é, o que mói a cana com a força hidráulica.

Casa de moer a cana – Construção de tijolos e telhas no feitiço de galpão, de 42,46m de comprimento por 18,92m de largura; o telhado é sustentado por 17 pilares retangulares de 3,74m de altura e 0,88 de largura, distantes 3,30m um do outro; uma das faces da construção, no sentido do comprimento, é de parede contínua.

Capacidade da casa de moer cana – 4 tarefas de cana cortada = 96 carros.

Levada – Corrente de água derivada do rio.

Sangrador – Desvio das águas da levada, utilizado durante as chuvas ou cheias para impedir que a roda de água receba mais água do que a necessária.

Caliz – Calha de madeira sustentada por pilares de tijolo, que levava a água do reservatório (tanque ou açude) para a roda de água.

Feridor – Extremidade do caliz, pela qual a água cai sobre a roda de água.

Chumaceira – Espécie de coxim de madeira sobre o qual se move um eixo.

Virgem – Esteio ou viga de madeira que serve de sustentação.

Aguilhão – Pião com porta de ferro que faz parte da extremidade do eixo (da roda de água e dos cilindros da moenda).

Brinquete – Travessa de madeira colocada sobre os esteios (virgens), na qual descansa a roda de água.

Pejador – Conjunto de peças destinado a fazer parar a roda de água; a parte principal é uma tábua de 2,20m, a 2,64m de comprimento, mais larga que os cubos da roda, colocada sob o feridor, como um tabuleiro deslocável. Quando necessário, interpõe-se entre

- o feridor e a roda, impedindo que a água caia sobre os cubos da roda.
- Pejar o engenho* – Parar a moenda.
- Rodete* – Roda pequena que transmite a energia da roda de água à volandeira (32 dentes).
- Volandeira* – Roda grande que transmite a energia à moenda (112 dentes)
- Moenda* – Conjunto de três cilindros de madeira, montado sobre uma mesa destinado à moagem da cana.
- Eixos da moenda* – Os três cilindros de madeira, revestidos de chapas de ferro batido. O eixo maior, o do meio, com 12 dentes e 1,32m de altura, sem contar o prolongamento superior em forma de pescoço; a altura total é de 2,64m. Os eixos menores ou laterais, com 9 dentes cada um e 1,21m de altura.
- Mesa ou gato* – Travessa de madeira, de sustentação superior dos cilindros laterais.
- Mancal* – Placa de ferro na qual gira o aguilhão inferior dos cilindros.
- Ponte* – Viga de 3,30m a 3,52m de comprimento, disposta horizontalmente, sobre a qual estão assentados os cilindros de moagem; é sustentada por 4 esteios verticais (virgens), enterrados no chão, com 1,98m de altura fora da terra e 1,54m de circunferência.
- Mesas* – Vigas de madeira, de 0,22m de espessura por 4,40m de comprimento, dispostas sobre os quatro esteios (virgens), formando a mesa da moenda. Na mesa se encaixam os mancais; nela também descansam os “gatos”.
- Capacidade de moagem diária (engenho d'água)* – 25 a 30 carros de cana.
- Sumo de cana* – Caldo da cana imediatamente após a moagem; garapa.

- Catumbá, Cachoeira ou Cocho do caldo* – Recipiente de madeira que recebe o caldo (sumo), à medida que se mói a cana; está sob a ponte.
- Parol do caldo* – Recipiente de cobre, em forma de tina grande, enterrado no solo, onde se deposita o caldo que corre do *cocho* por meio de uma bica.
- Parol da guinda* – Recipiente de cobre, em forma de tina, no qual o caldo é guindado à casa das caldeiras.
- Guinda* – Aparelhamento para guindar o parol à casa das caldeiras; dispunha-se em um sobradinho, junto a esta.
- Feitor da moenda* – Fiscal dos trabalhos da casa de moer: é trabalhador livre assalariado,
- Guarda ou Vigador da moenda* – Substituto do feitor da moenda.
- Carapina da moenda* – Carpinteiro especializado na feitura e reparo da moenda.
- Carapina de obra branca* – Carpintaria especializada no madeiramento das construções.
- Carapina de barco* – Carpinteiro especializado na feitura e reparo de barcos.

MADEIRAS

- Pau de lei ou Pau real* – No sentido comum, como madeira muito dura, de grande resistência e mais propícia para ser trabalhada.
- Sapucaia* – *Lecythis (Lecy thidaceae, Dicot.)*
- Sapupira ou Sucupira* – *Bowchidia.*
- Vinhático* – *Enterolobium.*
- Pau d'arco* – *Tabebuia (Bignoniaceae, Dicot.)*
- Jetat-amarelo ou jetat-preto ou jataí* – *Hymenoclea (Caesalpinioideae legum, Dicot.)*

Maçaranduba – *Erythrina* (Papilionoideae, legum, Dicot.)

Pau-Brasil – *Casealpinia echinata* (Caesalpinioideae legum, Dicot)

Jacarandá – *Machaerium*, *Dahlbergia* e outras legum, Dicot.

Pau-d'óleo – *Copaifera legum*, Dicot.

Jequitibá – *Couratari* (Lecythidaceae, Dicot.)

Urissica ou uticica – *Licania* (Chrysobalauaceae, Dicot.)

Angelim – *Andira* (Papilionoideae legum, Dicot.)

Peroba – *Aspidosperma* (Apocynaceae, Dicot.)

Camaçari – *Terminalia* (Combretaceae, Dicot.)

Mangue-branco – *Avicennia* (Verbenaceae, Dicot.)

Jenipapo – *Genipa* (Rubiaceae, Dicot.)

Cajueiro – *Anacardium occidentale* (Anacardiaceae, Dicot.)

Aroeira – *Schinus*, *Schinopsis*, *Astronium* (Anacardiaceae, Dicot.)

Gameleira – *Ficus* (Moraceae, Dicot.)

CASA DAS FORNALHAS

Engenho real – Tem 6 fornalhas.

Metedores de lenha – Os escravos, em número de seis, que põem lenha nas fornalhas.

Uma medida de lenha – Um carro com 1,76m de altura por 1,54m de largura; não se conhece a metragem cúbica por faltar a medida do comprimento. Quantidade que o escravo corta e arruma em um dia.

Uma tarefa de lenha – Oito carros.

Gasto anual de lenha num engenho real – 320 tarefas ou 2.560 carros aproximadamente, por safra.

Armar a lenha – Modo de dispor a lenha na fornalha, qual seja: faz-se um lastro com os troncos e sobre estes cruzam-se os travessos, isto é, a lenha miúda.

Trasfogueiros – Varas compridas com as quais se empurram os troncos para a fornalha.

Decoada – Barrela ou lixívia; prepara-se passando água quente por uma camada de cinza quente, de madeira.

CASA DAS CALDEIRAS

Terno ou *Ordem de cobres* – Conjunto de vasilhas de cobre do qual constam as seguintes peças: parol do caldo, parol da guinda, duas caldeiras, parol de espuma, parol do melado, parol de coar, quatro tachas e uma bacia.

Caldeira do meio – Primeira caldeira da fornalha; recebe o caldo da moenda e nela se inicia a purificação.

Caldeira de melar – Segunda caldeira da fornalha; nela se completa a purificação.

Parol de espuma – Recipiente onde se acumulam as escumas das caldeiras, excepto a primeira.

Cachaça – Primeira espuma que se tira da primeira caldeira, quando se ferve o caldo; serve de alimento aos animais.

Ajudar o caldo – Juntar água ou decoada ao caldo em processo de clarificação.

Repassar – Colocar nas caldeiras a espuma depositada no parol de escumas.

Claros – Última espuma da segunda caldeira: misturada com água era bebida como refresco.

Mel – Designação que toma o caldo ao sair da segunda caldeira.

Parol do melado – Recipiente onde se despeja o “mel” da segunda caldeira, já purificado.

- Parol de coar* – Recipiente onde se coa o “mel” em panos estendidos sobre uma grade.
- Um terno de tachas* – Quatro tachas com as seguintes designações: de receber, da porta, de cozer e de bater.
- Melado* – Caldo espesso em processo de evaporação nas tachas.
- Netas* – Escumas mais finas retiradas da tacha de receber; delas se faz à parte um pão de açúcar.
- Mel em ponto* – Momento exato do cozimento em que o melado passa da terceira para a quarta e última tacha.
- Desafogar* – Bater o melado rapidamente e levantando a massa para o alto, na última tacha.
- Têmpera* – Grama de cozimento do melado na última tacha; a primeira têmpera chama-se de principiar ou de bacia, tira-se logo no início do processo de concentração na tacha de bater; a segunda chama-se têmpera de igualar, tira-se quando o melado está mais espesso; a terceira, chamada de encher, é a porção do último cozimento, com a qual se acabam de encher as fôrmas. As três temperas, dispostas nas fôrmas, são remexidas juntamente, de modo a formar uma massa homogênea única. O *melado* que se comia habitualmente provinha da primeira e da segunda têmperas; fazia-se *rapadura* com a terceira tempera.
- Venda* – Conjunto de quatro ou cinco fôrmas nas quais se distribuem as têmperas.
- Pomba* – Concha grande de cobre, com cabo de madeira de 264m a 8,30m de comprimento, utilizado para passar o caldo da primeira para a segunda caldeira e desta para o parol do melado.
- Reminhol* – Colher grande, usualmente de cobre, utilizada para colocar água ou decoada nas caldeiras; cabo de madeira, de 3 a 3,3m de comprimento
- Passadeira* – Pomba pequena.
- Escumadeira* – Colher de cobre achatada, perfurada em forma de crivo, utilizada para retirar as escumas do caldo em ebulição.
- Batedeira* – Utensílio semelhante a escumadeira, com beico e sem furos,
- Vasculho* – Pincel ou escova de embira, amarrada na ponta de uma vara; servia para retirar as impurezas que se depositavam em torno das caldeiras.
- Mestre de açúcar* – Técnico que superintendia todo o processo de preparo do açúcar, livre e assalariado.
- Sotomestre* ou *banqueiro* – Substituto do mestre no período noturno. Seu ajudante é o sotobanqueiro, em geral um mulato ou crioulo do escravo da casa.
- Caldeireiro* – Escravo que lida com o caldo nas caldeiras; são em número de oito no engenho real, divididos em dois turnos.
- Tacheiro* – Escravo que lida com o melado nas tachas: são quatro no engenho real, de dois ternos de cobres. divididos em dois turnos.
- Calcanha* – Escrava que passa a escuma do parol de escuma para as caldeiras, varre a casa das caldeiras e acende as candeias.
- Caldeireiro de cobres* – Artesão do que se ocupa da feitura e conserto do vasilhame de cobre,
- Açúcar de cara fechada* – Aquele que se solidifica na fôrma e dificilmente se quebra.
- Açúcar de cara quebrada* – O que se solidifica na fôrma mas se quebra com facilidade.
- Produção de um engenho real* – 200 pães de açúcar por semana solteira (de seis dias úteis).

CASA DE PURGAR

Casa de purgar – Edifício onde se procede à operação de branquear o açúcar. Era construído de pedra e cal, de 98,12m de comprimento 18,92m de largura e 8,30m de altura; com 52 janelas de 1,76m de altura e 1,32m de largura.

Purgar o açúcar – Branquear o açúcar. Ou seja, separar o mel ou açúcar não cristalizável do cristal de açúcar.

Açúcar – Nome que toma a massa homogênea das três tâmpas somente depois que está na fôrma.

Capacidade da casa de purgar – 2.000 fôrmas.

Andainas – Fileiras de tábuas dispostas sobre pilares de tijolos de 1,54m de altura, com buracos redondos onde se encaixam as fôrmas; cada tábua tinha capacidade para dez fôrmas,

Fôrma de açúcar – Vaso de barro queimado, de forma cônica, semelhante a um sino, de 0,77m de altura: possuía um orifício no fundo que se fechava com taco de folha de bananeira e abria-se para purgar o açúcar.

Capacidade de uma fôrma – Um pão de três arrobas e meia de açúcar, das quais duas arrobas e meia de açúcar branco e uma arroba de mascavo.

Barro para purgar o açúcar – Argila tirada dos apicús, isto é, dos terrenos alagadiços formados pelos resíduos das marés, entre o mar e a terra firme.

Melaço ou *Mel* – Açúcar em fôrma de glicose que escorre pelo furo das formas de açúcar.

Remel – Açúcar em forma de glicose que escorre das fôrmas de açúcar batido,

Purgador – Pessoa que preside aos trabalhos da casa de pingar; é trabalhador livre assalariado.

SECAGEM E ENCAIXOTAMENTO DO AÇÚCAR

Balcão de mascavar – Balcão disposto junto à porta da casa de purgar, sob um alpendre, de 18,4m de comprimento por 5,28m de largura, onde se retira, com um facão, todo o açúcar escuro, mal purgado, depositado na parte inferior das fôrmas (operação de mascavar).

Mãe do Balcão – Escrava encarregada de mascavar e de secar o açúcar. São duas no engenho real, ajudadas por várias escravas,

Cabucho ou *Pé da fôrma* – Açúcar do fundo da fôrma, mais úmido e mais escuro, que voltava à casa de purgar para secar melhor. É o mascavo.

Balcão de secar – Balcão disposto ao ar livre, de 17,60m de comprimento por 12,32m de largura, assentado sobre vinte e cinco pilares de tijolo; é mais elevado no centro; construído de madeira de lei. Serve para secar o açúcar ao sol.

Capacidade do balcão de secar – 70 pães de açúcar.

Tolete – Pau aguçado.

Quebrador ou *Molete de quebrar* – Lança sem ponta com a qual se quebra o pão de açúcar em quatro partes e estas em outras quatro partes; estas são divididas em torrões por meio de facões; em torrões menores por meio dos toletes.

Cara de açúcar – A primeira parte do pão de açúcar, bem branca, com uma arroba de peso depois de aparada e aplainada. Acondicionada em couro para exportar para o Reino, preferida para se oferecer como presente,

Lascas de açúcar – Lascas em número de seis ou oito, cortadas da parte branca do pão de açúcar, aparadas na forma de quatro cantos em quadra.

Fecho de açúcar – Caixas acondicionadas com doze arrobas do açúcar, o mais fino, procedente da cara das fôrmas.

Caixas de encomenda – Acondicionadas com 35 arrobas de açúcar, do mais fino, procedente da cara das fôrmas.

Açúcar da cara da caixa – Açúcar da melhor qualidade que se colocava na parte superior da caixa, no acondicionamento ordinário.

Moleque de assentar ou *Juiz* – Espátula Grossa utilizada para igualar o açúcar das caixas.

Caixa de açúcar – Feita geralmente de jequitibá e camaçari, com tábuas de 0,55m de largura, tinham capacidade para 35 arrobas de açúcar.

Caixeiro – Trabalhador livre e assalariado que presidia a todo trabalho de secagem, pesagem, distribuído do açúcar pelos lavradores e comerciantes e encaixotamento.

QUALIDADES DE AÇÚCAR

Açúcar branco macho – Açúcar de cor branca, procedente da parte superior das fôrmas, chamada cara da fôrmas. É o de melhor qualidade.

Açúcar redondo – Menos alvo, procedente da segunda parte da fôrma, imediatamente depois da cara da fôrma; considerado açúcar branco de segunda qualidade.

Açúcar baixo ou inferior – Da cor do trigo maduro; considerado açúcar branco de terceira qualidade.

Açúcar branco batido – De recuperação, feito com o mel escorrido das fôrmas de açúcar macho, na casa de purgar.

Açúcar mascavado macho ou mascavo macho – Açúcar escuro, que se tirava do pé da fôrma de açúcar macho.

Açúcar mascavado batido – De recuperação, procede do pé das fôrmas de

açúcar feito com o mel escorrido das fôrmas de açúcar macho.

II

PRODUÇÃO DO FUMO

Currais, Cercados ou *Malhadas* – Também chamados currais portáteis. Área que servia de curral de gado, para ficar bem estrumada; nela se faziam os regos nos quais se replantavam as mudas de fumo ao atingirem 0,22m de altura aproximadamente.

Capar – Tirar o grelo ou broto superior da planta antes de espigar, operação realizada quando a planta possuía oito ou nove folhas.

Desolhar – Tirar os vários brotos que nascem junto às folhas depois de capar. Esta operação é repetida de oito em oito dias.

Espinar – Retirar o talo das folhas, em sua maior parte, com todo cuidado para que não se rasguem as folhas.

Corda de fumo – Corda feita com as folhas de fumo, de três dedos de espessura.

Ajuntar – Colocar três bolas de corda de fumo em um pau que se deixa no tendal.

Tendal – Espécie de andaime alto, onde se colocam as bolas de fumo, para escorrerem; a calda se deposita em regos de madeira colocados sob os andaimes.

Temperar a calda – Juntar erva-doce, alfavaca e banha de porco; nesta calda passava-se o rolo de fumo. Temperava-se também com almíscar ou âmbar.

Manojo – Rolo.

Urucuri – *Cocos* (*Palmae*, Monoc.)

Caravatá ou *Gravatá* – Várias bromeliáceas (*Bromeliaceae*, Monoc.)

Baunilha – *Vanilla* (*Orchidaceae*, Monoc.)

Alfavaca – *Ocimum (Labiatae, Dicot.)*
Erva-doce – *Pimpinella anisum (Umbelliferae, Dicot.)*
Peso de um rolo de fumo – 8 arrobas.
Granido ou *granito* – Grãozinho.
Eropema ou *Urupema* – Peneira de palha.

III MINERAÇÃO DO OURO

Gamela – Bateia.
Madre – Empregada em dois sentidos: no de veio d'água principal e no de veio aurífero, ou seja, as aluviões constitutivas do próprio leito menor dos córregos.
Data – Área demarcada legalmente para a exploração do ouro, de tamanho variável segundo o número de escravos do possuidor. Exceto as duas do descobridor, que mediam 4.356m² cada uma.
Oitava – Medida antiga de peso equivalente a 3.586g.
Ouro quintado – Ouro em barra, com a marca da Casa de Fundição, comprovante de que foi pago o quinto (imposto de 20% sobre o ouro).
Cata – Orifício de 3,30m a 4,40m em quadra (tamanho ordinário), podendo ser maior ou menor, pelo qual se faz a exploração do ouro.
Pintar ouro ou *Pintar* – Faiscar das partículas de ouro na bateia.
Bateia – Vasilha de madeira em forma de alguidar, na qual se lavam as areias auríferas.
Tabuleiro – As lavras auríferas que ocupavam o leito maior dos rios, ou seja, suas margens propriamente ditas.

Cascalho – Seixos rolados, mais redondos ou mais angulosos e ásperos, conforme a natureza das rochas e sua localização.
Piçarra ou *Piçarrão* – Argilas ou xistos, na maioria dos casos improdutivos de metal.
Desmante – Rochas com seixos miúdos.
Veeiro – Veio aurífero, também chamado madre.
Socavão – Buraco grande, em geral de 1,54m a 1,76m em quadra, feito como trabalho prévio de observação para verificar se há ouro no local.
Beta – Veio de metal em uma rocha; veeiro ou filão pequeno e estreito.

IV O GADO

Fazenda de gado – Grande propriedade agrária, dedicada à criação de gado bovino, chegando a ter mais de vinte mil cabeças de gado.
Curral – Unidade de ocupação da fazenda de gado; nela se localizavam os currais onde se reunia o gado uma vez por ano, e as residências dos vaqueiros. Uma fazenda de gado possuía numerosos currais cada um com algumas centenas de cabeças de gado.
Um meio de sola – Um couro de boi curtido e preparado para ser utilizado.
Marchante – Negociante de gado para os açougues.
Passador – O responsável pela condução do gado de um local a outro.
Tangedor – Pessoa que toca os animais para fazê-los andar.
Guia – Pessoa que vai na frente da boiada, para indicar o caminho, em geral a cavalo.

CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL
POR SUAS DROGAS E MINAS

Com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar,
plantar, e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas;
e descobrir as da prata;
*e dos grandes emolumentos que esta conquista da
América Meridional dá ao reino de Portugal, com
estes e outros gêneros, e contratos reais.*

Obra de

ANDRÉ JOÃO ANTONIL

Oferecida

aos que desejam ver glorificado nos altares ao venerável
padre José de Anchieta, sacerdote da Companhia de Jesus,
missionário apostólico e novo taumaturgo do Brasil.

LISBOA

Na Oficina Real Deslandesiana, com
as licenças necessárias, ano de 1711.

[Folha de rosto da 1ª edição.]

.....
*Aos senhores de engenho e lavradores
do açúcar e do tabaco e aos que se ocupam
em tirar ouro das minas do Estado do Brasil.*

*D*EVE TANTO O BRASIL ao Venerável Padre José de Anchieta, um dos primeiros e mais fervorosos missionários desta América Meridional, que à boca cheia o chama seu grande apóstolo e novo taumaturgo pela luz evangélica que comunicou a tantos milhares de índios e pelos inumeráveis milagres que obrou em vida e obra continuamente, invocado para benefício de todos. Porém, confessar estas obrigações e não cooperar às glórias de tão insigne benfeitor, não basta para um verdadeiro agradecimento, devido justamente e esperado. Para excitar, pois, este piedoso afeto nos ânimos de todos os que mais facilmente podem ajudar como agradecidos e liberais obra tão santa, como é a canonização de um varão tão ilustre, procurei acompanhar esta justa petição com alguma dádiva que pudesse agradar, e ser de alguma utilidade aos que nos engenhos do açúcar, nos partidos e nas lavouras do tabaco, e nas minas do ouro experimentam o favor do Céu com notável aumento dos bens temporais. Portanto, com esta limitada oferta provoço aquela generosa liberalidade, que não consente ser rogada, por não parecer que, dando, quer vender benefícios. E ao mesmo Venerável Padre José de Anchieta peço encarecidamente que queira alcançar de Deus centuplicada remuneração na Terra e no Céu a quem se determinar a promover com alguma esmola as suas honras para que publicadas nos templos e celebradas nos altares, acrescentem também maior glória àquele Senhor que é honrado nas honras dos santos, e glorificado em suas glórias.

PRIMEIRA PARTE

Cultura e Opulência
do Brasil

*na lavra do açúcar
Engenho Real
moente e corrente*

TRATA-SE

Do senhor do engenho do açúcar, dos feitores e outros oficiais que nele se ocupam, suas obrigações e salários.

Da moenda, fábrica e oficinas do engenho e do que em cada uma delas se faz.

Da planta das canas, sua condução e moagem; e de como se faz, purga e encaixa o açúcar no Recôncavo da Bahia, no Brasil, para o reino de Portugal, e seus emolumentos.

.....

Proêmio

QUEM CHAMOU às oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar, admirável.

Dos engenhos, uns se chamam reais, outros, inferiores, vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente.

E porque algum dia folguei de ver um dos mais afamados que há no Recôncavo, à beira-mar da Bahia, a que chamam o engenho de Sergipe do Conde, movido de uma louvável curiosidade, procurei, no espaço de oito ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que o fazia tão celebrado, e quase rei dos engenhos reais. E valendo-me das informações que me deu quem o administrou mais de trinta anos com conhecida inteligência, e com acrescen-

tamento igual à indústria, e da experiência de um famoso mestre de açúcar que cinquenta anos se ocupou nesse ofício com venturoso sucesso, e dos mais oficiais de nome, aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia, me resolvi a deixar neste borrão tudo àquilo que na limitação do tempo sobredito apressadamente, mas com atenção, ajuntei e estendi com o mesmo estilo e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos; para que os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conheçam e sintam menos dar por ele o preço que vale; e quem de novo entrar na administração de algum engenho, tenha estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda a ocupação se deve desejar e intentar. E, para maior clareza e ordem, reparti em vários capítulos tudo o que pertence a esta droga e a quem por ela e nela trabalha; começando, depois de relatar as obrigações de cada qual, desde a primeira origem do açúcar na cana, até sua cabal perfeição nas caixas, conforme o meu limitado cabedal, que pelo menos servirá para dar a outros de melhor capacidade e pena mais ligeira e bem aparada, algum estímulo de aperfeiçoar este embrião. E se alguém quiser saber o autor deste curioso e útil trabalho, ele é um amigo do bem público, chamado

O Anônimo toscano.

.....

Licenças

Do Santo Ofício

Ilustríssimo Senhor:

REVI ESTE LIVRO, intitulado *Cultura e Opulência do Brasil*, mencionado na petição acima, e, sendo a obra de engenho, pela boa disposição com que o seu autor o compôs, é muito merecedora da licença que pede; porque por este meio, saberão os que se quiserem passar ao Estado do Brasil, o muito que custam as culturas do açúcar, tabaco e ouro, que são mais doces de possuir no Reino que de cavar no Brasil. Não contém este livro coisa que seja contra nossa Santa Fé ou bons costumes, e por isso se pode estampar com letras de ouro. Este é o meu parecer, que ponho aos pés de V. Ilustríssima, para mandar fazer o que for servido.

*Santa Ana de Lisboa, em oito
de novembro de 1710.*

FR. PAULO DE SÃO BOAVENTURA

Não contém este Tratado coisa suspeitosa contra nossa Santa Fé e pureza dos bons costumes e, assim sendo, V. Ilustríssima servido pode conceder a licença que pede o Autor. Trindade, em 30 de novembro de 1710.

FR. MANUEL DA CONCEIÇÃO

Vistas as informações, pode-se imprimir o livro intitulado *Cultura e Opulência do Brasil*, e, impresso, tornará para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá. Lisboa, 5 de dezembro de 1710.

MONIZ, HASSE, MONTEIRO, RIBEIRO.
FR. ENCARNAÇÃO. ROCHA. BARRETO.

Do Ordinário

Pode-se imprimir o livro intitulado *Cultura e Opulência do Brasil* e impresso torne para se conferir e dar licença que corra e sem ela não correrá. Lisboa, 12 de dezembro de 1710.

B. DE TAGASTE.

Do Paço

Senhor:

Vi o livro que V. Majestade foi servido remeter-me; seu autor, André João Antonil; e sobre não achar nele coisa que encontre o real serviço de V. Majestade, me parece será muito útil para o comércio, porque despertará as diligências e incitará a que se procurem tão fáceis interesses. Julga-o muito digno da licença que pede; V. Majestade ordenará o que for servido. São Domingos de Lisboa, 15 de janeiro de 1711.

FR. MANUEL GUILHERME

Que se possa imprimir, vistas as licenças de Santo officio e Ordinário e depois de impresso tornará à Mesa, para se conferir e taxar, e sem isso não correrá. Lisboa, 17 de janeiro de 1711.

OLIVEIRA. LACERDA. CARNEIRO.
BOTELHO. COSTA

LIVRO I

.....

Capítulo I

DO CABEDAL QUE HÁ DE TER O SENHOR DE UM ENGENHO REAL

O

SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade.

Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho, como os cidadãos dos fidalgos; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foíce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras par-

tes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dois barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas esquipações de bois, querem enxadas e foices. Querem as serrarias machados e serras. Quer a moenda de toda a cata de paus de lei de sobressalente, e muitos quintais de aço e de ferro. Quer a carpintaria madeiras seletas e fortes para esteios, vigas, aspas e rodas; e pelo menos os instrumentos mais usuais, a saber, serras, trados, verrumas, compassos, regras, escopros, enxós, goivas, machados, martelos, cantins e junteiras, pregos e plainas. Quer a fábrica do açúcar paróis e caldeiras, tachas e bacias e outros muitos instrumentos menores, todos de cobre, cujo preço passa de oito mil cruzados, ainda quando se vende não tão caro como nos anos presentes. São finalmente necessárias, além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho, com seu quarto separado para os hóspedes que, no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e casa de purgar, caixaria, lambisque e outras coisas, que, por miúdas, aqui se escusa apontá-las, e delas se falará em seu lugar.

O que tudo bem considerado, assim como obriga a uns homens de bastante cabedal e de bom juízo a quererem antes ser lavradores possantes de cana, com um ou dois partidos de mil pães de açúcar, com trinta ou quarenta escravos de enxada e foice, do que ser senhores de engenho por poucos anos, com a lida e atenção que pede o governo de toda essa fábrica; assim, é para pasmar, como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas tanto que chegaram a ter algum número de escravos, e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo e de agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas, que na segunda ou terceira já se declaram perdidos; sendo juntamente causa que os que fiaram deles dando-lhes fazenda e dinheiro também quebrem e que outros zombem da sua mal fundada presunção, que tão depressa converteu em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente mas enganosa esperança.

E ainda que nem todos os engenhos sejam reais, nem todos puxem por tantos gastos quantos até aqui temos apontado, contudo, entenda cada qual que, com as mortes e fugidas dos servos, e com a perda de muitos cavalos e bois e com as secas que de improviso apertam e mirram a cana e com os desastres que a cada passo sucedem, crescem os gastos mais do que se cuidava. Entenda também que os pedreiros e carapinas e outros oficiais, desejosos de ganhar à custa alheia, lhe facilitarão tudo de tal sorte que lhe parecerá o mesmo levantar um engenho que uma senzala de negros; e quando começar a ajuntar os aviamentos, achará ter já despedido tudo o que tinha, antes de se pôr pedra sobre pedra, e não terá com que pagar as soldadas, crescendo de improviso os gastos, como por causa das enxurradas os rios.

Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita, na conservação e lavoura das terras que possui, e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito. Por isso, tendo já falado do que

pertence ao cabedal que há de ter, tratarei agora de como se há de haver no governo; e primeiramente da compra e conservação das terras e seus arrendamentos aos lavradores que tem; e logo da eleição dos oficiais que há de admitir ao seu serviço, apontando as obrigações e as soldadas de cada um deles, conforme o estilo dos engenhos reais da Bahia; e, ultimamente, do governo doméstico da sua família, filhos e escravos, recebimento dos hóspedes e pontualidade em dar satisfação a quem deve, do que depende a conservação do seu crédito que é o melhor cabedal dos que se prezam de honrados.

.....

Capítulo II

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DE ENGENHO NA COMPRA E CONSERVAÇÃO DAS TERRAS E NOS ARRENDAMENTOS DELAS

SE O SENHOR do engenho não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus por salões. Por isso, valha-se das informações dos lavradores mais entendidos, e atente não somente à barateza do preço, mas também a todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; e, em falta destes, comodidade para ter a lenha mais perto que puder ser, e para escusar outros inconvenientes que os velhos lhe poderão apontar, que são os mestres a quem ensinou o tempo e a experiência, o que os moços ignoram.

Muitos vendem as terras que têm, por cansadas, ou faltas de lenha; outros, porque se não atrevem a ouvir tantos recados, semelhantes aos que se davam a Jó, do partido queimado, dos bois atolados, dos escravos mortos e do açúcar perdido. Outros, obrigados a vender contra vontade por causa dos acredores que os apertam, bem pode ser que ofereçam terras novas e fortes; porém, o comprador corre então outro risco de comprar demandas eternas, pelas obrigações e hipotecas a que estão por repetidas vezes sujeitas. Portanto, nesse caso, fale o comprador

com os letrados, pergunte aos acredores que é o que pertendem; e, se for necessário, com autoridade do juiz cite a todos, para saber o que na verdade se deve; nem conclua a compra, antes de ver com seus olhos que é o que compra, que títulos de domínio tem o vendedor, e se os ditos bens são vinculados ou livres, e se têm parte neles órfãos, mosteiros ou igrejas, para que se não falte ao fazer da escritura a alguma condição ou solenidade necessária. Veja também as demarcações das terras, se foram medidas por justiça, e se os marcos estão em ser, ou se há mister aviventá-los, que tais são co-heréus a saber, se amigos de justiça, de verdade e de paz, ou, pelo contrário, trapaceiros, desinquietos e violentos; porque não há maior peste que um mau vizinho.

Feita a compra, não falte a seu tempo à palavra que deu, pague e seja pontual nesta parte; e atente à conservação e melhoramento do que comprou, e principalmente use de toda a diligência para defender os marcos e as águas de que necessita para moer o seu engenho; e mostre aos filhos e aos feitores os ditos marcos, para que saibam o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos que são uma contínua desinquietação da alma e um contínuo sangrador de rios de dinheiro que vai a entrar nas casas dos advogados, solicitadores e escritvães, com pouco proveito de quem promove o pleito, ainda quando alcança, depois de tantos gastos e desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a Santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exhibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agrada; e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer barquinhos de papel, em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente, o vento fará que voem fora da casa sem penas.

Para ter lavradores obrigados ao engenho, é necessário passar-lhes arrendamento das terras, em que hão de plantar. Estes costumam fazer-se por nove anos, e um de despejo, com obrigação de deixarem plantadas tantas tarefas de cana, ou por dezoito anos e mais, com as obrigações e número de tarefas que assentarem, conforme o costume da

terra. Porém, há-se de advertir que os que pedem arrendamento sejam fazendeiros e não destruidores da fazenda, de sorte que sejam de proveito e não de dano. E, na escritura do arrendamento, se hão de pôr as condições necessárias, v. g., que não tirem paus reais, que não admitam outros em seu lugar nas terras que arrendam, sem consentimento do senhor delas; e outras que se julgarem necessárias para que algum deles, mais confiado, de lavrador se não faça logo senhor. E para isso seria boa prevenção ter uma fórmula ou nota de arrendamentos, feita por algum letrado dos mais experimentados, com declaração de como se haverão despejando acerca das benfeitorias, para que o fim do tempo do arrendamento não seja princípio de demandas eternas.

.....

Capítulo III

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM OS LAVRADORES E OUTROS VIZINHOS, E ESTES COM O SENHOR

O

TER MUITA FAZENDA cria, comumente, nos homens ricos e poderosos, desprezo da gente mais nobre; e, por isso, Deus facilmente lha tira, para que se não sirvam dela para crescer em soberba. Quem chegou a ter título de senhor, parece que em todos quer dependência de servos. E isto principalmente se vê em alguns senhores que têm lavradores em terras do engenho, ou de cana obrigada a moer nele, tratando-os com altivez e arrogância. Donde nasce o serem malquistos e murmurados que os não podem sofrer; e que muitos se alegrem com as perdas e desastres que de repente padecem, pedindo os miseráveis oprimidos a cada passo justiça a Deus, por se verem tão vexados e desejando ver aos seus opressores humilhados, para que aprendam a não tratar mal aos humildes, assim como o médico deseja e procura tirar fora a malignidade e abundância do humor pecante que faz ao corpo indisposto e doente, para lhe dar nesta sorte não somente vida, mas também perfeita saúde.

Nada, pois, tenha o senhor do engenho de altivo, nada de arrogante e soberbo, antes, seja muito afável com todos e olhe para os seus lavradores como para verdadeiros amigos, pois tais são na verdade,

quando se desentranham para trazerem os seus partidos bem plantados e limpos, com grande emolumento do engenho, e dê-lhes todo o adjutório que puder em seus apertos, assim com a autoridade como com a fazenda. Nem ponha menor cuidado em ser muito justo e verdadeiro, quando chegar o tempo de moer a cana e de fazer e encaixar ao açúcares, porque não seria justiça tomar para si os dias de moer que deve dar aos lavradores por seu turno, ou dar a um mais dias que a outro ou mistura o açúcar que se fez de um lavrador, com o da tarefa de outro, o escolher para si o melhor e dar ao lavrador o somenos. E, para evitar estas dúvidas e qualquer outra suspeita semelhante, avise ou mande avisar com tempo a quem por direito se segue, para que possa cortar e carrear a cana e tê-la na moenda ao seu dia, e haja nas fôrmas seu sinal para que se distingam das outras. Nem estranhe que os lavradores queiram ver no tendal e casa de purgar, no balcão e casa de encaixar, ao seu açúcar, pois tanto lhes custou chegá-lo a pôr nesse estado e tanta amargura precedeu a esta limitada doçura.

Também seria sinal de ter ruim coração, fazer má vizinhança aos que moem a cana livre em outros engenhos, só porque a não moem no seu, nem ter boa correspondência com os senhores de outros engenhos só porque cada qual deles folga de moer tanto como outro, ou porque a algum deles lhe vai melhor com menos gasto e sem perdas. E, se a inveja entre os primeiros irmãos que houve no mundo foi tão arrojada que chegou a ensanguentar as mãos de Caim com o sangue de Abel, porque Abel levava a benção do Céu e Caim não, por sua culpa, quem duvida que poderia chegar a renovar semelhantes tragédias ainda hoje entre os parentes, pois há no Brasil muitas paragens em que os senhores de engenho são entre si muito chegados por sangue e pouco unidos por caridade, sendo o interesse a causa de toda a discórdia, e bastando talvez um pau que se tire ou um boi que entre em um canavial por descuido para declarar o ódio escondido e para armar demandas e pendências mortais? O único remédio, pois, para atalhar pesados desgostos é haver-se com toda a urbanidade e primor, pedindo licença para tudo, cada vez que for necessário valer-se do que têm os vizinhos, e persuadir-se que, se negam o que se pede, será porque a necessidade os obriga. E quando ainda se conhecesse que o negar-se é por desprimor, a verdadeira e mais

nobre vingança será dar logo a quem negou o que se pediu na primeira ocasião, dobrado do que pede, para que desta sorte caia por bom modo na conta de como devia proceder.

Sobre todos, porém, os que se devem haver com maior respeito para com o senhor do engenho são os lavradores que têm partidos obrigados à sua moenda; e muito mais os que lavram em terras que o senhor lhes tem arrendado, particularmente quando desta sorte começaram sua vida e chegaram por esta via a ter cabedal, porque a ingratidão e o faltar ao respeito e cortesia devida é nota digna de ser muito estranhada, e um agradecimento obsequioso cativa aos ânimos de todos com correntes de ouro. Porém, este respeito nunca há de ser tal que incline a obrar contra justiça, principalmente quando fossem induzidos a fazer coisa contrária à lei de Deus; como seria a jurar em demandas crimes, ou cíveis contra a verdade, e a pôr-se a mal com os que com razão se defendem. E o que tenho dito dos senhores do engenho digo também das senhoras, as quais, posto que mereçam maior respeito das outras, não hão de presumir que devem ser tratadas como rainhas, nem que as mulheres dos lavradores hão de ser suas criadas e aparecer entre elas como a Lua entre a estrelas menores.

.....

Capítulo IV

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO NA
ELEIÇÃO DAS PESSOAS E OFICIAIS QUE ADMITIR AO SEU
SERVIÇO, E PRIMEIRAMENTE DA ELEIÇÃO DO CAPELÃO

SEM ALGUMA COISA mais que em outra há de mostrar o senhor do engenho a sua capacidade e prudência, esta sem dúvida é a boa eleição das pessoas e oficiais que há de admitir ao seu serviço para o bom governo do engenho. Porque, sendo a eleição filha da prudência, com razão se arguirá de imprudente quem escolher pessoas ou de ruim vida, ou ineptas para o que hão de fazer. E claro está que uns com a ruim vida desagradarão a Deus e aos homens e serão causa de muitos e bem pesados desgostos e outros com a ineptidão causarão dano não ordinário à fazenda. E isto lhe poderão estranhar com razão, não só os de casa, por mais chegados a queimar-se ou a chamuscar-se com o seu trato, mas também os de fora e principalmente os lavradores, obrigados a experimentar sem culpa os prejuízos que se seguem ao seu malogrado suor, de não saberem os oficiais o que requer o seu ofício.

O primeiro, que se há de escolher com circunspecção e informação secreta do seu procedimento e saber, é o capelão, a quem se há de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar

doutrinar a família e escravos, não já por um crioulo ou por um feitor que, quando muito, poderá ensinar-lhes vocalmente as orações e os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, mas por quem saiba explicar-lhes o que hão de crer, o que hão de obrar, e como hão de pedir a Deus aquilo de que necessitam. E, para isso, se for necessário dar ao capelão alguma coisa mais do que se costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão.

Tem, pois, o capelão obrigação de dizer missa na capela do engenho nos domingos e dias-santos, ficando-lhe livre a aplicação das missas nos outros dias da semana por quem quiser, salvo se se concertar de outra sorte com o senhor da capela, recebendo estipêndio proporcionado ao trabalho. E, nos mesmos domingos e dias-santos, ou pelo menos nos domingos, se se admitir com esta obrigação explicará a doutrina cristã, a saber, os principais mistérios da fé e o que Deus e a santa Igreja mandam que se guarde. Quão grande mal é o pecado mortal. Que pena lhe tem Deus aparelhado nesta e na outra vida, aonde a alma vive e viverá imortalmente. Que remédio nos deu Deus na encarnação e morte de Jesus Cristo, seu santíssimo Filho, para que se nos perdoassem assim as culpas, como as penas que pelas culpas se devem pagar. De que modo havemos de confessar os pecados e pedir a Deus perdão deles com verdadeiro arrependimento e propósito firme de não tornar a cometê-los, ajudados da graça divina. Em que consiste fazer penitência de seus pecados. Quem está no Santíssimo Sacramento do altar; porque está aí e se recebe; com que disposição se há de receber em vida e por viático na doença mortal. Quanto importa ganhar as indulgências, para descontar o que se deve pagar no Purgatório. Com cada qual se há de encomendar a Deus para não cair em pecado e oferecer-lhe pela manhã todo o trabalho do dia. Quanto são dignos de abominação os feiticeiros e curadores de palavras, e os que a eles recorrem, deixando a Deus, de quem vem todo o remédio; os que dão peçonha ou bebidas (como dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados, os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso, ou por malignidade, ou por interesse, ou por respeitos humanos. E, finalmente, que prêmio e que pena há de dar Deus eternamente a cada qual, conforme obrou nesta vida.

Procurará também a aprovação para ouvir de confissão aos seus aplicados e para que, sendo sacerdote e ministro de Deus, lhes possa servir frequentemente de remédio, não se contentando só com acudir no artigo da morte aos doentes. Mas advirta, na administração deste sacramento, que não é senhor dele, por muita autoridade que tenha; porque se o penitente não for disposto por causa de estar amancebado ou andar com ódio do próximo ou por não tratar de restituir a fama ou a fazenda que deve, ainda que fosse o mesmo senhor do engenho, o não há de absolver; e nisto poderia haver, por respeito humano, grande encargo de consciência, e culpa bem grave.

Corre também por sua conta pôr a todos em paz e atalhar discórdias e procurar que, na capela em que assiste, seja Deus honrado, e a Virgem, senhora nossa, cantando-lhe nos sábados as ladainhas, e nos meses em que o engenho não mói, o terço do rosário, não consentindo risadas, nem conversações e práticas indecentes, não só na capela, mas nem ainda no copiar, particularmente quando se celebra o santo sacrifício da missa.

Advirta, além disto, de não receber noivos, nem batizar fora de algum caso de necessidade, nem desobrigar na quaresma, pessoa alguma, sem licença *in scriptis* do vigário a quem pertencer dá-la, nem fazer coisa que toque à jurisdição dos párocos, para que não incorra nas penas e censuras que sobre isso são decretadas e de balde se queixe do seu descuido ou ignorância.

Finalmente, faça muito por morar fora de casa do senhor do engenho, porque assim convém a ambos, pois é sacerdote, e não criado, familiar de Deus e não de outro homem, nem tenha em casa escrava para o seu serviço, que não seja adiantado na idade, nem se faça mercador ao divino ou ao humano, porque tudo isto muito se opõe ao estado clerical que professa, e se lhe proíbe por vários sumos-pontífices.

O que se costuma dar ao capelão a cada ano, pelo seu trabalho, quando tem as missas da semana livres, são quarenta ou cinquenta mil-réis; e com o que lhe dão os aplicados, vêm a fazer uma porção competente bem ganhada, se guardar tudo o que acima está dito e se houver de ensinar aos

filhos do senhor do engenho, se lhe acrescentará o que for justo e correspondente ao trabalho.

No dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento e livre aos que nele trabalham de todo o desastre. E quando, no fim da safra, o engenho pejar, procurará que todos dêem a Deus as graças na capela.

.....

Capítulo V

DO FEITOR-MOR DO ENGENHO E DOS OUTROS FEITORES MENORES QUE ASSISTEM NA MOENDA, FAZENDAS E PARTIDOS DA CANA: SUAS OBRIGAÇÕES E SOLDADAS

O

S BRAÇOS DE QUE SE VALE o senhor do engenho para o bom governo da gente e da fazenda são os feitores. Porém, se cada um deles quiser ser cabeça, será o governo monstruoso e um verdadeiro retrato do cão Cérbero, a quem os poetas fabulosamente dão três cabeças. Eu não digo que se não dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem. Convém que os escravos se persuadam que o feitor-mor tem muito poder para lhes mandar e para repreendê-los e castigar quando for necessário, porém, de tal sorte que também saibam que podem recorrer ao senhor e que hão de ser ouvidos, como pede a justiça. Nem os outros feitores, por terem mando, hão de crer que o seu poder não é coarctado nem limitado, principalmente no que é castigar e prender. Portanto, o senhor há de declarar muito bem a autoridade que dá a cada um deles, e mais ao maior, e, se excederem, há de puxar pelas rédeas com a repreensão que os excessos merecem, mas não diante dos escravos, para que outra vez se não levantem contra o feitor, e este leve a mal de ser repreendido diante deles e se não atreva a governá-los. Só bastante, que por terceira pessoa só faça entender

ao escravo que padeceu e a alguns outros dos mais antigos da fazenda que o senhor estranhou muito ao feitor o excesso que cometeu e que, quando se não emende, o há de despedir certamente.

Aos feitores, de nenhuma maneira se deve consentir o dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejudadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera não se medem os golpes, e pode ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro, e perdê-lo. Repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas, com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prender os fugitivos e os que brigaram com feridas ou se embebedaram, para que o senhor os mande castigar como merecem, é diligência digna de louvor. Porém, amarrar e castigar com cipó até correr o sangue e meter no tronco, ou em uma corrente por meses (estando o senhor na cidade) a escrava que não quis consentir no pecado ou ao escravo que deu fielmente conta da infidelidade, violência e crueldade do feitor que para isso armou delitos fingidos, isto de nenhum modo se há de sofrer, porque seria ter um lobo carnicero e não um feitor moderado e cristão.

Obrigação do feitor-mor do engenho é governar a gente e reparti-la ao seu tempo, como é bem, para o serviço. A ele pertence saber do senhor a quem se há de avisar para que corte a cana e mandar-lhe logo recado. Tratar de aviar os barcos e os carros para buscar a cana, fôrmas e lenha. Dar conta ao senhor de tudo o que é necessário para o aparelho do engenho, antes de começar a moer, e, logo acabada a safra, arrumar tudo em seu lugar. Vigiar que ninguém falte sua obrigação, e acudir depressa a qualquer desastre que suceda, para lhe dar, quanto puder ser, o remédio. Adoecendo qualquer escravo, deve livrá-lo do trabalho e pôr outro em seu lugar e dar parte ao senhor para que trate de o mandar curar, e ao capelão para que o ouça de confissão, e o disponha, crescendo a doença, com os mais sacramentos para morrer. Advirta que se não metam no carro os bois que trabalharam muito nos dias antecedentes, e que em todo o serviço, assim como se dá algum descanso aos bois e aos cavalos, assim se dê, e com maior razão, por suas esquipações aos escravos.

O feitor da moenda chama ao seu tempo as escravas, recebe a cana e a manda vir e meter bem nos eixos e tirar o bagaço, atentando que as negras não durmam, pelo perigo que há de ficarem presas e moídas, se lhes não cortarem as mãos, quando isto suceda, e mandando juntamente

divertir a água da roda, para que pare. Procura que, de vinte e quatro em vinte e quatro horas, se lave a moenda e que o caldo vá limpo e se guinde para o parol. Pergunta quanto caldo há mister nas caldeiras, para que saiba com este aviso se há de moer mais cana ou parar até que se dê vazão, para que não azede o que já está no parol.

Os feitores que estão nos partidos e mais fazendas têm à sua conta defender as terras e avisar logo ao senhor se há quem se meta dentro das roças, canaviais e matos, para tomar o que não é seu. Assistir aonde os escravos trabalham, para que se faça o serviço como é bem. Saber os tempos de plantar, limpar e cortar a cana e de fazer roças. Conhecer a diversidade das terras que há para servir-se delas para o que forem capazes de dar. Tomar, a cada escravo, a tarefa e as mãos, que é obrigado entregar. Atentar para os caminhos dos carros, que sejam tais que por eles se possa conduzir a cana e a lenha, de sorte que não fiquem na lama, e que também os carros se consertem quando for necessário. Ver que cada escravo tenha sua foice e enxada, e o mais que há mister para o serviço. E esteja muito atento que se não pegue o fogo nos canaviais por descuido dos negros boçais, que às vezes deixam ao vento o tição de fogo que levaram consigo para usarem do cachimbo; e, em vendo qualquer labareda, acuda-lhe logo com toda a gente, e corte com foices o caminho à chama que vai crescendo com grande perigo de se perderem, em meia-hora, muitas tarefas de cana.

Ainda que se saiba, a tarefa da cana que um negro há de plantar em um dia, e a que há de cortar, quantas covas de mandioca há de fazer e arrancar e que medida de lenha há de dar, como se dirá em seu lugar, contudo, hão de atentar os feitores à idade e às forças de cada qual, para diminuir o trabalho aos que eles, manifestamente, vêem que não podem com tanto, como são as mulheres peçadas, depois de seis meses, e as que há pouco que pariram e criam, os velhos e as velhas e os que saíram, ainda convalescentes, de alguma grave doença.

Ao feitor-mor, dão nos engenhos reais, sessenta mil-réis. Ao feitor da moenda, aonde se mói por sete, e oito meses, quarenta ou cinquenta mil-réis, particularmente, se lhe encomenda algum outro serviço, mas, onde há menos que fazer, e não se ocupa em outra coisa, dão trinta mil-réis. Aos que assistem nos partidos e fazendas, também hoje, aonde a lida é grande, dão quarenta ou quarenta e cinco mil-réis.

.....

Capítulo VI

DO MESTRE DO AÇÚCAR E SOTOMESTRE, A QUEM CHAMAM BANQUEIRO, E DO SEU AJUDANTE, A QUEM CHAMAM AJUDA-BANQUEIRO

A QUEM FAZ O AÇÚCAR, com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede inteligência, atenção e experiência, e esta, não basta que seja qualquer, mas é necessária a experiência local, a saber, do lugar e qualidade da cana, aonde se planta e se mói; por que os canaviais, de uma parte, dão cana muito forte, e de outra, muito fraca. Diverso sumo tem a cana das várzeas do que tem a dos outeiros: a das várzeas vem muito aguacenta e o caldo dela tem muito que purgar nas caldeiras, e pede mais decoada; a dos outeiros vem bem açúcarada e o seu caldo pede menos tempo e menos decoada para se purificar e clarificar. Nas tachas, há melado, que quer maior cozimento e há outro de menor; um, logo se condensa na bateadeira, outro, mais devagar. Das três têmperas que se hão de fazer para encher as fôrmas, depende o purgar-se o açúcar bem ou mal, conforme elas são. Se o mestre se fiar dos caldeireiros e dos tacheiros, umas vezes cansados, outras sonolentos e outras alegres mais do que convém, e com a cabeça esquentada, acontecer-lhe-á ver perdida uma e outra meladura, sem lhe poder dar remédio. Por isso, vigie em coisa de tanta importância; e se o banqueiro e o ajuda-banqueiro não tiverem a inteligência e a experiência necessária para suprirem em sua ausência, não descanse sobre eles, ensine-os,

avise-os e, se for necessário, repreenda-os, pondo-lhes diante dos olhos o prejuízo do senhor do engenho e dos lavradores, se perder o melado nas tachas ou se for mal temperado para as fôrmas.

Veja que o feitor da moenda, modere de tal sorte o moer, que lhe não venha ao parol mais caldo do que há mister, para lhe poder dar vazão antes que se comece a azedar, purgando-o, cozendo-o e batendo-o quanto é necessário.

Antes de se botar a decoada nas caldeiras do caldo, experimente que tal ela é, e depois veja como os caldeireiros a botam, e quando hão de parar, nem consinta que a meladura se coe antes de ver se o caldo está purificado, como há de ser; e o mesmo digo da passagem de uma para outra tacha, quando se há de cozer e bater, sendo a alma de todo o bom sucesso, a diligente atenção.

A justiça e a verdade o obrigam a não misturar o açúcar de um lavrador com o do outro; e, por isso, nas fôrmas que manda pôr no tendal, faça que haja sinal com que se possam distinguir das outras que pertencem a outros donos, para que o meu e o teu, inimigos da paz, não sejam causa de bulhas. E, para que a sua obra seja perfeita, tenha boa correspondência com o feitor da moenda, que lhe envia o caldo, com o banqueiro e sotobanqueiro, que lhe sucedem de noite no ofício, e com o purgador do açúcar, para que vejam juntamente donde nasce o purgar bem ou mal nas fôrmas, e sejam entre si, como os olhos que igualmente vigiam e como as mãos que unidamente trabalham.

O que até agora está dito, pertence em grande parte ao banqueiro também, que é o sotomestre, e ao sotobanqueiro, seu ajudante. E, além disso, pertence a estes dois oficiais ter cuidado do tendal das fôrmas, de tapar-lhes os buracos, cavarem-lhes as covas de bagaço, com cavadores, endireitá-las e botar nelas o açúcar, feito com as três têmperas, das quais se falará em seu lugar; e, depois de três dias, enviá-las para a casa de purgar, ou sobre paviolas, ou às costas dos negros, para que o purgador trate delas.

Devem, também, procurar que se faça a repartição justa dos claros entre os escravos, conforme o senhor ordenar, e que nesta casa haja toda a limpeza e claridade, água, decoada e todos os instrumentos dos quais nela se usa. E ao mestre, pertence ver, antes de começar o engenho a moer, se

os fundos das caldeiras e das tachas têm necessidade de se fazerem, e se os assentos delas pedem novos e mais firmes consertos.

A soldada do mestre-de-açúcar nos engenhos, que fazem quatro ou cinco mil pães, particularmente se ele visita também a casa de purgar, é de cento e vinte mil-réis; em outros, dão-lhe só cem mil-réis. Aos banqueiros, nos maiores, quarenta mil-réis; nos menores, trinta mil-réis. Ao soto-banqueiro (que comumente é algum mulato ou crioulo escravo da casa), dá-se também, no fim da safra, algum mimo, se serviu com satisfação no seu ofício, para que a esperança deste limitado prêmio o alente novamente para o trabalho.

.....

Capítulo VII

DO PURGADOR DO AÇÚCAR

AO PURGADOR DO AÇÚCAR pertence ver o barro que vem para o girão, a secar-se para o cimeiro, se é qual deve ser, como se dirá em seu lugar; olhar para o amassador, se anda como deve, com o rodo no cocho, forrar os pães nas fôrmas e levantá-las. Conhecer quando o açúcar está enxuto e quando é tempo de lhe botar o primeiro barro; como este se há de estender e quanto tempo se há de deixar, antes de se lhe botar o segundo; como se lhe hão de dar as umidades ou lavagens, e quantas se lhe hão de dar; quais são os sinais de purgar ou não purgar bem o açúcar, conforme as diversas qualidades e têmperas. A ele também pertence ter cuidado dos meles, ajuntá-los, corrê-los e fazer deles batidos, ou guardá-los para fazer aguardente. Deve, juntamente, usar de toda a diligência para que se não sujem os tanques do mel, e de alguma indústria, para afugentar aos morcegos, que comumente são a praga quase de todas as casas de purgar.

Ao purgador, de quatro mil pães de açúcar, dá-se soldada de cinquenta mil-réis. Aos que têm menos trabalho, dá-se também menos, com a devida proporção.

.....

Capítulo VIII

DO CAIXEIRO DO ENGENHO

O QUE AQUI SE DIRÁ não pertence ao caixeiro da cidade, porque este trata só de receber o açúcar, já encaixado, de mandá-lo ao trapiche, de vendê-lo ou embarcar, conforme o senhor do engenho o ordenar, e tem livro da razão de dar e haver, ajusta as contas e serve de agente, contador, procurador e depositário de seu amo, ao qual, se a lida é grande, dá-se soldada de quarenta ou cinquenta mil-réis. Falo aqui do caixeiro que encaixa o açúcar, depois de purgado. E sua obrigação é mandar tirar o açúcar das fôrmas, estando já purgado e enxuto, em dias claros de sol; assistir quando se mascava e que o reparte com fidelidade entre os lavradores e o senhor do engenho; e tira o dízimo que se deve a Deus e a vintena ou quinto que pagam os que lavram em terras do engenho, conforme o concerto feito nos arrendamentos e o estilo ordinário da terra, o qual em vários lugares é diverso; e tudo assenta, para dar conta exatamente de tudo. A ele também pertence levantar as caixas e mandá-las barrear nos cantos, encaixar e mandar pilar o açúcar com a divisão do branco macho, do batido e mascavado; fazer as caras e os fechos, quando assim lho encomendarem os donos do açúcar e, finalmente, pregar e marcar as caixas e guardar o açúcar que sobejou para seus donos em lugar seguro e não úmido e os instrumentos de que usa. Entrega as caixas, quando se hão de embarcar, com ordem de quem as

recada ou como dono delas, ou porque as alcançou por justiça, como muitas vezes acontece, fazendo os acredores penhora no açúcar dos devedores, antes que saia do engenho; e de tudo pedirá recibo e clareza, para poder dar conta de si a quem lha pedir.

A soldada do caixeiro nos engenhos maiores é de quarenta mil-réis; e se feitoriza alguma parte do dia ou de noite, dão-se-lhe cinquenta mil-réis; nos menores, dão trinta mil.

.....

Capítulo IX

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM SEUS ESCRAVOS

O

OS ESCRAVOS são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vem nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastante industriais e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa.

Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espartos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida e para se lhes encomendar um barco, para levarem

recados e fazerem qualquer diligência das que costumam ordinariamente ocorrer. As mulheres usam de foice e de enxada, como os homens; porém, nos matos, somente os escravos usam de machado. Dos ladinos, se faz escolha para caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros e marinheiros, porque estas ocupações querem maior advertência. Os que desde novatos se meteram em alguma fazenda, não é bem que se tirem dela contra sua vontade, porque facilmente se amofinam e morrem. Os que nasceram no Brasil, ou se criaram desde pequenos em casa dos brancos, afeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si; e levando bom cativo, qualquer deles vale por quatro boçais.

Melhores ainda são, para qualquer ofício, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos, e prezam-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E, contudo, eles e elas da mesma cor, ordinariamente levam no Brasil a melhor sorte; porque com aquela parte de sangue de brancos que têm nas veias e, talvez, dos seus mesmos senhores, os enfeitam de tal maneira, que alguns tudo lhes sofrem, tudo lhes perdoam; e parece que se não atrevem a repreendê-los; antes, todos os mimos são seus. E não é fácil coisa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas; salvo quando, por alguma desconfiança ou ciúme o amor se muda em ódio e sai armado de todo o gênero de crueldade e rigor. Bom é valer-se de suas habilidades quando quiserem usar bem delas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes há de dar tanto a mão que peguem no braço, e de escravos se façam senhores. Forrar mulatas desinquietas é perdição manifesta, porque o dinheiro que dão para se livrarem, raras vezes sai de outras minas que dos seus mesmos corpos, com repetidos pecados; e, depois de forras, continuam a ser ruína de muitos.

Opõem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casarás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como se já fossem recebidos por marido e mulher; e dizem

que os não casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência. Outros são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador, o que hão de crer, que lei hão de guardar, como se hão de encomendar a Deus, a que vão os cristãos à igreja, por que adoram a hóstia consagrada, que vão a dizer ao padre, quando ajoelham e lhe falam aos ouvidos, se têm alma, e se ela morre, e para onde vai, quando se aparta do corpo. E, sabendo logo os mais boçais como se chama e quem é seu senhor, quantas covas de mandioca hão de plantar cada dia, quantas mãos de cana hão de cortar, quantas medidas de lenha hão de dar, e outras coisas pertencentes ao serviço ordinário de seu senhor, e sabendo também pedir-lhe perdão, quando erraram e encomendar-se-lhe para que os não castigue, com prometimento da emenda, dizem os senhores que estes não são capazes de aprender a confessar-se, nem de pedir perdão a Deus, nem de rezar pelas contas, nem de saber os dez mandamentos; tudo por falta de ensino, e por não considerarem a conta grande que de tudo isto hão de dar a Deus, pois (como diz S. Paulo), sendo cristãos e descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que se fossem infieis. Nem os obrigam os dias-santos a ouvir missa, antes talvez os ocupam de sorte que não têm lugar para isso; nem encomendam ao capelão doutriná-los, dando-lhe, por este trabalho, se for necessário, maior estipêndio.

O que pertence ao sustento, vestido e moderação do trabalho, claro está, que se lhes não deve negar, porque a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas; e deve também moderar o serviço de sorte que não seja superior às forças dos que trabalham, se quer que possam aturar. No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão

abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.

Dos escravos novos se há de ter maior cuidado, por que ainda não têm modo de viver, como os que tratam de plantas suas roças; e os que as têm por sua indústria, não convém que sejam só reconhecidos por escravos na repartição do trabalho e esquecidos na doença e na farda. Os domingos e dias-santos de Deus, eles os recebem, e quando seu senhor lhes tira e os obriga a trabalhar, como nos dias de serviço, se amofinam e lhe rogam mil pragas. Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor, para que se não descuidem; e isto serve para que não padeçam fome nem cerquem cada dia a casa de seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha. Porém, não lhes dar farinha, nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia, e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo? Se o negar a esmola a quem com grave necessidade a pede é negá-la a Cristo Senhor nosso, como Ele o diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu escravo? E que razão dará de si quem dá serafina e seda e outras galas, as que são ocasião da sua perdição, e depois nega quatro ou cinco varas de algodão e outras poucas de pano da serra, a quem se derrete em suor para o servir e apenas têm tempo para buscar uma raiz e um caranguejo para comer? E se, em cima disto, o castigo for frequente e excessivo, ou se irão embora, fugindo para o mato, ou se matarão per si, como costumam, tomando a respiração ou enforcando-se, ou procurarão tirar a vida aos que lha dão tão má, recorrendo (se for necessário) a artes diabólicas, ou clamarão de tal sorte a Deus, que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios, quando avexavam com extraordinário trabalho aos hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas e filhos, que se lêem na Sagrada Escritura, ou permitirá que, assim como os hebreus foram levados cativos para a Babilônia, em pena do duro cativo que davam aos seus escravos, assim algum cruel inimigo leve esses

senhores para suas terras, para que nelas experimentem quão penosa é a vida que eles deram e dão continuamente aos seus escravos.

Não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos. O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. E se, depois de errarem como fracos vierem por si mesmos a pedir perdão ao senhor ou buscarem padrinhos que os acompanhem, em tal caso é costume, no Brasil, perdoar-lhes. E bem é que saibam que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez para algum mocambo no mato, e se forem apanhados, poderá ser que se matem a si mesmos, antes que o senhor chegue a açoitá-los ou que algum seu parente tome à sua conta a vingança, ou com feitiço, ou com veneno.

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juizes e juízas da festa houverem de gastar do seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que o podem licitamente ajuntar.

O que se há de evitar nos engenhos é o emborracharem-se com garapa azeda, ou água ardente, bastando conceder-lhes a garapa doce, que

lhes não faz dano, e com ela fazem seus resgates com os que a troco lhes dão farinha, feijões, aipins e batatas.

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem.

.....

Capítulo X

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO NO GOVERNO DA SUA FAMÍLIA E NOS GASTOS ORDINÁRIOS DE CASA

PEDINDO A FÁBRICA do engenho tantos e tão grandes gastos quantos acima dissemos, bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa. Cavalos de respeito mais dos que bastam, chameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaios mimosos não servem para ajuntar fazenda, para diminuí-la em pouco tempo com obrigações e empenhos. E muito menos servem as recreações amiudadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo. E, por este caminho, alguns em poucos anos do estado de senhores ricos chegaram ao de pobres e arrastados lavradores sem terem que dar de dote às filhas, nem modo para encaminhar honestamente aos filhos.

Mau é ter nome de avarento, mas não é glória digna de louvor o ser pródigo. Quem se resolve a lidar com engenho, ou se há de retirar da cidade, fugindo das ocupações da república, que obrigam a divertir-se ou há de ter atualmente duas casas abertas, com notável prejuízo aonde quer que falte a sua assistência, e com dobrada despesa. Ter os filhos sempre consigo no engenho, é criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais que do cão, do cavalo e do boi. Deixá-los sós na

cidade, é dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças, que se não podem facilmente curar. Para evitar, pois, um e outro extremo, o melhor conselho será pô-los em casa de algum parente ou amigo grave e honrado, onde não haja ocasiões de tropeçar, o qual folgue de dar boa conta de si, e com toda a fidelidade avise do bom ou mau procedimento e do proveito ou negligência no estudo. Nem consinta que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande secretamente ordens para isso ao seu correspondente ou ao caixeiro, nem creia que o pedem para livros não possa ser também para jogos. E, por isso, avise ao procurador e ao mercador de que se vale, que lhes não dê coisa alguma sem sua ordem. Porque, para pedirem, serão muito especulativos e saberão excogitar razões e pretextos verossímeis, principalmente se forem os que já andam no curso e têm vontade de levar três anos de boa vida à custa do pai ou do tio, que não sabem o que passa na cidade, estando nos seus canaviais, e quando se jactam nas conversações de ter um Aristóteles nos pátios, pode ser que tenham na praça um Asínio ou um Aprício. Porém, se resolver a ter os filhos em casa, contentando-se com que saibam ler, escrever e contar e ter alguma tal qual notícia de sucessos e histórias, para falarem entre gente, não se descuide de vigiar sobre eles, quando a idade o pedir, porque também o campo largo é lugar de muita liberdade e pode dar abrolhos e espinhos. E se faz cercado aos bois e aos cavalos, para que não vão fora do pasto, por que se não porá também algum limite aos filhos, assim dentro como fora de casa, mostrando a experiência ser assim necessário? Contanto que a circunspecção seja prudente, e a demasia não acrescente malícia. O melhor ensino, porém, é o exemplo do bom procedimento dos pais, e o descanso mais seguro é dar a seu tempo estado assim às filhas como aos filhos; e se contentarem com a igualdade, não faltarão casas onde se possam fazer trocas e receber recompensas.

.....

Capítulo XI

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHORDO ENGENHO NO RECEBIMENTO DOS HÓSPEDES, ASSIM RELIGIOSOS COMO SECULARES.

A HOSPITALIDADE é uma ação cortês, e, também, virtude cristã, e no Brasil muito exercitada e louvada; porque, faltando fora da cidade as estalagens, vão necessariamente os passageiros a dar consigo nos engenhos, e todos ordinariamente acham de graça o que em outras terras custa dinheiro; assim os religiosos que buscam suas esmolas, que não são poucos, e os missionários que vão pelo Recôncavo e pela terra dentro com grande proveito das almas, a exercitar seus ministérios, como os seculares que, ou por necessidade, ou por conhecimento particular, ou por parentes, buscam de caminho agasalho.

Ter casa separada para os hóspedes é grande acerto, porque melhor se recebem e com menor estorvo da família e sem prejuízo do recolhimento que hão de guardar as mulheres e as filhas e as moças de serviço interior, ocupadas no aparelho do jantar e da ceia.

O tratamento não há de exceder o estado das pessoas que se recebem, porque no discurso do ano são muitas. A criação miúda, ou alguns peixes do mar ou rio vizinho, com algum marisco dos mangues e o que dá o mesmo engenho para doce, basta para que ninguém se possa

queixar com razão. Avançar-se a mais (salvo num caso particular por justos respeitos) é passar os limites e impossibilitar-se a poder continuar igualmente pelo tempo futuro.

Dar esmolas, é dar juro a Deus, que paga cento por um; mas, em primeiro lugar, está pagar o que se deve de justiça, e depois estender-se piamente as esmolas, conforme o cabedal e o rendimento dos anos. E, nesta parte, nunca se arrependerá o senhor de engenho de ser esmoler e aprenderão os filhos a imitar ao pai; e deixando-os inclinados às obras de misericórdia, os deixará muito ricos, e com riquezas seguras.

Para os vadios, tenha enxadas e foices, e se se quiserem deter no engenho, mande-lhes dizer pelo feitor que, trabalhando, lhes pagarão seu jornal. E, desta sorte, ou seguirão o seu caminho, ou de vadios se farão jornaleiros.

Também não convém que o mestre do açúcar, o caixeiro e os feitores tenham em suas casas, por tempo notável, pessoas da cidade ou de outras partes, que vêm a passar tempo ociosamente; e muito mais se forem solteiros e moços, porque estes não servem senão para estorvar aos mesmos oficiais que hão de atender ao que lhes pertence, e para desinquietar as escravas do engenho, que facilmente se deixam levar do seu pouco moderado apetite a obrar mal. E isto se lhes deve intimar ao princípio, para que não acarretem atrás de si sobrinhos ou primos, que com seus vícios lhes dêem pesados desgostos.

Os missionários, que desinteressadamente vão fazer seu ofício, devem ser recebidos com toda a boa vontade, para que, vendo esquivaças, não venham a entender que o senhor do engenho, por pouco afeiçoado às coisas de Deus ou por mesquinho, ou por outro qualquer respeito, não folga com a missão, na qual se ajustam as consciências com Deus, se dá instrução aos ignorantes, se atalham inimizades e ocasiões escandalosas de anos e se procura que todos tratem da salvação de suas almas.

.....

Capítulo XII

COMO SE HÁ DE HAVER O SENHOR DO ENGENHO COM OS MERCADORES E OUTROS SEUS CORRESPONDENTES NA PRAÇA; E DE ALGUNS MODOS DE VENDER E COMPRAR O AÇÚCAR, CONFORME O ESTILO DO BRASIL

O

CRÉDITO de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas. E, assim como o hão de experimentar fiel os lavradores nos dias que se lhes devem dar para moer a sua cana, e na repartição do açúcar que lhes cabe, os oficiais na paga das soldadas, os que dão a lenha para as fornalhas, madeira para a moenda, tijolo e fôrmas para a casa de purgar, tábuas para encaixar, bois e cavalos para a fábrica, assim também se há de acreditar com os mercadores e correspondentes na praça, que lhe deram dinheiro, para comprar peças, cobre, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas. Porque, se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelhem para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lha não há de pagar, ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar.

Há anos em que, pela muita mortandade dos escravos, cavalos, éguas e bois, ou pelo pouco rendimento da cana, não podem os senhores de engenho chegar a dar a satisfação inteira do que prometeram. Porém,

não dando sequer alguma parte, não merecem alcançar as esperas que pedem, principalmente, quando se sabe que tiveram para desperdiçar e para jogar o que deviam guardar para pagar aos seus acredores.

Nos outros anos de rendimento suficiente, e com perdas moderadas, ou sem elas, não há razão para faltar aos mercadores ou comissários, que negociam por seus amos, aos quais devem dar conta de si e, por isso, não é muito para se estranhar se, experimentando, faltar-se por tanto tempo à palavra com lucro verdadeiramente cessante e dano emergente, levantam com justa moderação o preço da fazenda, que vendem fiada, e que Deus sabe quando poderão arrecadar.

Comprar antecipadamente o açúcar por dous cruzados, v.g. que a seu tempo comumente vale doze tostões e mais, tem sua dificuldade, porque o comprador está seguro de ganhar, e o vendedor é moralmente certo que há de perder, particularmente quando o que dá o dinheiro antecipado não o havia de empregar em outra coisa, antes do tempo de o embarcar para o Reino.

Quem compra ou vende antecipadamente pelo preço que valerá o açúcar no tempo da frota, faz contrato justo, porque assim o comprador, como o vendedor, estão igualmente arriscados. E isto se entende pelo maior preço geral que então o açúcar valer, e não pelo preço particular, em que algum se acomodar, obrigado da necessidade a vendê-lo.

Comprar a pagamentos é dar logo de contado alguma parte de preço, e depois pagar por quartéis, ou tanto por cada ano, conforme o concerto, até se inteirar de tudo. E poderá pôr-se a pena de tantos cruzados mais, se faltar a algum pagamento, mas não se poderá pretender que se pague juro dos juros vencidos, porque o juro só se paga do principal.

Quem diz: vendo açúcar cativo, quer dizer: vendo-o com obrigação de o comprador pagar todas as custas tirando os três tostões que se pagam na Bahia, porque estes correm por conta de quem o carrega.

Vender o açúcar livre a dez tostões, v.g., por cada arroba, quer dizer: que o comprador há de dar ao vendedor dez tostões por cada arroba, e há de fazer todos os gastos à sua custa.

Quem comprou o açúcar cativo e o despachou, o vende depois livre, e o comprador faz os gastos que se seguem.

Comprar o açúcar por cabeças quer dizer: comprar as caixas de açúcar pelo número das arrobas que tem na marca, com meia arroba menos de quebra.

Quando se pesa uma caixa de açúcar para pagar os direitos, se o pesador pesa favorável diz, v.g., que a caixa de trinta arrobas tem vinte e oito. E isto, el-rei o sofre, e consente de favor. Porém, esta caixa não se vende por este peso, mas pelo que na verdade se achar quando vai a pesar—se na balança fora da alfândega, que aí está para se tirar toda a dúvida.

Vender as terras por menos do que valem com obrigação de se moer a cana que nelas se plantar no engenho do vendedor, é contrato lícito e justo.

Comprar um senhor de engenho a um lavrador, que tem cana livre para a moer aonde quiser, a obrigação de a moer no seu engenho, enquanto lhe não restituir o dinheiro que para isso lhe deu quando comprou a dita obrigação, pratica-se no Brasil muitas vezes, e os letrados o defendem por contrato justo, porque isto não é dar dinheiro emprestado com obrigação de moer, mas é comprar a obrigação de moer no seu engenho para ganhar a metade do açúcar, ficando a porta aberta ao lavrador para se livrar desta obrigação todas as vezes que tornar a entregar ao comprador o dinheiro que recebeu.

LIVRO II

.....

Capítulo I

DA ESCOLHA DA TERRA PARA PLANTAR CANAS-DE-AÇÚCAR E PARA OS MANTIMENTOS NECESSÁRIOS E PROVIMENTO DO ENGENHO

AS TERRAS BOAS OU MÁS são o fundamento principal para ter um engenho real bom ou mau rendimento. As que chamam massapés terras negras e fortes são as mais excelentes para a planta das canas. Seguem-se, atrás destas, os salões, terra vermelha, capaz de poucos cortes, porque logo enfraquece. As areíscas, que são uma mistura de areia e salões, servem para mandioca e legumes, mas não para canas. E o mesmo digo das terras brancas, que chamam terras de areia, como são as do Camamu e da Saubara.

A terra que se escolhe para o pasto ao redor do engenho há de ter água e há de ser cercada, ou com plantas vivas, como são as de pinhões, ou com estacas e varas do mato. O melhor pasto é o que tem muita grama, parte em outeiro e parte em várzea, porque, desta sorte, em todo o tempo, ou em uma ou em outra parte, assim os bois como as bestas acharão que comer. O pasto se há de conservar limpo de outras ervas, que matam a grama, e no tempo do inverno se hão de botar fora dele os porcos, porque o destroem fossando. Nele há de haver um ou dois currais, onde se metam os bois para comerem os olhos da cana e para estarem perto do serviço dos

carros. E também as bestas se recolhem no seu curral, para as não haver de buscar espalhadas.

Andam no pasto, além das éguas e bois, ovelhas e cabras; e ao redor do engenho a criação miúda, como são perus, galinhas e patos, que são o remédio mais pronto para agasalhar os hóspedes que vêm de improviso. Mas, porque as ovelhas e os cavalos chegam muito com o dente à raiz da grama, são de prejuízo ao pasto dos bois, e por isso se o destes fosse diverso, seria melhor.

Os matos dão as madeiras e a lenha para as fornalhas. Os mangues dão caibros e marisco. E os apicus (que são as coroas que faz o mar entre si e a terra firme e as cobre a maré) dão o barro, para pingar o açúcar nas fôrmas e para a olaria, que na opinião de alguns se não escusa nos engenhos reais.

De todas estas castas de terras tem necessidade um engenho real, porque umas servem para canas, outras para mantimento da gente e outras para o aparelho e provimento do engenho, além do que se procura do reino. Porém, nem todos os engenhos podem ter esta dita; antes, nenhum se achará a quem não falte alguma destas coisas. Porque, aos que estão à beira-mar, comumente faltam as roças e a lenha, e aos que estão pela terra dentro faltam outras muitas conveniências que têm os que estão à beira-mar, no Recôncavo. Contudo, de ter ou não ter o senhor do engenho cabedal e gente, fatores fiéis e de experiência, bois e bestas, barcos e carros, depende o menear e governar bem ou mal o seu engenho. E, se não tiver gente para trabalhar e beneficiar as terras a seu tempo, será o mesmo que ter mato bravo com pouco ou nenhum rendimento, assim como não basta para a vida política ter bom natural, se não houver mestre que com o ensino trate de o perfeioar, ajudando-o.

.....

Capítulo II

DA PLANTA E LIMPAS DAS CANAS E DA DIVERSIDADE QUE HÁ NELAS

FEITA A ESCOLHA da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embaraço, e logo abre-se em regos, altos palmo e meio e largos dous, com seu camalhão no meio, para que nascendo, a cana não se abafe; e nestes regos ou se plantam os olhos em pé, ou se deitam as canas em pedaços, três ou quatro palmos compridos; e se for cana pequena, deita-se também inteira, uma junto à outra, ponta com pé: cobrem-se com a terra moderadamente. E, depois de poucos dias, brotando pelos olhos, começam pouco a pouco a mostrar sua verdura à flor da terra, pegando facilmente e crescendo mais, ou menos, conforme a qualidade da terra e o favor ou contrariedade dos tempos. Mas, se forem muito juntas, ou se na limpa lhes chegarem muito a terra, não poderão filhar, como é bem.

A planta da cana, nos lugares altos da Bahia, começa desde as primeiras águas no fim de fevereiro ou nos princípios de março e se continua até o fim de maio; e nas baixas e várzeas (que são mais frescas e úmi-

das), planta-se também nos meses de julho e agosto, e por alguns dias de setembro. Toda a cana que não for seca ou viciada, nem de canudos muito pequenos, serve para plantar. De ser a terra nova e forte, segue-se o crescer nela a cana muito viçosa, e a esta chamam cana-brava, a qual, a primeira e segunda vez que se corta, não costuma fazer bom açúcar, por ser muito aguacenta. Porém, daí por diante, depois de esbravejar a terra, ainda que cresça extraordinariamente, é tão boa no rendimento como formosa na aparência; e destas, às vezes se acham algumas altas sete, oito e nove palmes, e tão bem postas no canavial como os capitães nos exércitos.

A melhor cana é a de canudo comprido e limpo, e as que têm canudos pequenos e barbados são as piores. Nasce o terem canudos pequenos, ou da seca, ou do frio, porque uma e outra coisa as apertam, e o terem barbas procede de lhes faltarem com alguma limpa em seu tempo. Começa-se a limpar a cana, tanto que tiver monda ou erva de tirar. No inverno, a erva que se tira, torna logo a nascer e as limpas mais necessárias são aquelas primeiras que se fazem para que a cana possa crescer e o capim a não afogue, porque, depois de crescida, vence melhor as ervas menores. E assim vemos que os primeiros vícios são os que botam a perder um bom natural. As canas que se plantam nos outeiros são ordinariamente mais limpas que as que se plantam nas várzeas, porque assim como o correr a água do outeiro é causa que se não criem nele tão facilmente outras ervas, assim o ajuntar-se ela na várzea é causa de ser esta sempre sempre muito úmida e, conseqüentemente, muito disposta para criar de novo o capim.

Por isso, em umas terras às vezes não bastam três limpas e em outra o lavrador, com a segunda descansa, conforme os tempos mais ou menos chuvosos. Assim como há filhos tão dóceis que com a primeira admoestação se emendam e para outros não bastam repetidos castigos.

As socas também (que são as raízes das canas cortadas em seu tempo ou queimadas por velhas ou por caídas de sorte que se não possam cortar, ou por desastre) servem para planta porque, se não morrerem pelo muito frio, ou pela muita seca, chegando-lhes a terra, tornam a brotar e podem desta sorte renovar ao canavial por cinco ou seis anos e mais. Tanto vale a indústria para tirar proveito, ainda do que pareceria inútil e se deixaria perdido. Verdade é que, cansando a terra, perde também a soca o vigor, e depois de seis ou sete anos a cana se acanha e facilmente

se murcha até ficar seca e azougada. E, por isso, não se há de pretender da terra nem da soca mais do que pode dar, particularmente se não for ajudada com algum benefício, e a advertência do bom lavrador consiste em plantar de tal sorte sucessivamente a cana que, cortando-se a velha para a moenda, fique a nova em pé para a safra vindoura, e desta sorte alimente com a sua verdura a esperança do rendimento que se prepara, que é o prêmio do seu continuado trabalho. Plantar uma tarefa de canas é o mesmo que plantar no espaço de trinta braças de terra em quadra. Finalmente, porque a diversidade das terras e dos climas pede diversa cultura, é necessário informar-se e seguir o conselho dos velhos, aos quais ensina muito o tempo e a experiência, perguntando em tudo o que se duvidar, para obrar com acerto.

.....

Capítulo III

DOS INIMIGOS DA CANA, ENQUANTO ESTÁ NO CANAVIAL

AS INCLEMÊNCIAS DO CÉU são o principal inimigo que têm as canas, assim como os outros frutos e novidades da terra, querendo Deus, com muita razão, que se armem contra nós os elementos, por castigo das nossas culpas, ou para exercício da paciência ou para que nos lembremos que ele é o autor e o conservador de todas as coisas, e a ele recorramos em semelhantes apertos.

Os canaviais nos outeiros resistem mais às chuvas, quando são demasiadas, porém são os primeiros a queixar-se da seca. Pelo contrário, as várzeas não sentem tão depressa a força do excessivo calor, mas na abundância das águas choram primeiro suas perdas. A cana da Bahia quer água nos meses de outubro, novembro e dezembro e para a planta nova em fevereiro, e quer também, sucessivamente, sol, o qual comumente não falta; assim não faltassem nos sobreditos meses as chuvas. Porém, o inimigo mais molesto e mais contínuo e doméstico da cana é o capim, pois, mais ou menos até o fim, a persegue. E, por isso, tendo o plantar e o cortar seus tempos certos, o alimpar obriga aos escravos dos lavradores a irem sempre com a enxada na mão; e acabada qualquer outra ocupação fora do

canavial, nunca se mandam de balde a alimpar. Exercício que deveria ser também contínuo nos que tratam da boa criação dos filhos e da cultura do ânimo. E, ainda que só este inimigo baste por muitos, não faltam outros de não menor enfado e moléstia. As cabras, tanto que a cana começa a aparecer fora da terra, logo a vão investir; os bois e os cavalos, ao princípio, lhe comem os olhos e depois a derrubam e a pisam; os ratos e os porcos a roem; os ladrões a furtam a feixes, nem passa rapaz ou caminhante que se não queira fartar e desenfadar à custa de quem a plantou. E, posto que os lavradores se acomodem de qualquer modo a sofrer os furtos pequenos dos frutos do seu suor, vêm-se as vezes obrigados, de uma justa dor, a matar porcos, cabras e bois, que outros não tratam de divertir e guardar nos pastos cercados, ou em parte mais remota ainda, depois de rogados e avisados que ponham cobro a este dano; donde se seguem queixas, inimizades e ódios, que se rematam com mortes ou com sanguinolentas e afrontosas vinganças. Por isso, cada qual trate de defender os seus canaviais e de evitar ocasiões de outros se queixarem justamente do seu muito descuido, medindo os planos alheios com o sentimento dos próprios.

.....

Capítulo IV

DO CORTE DA CANA E SUA CONDUÇÃO PARA O ENGENHO

COMEÇANDO O ENGENHO A MOER (o que no Recôncavo da Bahia costuma ter seu princípio em agosto), começa também o tempo de meter a foice na cana que disto é capaz; e para bem, antes de se cortar, há de estar dezessete ou dezoito meses na terra e daí por diante, se a muita seca a não apertar, pode seguramente estar na mesma terra outros sete ou oito meses. Tanto, pois, que estiver de vez, se mandará pôr nela a fouce, tendo já certo o dia em que se há de moer, para que não fique depois de cortada a murchar-se no engenho, ou se não seque, exposta ao sol no porto, se este for distante da moenda; preferindo o lavrador que, avisado, trouxe primeiro a cana para o engenho, até se acabar inteiramente a sua tarefa, e perdendo o vagaroso o lugar que lhe cabia, se por seu descuido deixou passar o dia sinalado. E o senhor do engenho é o que reparte os dias, assim para moer a sua cana, como a dos lavradores, conforme cabe a cada qual por seu, turno, e manda o aviso pelo feitor a seu tempo.

Quando se corta a cana, se metem doze até dezoito focues no canavial, conforme for a cana grande ou pequena. E a que se manda a moer de uma vez chama-se uma tarefa, que vem a ser vinte e quatro carros de cana, tendo cada carro a justa medida de oito palmos de alto, e sete de

largo, capaz de mais ou menos feixes de cana, conforme ela for grande ou pequena, porque menos feixes de cana grande bastam para fazer a tarefa e mais hão de ser necessários se for cana pequena, pois a pequena ocupa menor lugar assim no carro como no barco, e a grande ocupa em uma e outra parte maior espaço, pelo que tem de maior comprimento e grossura. Raro, porém, será o carro que traga mais de cento e cinquenta feixes de cana, e os senhores dos partidos, pelos cortes antecedentes, sabem muito bem quantas tarefas têm nos seus canaviais.

A primeira cana que se há de cortar é a velha, que não pode esperar, costume que não guarda a morte, cuja fouce corta indiferentemente moços e velhos. E esta, corte-se a tempo, que se não faça prejuízo à soca, conforme as terras, mais ou menos frias, e os dias de maior ou menor calor, e sem chuva. E disto procede não se poder cortar a cana em umas terras depois do fim de fevereiro, e em outras cortar-se ainda em março e abril. Quanto ao corte da cana nova: se o lavrador for muito ambicioso, e desejoso de fazer muito açúcar, cortará tudo em uma safra, e achar-se-á com pouco ou nada na outra. Por isso, o corte da nova há de ter sua conta e se há de atentar ao futuro, conforme o que se tem plantado, usando de uma repartição considerada e segura, que é o que dita, em qualquer outra obra ou negócio, a boa economia e prudência.

Assim, os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes. Consta o feixe de doze canas, e tem por obrigação cada escravo cortar num dia sete mãos de dez feixes por cada dedo, que são trezentos e cinquenta feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana; e, se lhes sobejar tempo, será para o gastarem livremente no que quiserem. O que não se concede na limpa da cana, cujo trabalho começa desde o sol nascido até o sol-posto, como também em qualquer outra ocupação que se não dá por tarefa. E o contar a tarefa do corte, como está dito, por mãos e dedos, é para se acomodar à rudeza dos escravos boçais, que de outra sorte não entendem, nem sabem contar.

O modo de cortar é o seguinte: pega-se com a mão esquerda em tantas canas quantas pode abarcar, e com a direita armada de fouce se lhe lira a palha, a qual depois se queima ou pela madrugada, ou já de noite, quando, acalmando, o vento der para isso lugar, e serve para fazer a terra mais fértil;

logo, levantando mais acima a mão esquerda, botam-se fora com a foice os olhos da cana, e estes dão-se aos bois a comer; e, ultimamente, tornando com a esquerda mais abaixo, corta-se rente ao pé, e quanto a foice for mais rasteira à terra, melhor. Quem segue ao que corta (que comumente é uma escrava) ajunta as canas limpas, como está dito, em feixes, a doze por feixe, e com os olhos dela os vai atando; e, assim atados, vão nos carros ao porto, ou se o engenho for pela terra dentro, chega o carro à moenda.

A condução da cana por terra faz-se nos carros; e, para bem, cada fazenda há de ter dois, e, se for grande, ainda mais. Por mar, vem nas barcas sem vela, com quatro varas, que servem em lugar de remos nas mãos de outros tantos negros marinheiros e o arrais, que vai ao leme, para isso, há mister duas barcas capazes, como as que chamam rodeiras. O lavrador tem obrigação de cortar a cana e de a conduzir à sua custa até o porto, aonde o barco do senhor do engenho a recebe e leva de graça até a moenda por mar, pondo-a no dito barco os escravos do lavrador e arrumando-a no barco os marinheiros. Mas, se for engenho pela terra dentro, toda a condução por terra até a moenda corre por conta do dono da cana, quer seja livremente dada, quer obrigada ao engenho.

Conduzir a cana por terra em tempo de chuvas e lamas é querer matar muitos bois, particularmente se vieram de outra parte magros e fracos, estranhando o pasto novo e o trabalho, O que muito mais se há de advertir na condução das caixas, como se dirá em seu lugar. Por isso, os bois, que vêm do sertão cansados e maltratados no caminho, para bem não se hão de pôr no carro, senão depois de estarem pelo menos ano e meio no pasto novo, e de se acostumarem pouco a pouco ao trabalho mais leve, começando pelo tempo do verão, e não no do inverno; de outra sorte, sucederá ver o que se viu em um destes anos passados, em que morreram, só em um engenho, duzentos e onze bois, parte nas lamas, parte na moenda e parte no pasto. E se moendo com água e usando de barcos para a condução da cana é necessário ter no engenho quatro ou cinco carros com doze ou catorze juntas de bois muito fortes, quantos haverá mister quem mói com bestas e bois e tem cana própria para se conduzir de longe à moenda? Advirta-se muito nisso, para se comprarem a tempo os bois e tais quais são necessários, dando antes oito mil-réis por um só boi manso e redondo, do que outro tanto por dois pequenos e magros, que não têm forças para aturarem no trabalho.

.....

Capítulo V

DO ENGENHO OU CASA DE MOER A CANA, E COMO SE MOVE A MOENDA COM ÁGUA

AINDA QUE O NOME DE ENGENHO compreenda todo o edifício, com as oficinas e casas necessárias para moer a cana, cozer e purgar o açúcar, contudo, tomado mais em particular, o mesmo é dizer casa do engenho que casa de moer a cana, com o artifício que engenhosamente inventaram. E tendo nós já chegado a esta casa com a cana conduzida para a moenda, daremos alguma notícia do que ela é e do que nela se obra, para espremer o açúcar da cana, valendo-se do que vi no engenho real de Sergipe do Conde, que entre todos os da Bahia é o mais afamado.

Levanta-se à borda do rio sobre dezessete grandes pilares de tijolo, largos, quatro palmos, altos vinte e dois e distantes um de outro quinze, uma alta e espaçosa casa, cujo teto coberto de telha assenta sobre tirantes, frechais e vigas de paus, que chamam de lei, que são dos mais fortes que há no Brasil, a quem nenhuma outra terra leva nesta parte vantagem, com duas varandas ao redor: uma para receber cana e lenha, outra para guardar madeiras usuais de sobressalente. E a esta chamam casa da moenda, capaz de receber comodamente quatro tarefas de cana sem perturbação e embaraço dos que necessariamente hão de lidar na dita casa, e dos que por ela passam, sendo caminho aberto para qualquer outra oficina, e particular-

mente para as casas imediatamente contíguas das fornalhas e das caldeiras, contando de comprimento todo este edifício cento e noventa e três palmos e oitenta e seis de largo. Mói-se nesta casa a cana com tal artifício de eixos e rodas que bem merece particular reflexão e mais distinta notícia.

Tomam para mover a moenda do rio acima, aonde faz a sua queda natural, a que chamam levada, que vem a ser uma porção bastante de água do açude ou tanque, que para isso tem, divertida com represas de pedra e tijolo do seu curso, e levada com declinação moderada por um rego capaz e forte nas margens, para que a água vá unida e melhor se conserve, cobrando na declinação cada vez maior ímpeto e força, com seu sangrador para a divertir, se for necessário, quando por razão as chuvas ou cheias viesse mais do que se pertence e com outra abertura para duas bicas, uma que leva água para a casa das caldeiras, e outra que vai a refrescar o aguilhão da roda grande dentro da moenda, servindo-se, para a comunicar ao outro aguilhão, de uma tábua, e assim vai a entrar no cano de pau, que chamam cáliz, sustentado de pilares de tijolo e na parte superior e descoberto, cujo extremo inclinado sobre os cubos da roda se chama feridor, porque por ele vai a água a ferir os ditos cubos, donde se origina e continua o seu moto. Assentam os aguilhões do eixo desta roda, um pela parte de fora e outro pela parte de dentro da casa da moenda, sobre seus chumaceiros de pau, com chapa de bronze, e a estes sustentam duas virgens, ou esteios de fora, e duas de dentro, com seu brinquete, que é a travessa em que os aguilhões se encostam. E, sobre estes, como dissemos, vai sempre caindo uma pequena porção de água para os refrescar, de sorte que pelo contínuo moto não ardam, temperando-se com a água suficientemente o calor.

As aspas da roda larga e grande sustentam os arcos ou círculos dela, e dentro aparecem os cubos ou covas feitas no meio da roda e unidos um a outro com o fundo fechado do forro interior da mesma roda entre os dois arcos dela, assegurados com muitas cavilhas de ferro, e com suas arruelas e chavetas metidas e atravessadas para enchavetar as pontas das cavilhas, causa de não bulirem os arcos nem os cubos ao cair da água e de ir a roda com suas voltas segura. Perto da roda, pela banda de fora, estão dois esteios altos e grossos, com três travessas, asseguradas também de outra parte, uma das quais sustenta a extremidade do cáliz, duas ao feridor e outra ao pejador do engenho. É o pejador uma tábua, pouco mais larga

que a roda, de dez ou doze palmos de comprimento, com suas bordas, semelhante a um grande tabuleiro, debaixo do feridor, com uma cavilha chavetada, de sorte que se possa jogar e bulir com ela sem resistência e, por isso, se faz o buraco da cavilha bastante largo; e na parte inferior tem, no lado que se vai a encostar à parede da moenda, um espigão de ferro, preso também com uma argola de ferro que, entrando por uma abertura pela dita parede, com sua mão ou cabo, em o qual se encavilha sobre um esteio que chamam mourão, à maneira de engonços, fica à disposição de quem está na moenda o mandá-la parar ou andar como quiser, empurrando ou puxando pelo pejador, o qual, pondo-se sobre os cubos, impede ao feridor ou dar-lhe o moto com a queda da água; e tornando a descobrir aos cubos, torna a mover-se a roda e com a roda a moenda. E isto é muito necessário em qualquer desastre que pode acontecer, para lhe acudir depressa e atalhar os perigos. E chamam a esta tábua pejador, porque também ao parar do engenho chamam pejar; porventura, por se pejar um engenho real de ser retardado ou impedido, ainda por um instante e de não ser sempre, como é razão, moente e corrente. E isto quanto à parte exterior da moenda, donde principia o seu movimento.

Entrando, pois, na casa interior, o modo com que se comunica o moto por suas partes à moenda é o seguinte. O eixo da roda grande que, com temos dito, pela parte de fora se mete dentro da casa do engenho, tem no seu remate interior, chegado aonde assenta o aguilhão sobre o brinquete e esteios, um rodete fixo e armado de dentes, que o cerca; e este, virado ao redor pelo caminho do dito eixo, apanha sucessivamente na volta que dá com seus dentes, outros de outra roda superior, também grande, que chamam volandeira, porque o seu modo de andar circularmente no ar sobre a moenda se parece com o voar de um pássaro, quando dá no ar seus rodeios. Os dentes do rodete que eu vi eram trinta e dois, e os da volandeira, cento e doze. E porque as aspas da volandeira passam pelo pescoço do eixo grande da moenda, por elas se lhe comunica o impulso, e este, recebido do dito eixo grande, cercado de entrosas e dentes, se comunica também a dois outros eixos menores que têm, de ambas as ilhargas, dentados e abertos igualmente, com suas entrosas do mesmo que temos dito do grande; e com estes dentes e entrosas se causa o moto, com que uniformemente o acompanham.

As aspas da volandeira são oito, quatro superiores e quatro inferiores, e as inferiores têm suas contra-aspas, para maior segurança. Os três eixos da moenda são três paus redondos de corpo esférico, alto nos menores iguais cinco palmos e meio, e no maior, que é o do meio, alto seis palmos e também de esfera maior que os outros, e por eleição o melhor, porque, jogando com os dois, que nas ilhargas continuamente o apertam, gasta-se mais que os outros, e, por isso, por boa regra, os menores têm nove dentes e o maior onze e só este (para falarmos com a língua dos oficiais) tem seu pescoço e cabeça alta, conforme a altura do engenho e, comumente, ao todo vem a ter o dito eixo doze palmos de alto, cuja cabeça de dois palmos e meio, mais delgada que o pescoço, entra por um pau furado que chamam porca, sustentado de duas vigas de quarenta e dois palmos, as quais assentam sobre quatro esteios altos dezessete palmos e grossos quatro, com suas travessas proporcionadamente distantes. E, ainda que os outros dois eixos menores não tenham pescoço, contudo, pela parte de cima, entram quanto basta com sua ponta ou aguilhão, por uns paus furados, que chamam mesas ou gatos, com que ficam direitos e seguros em pé. Os corpos dos três eixos, da metade para baixo, são vestidos igualmente de chapas de ferro unidas e pregadas com pregos feitos para este fim com a cabeça quadrada e bem entrante, para se igualarem com as chapas, debaixo das quais os corpos dos eixos são torneados com tornos de paus de lei para que fique a madeira mais dura e mais capaz de resistir ao contínuo aperto que há de padecer no moer. Sobre as chapas aparece um círculo ou faixa de pau, que é a outra parte do corpo dos mesmos eixos, despida de ferro; e logo imediatamente se segue o círculo dos dentes de pau de lei, encaixados no eixo com suas entrosas que (são umas cavaduras ou vãos repartidos entre dente e dente) para entrarem e saírem delas os dentes dos outros eixos colaterais, que para isso são em tudo iguais os dentes e as entrosas, a saber: os dentes na grossura e na altura e as entrosas na largura e profundidade do encaixamento ou vazio que comumente saem do corpo do eixo, comprimento de cinco ou seis dedos, de largura de uma mão, e de quatro ou cinco dedos de costa, de forma quase chata e nos extremos redonda. E, ainda que entre dente e dente dos eixos menores haja espaço medido por compasso de igual medida, que é um palmo grande, os do eixo maior têm de mais a mais tanto espaço além do palmo, quanto ocuparia a grossura de uma moeda de dois cruzados, e

isto se faz para que estejam em sua conta e não entrem no mesmo tempo os dentes dos eixos colaterais, mas um se siga atrás de outro e desta sorte se continue em todos três o moto que se pertende. E, por isso, também os dentes e as entrosas de um eixo se hão de desencontrar dos dentes e entrosas de outro, a saber, ao dente do eixo grande há de corresponder a entrosa do pequeno, e ao dente do pequeno a entrosa do grande. São os dentes (como dizia) na parte que sai fora do eixo, algum tanto chatos, e no fim quase redondos, largos quatro ou cinco dedos, e outro tanto grossos, e entram quase outros quatro dedos pela sua raiz no eixo, aonde se asseguram, além da parte com que fazem parede às entrosas, que são na mesma conta, quatro ou cinco dedos profundas. Sobre os dentes dos eixos menores fica a terceira parte do pau descoberta e se remata a modo de degraus em dois círculos menores, vestidos de duas argolas de ferro da grossura de um dedo e meio, largura de três dedos; e na ponta do pau se vaza de tal sorte que entre nele uma bucha quadrada de dois ou três palmos, de sapupiramirim, a qual bucha também em parte se vaza e nela se encaixa o aguilhão de ferro, comprimento de três palmos, grossura de um caibro, à força de pancadas, com um vaivém de ferro. E, para melhor segurança do aguilhão e da bucha, se abre na cabeça dos quatro lados da bucha, com uma palmeta de ferro, à força de pancadas do vaivém, e se lhe metem umas palmetas ou cunhas menores de pau de lei, para não aluir. E, pelo mesmo estilo de degraus e argolas, bucha e aguilhão, com que temos dito, se remata a parte superior dos dois eixos menores, se rematam também as partes inferiores de todos três, ajuntando, demais, a cada aguilhão, seu pião de ferro, calçado de aço da grossura de uma maçã, que também se encaixa pela parte superior até dois dedos dentro do aguilhão e pela parte inferior põem a ponta sobre outro ferro chato, que chamam mancal, de comprimento de um palmo, também calçado de aço, para que se não fure com o contínuo virar que sobre ele faz o pião. E todos estes três eixos ou corpos da moenda, aonde chega o pião ao mancal assentam sobre um pau, que chamam ponte, de comprimento de quinze ou dezesseis palmos, e para sustentar toda a moenda forte e segura, servem quatro virgens, que são quatro esteios, altos da terra nove palmos, e grossos sete, semelhantes no seu ofício de sustentar aos que sustentam as vigas grandes e a porca ou pau furado, por onde passa a ponta do eixo grande que sobre os outros colaterais se levanta até a dita

altura, como parte principal da moenda. Sobre estas virgens, de ponta a ponta, vão uns paus, que chamam mesas, quase um palmo de grossura, e vinte de comprimento, sobre as quais descansam as travessas, que chamam gatos, em que se movem os eixos pela parte superior; e sobre estes vai outro andar ao comprido, de tábuas, que chamam agulhas, as quais servem para segurar as cunhas, com que se aperta a moenda.

O lugar aonde se põem os feixes da cana, que imediatamente há de passar para se espremer entre os eixos, são dois tabuleiros, um de uma parte, e outro de outra, que têm seus encaixes ou meio-círculos ao redor dos eixos da moenda, afastados deles tanto quanto basta para não lhes impedir suas voltas. E o estarem os tabuleiros chegados aos eixos é para que não caia a cana, ou o bagaço dela, perto dos agulhões e retarde de algum modo aos piões, e para que se não suje o caldo que sai da cana moída.

.....

Capítulo VI

DO MODO DE MOER AS CANAS, E DE QUANTAS PESSOAS NECESSITA A MOENDA

MOEM-SE AS CANAS metendo algumas delas, limpas da palha e da lama (que para isso, se for necessário, se lavam), entre dois eixos, aonde, apertadas fortemente, se espremem, metendo-se na volta que dão os eixos, os dentes da moenda nas entrosas, para mais as apertar e espremer entre os corpos dos eixos chapeados, que vêm a unir-se nas voltas; e, depois delas passadas, torna-se de outra parte a passar o bagaço, para que se esprema mais, e de todo o sumo, ou licor que conserva. E este sumo (ao qual depois chamam caldo) cai da moenda em uma cocha de pau, que está deitada debaixo da ponte dos aguilhões, e daí corre por uma bica a um parol metido na terra, que chamam parol do caldo, donde se guinda com dois caldeirões ou cubos para cima, com roda, eixo e correntes, e vai para outro parol, que está em um sobradinho alto, a quem chamam guinda, para daí passar para a casa das caldeiras, aonde se há de alimpar.

No espaço de vinte e quatro horas, mói-se uma tarefa redonda de vinte e cinco até trinta carros de cana, e em uma semana das que chamam solteiras (que vem a ser, sem dia-santo) chegam a moer sete tarefas, e o rendimento competente é uma fôrma ou pão de açúcar por fouce, a saber, quanto corta um negro em um dia. Nem o fazer mais açúcar depende de moer mais cana, mas de ser a cana de bom rendimento, a saber, bem

açucarada, não aguacenta, nem velha. Se meterem mais cana ou bagaço do que convém, haverá risco de se quebrar o rodete e a moenda dará de si e rangerá na parte de cima, e poderá ser que se quebre algum aguilhão. Se a água que move a roda for muita, moerá tanta cana que não se lhe poderá dar vazão na casa das caldeiras, e o caldo azedará no parol de coar, por se não poder cozer em tanta quantidade, nem tão depressa nas tachas. E, por isso, o feitor da moenda e o mestre do açúcar hão de ver o que convém, para que se não perca a tarefa.

O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão; ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo com o pejador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece, de algum modo, o remédio. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia, posto que se revezem as que metem a cana por suas equipações, particularmente se as que andam nesta ocupação forem boçais ou acostumadas a se emborracharem.

As escravas de que necessita a moenda, ao menos, são sete ou oito, a saber: três para trazer cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para consertar e acender as candeias, que na moenda são cinco, e para limpar o cocho do caldo (a que chamam cocheira ou calumbá) e os aguilhões da moenda e refrescá-los com água para que não ardam, servindo-se para isso do parol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai no aguilhão, como também para lavar a cana enlodada, e outra, finalmente, para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E, se for necessário, botá-lo em parte mais distante, não bastará uma só escrava, mas haverá mister outra que a ajude, porque, de outra sorte, não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda.

Sobre o parol do caldo que, como temos dito, está metido na terra, há uma guindadeira, que continuamente guinda para cima com

dois cubos o caldo, e todas as sobreditas escravas têm necessidade de outras tantas, que as revezem depois de encherem o seu tempo, que vem a ser a metade do dia, e a metade da noite, e todas juntas lavam de vinte e quatro em vinte e quatro horas com água e vasculhos de piaçaba toda a moenda. A tarefa das guindadeiras é guindar cada uma três paróis de caldo, quando for tempo, para encher as caldeiras, e logo outros três, sucedendo desta sorte uma à outra, para que possam aturar o trabalho. E para o bom governo da moenda, além do feitor que atende a tudo, neste lugar mais que em outros, parte de dia e parte de noite, há um guarda ou vigiador da moenda, cujo ofício é atentar, em lugar do feitor, que a cana se meta e se passe bem entre os eixos, que se despeje e tire o bagaço, que se refresquem e limpem os aguilhões e a ponte; e, sucedendo algum desastre na moenda, ele é o que logo acode e manda parar.

.....

Capítulo VII

DAS MADEIRAS DE QUE SE FAZ A MOENDA, E TODO O MAIS MADEIRAMENTO DO ENGENHO, CANOAS E BARCOS E DO QUE SE COSTUMA DAR AOS CARPINTEIROS E OUTROS SEMELHANTES OFICIAIS

ANTES DE PASSAR DA MOENDA para as fornalhas e casa das caldeiras, parece-me necessário dar notícia dos paus e madeiras de que se faz a moenda e todo o mais madeiramento do engenho, que no Brasil se pode fazer com escolha, por não haver outra parte do mundo tão rica de paus seletos e fortes, não se admitindo nesta fábrica pau que não seja de lei, porque a experiência tem mostrado ser assim necessário. Chamam paus de lei aos mais sólidos, de maior durabilidade e mais aptos para serem lavrados, e tais são os de sapucaia, de sapupira, de sapupira-cari, de sapupira-mirim, de sapupira-açu, de vinhático, de arco, de jetaí-amarelo, de jetaí-preto, de messetaúba, de maçaranduba, pau-brasil, jacarandá, pau-de-óleo, picaí e outros semelhantes a estes. O madeiramento da casa do engenho, casa das fornalhas e casa das caldeiras e a de purgar, para bem há de ser de maçaranduba, porque é de muita durabilidade e serve para tudo, a saber para tirantes, frechais, sobrefrechais, tesouras ou pernas de asna, espigões e terças, e desta casta de pau há em todo o Recôncavo da Bahia e em toda a costa do Brasil. Os tirantes e frechais grandes valem três e quatro mil-

réis, e às vezes mais, conforme o seu comprimento e grossura, assim toscos como vêm do mato, só com a primeira lavradura. Os eixos da moenda se fazem de sapucaia ou de sapupira-cari; a ponta, ou cabo do eixo grande, de pau-d'arco ou de sapupira, os dentes dos três eixos da moenda, do rodete e da volandeira são de messetaúba. As rodas da água de pau-d'arco, ou de sapupira ou de vinhático. Os arcos do rodete e volandeira e as aspas e contraspas, de sapupira. As virgens e mais esteios e vigas, de qualquer pau de lei. Os carros, de sapupira-mirim, ou de jetaí, ou de sapucaia. O cáliz, de vinhático. As canoas, de picaí, joairana, jequitibá, utucica e angelim. As cavernas e braços dos barcos, de sapupira ou de landim-carvalho, ou de sapupira-mirim; a quilha, de sapupira ou de peroba; os forros e costados, de utim, peroba, buranhém e unhuíba; os mastos, de inhuibatã; as vergas, de camaçari; o leme, de averno ou angelim; as curvas e as rodas da proa e popa, de sapupira, com seus corais metidos; as varas, de mangue-branco, e os remos de lindirana ou de jenipapo.

As caixas em que se mete o açúcar, se fazem de jequitibá e camaçari; e, não havendo destas duas castas de pau quanto basta, se poderão valer de buricica para fundos e tampos. E estas tábuas para as caixas vêm da serraria já serradas, e no engenho só se levantam, endireitam e aparam e hão de ter nos lados, para bem, dois palmos e meio de largo e sete e meio ou oito de comprido; e os fundos três palmos de largo, e o mesmo de comprimento. Valia uma caixa, os anos passados, dez ou doze tostões, agora subiram a maior preço.

Um eixo da moenda, tosco no mato, e torado só nas pontas, ou ainda, oitavado, vale quarenta, cinquenta e sessenta mil-réis e mais, conforme a qualidade do pau e a necessidade que há dele. Os que vêm de Porto Seguro e Patipe são somenos, por serem criados em várzeas; os melhores são os que vêm da Pitanga e da Terra Nova acima de Santo Amaro. Toda a moenda importa mais de mil cruzados, além da roda grande da água, que, por ser cheia de cavilhas e cubos, vale mais de duzentos mil-réis.

Ao carapina da moenda, se dão cinco tostões cada dia a seco e, se lhe derem de comer, dá-se-lhe um cruzado e ainda mais nestes anos, em que todos os preços subiram. Quase o mesmo se dá aos carapinas de obra branca. Ao carapinas de barcos e aos calafates se dão a seco sete tostões e meio e seis tostões ou duas patacas, se lhes derem de comer. Um barco,

velejado para carregar lenha e caixas, custa quinhentos mil-réis; um barco para conduzir cana, trezentos mil-réis; e uma rodeira, quatrocentos mil-réis. As canas vendem-se conforme a sua grandeza e qualidade do pau. Por isso, sendo as de que comumente se usam nos engenhos, umas pequenas e outras maiores; maior ou menor também será o preço delas, a saber, de vinte, trinta, quarenta e cinquenta mil-réis.

Cortam-se os paus no mato com machados no discurso de todo o ano, guardando as conjunções da Lua, a saber, três dias antes da Lua nova, ou três depois dela cheia, e tiram-se do mato diversamente, porque nas várzeas uns os vão rolando sobre estivas; e outros os arrastam a poder de escravos, que puxam; e nos outeiros, de alto a baixo, se descem como socairo e, para cima dos mesmos outeiros, também se arrastam puxando. Isto a entender aonde não há lugar de usar dos bois, por ser a paragem ou muito a pique, ou muito funda e aberta em covões. Mas, aonde podem puxar os bois, se tiram do mato com tiradeiras, amarrando com cordas ou com cipós ou couros a tiradeira, segurada bem com chavelha; e, na lama, em tempo de chuva, dizem que se arrastam melhor que em tempo de seca, porque com a chuva mais facilmente escorregam.

.....

Capítulo VIII

DA CASA DAS FORNALHAS, SEU APARELHO E LENHA QUE HÁ MISTER, E DA CINZA E SUA DECOADA

JUNTO À CASA DA MOENDA, que chamam casa do engenho segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões Vesúvio e Etna e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto destas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados, a essa penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Vêem-se aí, também outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança da emenda.

Nos engenhos reais, costuma haver seis fornalhas e nelas outros tantos escravos assistentes, que chamam metedores da lenha. As bocas das fornalhas são cercadas com arcos de ferro, não só para que sustentem melhor os tijolos, mas para que os metedores, no meter da lenha, não padeçam algum desastre. Cada fornalha tem sobre a boca dois bueiros, que são como duas ventas, por onde o fogo resfolega. Os pilares que se levantam entre uma e outra, hão de ser muito fortes, de tijolo e cal, mas o corpo das fornalhas faz-se de tijolo com barro, para resistir melhor à veemente atividade do fogo,

ao qual não resistiria nem a cal, nem a pedra mais dura; e as que servem para as caldeiras são alguma coisa maior que as que servem para as tachas. O alimento do fogo é a lenha, e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar como fartou por tantos anos, e fartará nos tempos vindouros, a tantas fornalhas, quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que comumente moem de dia e de noite, seis, sete, oito e nove meses do ano. E, para que se veja quão abundantes são estes matos, só os de Jaguaribe bastam para dar lenha a quantos engenhos há à beira-mar no Recôncavo da Bahia, e, de fato, quase todos desta parte só se provêm. Começa o cortar da lenha em Jaguaribe nos princípios de julho, porque na Bahia os engenhos começam a moer em agosto.

Tem obrigação cada escravo de cortar e arrumar, cada dia, uma medida de lenha, alta sete palmos e larga oito, e esta é também a medida de um carro, e de oito carros consta a tarefa. O cortar, carregar, arrumar e botar a lenha no barco pertence a quem a vende: o arrumá-la no barco corre por conta dos marinheiros. Há barcos capazes de cinco tarefas, há de quatro, há de três e custa cada tarefa dois mil e quinhentos réis, quando o senhor do engenho a manda buscar com o seu barco; e, se vier no barco do vendedor, ajuntar-se-á, demais, o frete, conforme a maior ou menor distância do porto. Um engenho real, que mói oito ou nove meses, gasta, um ano por outro, dois mil cruzados na lenha; e houve ano em que o engenho de Sergipe, do Conde gastou mais de três mil cruzados, por moer mais tempo, e por custar mais caro, a lenha. Vem a lenha em barcos a vela, com quatro marinheiros e o arrais, para bem, o senhor do engenho há de ter dois barcos, para que, em chegando um, volte o outro. O melhor sortimento da lenha é aquele cuja metade consta de rolos lenha miúda, porque a grossa serve para armar as fornalhas e para cozer o açúcar nas tachas, aonde é necessário maior fogo, para se coalhar; a mediana serve para fazer liga com a grossa e a miúda serve para alimpar o caldo da cana nas caldeiras, porque, para se levantar bem a espuma, demandam continuamente lavaredas de chama. E, por isso, a grossa se chama lenha de tachas, e a miúda, lenha de caldeiras.

Chegada a lenha, ao porto do engenho, arruma-se na sua bagaceira, e sempre é bem que, diante ou perto das fornalhas, estejam arrumadas cinco ou seis tarefas de lenha. Gastam dois barcos de cana, ordinariamente, um de lenha, se for lenha sortida, porque, se for miúda, não basta. O primeiro aparelho da lenha, para se botar fogo à fornalha, chama-se armar, e

isto vem a ser empurrar rolos e estendê-los no lastro (o que se faz com varas grandes, que chamam trasfogueiros) e sobre eles cruzar travessos e lenha miúda, para que, levantada, chegue mais facilmente com a chama aos fundos das caldeiras e tachas. E o metedor há de estar atento ao que lhe mandam os caldeireiros, botando precisamente a lenha, que os de cima conhecem e avisam ser necessária, assim para que não transborde o caldo ou melado dos cobres, como para que não falte o ferver. Porque, se não ferver em sua conta, não se poderá limpar bem da imundícia que há de vir acima, para se tirar e escumar das caldeiras. Porém, para as tachas, quanto mais fogo, melhor.

A cinza das fornalhas serve para fazer decoada, e esta para alimpar ao caldo da cana nas caldeiras, e para que saia o açúcar mais forte. Para isso, arrasta-se com rodo de ferro até a boca das fornalhas, pouco a pouco, a cinza e borralho, e daí, com uma pá de ferro, se tira e se leva sobre a mesma pá para o cinzeiro, que é um tanque de tijolo sobre pilares de pedra e cal, de figura quadrada, com suas paredes ao redor, e aqui se conserva quente e assim quente se põe nas tinas, que para isso estão levantadas da terra sobre uns esteios de três palmos. Aí, depois de bem caldeada e arrumada, se lhe bota água, tirada de um tacho grande, que está fervendo sobre a sua proporcionada fornalha, perto do cinzeiro. E para isso serve a água que passa pela bica que vai à casa das caldeiras; e coando esta água pela cinza, até passar pelos buracos que têm as tinas no fundo cobra o nome de decoada e vai a cair nas fôrmas ou vasilhas enterradas até a metade, e daí se tira com um coco e se passa em um tacho para a casa das caldeiras, aonde se reparte pelas fôrmas que estão postas entre as caldeiras e serve para os caldeireiros ajudarem com ela ao caldo, como se dirá em seu lugar.

Há-se, porém, de advertir que nem toda a lenha é boa para se fazer decoada, porque nem os paus fortes, nem a lenha seca servem para isso. E a razão é porque os paus fortes fazem mais carvão do que cinza, e a lenha miúda dá pouca cinza e sem força. A melhor é a dos mangues-brancos e de paus moles, a saber, a de cajueiros, arroeiras e gameleiras. E para se conhecer se a decoada é perfeita, há-se de provar, tocando a língua com uma pinga dela sobre a ponta do dedo, e se arder será boa; se não arder, será fraca. Também, se sobejar cinza de um ano para outro nas caixas aonde a costumam guardar, antes de se pôr nas tinas, deve tornar a aquecer-se no cinzeiro, ou misturar-se com a primeira que se tirar das fornalhas com borralho, porque, se antes enfraqueceu com este benefício torna a cobrar seu vigor.

.....

Capítulo IX

DAS CALDEIRAS E COBRES, SEU APARELHO, OFICIAIS E GENTE QUE NELAS HÁ MISTER, E INSTRUMENTOS DE QUE USAM

A TERCEIRA PARTE deste edifício superior às fornalhas é a casa os cobres; porque, ainda que esta se chame comumente a casa das caldeiras não são elas só que têm lugar nesta parte, mas outros grandes vasos de cobre, como são paróis, bacias e tachas; e destes vasos têm os engenhos reais dois ternos sempre em obra, porque de outra sorte não poderiam dar vazão ao caldo que vem da moenda. Estão estes cobres postos sobre a abóbada das fornalhas em assentos ou encostadores de tijolo e cal ao redor, abertos de tal sorte que, com o fundo, que metem dentro da mesma fornalha, tapa cada qual a abertura em que se recebe; e entra por ela proporcionadamente ao corpo que tem, a saber, menos as tachas e muito mais as caldeiras. E assim como tem sua parede, que divide uma de outra, e outra parede que divide esta casa da outra contígua do engenho, assim tem diante e si um ou dois degraus, por onde se sobe a obrar neles com os instrumentos necessários nas mãos, e com bastante espaço para dominar sobre eles com ajustada altura e distância; e, ao redor de toda a parede dianteira, com caminho desafogado no meio, está o tendal das fôrmas em que se bota o açúcar já cozido a coalhar e é capaz de oitenta e mais fôrmas.

Consta um terno ou ordem de cobres (além do parol do caldo e do parol da guinda, que ficam na casa da moenda), de duas caldeiras, a saber, da do meio e da outra de melar, e de um parol da escuma, de um parol grande, que chamam parol do melado, e de outro menor, que se chama parol de coar, de um terno de tachas, que são quatro, a saber: a de receber, a da porta, a de cozer e a de bater; e, finalmente, de uma bacia, que serve para repartir o açúcar nas fôrmas. E de outros tantos cobres de igual ou pouco menor grandeza, consta outro andar semelhante.

Leva o parol do caldo de um engenho real vinte arrobas de cobre; o parol da guinda, outras vinte arrobas; as duas caldeiras, sessenta arrobas; o parol da escuma, doze arrobas; o parol do melado, quinze arrobas; o parol de coar, oito arrobas; o terno das quatro tachas, a nove arrobas cada uma, trinta e seis arrobas; a bacia, quatro arrobas, que em tudo são cento e setenta e cinco arrobas de cobre, o qual vendendo-se lavrado, quando é barato, a quatrocentos réis a livra, importa dois contos e duzentos e quarenta mil-réis, que são cinco mil e seiscentos cruzados. E se acrescentar outro terno de cobres menores, ou iguais, crescerá proporcionadamente o seu valor.

A parte em que as caldeiras e as tachas mais padecem é o fundo; e, se este for de ruim cobre, e não tiver a grossura necessária, não se poderá limpar o caldo como é bem, nas caldeiras, e o fogo queimarás nas tachas ao açúcar, antes de se coser e bater. Por isso, nos engenhos reais, que moem sete e oito meses do ano, se tornam a refazer todos os fundos das caldeiras e tachas.

As pessoas que assistem nesta casa são o mestre do açúcar, o qual preside a toda a obra; e corre por sua conta julgar se o caldo está limpo, e o açúcar cozido e batido quanto pede, para estar em sua conta; assiste às têmperas e ao repartimento delas nas fôrmas, além do que lhe cabe fazer na casa de purgar, de que falaremos no seu próprio lugar. A sua assistência principal é de dia, e, ao chegar da noite, entra a fazer o mesmo o banqueiro, que é como o contramestre desta casa; e da inteligência, experiência e vigilância de um e outro depende em grande parte o fazer-se bom o mau açúcar. Porque, ainda que a cana não seja qual deve ser, muito pode ajudar a arte, no que faltou à natureza. E, pelo contrário, pouco importa que a cana seja boa, se o fruto dela e o trabalho de tanto custo

se botar a perder por descuido, com não pequeno encargo de consciência para quem recebe avantajado estipêndio. Tem mais, por obrigação, o banqueiro, repartir de noite o açúcar pelas fôrmas, assentá-las no tendal e consertá-las com cipó. E, para lhe diminuir o trabalho nestas últimas obrigações, tem um ajudante de dia, a quem chamam ajuda-banqueiro, o qual também reparte o açúcar pelas fôrmas, assenta-as e conserta-as, como está dito.

Revezam-se nas caldeiras oito caldeireiros, divididos em duas esquipações, um em cada uma, de assistência contínua até entregá-la a seu sucessor, escumando o caldo que ferve, com cubos e tachos. Obrigação de cada caldeireiro é escumar três caldeiras de caldo, que chamam três meladuras; e a última se chama de entrega, porque a deve dar meio limpa ao caldeireiro que o vem render. E, para estas três meladuras, lhe há de dar a guindadeira o caldo que há mister, a seu tempo, a saber, acabado de escumar e limpar da meladura dar-lhe outra.

Nas tachas trabalham quatro tacheiros por esquipações de assistência, um em cada terno de tachas; e tem por obrigação, cada um deles, cozer e bater tanto açúcar quanto é necessário para se encher uma venda de fôrmas, que vem a ser quatro ou cinco fôrmas.

Serve, finalmente, para varrer a casa e para consertar e acender as candeias (que são seis e ardem com azeite de peixe) e para tirar as segundas e terceiras escumas do seu próprio parol e torná-las a botar na caldeira uma escrava, a quem chamam, por alcunha, a *calcanha*.

É também esta casa lugar de penitentes, porque comumente se vêem nela uns mulatos e uns negros crioulos exercitar o ofício de tacheiros e caldeireiros, amarrados com grandes correntes de ferro a um cepo, ou por fugitivos, ou por insignes em algum gênero de maldade, para que desta sorte o ferro e o trabalho os amanse. Mas, entre eles, há também às vezes alguns menos culpados e, ainda inocentes, por ser o senhor ou demasiadamente fácil a crer o que lhe dizem, ou muito vingativo e cruel.

Os instrumentos de que se usa na casa das caldeiras são escumadeiras, pombas, reminhóis, cubos, passadeiras, repartideiras, tachos, vasculhos, batedeiras, bicas, cavadores, espátulas e picadeiras. Das escumadeiras e pombas grandes usam os caldeireiros; servem as escumadeiras

para alimpar; as pombas, para botar o caldo de uma caldeira para outra, ou da caldeira para o parol; e, por isso os cabos, assim de umas como de outras, têm catorze ou quinze palmos de comprido, para se poderem menear bem. Os reminhóis servem para botar água e decoada nas caldeiras, e para ajudar aos tacheiros a botar o açúcar na repartideira, para ir às fôrmas. Das escumadeiras mais pequenas, batedeiras e passadeiras, picadeiras e vasculhos, usam os tacheiros da repartideira, cavador e espátulas o banqueiro e o ajuda-banqueiro; e do tachos, cubos e bicas usa a calcanha, para tirar a espuma do seu próprio parol e para torná-la a pôr na caldeira. Serve o vasculho para tirar alguma imundície ao redor das tachas a picadeira para tirar o açúcar que está como grudado nas mesmas tachas e o cavador para fazer no bagaço do tendal as covas, aonde se põem as fôrmas.

.....

Capítulo X

DO MODO DE ALIMPAR E PURIFICAR O CALDO DA CANA NAS CALDEIRAS E NO PAROL DE COAR, ATÉ PASSAR PARA AS TACHAS

GUINDANDO-SE O SUMO DA CANA (que chamam caldo) para o parol da guinda, daí vai por uma bica a entrar na casa dos cobres; e o primeiro lugar em que cai é a caldeira, que chamam do meio, para nela ferver e começar a botar fora a imundície com que vem da moenda. O fogo faz neste tempo o seu ofício, e o caldo bota fora a primeira escuma, a que chamam cachaça e esta, por ser imundíssima, vai pelas bordas das caldeiras bem ladrilhadas fora da casa, por um cano enterrado, que a recebe por uma bica de pau, metida dentro do ladrilho que está ao redor da caldeira, e vai caindo pelo dito cano em um grande cocho de pau e serve para as bestas, cabras, ovelhas e porcos; e em algumas partes e também os bois a lambem, porque tudo o que é doce, ainda que imundo, deleita. E, para que o fogo não levante a escuma mais do que é justo, e dê lugar de se alimpar o caldo, como é bem, botam-lhe os caldeireiros, de quando em quando, água com um reminhol, e desta sorte se reprime a demasiada força da fervura, e o caldo ainda imundo se alimpa.

Saída a primeira espuma por si mesma, começam os caldeireiros, com grandes escumadeiras de ferro, a escumar o caldo e ajudá-lo, e chamam ajudar o caldo o botar-lhe de quando em quando já um reminhol de decoada, já outro de águas, que aí têm perto: a água nas tinas e a decoada nas fôrmas. Serve a água para lavar o caldo e a decoada, para que toda a imundícia que resta na caldeira venha, mais depressa arriba, e não assente no fundo. Serve também para condensar o açúcar e fazê-lo mais forte, incorporando-se com o caldo, do modo que se incorpora o sal com a água. Esta segunda espuma se guarda e cai por outra bica da mesma borda do ladrilho para o parol mais baixo e afastado do fogo, que se chama parol da espuma; e daí, com cubo e tacho torna a botá-lo a negra calcanha, que tem isto por ofício, na mesma caldeira para se purificar, que chamam repassar; e vai por uma bica de pau, encavilhada sobre um esteio de igual altura das caldeiras (a que chamam viola, por imitar no feitio a este instrumento), larga no corpo ou parte em que recebe a espuma, e estreita no cano, por onde cai na caldeira. E tanto que o caldo aparece bem limpo (o que se conhece pela espuma e pelos olhos e empolas que levanta, cada vez menores e mais claros) com uma pomba grande (que é um vaso côncavo de cobre, com seu cabo de pau comprido doze ou quinze palmos), o botam na segunda caldeira, que chamam de melar, e aqui se acaba de purificar, com o mesmo benefício de água e decoada, até ficar totalmente limpo. Deixa-se alimpar o caldo na caldeira do meio, comumente pelo espaço de meia hora; e, já meio purgado, passa a cair na caldeira de melar por uma hora, ou cinco quartos, até acabar de se escumar; e nunca se tira todo o caldo das caldeiras, por razão dos cobres, que padeceriam detrimento do fogo, mas se lhes deixa dois ou três palmos de caldo e sobre este se bota o novo. A espuma, também, desta segunda caldeira vai ao parol da espuma, e daí torna para a primeira ou segunda caldeira, até o fim da tarefa, e desta espuma tomam os negros para fazerem sua garapa, que é a bebida de que mais gostam e com o que resgatam de outros seus parceiros farinha, banana aipins e feijões, guardando-a em potes até perder a doçura e azedar-se, porque então dizem que está em seu ponto para se beber, oxalá com medida e não até se emborracharem. À derradeira espuma da última meladura, que é a última purificação do caldo, chamam claros, e estes, misturados com água fria, são uma regalada bebida, para refrescar e tirar a sede nas horas

em que faz maior calma. Finalmente, tanto que o mestre do açúcar julgar que a meladura está limpa, o caldeireiro, com uma pomba, bota o caldo, a que já chamam mel, no parol grande, que chamam parol do melado, e está fora do fogo, mas junto à mesma caldeira, donde o coam para outro parol mais pequeno, que chamam parol de coar, com panos coadores estendidos sobre uma grade. E, para que não caia alguma parte dele na passagem de um parol para outro, e se perca, botam-lhe uma telha, de fôrma de purgar, que com o seu arco e volta abarca aos beiços de ambos os paróis por onde corre o caldo que cai no passar da pomba e vai dar em um ou em outro parol, e, desta sorte, nem uma só pinga se perde daquele doce licor, que com bastante suor, sangue e lágrimas custa para se ajuntar.

.....

Capítulo XI

DO MODO DE COZER E BATER O MELADO NAS TACHAS

ESTANDO JÁ O CALDO purificado e coado, passa-se a cozer-se nas tachas, ajudadas de maior fogo e chama da que hão mister, as caldeiras, contanto que os fundos tenham a grossura bastante para resistir à maior atividade que neste lugar se requer. E se o melado se levantar de sorte que ameace transbordar, botando-lhe um pouco de sebo, logo amaina e se cala. O que, talvez também, seria uma boa razão se houvesse quem a sugerisse no tempo em que a indignação quer sair fora de seus limites. Dizem que, se botasse qualquer licor azedo nas caldeiras ou nas tachas como, v.g., sumo de limão ou outro semelhante, o melado nunca se poderia coalhar nem condensar, como se pretende, e alegam casos seguidos. Porém, isto não parece ser certo, falando de qualquer casta de licor azedo, senão do de limão, porque já houve quem botou no caldo cachaça azeda em quantidade bastante, ou por fazer peça, ou por enfado e impaciência, e, contudo, coalhou muito bem em seu tempo. Só de alguns ânimos se verifica que, por um leve desgosto, botam a perder um grande cúmulo, e não de quaisquer benefícios. O certo é que, em passando o melado ou mel para as tachas, pede maior vigilância e atenção dos tacheiros, banqueiro e sotobanqueiros e mestre, porque este propriamente é o lugar em que obra como mestre inteligente e aonde é necessário todo o cuidado e artifício.

Passando, pois, o melado do parol de coar para o terno das tachas, corre por cada uma delas, ordenadamente, e para em cada uma quanto for necessário, e não mais, para o fim que em cada qual se pertende. Na primeira tacha, que se chama a de receber, ferve e começa a cozer-se, e se lhe tiram as escumas mais finas, que chamam netas, e se botam com uma pequena escumadeira numa fôrma que aí está posta, e se as quiserem aproveitar, como é bem, farão delas, no fim da semana, um pão de açúcar somenos, porque esta espuma não torna à tacha, como torna a do caldo às caldeiras. Da tacha de receber, onde está pouco tempo, passa-se o melado com uma passadeira de cobre (que é do feitio de uma pomba pequena) para a segunda tacha, que chamam da porta, e aqui, continuando a ferver e engrossar; se lançar de si para a borda alguma imundícia, tira-se e limpa-se ao redor com um vasculho, que é como um pincel ou escova de embira, amarrado na ponta de uma vara; e nesta tacha se deixa estar mais tempo, até ficar já meio cozido. Daqui, com a mesma passadeira, se bota na terceira tacha, que chamam de cozer, porque ainda que nas outras também se coza, contudo, aqui acaba de se cozer e de se condensar perfeitamente, até estar em seu ponto para se bater, e isto o há de julgar o mestre, ou em seu lugar o banqueiro pelo corpo e grossura que têm. E estando desta sorte, chama-se mel em ponto, grosso suficientemente e compacto, e já disposto para passar à quarta tacha, que chamam tacha de bater, aonde se mexe com uma batedeira, que é semelhante à escumadeira, mas com seu beicho e sem furos; e bate-se, para se não queimar, e quando o têm bem batido, e com bastante cozimento, o levantam com a mesma batedeira sobre a tacha ao alto, que pode ser; e a isso chamam desafogar, no que os tacheiros mostram destreza singular, e continuam assim, mais ou menos, conforme pedem as três tâmperas que se hão de fazer do açúcar, que há de ir para as fôrmas. Daqui as tâmperas, por serem tão necessárias e diferentes, será bem falar no capítulo seguinte.

.....

Capítulo XII

DAS TRÊS TÊMPERAS DO MELADO E SUA JUSTA REPARTIÇÃO PELAS FÔRMAS

ANTES DE PASSAR O MELADO para as fôrmas, estando ainda na tacha de bater, se há de ajustar o cozimento às têmperas que pede a lei de bem repartir. E três são elas, e entre si diferentes, e cada uma leva cozimento diverso. Assim, por diversos modos, e com repetidas razões, procuramos temperar os ânimos alterados de qualquer paixão veemente.

Chama-se a primeira, têmpera de principiar, ou têmpera de bacia, a qual consta de mel solto, porque tem menos cozimento; e é o primeiro que se tira da tacha de bater logo no princípio, e se bota em uma bacia fora do fogo, a par das tachas com a batedeira, aonde se mexe com espátula ou com reminhol virado com a boca para baixo. E tendo já o banqueiro ou o ajuda-banqueiro aparelhado quatro ou cinco fôrmas no tendal, dentro de umas covas de bagaço, com seu buraco fechado, e igualmente altas, às quais chamam venda, se passa esta têmpera com reminhol dentro de uma repartideira, e a reparte pelas ditas quatro ou cinco fôrmas o banqueiro ou o ajuda-banqueiro, ou algum tacheiro, porém, com ordem do mestre, botando igualmente em cada uma delas a sua porção, de sorte que fique lugar para receber as outras duas têmperas que logo se hão de seguir.

A segunda chama-se têmpera de igualar, e tem maior cozimento porque o mel que trás esteve mais tempo na tacha de bater e, aí, mexido e engrossado foi mais batido. E esta, também tirada da tacha e posta e mexida com reminhol na bacia, passa para as ditas quatro fôrmas na repartideira, e com igual porção se reparte por elas, aonde com espátulas se mexe mais que a primeira.

Segue-se, por último, a terceira, que chamam têmpera de encher, a qual tem já todo o cozimento e grossura necessária, e com ela passada para a bacia e mexida ainda mais com reminhol e levada na repartideira para o tendal, se enchem as fôrmas, continuando com a espátula a mexer nelas todas as três têmperas, de sorte que perfeitamente se incorporem e de três se faça um só corpo. Este benefício é tão necessário que, sem ele, o açúcar posto nas ditas fôrmas não se poderia depois branquear e purgar. Porque, se botasse nas fôrmas só a têmpera que tem cozimento perfeito, coalharia e se condensaria de tal sorte que não poderia passar por ele a água que o há de lavar, depois de ser barreado. E se a têmpera fosse totalmente solta, escorreria todo o açúcar das fôrmas na casa de purgar e se desfaria todo em mel. E assim, como a mistura das três têmperas, se coalha de tal sorte que fica lugar à água de passar pouco a pouco, conservando-se o açúcar dentro, e forte; e recebe o benefício de se branquear, sem o prejuízo de se derreter, senão quanto basta para perfeitamente se purgar. E achar este meio, com acertar bem nas têmperas, é a melhor indústria e o artifício do mestre, assim como esta é a maior dificuldade no exercício das virtudes, que estão no meio de dois extremos viciosos.

O melado que se dá em pratos e vasilhas para comer, é o da primeira e segunda têmpera. Do da terceira, bem batido na repartideira, se fazem as rapaduras, tão desejadas dos meninos, e vem a ser melado coalhado sobre um quarto de papel, com todas as quatro partes levantadas como se fossem paredes dentro das quais endurece esfriando-se, de comprimento e largura da palma da mão. E bem-aventurado o rapaz que chega a ter um par delas, fazendo-se mais de boa vontade lambedor destes doces papéis do que escrivão nos que lhe dão para trasladar alfabetos.

Com isso se entenderá donde nasce o ter esta doce droga tantos nomes diversos, antes de lograr o mais nobre e o mais perfeito de *açúcar*; porque, conforme o seu princípio, melhoria e perfeição, e conforme os es-

tados diversos pelos quais passa, vai também mudando de nomes. E assim, na moenda, chama-se sumo da cana; nos paróis do engenho, até entrar na caldeira do meio, caldo; nesta, caldo fervido; na caldeira de melar, clarificado; na bacia, coado; nas tachas, melado; ultimamente, têmpera; e, nas fôrmas, açúcar, de cujas diversas qualidades falaremos, quando chegarmos a vê-lo posto nas caixas.

Os claros, ou última escuma das meladuras, que, como temos dito, servem para a garapa dos negros, se lhes reparte alternadamente por esta ordem. No fim de uma tarefa, se dão aos que assistem na casa das caldeiras e nas fornalhas; no fim de outra tarefa, se dão às escravas que trabalham na casa da moenda; e depois desta, se dão aos que buscam caranguejos e mariscos, para se repartirem, e aos barqueiros que trazem a cana e a lenha ao engenho. E sempre se repete a distribuição com a mesma ordem, para que todos os que sentem o peso do trabalho cheguem também a ter o seu pote, que é a medida com que se reparte este seu desejado nectar e ambrosia.

Quando se manda parar ou pejar o engenho aos domingos e dias-santos, tira-se dos fundos das tachas, com uma picadeira de ferro, o melado que ficou neles grudado, porque com este não poderiam esfriar-se; e, além disto, se lhes bota água, para que se não queimem os cobres, e serve juntamente para os lavar e assim se deixam as ditas tachas, até entrar nelas o mel que se há de cozer.

LIVRO III

.....

Capítulo I

DAS FÔRMAS DO AÇÚCAR E SUA PASSAGEM DO TENDAL PARA A CASA DE PURGAR

SÃO AS FÔRMAS DO AÇÚCAR uns vasos de barro queimado na fornalha das telhas, e têm alguma semelhança com os sinos, altas três palmos e meio, e proporcionadamente largas, com maior circunferência na boca, e mais apertadas no fim, aonde são furadas, para se lavar e purgar o açúcar por este buraco. Vendiam-se por quatro vinténs, salvo se a falta delas e o descuido de as procurar a seu tempo lhes acrescentasse o valor.

O serem de ruim barro, e mal queimadas, é defeito notável, como também o serem pequenas. As boas são capazes de dar pães de três arrobas e meia. Tem na casa das caldeiras seu tendal, cheio de bagaço de cana que vem da bagaceira, o qual, cavado com um cavador de ferro ou de pau, serve de cama ou cova, para nele se assentarem as fôrmas direitas em duas fileiras iguais; e, como temos dito acima, de cada quatro ou cinco fôrmas consta uma venda. Antes de botar nelas o açúcar, se lhes tapa o buraco que têm no fundo, com seus tacos de folha de banana, e se asseguram com arcos de cipó e cana-brava, para que com a demasiada quantidade do açúcar não arrebenhem. Logo se lhes bota o açúcar por têmpera, como já temos dito, o qual, no espaço de três dias, endurece diversamente, um mais, outro

menos; e ao que mais se endurece e dificultosamente se quebra, chamam açúcar de cara fechada; e ao que facilmente com qualquer pancada se quebra, chamam açúcar de cara quebrada. Metáforas, que também exprimem as diversas naturezas e condições dos homens, uns tão vidrentos, e outros tão tolerantes. E, de ser bom ou mau o açúcar, depende o fazer as vendas de mais ou menos fôrmas. Porque para o bom, que coalha depressa, basta tomar quatro fôrmas; e, para o que coalha mais devagar, tomam-se seis, sete e oito fôrmas, para que crie o maior tempo que é necessário para as encher todas, mais grão. Daí passa às costas dos negros, ou sobre paviolas, para a casa de purgar, da qual logo falaremos.

Faz um engenho real, de dois ternos de tachas, se a cana render bem, cada semana solteira, perto e passante de duzentos pães de açúcar; mas, se não render, apenas dá cento e vinte. E o render pouco nasce ou de ser a cana muito velha, ou de ser muito aguacenta, prova bem clara de serem os extremos, quaisquer que sejam, viciosos.

.....

Capítulo II

DA CASA DE PURGAR O AÇÚCAR NAS FÔRMAS

A CASA DE PURGAR é comumente separada do edifício do engenho, e a melhor de quantas há no Recôncavo da Bahia é, sem dúvida, a do engenho de Sergipe do Conde, fabricada de pedra e cal e emadeirada com paus de maçaranduba, e coberta com todo o asseio de telhas, de comprimento de quatrocentos e quarenta e seis palmos e oitenta e seis de largura, dividida em três carreiras de andainas, com vinte e seis pilares de tijolos no meio, altos quinze palmos e meio, e largos quatro, para sustentarem o teto, que assenta ao redor sobre paredes largas e fortes. Recebe esta casa a luz e ar necessários por cinquenta e duas janelas, altas oito palmos e largas seis, vinte e três de cada banda, três na fachada com sua porta e três na testada. Repartem-se as andainas por quartéis de tábuas abertas em redondo sobre pilares de tijolo, altos da terra sete palmos; e leva cada tábua dez destas aberturas, para receber outras tantas fôrmas, de sorte que por todas são capazes de purgar, comodamente, no mesmo tempo, até dois mil pães. Debaixo das ditas tábuas assim abertas, há outras tantas tábuas do mesmo comprimento, cavadas à maneira de regos, e inclinadas na parte dianteira, que servem de bicas ou correntes, por onde corre o mel que cai dos buracos das fôrmas, em que se purga o açúcar, aos tanques enterrados; e há no fim uma fornalha para o cozer e tornar a fazer dele açúcar, com seu tendal, ca-

paz de quarenta fôrmas. Há também na entrada, à mão esquerda da porta, uma casinha de madeira, para nela guardar o açúcar que sobejou ao encaixar, e quantos instrumentos são necessários para barrear, mascavar, secar e encaixar; e o primeiro espaço da casa de purgar, capaz de trezentas caixas, antes de chegar às andainas das fôrmas, serve da caixaria mais resguardada e segura, com a porta ao poente, para que, gozando toda a tarde do sol, defenda com o seu calor ao açúcar do maior inimigo que tem, depois de feito e encaixado, que é a umidade.

Diante da porta da casa de purgar, levanta-se, sobre seis pilares, um alpendre de oitenta e dois palmos de comprimento e vinte e quatro de largo, debaixo do qual está o balcão de mascavar; e da outra parte está o cocho para amassar o barro, que se bota nas fôrmas, para purgar o açúcar; e, mais adiante, o balcão para o secar, comprido oitenta palmos e largo cinquenta e seis, sustentado de vinte e cinco pilares de tijolo, mais alto no meio, e com bastante inclinação nos lados, para escorrer melhor a água que cair do céu, e ser de mais dura. E, para isso, serve também ser feito de pau de lei, a saber, de maçaranduba, de vinhático, capaz de sessenta toldos e de secar no mesmo tempo outros tantos pães de açúcar.

.....

Capítulo III

DAS PESSOAS QUE SE OCUPAM EM PURGAR, MASCAVAR, SECAR E ENCAIXAR O AÇÚCAR, E DOS INSTRUMENTOS QUE PARA ISSO SÃO NECESSÁRIOS

O

NDE NÃO HÁ PURGADOR (que sempre seria bem tê-lo), preside também na casa de purgar o mestre de açúcar, a quem pertence julgar quando se há de botar o primeiro e o segundo barro nas fôrmas, quando se há de umedecer e borrifar mais, ou menos, conforme a qualidade do açúcar, e quando se há de tirar o barro e o açúcar das fôrmas. Mas, ainda que haja purgador distinto, com sua soldada, sempre será bem que este se aconselhe com o mestre, para obrar com maior acerto, e que tenham ambos entre si toda a boa correspondência, para que fiquem melhor servidos assim o senhor do engenho como os lavradores, e eles mais acreditados em seus ofícios.

Preside ao balcão de mascavar e de secar e ao peso e ao encaixar do açúcar, o caixeiro, e corre por sua conta repartir e assentar com toda a verdade e fidelidade o que cabe a cada qual de sua parte: pregar e marcar as caixas e entregá-las a seus donos.

Trabalham na casa de purgar quatro escravas, e são as que entaipam e botam barro nas fôrmas do açúcar e lhe dão suas lavagens. No balcão de mascavar assistem duas negras das mais experimentadas, que chamam mães do balcão, e com outras o mascavam e apartam o inferior do

melhor uns negros, que trazem e aventam as fôrmas e tiram delas os pães de açúcar, e o amassador do barro de purgar, que é também outro negro.

No balcão de secar trabalham as mesmas duas mães, com as suas companheiras, que são até dez, estendendo os toldos e quebrando com toletes as lascas e os torrões grandes em outros menores, atrás dos quebradores dos pães. E, na caixaria, ajudam ao caixeiro no peso e encaixamento do açúcar as negras e negros que são necessários, como também no pilar, igualar, pregar e marcar.

Os instrumentos de que se usa na casa de purgar são furadores de ferro, para furar os pães em direitura do buraco das fôrmas, cavadores também de ferro, para cavar o pão no meio da primeira cara, antes de lhe botar o primeiro e segundo barro e macetes, para o entaipar. No balcão de mascavar, usam de couros para aventar sobre eles as fôrmas, de facões e machadinhos, para mascavar, e de toletes, para quebrar o açúcar mascavado. No balcão de secar são necessários facões, toletes e rodos e o pau quebrador de quatro lados de costa para quebrar os pães de açúcar. No peso, balanças, pesos de duas arrobas e outros menores, com o da tara, pás e panacus. Na caixaria, pilões, rodo, pau de assentar ao qual uns chamam moleque-de-assentar, e outros, juiz; enxó, verrumas, martelos e pregos, pé-de-cabra, para tirar pregos das caixas e o gastalho, que serve para unir as tábuas rachadas ou abertas, metendo suas cunhas entre os lados da tábua e os dentes ou braços do gastalho, que a abraça por cima e desce pelas ilhargas; e as marcas de ferro, com que se marca e declara a qualidade do açúcar, o número da arrobas e sinal do engenho, em que se fez e encaixou. E, desta sorte, qualquer arte se vale de seus instrumentos, para facilitar trabalho, e sair com suas obras perfeitas, o que sem eles não podia alcançar, nem esperar.

.....

Capítulo IV

DO BARRO QUE SE BOTA NAS FÔRMAS DO AÇÚCAR; QUAL DEVE SER, E COMO SE HÁ DE AMASSAR, E SE É BEM TER NO ENGENHO OLARIA

O

BARRO, com que se purga o açúcar, tira-o dos apicus que, como temos dito, são as coroas que faz o mar entre si e a terra firme, e as cobre a maré. Vem este em arcos, canoas, ou balsas, que são duas canoas juntas, com paus atravessados, e sobre eles tábuas, nas quais se amontoa o barro. Chegado ao engenho, põe-se em lugar separado; e daí passa a secar-se dentro da casa das fornalhas, sobre um andar de paus segurado com esteios, que chamam jirau, sobre o cinzeiro quando tem seu borrarho, que é da cinza misturada com brasas. E, ainda que se seque em quinze dias, contudo aí se deixa, tomando a seu tempo a quantidade que for necessária para barrear as fôrmas já cheias, como se dirá em seu lugar. Seco, se desfaz com macetes, que são paus para pisar, e daí se bota em uma canoa velha, o cocho grande, de pau, e se vai se desfazendo com água, movendo-o e amassando-o com seu rodo o negro amassador, que se ocupa neste triste trabalho, pois os outros escravos, que cortam e trazem a cana, e os que obram na moenda, nas caldeiras, nas tachas, na casa de purgar e nos balcões, sempre têm em que petiscar, e só este miserável, e os que metem lenha nas fornalhas, passam em seco. E, ainda que depois todos tenham sua parte na repartição da garapa, contudo, sentem muito trabalho sem este limitado alívio entre dia.

Mas, não faltam parceiros que se compadeçam da sua sorte, dando-lhes já uma cana, já um pouco de mel ou de açúcar; e quando faltasse nos outros a compaixão, não faltaria a eles a indústria, para buscarem seu remédio, tirando onde quer quanto podem.

O sinal de estar bem amassado o barro, é não ter já godilhões, que são uns torrõezinhos, ainda não desfeitos; e então está em seu ponto, quando, botando-lhe um pedaço de telha, um caco de fôrma, se sustém na superfície, sem ir ao fundo. Do cocho se tira com uma cuia, e se bota em tachos de cobre, e neles o levam para a casa de purgar, aonde, com um reminhol de cobre, se tira dos tachos e se reparte pelas fôrmas, quando for tempo, do modo que se dirá mais abaixo.

Ter olaria no engenho, uns dizem que escusa maiores gastos, porque sempre no engenho há necessidade de fôrmas, tijolo e telha. Porém, outros entendem o contrário, porque a fornalha da olaria gasta muita lenha de armar, e muita de caldear, e a de caldear há de ser de mangues, os quais, tirados, são a destruição do marisco, que é o remédio dos negros. E, além disto, a olaria quer serviço de seis, ou sete peças, que melhor se empregam no canavial ou no engenho, quer oleiro com soldada, roda e aparelho, e quer apicus, ou barreiro, donde se tire bom barro, e tudo isto pede muitos gastos, e com muito menos se compram as fôrmas e as telhas que são necessárias. O melhor conselho é meter um crioulo em alguma olaria, porque este ganha a metade do que faz, e em um ano chega a fazer três mil fôrmas, das quais o senhor se pode valer com pouco dispêndio. Tendo, porém, o senhor do engenho muita gente, lenha e mangues para mariscar de sobejo, poderá também, ter olaria, e servirá esta oficina para grandeza, utilidade e comodidade do engenho.

.....

Capítulo V

DO MODO DE PURGAR O AÇÚCAR NAS FÔRMAS, E DE TODO O BENEFÍCIO QUE SE LHE FAZ NA CASA DE PURGAR, ATÉ SE TIRAR

ENTRANDO AS FÔRMAS na casa de purgar, se deitam sobre as andainas, e se lhes tira o taco que lhes meteram no tendal; e logo com um furador agudo de ferro, de comprimento de dois palmos e meio, se furam os pães à força de pancadas, usando para isso do macete; e, furados, se levantam e endireitam as fôrmas sobre as tábuas, que chamam de furos, entrando por eles quanto basta para se susterem seguras; e assim se deixam por quinze dias sem barro, começando logo a purgar, e pingando pelo buraco que tem o primeiro mel, o qual, recebido de baixo, nas bicas, corre até dar no seu tanque. Este mel é inferior, e dá-se no tempo do inverno aos escravos do engenho, repartindo a cada qual cada semana um tacho, e dois a cada casal, que é o melhor mimo e o melhor remédio que têm. Outros, porém, o tornam a cozer, ou o vendem para isso aos que fazem dele açúcar branco batido, ou estilam água ardente.

Passados os quinze dias, daí por diante se pode barrear seguramente, o que se faz deste modo. Cavam primeiro as quatro escravas purgadeiras, com cavadores de ferro, no meio da cara da fôrma (que é a parte

superior) o açúcar já seco, e logo o tornam a igualar e entaipar muito bem, com macetes; botam-lhe, então, o primeiro barro, tirando-o com um reminhol dos tachos que vieram cheios dele do seu cocho, estando já amassado em sua conta e com a palma da mão o estendem sobre toda a cara da fôrma, alto dois dedos. Ao segundo ou terceiro dia, botam em riba do mesmo barro meio reminhol, ou uma cuia e meia de água, e para que não caia no barro de pancada, e caindo faça covas no açúcar, recebem sobre a mão esquerda, chegada ao barro, a água que botam com a direita, igualmente sobre toda a superfície; e logo, com a palma da mão direita, mexem levemente ao barro de sorte que, com os dedos, não cheguem a bulir na cara do açúcar. E a este benefício chamam umedecer, borrifar e dar lavagens, ou também dar umidades, e destas o primeiro barro não leva mais que uma, e está na fôrma seis dias, donde se tira já seco, e cava-se outra vez o açúcar no meio, como se fez ao princípio e entaipam-se; e, com a mesma diligência, se lhe bota o segundo barro, o qual está na fôrma quinze dias, e leva seis, sete e mais umidades, conforme a qualidade do açúcar, porque, o que é forte quer mais umidades, resistindo à água que há de correr por ele, purgando-o, às vezes até nove e dez umidades. E, se for fraco, logo a recebe, e fica em menos tempo lavado, mas disto não se alegra o dono do açúcar, porque antes o quisera mais forte do que tão depressa purgado. Também no verão é necessário repetir as lavagens mais vezes, a saber, de dois em dois, ou de três em três dias, conforme o calor do tempo, advertindo de lhe dar estas lavagens antes que o barro chegue a abrir-se em gretas por seco. No tempo do inverno, também se deixa o primeiro barro seis dias, e alguns não lhe dão outra umidade mais que a que traz consigo, principalmente se forem dias de chuva. Porém, tirado o primeiro e posto o segundo, dão-lhe seis, sete e oito umidades, de três em três dias conforme a qualidade do açúcar, e conforme obedecer às ditas lavagens.

Como o açúcar vai purgando, assim se vai branqueando por seus graus, a saber, mais na parte superior, menos na do meio, pouco na última, e quase nada nos pés das fôrmas, aos quais chamam cabuchos, e este menos purgado é o que se chama mascavado. Também, como vai purgando, vai descendo o barro pouco a pouco dentro da fôrma, e se purgar bem devagar, descendo só meia mão, que chamam medida de chave, e vem a ser desde a raiz do dedo polegar até a ponta do dedo mostrador, a purgação será boa,

e de rendimento de mais açúcar, e forte; mas, se purgar apressadamente renderá pouco.

O purgar-se mais depressa ou mais devagar o açúcar nas fôrmas, nasce parte da qualidade da cana boa ou má, e parte do cozimento feito e temperado em seu ponto. Porque, se o cozimento for mais do que é justo, ficará o açúcar empanturrado, e nunca se poderá purgar bem, resistindo às lavagens, não por forte, mas por demasiadamente cozido, e isto se conhecerá de não purgar e não descer o barro nas fôrmas. Pelo contrario, se o açúcar levar pouco cozimento, e a têmpera for muito solta, irá pela maior parte desfeito em mel para as correntes. O fazerem os pães do açúcar olhos, isto é, terem entre o açúcar branco veias de mascavado, uns dizem que procede de botar mal as umidades no barro das fôrmas, e outros das têmperas mais ou menos quentes, ou desigualmente botadas.

O mel que cai das fôrmas, depois de lhes botarem barro, torna a cozer-se, e a bater-se nas tachas, que para isso estão destinadas, com sua bacia; e se faz dele açúcar, que chamam branco batido; e dá também seu mascavado, que chama mascavado batido. Ou se estila dele água ardente, que eu nunca aconselharia ao senhor do engenho, para não ter uma contínua desinquietação na senzala dos negros, e para que os seus escravos e escravas não sejam com a água ardente mais borrachos do que os faz a cachaça.

O primeiro barro que se pôs na forma, alto dois dedos, quando se tira já seco, tem só altura de um dedo, que é depois de seis dias: quando se tira o segundo (que se botou com a mesma altura de dois dedos), depois de quinze dias, tem só meio dedo de altura. Acabando o açúcar de purgar, param também as lavagens; e, três ou quatro dias depois da última, tira-se o segundo barro, já seco, e, depois do barro fora, dão-lhe mais oito dias para acabar de enxugar e escorrer, e então se pode tirar.

Nem carece de admiração o ser o barro, que de sua natureza é imundo, instrumento de purgar o açúcar com suas lavagens, assim como com a lembrança do nosso barro, e com as lágrimas se purificam e branqueiam as almas, que antes eram imundas.

.....

Capítulo VI

DO MODO DE TIRAR, MASCAVAR E SECAR O AÇÚCAR

CHEGADO O TEMPO de tirar o açúcar das fôrmas, se passarão em um dia muito claro tantas quantas pode receber o balcão de secar; e passam às costas dos negros, ou em paviolas, da casa de purgar para o balcão de mascavar. E, quanto ao ser o dia muito claro, é ponto de grande advertência, porque se o açúcar se umedecer, ainda que o tornem pôr ao sol, nunca mais torna a ser perfeito como era, assim como o ficou de um ano para outro perde de tal sorte o vigor e alvura que nunca mais a torna a cobrar; propriedade também da pureza que, uma vez ofendida, nunca torna a ser o que foi. Preside a todo este benefício o caixeiro, e corre por sua conta o que agora direi. Ao pé do balcão, que chamam de mascavar, se aventam as fôrmas sobre um couro, que vem a ser bulir nelas devagar com as bocas viradas para o dito couro, para que saiam bem os pães, os quais, postos sucessivamente por um negro sobre um toldo que está estendido neste balcão, por mão de uma negra (à qual chamam mãe do balcão) se lhes tira com um facão todo aquele açúcar mal purgado, e de cor parda, que tem na parte inferior, e isto se diz mascavar, e ao tal açúcar chamam depois mascavado. E, entretanto, outra sua companheira, que é das mais práticas, tira com

um machadinho do mesmo mascavado o mais úmido, que chamam pé da fôrma, ou cabucho e este torna para a casa de purgar em outras fôrmas, até acabar de se enxugar; e logo outras negras quebram com toletes os torrões do mascavado sobre um toldo, que também há de ir ao balcão de secar.

A perfeição dos pães consiste em terem pouco mascavado, e darem duas arrobas e meia de açúcar branco, que, conforme a medida das fôrmas da Bahia é muito bom rendimento. Se quiserem fazer caras de açúcar para mimos, o caixeiro cortará aqui mesmo com um facão a primeira parte do pão, de sorte que, endireitada e aplainada, tenha uma arroba de peso; e estas, depois de estarem ao sol, empalham-se ou encouram-se e vão para o reino. Também, se quiserem fazer lascas, cortará ao pão (depois de se lhe tirar o mascavado) em seis ou oito partes, e as endireitarão todas de quatro cantos em quadra, para irem tão vistosas como doces. E, querendo fazer fechos ou caixas de encomenda, escolherá da parte do açúcar que couber a quem as manda fazer, o mais fino, que é o das caras das fôrmas, até doze arrobas por fecho, e trinta até trinta e cinco por caixa. E, do que temos dito até agora, se entenderá bem o que querem dizer estes nomes, que significam várias repartições de açúcar, a saber: caixa, fecho, pão, cara, lasca, torrão e migalhas, guardando para outro capítulo o dar notícia de várias qualidades e diferenças de açúcar.

Passando, pois, do balcão de mascavar para o balcão de secar: levam-se, em primeiro lugar, para ele, tantos toldos quantos são necessários para o açúcar que naquele dia se há de secar. E, se for de diversos donos, se conhecerá a repartição que cabe a cada qual, pelos toldos continuados na mesma fileira, se pertencer ao mesmo, ou descontinuados, se forem de diversos senhores; e o que se diz do açúcar branco, se há de dizer também do mascavado, repartido pelo mesmo estilo nas suas próprias fileiras. Isto feito leva os pães para os toldos, e, com um pau grande e redondo no cabo, em que se pega, e no remate de feitio chato, como uma lança sem ponta (ao qual chamam quebrador, ou moleque de quebrar), quebram em quatro partes aos pães, e cada uma destas em outras quatro; e logo outros, com facões, dividem as mesmas em torrões; e estes sucessivamente se tornam a partir com toletes em outros torrões menores; e, finalmente, depois de estarem já por algum tempo ao sol, acabam-se de quebrar em torrõezinhos pequenos. E guarda-se de propósito esta ordem

em quebrar ao açúcar para que, tendo dentro alguma umidade, quebrado pouco a pouco, se entese e não se faça logo em migalhas ou em pó. Estando assim estendido, pegam nas pontas dos toldos, e, levantando-as, fazem em cada toldo um montão, e entretanto aquecem-se as tábuas e os toldos, e logo tornam a abrir aqueles montes com rodos, e, desta sorte, as partes que eram interiores ficam expostas ao sol, e as outras estendidas sobre as pontas dos toldos, sentem o calor que eles e as tábuas ganharam. Espalhado, torna-se a mexer com rodos de camboá, como eles dizem, a saber: um de uma banda e outro de outra, empurrando cada um da sua parte o açúcar, e puxando por ele por modo oposto ao que faz no mesmo toldo o negro fronteiro, até acabar de secar. E, se de repente aparecer alguma nuvem, que ameaça dar chuva, logo acode toda a gente ainda (se for necessário) a que trabalha na moenda, pejando o engenho até se recolher nos mesmos toldos o açúcar dentro da casa de encaixar, ou em outra parte coberta; e daqui torna outra vez para o balcão, em outro dia claro, estando as tábuas enxutas. Que, se o tempo der lugar de enxugar perfeitamente o açúcar no mesmo dia no balcão, passará logo (do modo que agora direi) ao peso, e se encaixará com sua regra.

.....

Capítulo VII

DO PESO, REPARTIÇÃO E ENCAIXAMENTO DO AÇÚCAR

DO BALCÃO DE SECAR vai o açúcar em toldos ao peso, estando presente o caixeiro, que tudo assenta com fidelidade e verdade, para que se dê justamente a cada um o que é seu. E, para isso, há balanças grandes e pesos de duas arrobas, e outros menores, de livras, com o peso também da tara do panacu, em que vai o açúcar ao peso, usando de pá pequena para tirar o que sobeja, ou ajuntar o que falta. E, assim como as duas mães do balcão ajudam ao peso, para dar lugar ao caixeiro, que está assentando o que pesa, assim dois negros levam o açúcar pesado para as caixas, enxutas e bem aparelhadas, a saber, barreadas por dentro nas untas com barro, e folhas secas de bananeira sobre o barro, pondo igualmente tanto açúcar na caixa do senhor do engenho quanto na caixa do lavrador cuja cana se moeu no mesmo engenho, sendo lavrador de suas próprias terras e não das do engenho, porque se as terras forem do engenho, paga também o lavrador vintena, ou quinto, que vem a ser, além da metade de cada cinco pães um, ou um de cada vinte, conforme o uso das terras, porque, em Pernambuco, paga quinto e na Bahia vintena, ou quindena, que vem a ser de quinze um, conforme o que se ajustou nos arrendamentos, por serem as terras já de

rendimento, ou por necessitarem de menos limpas. E, assim como se pesa e reparte igualmente o branco, assim se pesa e reparte do mesmo modo o mascavado entre o senhor do engenho e o lavrador que mói, como temos dito, de meias; e só ficam os meles por em cheio ao senhor do engenho, por razão dos muitos gastos que faz. Tira-se também o dízimo que se deve a Deus, que vem a ser de dez um, e este fica no engenho, e põe-se nas caixas que antecipadamente manda o contratador dos dízimos ao caixeiro vazias, e dele as torna a cobrar cheias.

O açúcar que se bota nas caixas, ao princípio somente se iguala com rodo e pilões, e não se pila, para que se não quebrem as caixas. Porém, depois de botar nelas dois ou três pesos, que vêm a ser quatro ou seis arrobas, então se pila com oito ou dez pilões, quatro ou cinco de cada banda, para que assente unido igualmente. E, ainda que a derradeira porção do açúcar, que se chama cara da caixa, é bem que seja do mais escolhido; contudo, seria grande descrédito do engenho, engano e manifesta injustiça, se no meio se botassem batidos e na cara açúcar mais fino, para encobrir com o bom o ruim, e fazer também ao açúcar hipócrita.

Acabado de encher a caixa, iguala-se com rodo e com um pau chato e grosso, que uns chamam moleque-de-assentar, outros, juiz; e logo se prega, usando de verruma, pregos e martelo e do gualho ou gato, para apertar alguma tábuia rachada do modo que acima está dito. Leva uma caixa oitenta e seis pregos, e ultimamente se marca do modo que diremos, conforme a diferença do açúcar, que agora se há de explicar.

.....

Capítulo VIII

DAS VÁRIAS CASTAS DE AÇÚCAR, QUE SEPARADAMENTE SE ENCAIXAM; MARCAS DAS CAIXAS E SUA CONDUÇÃO AO TRAPICHE

ANTES DE MARCAR AS CAIXAS, é necessário falar de várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam, porque também nesta droga há sua nobreza, há casta vil, há mistura. Há primeiramente, açúcar branco e mascavado; o branco toma este nome da cor que tem, e muito se louva e estima no açúcar mais admirável, porquanto se lhe comunica do barro. O mascavado de cor parda é o que se tira do fundo das fôrmas, a que chamam pés ou cabuchos. Do branco há fino, há redondo e há baixo; e todos estes são açúcares machos. O fino é mais alvo, mais fechado e de maior peso, e tal é ordinariamente a primeira parte, que chamam cara de fôrma. O redondo é algum tanto menos alvo, e menos fechado; e tal é comumente o da segunda parte da fôrma; e digo comumente porque não é esta regra infalível, podendo acontecer que a cara de algumas fôrmas seja menos alva e menos fechada que a segunda parte de outra fôrma. O baixo é ainda menos alvo e quase trigueiro na cor; e ainda que seja fechado e forte, contudo, por ter menos alvura, chama-se baixo ou inferior.

Além destas três castas de branco, há outro, que chamam branco batido, feito do mel que escorreu das fôrmas do macho na casa de

purgar, cozido e batido outra vez, e sai às vezes tão alvo e forte como o macho. E, assim como há mascavado macho, que é o pé das fôrmas do branco macho, assim há mascavado batido, que é o pé das fôrmas do branco batido. O que pinga das fôrmas do macho, quando se purga, chama-se mel; e o que escorre do batido branco chama-se remel. Do mel, uns fazem água ardente, estilando-o, outros, o tornam a cozer, para fazerem batidos, e outros o vendem a panelas aos que o estilam ou cozem; e o mesmo digo do remel.

Vista a diversidade dos açúcares, segue-se falar das marcas que se hão de pôr com a mesma distinção nas caixas. Marcam-se as caixas com ferro ardente, ou com tinta; e três são as marcas que há de levar cada caixa, a saber, a das arrobas, a do engenho e a do senhor ou mercador por cuja conta se embarca. A marca de fogo do número das arrobas se põe em cima, na cabeça da caixa, junto ao tampo, começando do canto da banda direita, de tal sorte que abarque juntamente a cabeça da caixa e o tampo. E isto se faz para que, se depois se abrisse a caixa, se conheça mais facilmente, pelas partes da marca, que estão na cabeça, e não correspondem às outras partes, que estão na borda do tampo.

A marca do engenho, também de fogo, se põe na mesma testa da caixa, junto ao fundo, no canto da banda direita, para que se possam averiguar as faltas que poderiam haver no encaixamento do açúcar. Porque, assim como às vezes nas pipas de breu que vêm de Portugal se acham pedras breadas, e nas peças de pano de linho fino por fora, no meio se acha pano de estopa, ou menor número de varas que as que se apontam na face da peça, assim se poderia mandar nas caixas de açúcar menos arrobas das que se apontam na marca, e no meio da caixa açúcar mascavado por branco, como tem já acontecido, por culpa de algum caixeiro infiel.

A marca do senhor do açúcar ou do mercador, por cuja conta se embarca, se for de fogo, se põe no meio da dita testa da caixa; e, se não for de fogo, põe-se no mesmo lugar com tinta o seu nome, o qual se poderá tirar com uma enxó, quando se vendesse a caixa a outro mercador, pondo na dita parte o nome de quem a comprou.

Leva a marca do branco macho um só “B”; o branco batido, dois “BB”. O mascavado macho um “M”; o mascavado batido um “M” e

um “B”. A marca, v.g., do engenho de Sergipe do Conde leva um “S”, da Pitanga um “P”. E a marca, v.g., do colégio da Companhia de Jesus, leva uma cruz dentro de um círculo desta figura: ⊕

Nos engenhos à beira-mar, levam-se as caixas ao porto desta sorte. Com rolos e espeques passam uma atrás de outra da casa da caixaria para uma carreta, feita para isso mesmo mais baixa, e sobre esta se leva cada caixa até o porto, puxando pelas cordas os negros de quem a manda embarcar por sua conta.

Dos engenhos, pela terra dentro, vem cada caixa sobre um carro, com três ou quatro juntas de bois, conforme as lamas que hão de vencer; e nisto custa caro o descuido, porque, por não as trazerem no tempo do verão, depois no inverno, estazam-se e matam-se os bois.

Do porto passa sobre tábuas grossas a pique para o barco; e, ao entrar, hão de ter mão nela com socairo, para que não caia de pancada e padeça algum detrimento. No barco se hão de arruinar as caixas muito bem, para que vão seguras nem se metam mais, antes menos das que o barco pode receber e levar; e seja forte e bem velejado, e com arrais prático das coroas e pedras e com marinheiros não atordoados da água ardente, ganido com bom tempo e maré.

Do engenho até o trapiche, ou até a nau em que se embarca, paga cada caixa que vem por mar uma pataca de frete. Ao entrar e sair do trapiche, meia pataca. No primeiro mês, quer começado só, quer acabado, ainda que não fossem mais que dois dias, paga dois vinténs; nos outros meses seguintes, um vintém cada mês. E, se o trapicheiro ou o caixeiro do trapiche vender por comissão do dono algum açúcar, ganha uma pataca por cada caixa.

E, com isto, temos levado o açúcar do canavial, aonde nasce, até os portos do Brasil, donde navega para Portugal, para se repartir por muitas cidades da Europa. Falta agora dizer alguma cousa dos preços antigos e modernos dele e das causas por que são hoje tão excessivos.

.....

Capítulo IX

DOS PREÇOS ANTIGOS E MODERNOS DO AÇÚCAR

DE VINTE ANOS a esta parte mudaram-se muito os preços, assim do açúcar branco como do mascavado e batido. Porque o branco macho, que se vendia por oito, nove e dez tostões a arroba, subiu depois a doze, quinze e dezesseis, e ultimamente a dezoito, vinte e vinte e dois e vinte e quatro tostões; e depois tornou a dezesseis. Os brancos batidos, que se largavam por sete e oito tostões, subiram a doze e a catorze. O mascavado macho, que valia cinco tostões, vendeu-se por dez e onze e ainda mais. E o mascavado batido, cujo preço era um cruzado, chegou a seis tostões.

A necessidade obriga a vender barato e a queimar (como dizem) o açúcar tino, que tanto custa aos servos, aos senhores de engenho e aos lavradores da cana, trabalhando e gastando dinheiro. Também a falta de navios é causa de se não dar por ele o que vale. Mas, o ter crescido tanto nestes anos o preço do cobre, ferro e pano, e do mais de que necessitam os engenhos, e particularmente o valor dos escravos que os não querem largar por menos de cem mil-réis, valendo antes quarenta e cinquenta mil-réis os melhores, é a principal causa de haver subido tanto o açúcar depois de haver moeda provincial e nacional e depois de descobertas as minas de ouro, que serviram

para enriquecer a poucos e para destruir a muitos, sendo as melhores minas do Brasil os canaviais e as malhadas, em que se planta o tabaco.

Se atentar para o valor intrínseco que o açúcar merece ter pela sua mesma bondade, não há outra droga que o iguale. E, se tanto sabe a todos a sua doçura quando o comem, não há razão para que se não lhe dê tal valor extrínseco quando se compra e vende, assim pelos senhores de engenho e pelos mercadores, como pelo magistrado a quem pertence ajustá-lo, que possa dar por tanta despesa algum ganho digno de ser estimado. Portanto, se reduzirem os preços das coisas que vêm do Reino e dos escravos que vêm de Angola e costa de Guiné, a uma moderação competente, poderão também tornar os açúcares ao preço moderado de dez e doze tostões, parecendo a todos impossível o poderem continuar de uma e outra parte tão demasiados excessos, sem se perder o Brasil.

.....

Capítulo X

DO NÚMERO DAS CAIXAS DE AÇÚCAR QUE SE FAZEM CADA ANO ORDINARIAMENTE NO BRASIL

CONTAM-SE NO TERRITÓRIO DA BAHIA, ao presente, cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento, os de Pernambuco, posto que menores, chegam a duzentos e quarenta e seis, e os do Rio de Janeiro, a cento e trinta e seis.

Fazem-se, um ano por outro, nos engenhos da Bahia, catorze mil e quinhentas caixas de açúcar. Destas, vão para o Reino catorze mil, a saber; oito mil de branco macho, três mil de mascavado macho, mil e oitocentas de branco batido, mil e duzentas de mascavado batido; e quinhentas de várias castas se gastam na terra.

As que se fazem nos engenhos de Pernambuco, um ano por outro, são doze mil e trezentas. Vão doze mil e cem para o Reino, a saber: sete mil de branco macho, duas mil e seiscentas de mascavado macho, mil e quatrocentas de branco batido, mil e cem de mascavado batido; e gastam-se na terra duzentas de várias castas.

No Rio de Janeiro, fazem-se, um ano por outro, dez mil duzentas e vinte. As dez mil e cem vão para o Reino, a saber: cinco mil e seiscentas de branco macho, duas mil e quinhentas de mascavado macho, mil e duzentas de branco batido, oitocentas de mascavado batido; e ficam na terra cento e vinte de várias castas; para o gasto dela.

E juntas todas estas caixas de açúcar que se fazem um ano por outro no Brasil, vêm a ser trinta e sete mil e vinte caixas.

.....

Capítulo XI

QUE CUSTA UMA CAIXA DE AÇÚCAR DE TRINTA E CINCO ARROBAS, POSTA NA ALFÂNDEGA DE LISBOA E JÁ DESPACHADA, E DO VALOR DE TODO O AÇÚCAR QUE CADA ANO SE FAZ NO BRASIL.

DO ROL QUE SE SEGUE, constará primeiramente, com exata distinção, o custo que faz uma caixa de açúcar branco macho de trinta e cinco arrobas, desde que se levanta em qualquer engenho da Bahia, até se pôr na alfândega de Lisboa, e pela porta dela fora; e logo o que custa uma de mascavado macho, uma de branco batido e uma de mascavado batido. Em segundo lugar, o resumo do valor de todo o açúcar que cada ano se faz nas safras da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Custos de uma caixa de açúcar branco macho de trinta e cinco arrobas

Pelo caixão no engenho, ao menos	1\$200
Por se levantar o dito caixão	\$050
Por 86 pregos para o dito caixão	\$320
Por 35 arrobas de açúcar a 1\$600	56\$000
Por carroto à beira-mar	2\$000
Por carroto do porto do mar até o trapiche	\$320

Por guindaste no trapiche	\$080
Por entrada no mesmo trapiche	\$080
Por aluguer do mês no dito trapiche	\$020
Por se botar fora do trapiche	\$160
Por direitos do subsídio da terra	\$300
Por direito para o forte do mar	\$080
Por frete do navio a 20\$	11\$520
Por descarga em Lisboa, para a alfândega	\$200
Por guindaste na ponte da alfândega	\$040
Por se recolher da ponte para o almazém	\$060
Por se guardar na alfândega	\$050
Por cascavel de arquear, por cada arco	\$080
Por obras, taras e marcas	\$060
Por avaliação e direitos grandes, a 800 réis, e a 20 por 100	5\$600
Por consulado a 3 por 100	\$840
Por combói a 140 réis por arroba	4\$900
Por maioria	\$600
	<hr/>
	24590
O que tudo importa	84\$560

*Custos de uma caixa de açúcar mascavado
macho de trinta e cinco arrobas*

Por 85 arrobas do dito açúcar a 1\$000	35\$000
Por avaliação e direitos, a 450 réis e a 20 por 100	3\$150
Por consulado a 3 por 100	\$472
Por todos os mais gastos	22\$120
	<hr/>
O que tudo importa	60\$742

*Custos de uma caixa de açúcar branco batido
de trinta e cinco arrobas*

Por 35 arrobas do dito açúcar a 1\$200	42\$000
Por avaliação e direitos a 300 réis e a 20 por cem	4\$720
Por consulado a 3 por 100	\$648
Por todos os mais gastos	22\$120
	<hr/>
O que tudo importa	69\$488

*Custos de uma caixa de açúcar mascavado batido
de trinta e cinco arrobas*

Por 35 arrobas do dito açúcar a 640 réis	22\$400
Por avaliação e direitos, a 300 réis e a 20 por 100	2\$100
Por consulado a 3 por 100	\$315
Por todos os mais gastos	22\$120
O que tudo importa	46\$935

*Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano da Bahia;
e o que importa o valor delas a 35 arrobas*

Por 8.000 caixas de branco macho a 84\$560	676:480\$000
Por 3.000 caixas de mascavado macho a 60\$742	182:226\$000
Por 1.800 caixas Branco batido a 69\$488	125:078\$400
Por 1.200 caixas de mascavado batido a 46\$935	56:322\$000
Por 500 caixas que se gastam na terra, a 60\$200	30:100\$000
São 14.500 caixas, e importam	1.070:206\$400

*Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano
de Pernambuco, e o que importa o valor delas, a 35 arrobas*

Por 7.000 caixas de branco macho a 78\$420	548:940\$000
Por 2.600 caixas de mascavado macho a 54\$500	141:700\$000
Por 1.400 caixas de branco batido a 63\$200	88:480\$000
Por 1.100 caixas de mascavado batido a 39\$800	43:780\$000
Por 200 caixas que se gastam na terra, a 56\$2000	11:240\$000
São 12.300 caixas, e importam	834:140\$000

*Caixas de açúcar que ordinariamente se tiram cada ano
do Rio de Janeiro e o que importa o valor delas, a 35 arrobas*

Por 5.600 caixas de branco macho a 72\$340	405:104\$000
Por 2.500 caixas de mascavado macho a 48\$220	120:550\$000
Por 1.200 caixas de branco batido a 59\$640	71:568\$000
Por 800 caixas de mascavado batido a 34\$120	27:296\$000
Por 120 caixas para o gasto da terra, a 52\$320	6:278\$400
São 10.220 caixas, e importam	630:796\$400

Resumo do que importa todo o açúcar

O da Bahia, mil e setenta contos, duzentos e seis mil e quatrocentos réis	1.070:206\$400
O de Pernambuco, oitocentos e trinta e quatro contos, cento e quarenta mil-réis	834:140\$000
O do Rio de Janeiro, seiscentos e trinta contos, setecentos e noventa e seis mil e quatrocentos réis	<u>630:796\$400</u>
Soma tudo dous mil, quinhentos e trinta e cinco contos, cento e quarenta e dois mil e oitocentos réis	2.535:142\$800

.....

Capítulo XII

DO QUE PADECE O AÇUCAR DESDE O SEU NASCIMENTO NA CANA, ATÉ SAIR DO BRASIL

É REPARO SINGULAR dos que contemplam as cousas naturais ver que as que são de maior proveito ao gênero humano não se reduzem à sua perfeição sem passarem primeiro por notáveis apertos; e isto se vê bem na Europa no pano de linho, no pão, no azeite e no vinho, frutos da terra tão necessários, enterrados, arrastados, pisados, espremidos e moídos antes de chegarem a ser perfeitamente o que são. E nós muito mais o vemos na fábrica do açúcar, o qual, desde o primeiro instante de se plantar, até chegar às mesas e passar entre os dentes a sepultar-se no estômago dos que o comem, leva uma vida cheia de tais e tantos martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem. Porque se a terra, obedecendo ao império do Criador, deu liberalmente a cana para regalar com a sua doçura aos paladares dos homens, estes, desejosos de multiplicar em si deleites e gostos, inventaram contra a mesma cana, com seus artifícios, mais de cem instrumentos para lhe multiplicarem tormentos e penas.

Por isso, primeiramente fazem em pedaços as que plantam e as sepultam assim cortadas na terra. Mas, elas tornando logo quase milagrosamente a ressuscitar, que não padecem dos que as vêem sair com novo alento e vigor? Já abocanhadas de vários animais, já pisadas das bestas, já

derrubadas do vento, e alfim descabeçadas e cortadas com foices. Saem do canavial amarradas; e, oh!, quantas vezes antes de saírem daí são vendidas! Levam-se, assim presas, ou nos carros ou nos barcos à vista das outras, filhas da mesma terra, como os réus, que vão algemados para a cadeia, ou para o lugar do suplício, padecendo em si confusão e dando a muitos terror. Chegadas à moenda, com que força e aperto, postas entre os eixos, são obrigadas a dar quanto têm de sustância? Com que desprezo se lançam seus corpos esmagados e despedaçados ao mar? Com que impiedade se queimam sem compaixão no bagaço? Arrasta-se pelas bicas quanto humor saiu de suas veias e quanta sustância tinham nos ossos; trateia-se e suspende-se na guinda, vai a ferver nas caldeiras, borrifado (para maior pena) dos negros com decoada; feito quase lama no cocho, passa a fartar às bestas e aos porcos, sai do parol escumado e se lhe imputa a bebedice dos borrachos. Quantas vezes o vão virando e agitando com escumadeiras medonhas? Quantas, depois de passado por coadores, o batem com batedeiras, experimentando ele de tacha em tacha o fogo mais veemente, às vezes quase queimado, e às vezes desafogueado algum tanto, só para que chegue a padecer mais tormentos? Crescem as bateduras nas têmeperas, multiplica-se a agitação com as espátulas, deixa-se esfriar como morto nas fômas, leva-se para a casa de purgar, sem terem contra ele um mínimo indício de crime, e nela chora, furado e ferido a sua tão malograda doçura. Aqui, dão-lhe com barro na cara; e para maior ludíbrico, até as escravas lhe botam, sobre o barro sujo, as lavagens. Correm suas lágrimas por tantos rios quantas são as bicas que as recebem; e tantas são elas, que bastam para encher tanques profundos. Oh, crueldade nunca ouvida! As mesmas lágrimas do inocente se põem a ferver e a bater de novo nas tachas, as mesmas lágrimas se estimam à força de fogo em lambique; e, quando mais chora sua sorte, então tornam a dar-lhe na cara com barro, e tornam as escravas a lançar-lhe em rosto as lavagens. Sai desta sorte do purgatório e do cárcere, tão alvo como inocente; e sobre um baixo balcão se entrega a outras mulheres, para que lhe cortem os pés com facões; e estas, não contentes de lhos cortarem, em companhia de outras escravas, armadas de toletes, folgam de lhe fazer os mesmos pés em mi-galhas. Daí, passa ao último teatro dos seus tormentos, que é outro balcão, maior e mais alto, aonde, exposto a quem o quiser maltratar, experimenta o que pode o furor de toda a gente sentida e enfadada

do muito que trabalhou andando atrás dele; e, por isso, partido com quebradores, cortado com facões, despedaçado com toletes, arrastado com ro-dos, pisado dos pés dos negros sem compaixão, farta a crueldade de tantos algozes quantos são os que querem subir ao balcão. Examina-se por remate na balança do maior rigor o que pesa, depois de feito em migalhas; mas os seus tormentos gravíssimos, assim como não tem conta, assim não há quem possa bastantemente ponderá-los ou descrevê-los. Cuidava eu que, depois de reduzido ele a este estado tão lastimoso, o deixassem; mas vejo que, sepultado em uma caixa, não se fartam de o pisar com pilões, nem de lhe dar na cara, já feita em pó, com um pau. Pregam-no finalmente e marcam com fogo ao sepulcro em que jaz; e, assim pregado e sepultado, torna por muitas vezes a ser vendido e revendido, preso, confiscado e arrastado; e, se livra das prisões do porto, não livra das tormentas do mar, nem do degredo, com imposições e tributos, tão seguro de ser comprado e vendido entre cristãos como arriscado ser levado para Argel entre mouros. E, ainda assim, sempre doce e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mesinhas aos enfermos e grandes lucros aos senhores de engenho e aos lavradores que o perseguiram e aos mercadores que o compraram e o levaram degradado nos portos e muito maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas.

SEGUNDA PARTE

Cultura e opulência
do Brasil

na lavra do tabaco

.....

Capítulo I

COMO SE COMEÇOU A TRATAR NO BRASIL DA PLANTA DO TABACO, E A QUE ESTIMAÇÃO TEM CHEGADO

SE O AÇÚCAR DO BRASIL o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia; e vendo o primeiro que a plantou o lucro, posto que moderado, que então lhe deram umas poucas arrobas, mandadas com pequena esperança de algum retorno a Lisboa, animou-se a plantar mais, não tanto por cobiça de negociante, quanto por se lhe pedir dos seus correspondentes e amigos que a repartiam por preço acomodado, porém já mais levantado. Até que, imitado dos vizinhos, que com ambição a plantaram e enviaram em maior quantidade, e, depois, de grande parte dos moradores dos campos, que chamam da Cachoeira, e de outros do sertão da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação que hoje saem desta América meridional para o Reino de Portugal e para os outros reinos e repúblicas de nações estranhas. E, desta sorte, uma folha antes desprezada e quase desconhecida, tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erários dos príncipes.

Desta, pois, falaremos agora, mostrando primeiramente como se semeia e planta, como se alimpa e colhe, como se beneficia e cura, como se enrola e se despacha na alfândega. 2. Como se pisa e se lhe dá o cheiro, qual é melhor para se mascar, qual o para o cachimbo e qual para se pisar, e se o granido ou o em pó. 3. Do uso moderado dele para a saúde, e do imoderado e vicioso na quantidade, no lugar e no tempo. 4. Dos rolos que cada ano ordinariamente se embarcam do Brasil para Portugal, do valor dele na Bahia e no Reino, das penas para se não mandar ou introduzir sem despacho, e dos artifícios para se passar de contrabando, não obstante a vigilância dos guardas, assim dentro, como fora de Portugal. E, finalmente, do rendimento deste contrato e da repartição do tabaco por todas as partes do mundo. Tudo conforme as notícias certas que procurei e me deram os mais inteligentes e mais versados nesta lavra, aos quais, no que direi, me reporto.

.....

Capítulo II

EM QUE CONSISTE A LAVRA DO TABACO,
E DE COMO SE SEMEIA, PLANTA E ALIMPA,
E EM QUE TEMPO SE HÁ DE PLANTAR

TODA A LAVRA E CULTURA DO TABACO consiste, por sua ordem, em se semear, plantar, alimpar, capar, desfolhar, colher, espinicar, torcer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar; e de tudo isto iremos falando nos capítulos seguintes. E, começando neste pela planta: semeia-se esta em canteiros bem esterçados, ou em queimadas feitas no mato, onde há terra conveniente para isso e aparelhadas no mesmo ano em que se há de semear. O tempo em que comumente se semeia são os meses de maio, junho e julho; e, depois de nascida a semente, nasce também com ela algum capim, o qual se tira com tento, que se não arranque por descuido com o capim vicioso a planta inocente.

Tendo a planta já um palmo, ou pouco menos, de altura, se passa dos canteiros, aonde nasceu, para os cercados ou currais, aonde se há de criar, cuja terra, quanto mais esterçada, é melhor. Mas, se nos ditos currais morou por muito tempo o gado, há-se de tirar antes alguma parte do esterco, para que a força dele, ainda não curtido do tempo, não queime a planta, em vez de a ajudar.

Distribui-se a dita terra em regos, com riscador, para que a planta fique vistosa. A distância de um rego de outro é de cinco palmos, e a das plantas entre si é de dois palmos e meio, para que se possam estender e crescer folgadamente, sem uma ser de embaraço à outra. Planta-se em covas de um palmo, quanto cava a enxada metida; e estas se enchem de terra bem esterçada e com vigilância e cuidado se corre a dita planta todos os dias para ver se tem lagarta, e esta logo se mata, para a não comer, sendo tenra. Os inimigos da planta são, ordinariamente, além da lagarta, a formiga, o pulgão e o grilo. A lagarta, em pequena, corta-lhe o pé ou raiz debaixo da terra, e, em crescendo, corta-lhe as folhas. O mesmo faz também a formiga, e por isso se põem nos regos, onde esta aparece, outras folhas de mandioca ou de aroeira, para que delas comam as formigas e não cheguem a cortar e comer a do tabaco que, sendo cortadas desta sorte, não servem. O pulgão, que é um mosquito preto, pouco maior que uma pulga, faz buracos nas folhas e estas, assim furadas, não prestam para se fazer delas torcida. O grilo, enquanto a planta é pequena, a corta rente da terra, e, sendo já crescida, também se atreve a cortar-lhe as folhas.

Sendo a folha já bastante crescida, se lhe chega ao pé aquela terra que se tirou das covas em que foi plantada, daquela parte que ficou arrumada mais alta; porém, em tempo de inverno, não se aperta muito, porque toda está úmida; no verão, aperta-se mais, para que a terra a defenda e a umidade, posto que menor, lhe dê o primeiro alimento. E isto faz quem a planta.

Estando a planta em sua conta, com oito ou nove folhas, conforme a força com que vem crescendo, se lhe tira o olho de cima, ou grelo, antes de espigar, o que, por outra frase, chamam capar. E porque faltando-lhe este olho, nasce em cada pé das folhas outro olho, todos estes olhos se hão de botar fora (e a isto chamam desolhar) para que não tirem a sustância às folhas. E esta diligência se faz pelo menos de oito em oito dias; e mais frequentemente se visitam e correm os regos para tirar o capim, até estarem as folhas sazoadas, o que se conhece por aparecerem nelas umas nódoas amarelas, ou por estar já preto por dentro o pé da folha, o que comumente sucede ao quarto mês depois de postas em suas covas as plantas.

.....

Capítulo III

COMO DELAS SE FAZEM E BENEFICIAM AS COROAS.
COMO SE TIRAM E CURAM AS FOLHAS DO TABACO

Q

UEBRAM-SE AS FOLHAS rente da hástea com o talo, juntas em casa se deixam estar assim por vinte e quatro horas, pouco mais ou menos; e logo antes de se esquentarem e secarem, se dependuram duas e duas pelo pé, metidas entre a palha (de que constam as casas em que se beneficiam) e as varas, ou, em outra parte, aonde lhes dê o vento mas lhes não chegue o sol, porque se este lhes chegasse, logo se secariam e perderiam a sustância. E, tanto que estiverem enxutas em sua conta, que pouco mais ou menos será depois de estarem assim dependuradas dois dias, se botam no chão, e se lhes tira a maior parte do talo pela parte inferior, com o devido cuidado, para que se não rasgue com o desvio do talo; e a isso chamam espinicar. E então se dobram pelo meio as melhores, que hão de servir de capa para a corda que se há de fazer de todas as mais folhas. E advirta-se que as folhas que se tiraram em um dia não se hão de misturar senão com as que se tirarem no dia seguinte, para que sejam igualmente sazoadas; e, se não forem, assim, umas prejudicarão ao bom concerto das outras.

Curadas as folhas e tirado já o talo, com está dito, delas se faz uma corda da grossura quase de três dedos. E, para isso, haverá roda e um torcedor entendido, para que a corda fique unida, igual e forte, e atrás dele estará outro, colhendo a torcida sobre um pau ou sobre o aparelho, como qualquer outra corda simples e não como as que se faz de cordões; e junto do torcedor vão os rapazes, que dão as folhas para se torcerem em corda.

.....

Capítulo IV

COMO SE CURA O TABACO DEPOIS DE TORCIDO EM CORDA

FEITA A CORDA do comprimento que quiserem e enrodilhada em um pau, se desenrola cada dia, a saber, pela manhã e à noite, e passa-se a outro pau, para que não arda; e na passagem se vai torcendo e apertando brandamente, para que fique bem ligada e dura. E, tanto que ficar preta, vira-se só uma vez cada dia; e, como se vai aperfeiçoando, se diminuem as viraduras, até ficar em estado que se possa recolher sem temor de que apodreça. E comumente este benefício costuma durar quinze ou vinte dias, conforme vai o tempo mais ou menos úmido ou seco.

Segue-se atrás disto o que chamam ajuntar, que vem a ser por três bolas de corda de tabaco em um pau, onde fica até que chegue o tempo de enrolar. E, entretanto, guardam-se estas bolas no tendal, que é como um andaime alto, com seus regos embaixo, para receberem a calda que botam de si essas bolas e esta se ajunta e guarda para depois usar dela, quando for tempo de enrolar.

O último benefício que se lhe faz é o seguinte: temperar-se a calda do mesmo tabaco com seus cheiros de erva-doce, alfavaca e manteiga de porco; e quem faz manojos de encomenda bota-lhe almíscar ou âmbar, se o tem; e por esta calda misturada com mel de açúcar (quanto mais grosso, melhor) se passa a mesma corda de tabaco uma vez, e logo se fazem os rolos, do modo seguinte.

.....

Capítulo V

COMO SE ENROLA E ENCOURA O TABACO,
E QUE PESSOAS SE OCUPAM EM TODA A FÁBRICA
DELE, DESDE A SUA PLANTA ATÉ SE ENROLAR

PARA ENROLAR O TABACO, dobram a corda já curada e melada, de comprimento de três palmos, sobre uma estaca não muito grossa e leve, que nas extremidades tem quatro taboinhas em cruz, sobre as quais, dobrada e segurada de uma e outra parte a dita corda, se vai enrolando até o fim, puxando sempre bem e unindo uma dobra com outra, de sorte que não fique vão algum entre as dobras. E para que as cabeças fiquem sempre direitas, além das cruzetas que levam, lhes vão metendo folhas de urucuri nos vãos, para que fiquem bem unidas com as dobras de dentro.

Acabado o rolo, se cobre primeiramente com folhas de caravatá secas, amarradas com embira; e depois se lhe faz uma capa de couro da medida do rolo, a qual, cozida e apertada muito bem, marca-se com a marca do seu dono. E desta sorte vão os rolos por terra em carros e por mar em barcos a serem despachados, na alfândega, antes de se meterem nas naus. E cada rolo pesa comumente oito arrobas.

Vindo agora a falar das pessoas que se ocupam na fábrica e cultura do tabaco, ela é tal que a todos dá que fazer, porque nela trabalham

grandes e pequenos, homens e mulheres, feitores e servos. Mas, nem todos servem para qualquer ministério, dos que acima ficam referidos. Para semear e plantar a folha é necessário que seja pessoa que entenda disso, para que se guarde bem o modo, a direitura e a distância, assim dos regos como das covas. O cavar as covas pertence aos que andam no serviço com enxada; os rapazes botam os pés da planta, a saber, um em cada uma das covas, que já ficam feitas. E o que planta, aperta-lhe a terra ao pé mais ou menos, conforme a umidade dela. Toda a gente se ocupa em catar a lagarta duas vezes no dia, a saber, pela madrugada e depois de estar o sol posto, porque de dia está debaixo da terra, e o sinal de estar aí é o achar-se alguma folha cortada de noite. Chegar-lhe a terra com a enxada é trabalho dos grandes. Capar a planta já crescida, isto é, tirar-lhe o olho ou grelo na ponta da hastea é ofício de negros mestres. Desolhar, que vem a ser tirar os outros olhos que nascem entre cada folha e a hastea, fazem pequenos e grandes. Apanhar ou colher as folhas é de quem sabe conhecer quando é tempo, pelo sinal que tem a folha aonde se pega com a hastea, que é o ser aí de cor preta. Toda a gente de serviço se ocupa em dependurar as folhas nos altos, e isto se faz comumente de noite. Pinicar ou espincar ou espicar, que tudo é o mesmo, e vem a ser tirar o talo às folhas do tabaco, é trabalho leve, de pequenos e grandes. Torcer as folhas, fazendo delas corda, encomenda-se a algum negro mestre; e o que anda com a roda ou engenho de torcer há de ser negro robusto; e também botar a capa à corda, para que fique bem redonda, é obra de negro experimentado. Os rapazes dão ao torcedor as folhas e também as capas ao que vai cobrindo com as melhores a corda, e o mesmo que bota as capas e o que enrola. O passar as cordas de um pau para outro corre por conta de dois negros, dos quais um está no virador e outro vai desandando a corda enrolada no pau. Os que viram ou mudam a corda de um pau para outro são negros mestres, e em cada virador são necessários três: um que largue a corda, outro que a colha e outro que ande no virador. Ajuntar, que é pôr a corda de três bolas em um pau, é obra dos negros mais destros, e são três, e às vezes quatro, porque não basta um só no virador, mas há mister dous, para que apertem bem a corda. Enrolar, finalmente, é ocupação de bons oficiais, para que fique a obra segura.

.....

Capítulo VI

DA SEGUNDA E TERCEIRA FOLHA DO TABACO, E DE DIVERSAS QUALIDADES DELE, PARA SE MASCAR CACHIMBAR E PISAR

TUDO O QUE ESTÁ DITO ATÉ AQUI do tabaco, que chamam da primeira folha, e vale o mesmo que o da primeira colheita, se há de entender também do da segunda e terceira folha, se a terra ajudar para tanto e for para isso ajudada com o benefício do tempo e do esterco. Portanto, tiradas todas as primeiras folhas, corta-se a hás tea menos de um palmo sobre a terra, para que botem as segundas; e, crescendo elas, se lhes tiram (como está dito acima) os olhos do tronco e o capim dos regos; e o mesmo benefício que se fez às primeiras folhas, se faz às da segunda colheita. E, se a terra for forte, faz-se a terceira e multiplicam-se os rolos.

O tabaco da primeira folha é o melhor, o mais forte e o que mais dura, e este serve para o cachimbo e para se mascar e pisar. O fraco, para se mascar não serve, e só presta para se beber no cachimbo. Os que o quiserem pisar, hão de ajuntar ao melhor aqueles talos que se tiram das folhas, depois de estarem bem secos, porque estes, pisados com as folhas, fazem ao tabaco forte e de boa cor. E, para o tabaco em pó, o das Alagoas, de Pernambuco e o dos Campos da Cachoeira e das Capivaras é o melhor.

.....

Capítulo VII

COMO SE PISA O TABACO; DO GRANIDO E EM PÓ; E COMO SE LHE DÁ O CHEIRO

PARA SE PISAR O TABACO, há de ser bem seco, ou ao sol, ou em bacias, ou fornos de cobre, com atenção para que se não queime, e, por isso, se há de mexer continuamente; e os pilões em que se pisa hão de ser de pedra-mármore, com as mãos de pisar de pau. Pisado, peneira-se, e o que estiver capaz, se tira à parte, e o mais grosso se torna a pisar, até se reduzir em pó. E este é o que comumente mais se procura e se estima.

Do granido se usa muito em Itália, e faz-se desta sorte. Toma-se o tabaco já feito em pó, e põe-se em um alguidar vidrado, bota-se-lhe em quantidade moderada algum mel ou calda de tabaco, e se esta for muito grossa, se fará líquida, com um pouco de vinho. Depois, para que se vá incorporando, se mexe muito bem e, mexido, se levanta e meneia-se entre as mãos, como quem faz bolinhos; e, estando assim úmido, se passa por uma urupema fina, e nesta passagem pelos buraquinhos da urupema se formam os granidos, como os da pólvora fina, e fica o tabaco granido. E o que não passa pela urupema, por ser ainda grosso, torna-se a menear, como está dito, entre as mãos, até ser capaz de passar. Passado, se seca ao sol sem se mexer, para que não torne a amassar-se e perca o ser de granido.

Depois de o tabaco granido estar seco, se lhe quiserem dar algum cheiro, borrifa-se com água cheirosa, ou põe-se no mesmo vaso em que se recolheu uma baunilha inteira, ou alguma quantidade de âmbar, ou de algália ou de almíscar. Porém, o tabaco em pó não é capaz de ser borri-fado com água cheirosa, porque com ela se amassaria e não ficaria, como se pretendeu, solto em pó.

O tabaco que se pisa no Brasil vai sem mistura, singelo e legíti-mo em tudo; e, por isso, tanto se estima. Mas, o que se pisa em algumas partes da Europa, vende-se tão viciado que apenas merece o nome de taba-co, pois com ele até as cascas de laranja se pisam.

.....

Capítulo VIII

DO USO MODERADO DO TABACO PARA A SAÚDE, E DA DEMASIA NOCIVA À MESMA SAÚDE, DE QUALQUER MODO QUE SE USE DELE

O

S QUE SÃO DEMASIADAMENTE AFEIÇOADOS ao tabaco o chamam erva santa, nem há epíteto de louvor que lhe não dêem para defender o excesso digno de repreensão e de nota. Homens há que, parece, não podem viver sem este quinto elemento, cachimbando a qualquer ora em casa e nos caminhos, mascando as suas folhas, usando de torcidas e enchendo os narizes deste pó. E esta demasia não somente se vê nos marítimos e nos trabalhadores de qualquer casta, forros e escravos, os quais estão persuadidos que só com tabaco hão de ter alento e vigor, mas também em muitas pessoas nobres e ociosas, nos soldados dentro do corpo da guarda, e em não poucos eclesiásticos, clérigos e religiosos, na opinião dos quais toda essa demasia se defende, ainda quando se vê manifestamente que se não usa por mezinha, mas por dar gosto a um excessivo e mal habituado prurito. Eu, que de nenhum modo uso dele, ouvi dizer que o fumo do cachimbo, bebido pela manhã em jejum moderadamente, desseca as umidades do estômago, ajuda para a digestão e não menos para a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxão asmática e diminui a dor insuportável dos dentes.

O mascá-lo não é tão sadio, porém, assim como mascado pela manhã, em jejum, moderadamente, serve para dessecar a abundância dos humores do estômago, assim o uso imoderado o relaxa; e, pela continuação, obra menos, altera o gosto, faz grave o bafo, negros os dentes, e deixa os beiços imundos.

Usam alguns de torcidas dentro dos narizes, para purgar por esta via a cabeça e para divertir o estilicídio que vai a cair nas gengivas e causa dores de dentes, e, postas pela manhã e à noite, não deixam de ser de proveito. Só se encomenda, aos que usam delas, o evitarem a indecência que causa o aparecer com elas fora dos narizes e com uma gota de estilicídio sempre manante, que suja a barba e causa nojo a quem com eles conversa.

Sendo o tabaco em pó o mais usado, é certamente o menos sadio, assim pela demasia com que se toma, que passa de mesinha a ser vício, como por impedir o mesmo costume excessivo os bons efeitos que se pretendem e que talvez causaria se o uso fosse mais moderado. Deixando, porém, de reparar nesta viciosa superfluidade, só lembro quando dois sumos pontífices, Urbano VIII e Inocêncio X estranharam o usar dele nas igrejas, pela grande indecência que repararam e julgaram ser este intolerável abuso digno de se notar e estranhar nos seculares e mais nos eclesiásticos pouco acautelados, ainda quando assistem no coro aos ofícios divinos, e muito mais nos religiosos, que devem dar exemplo a todos (e maiormente nos lugares sagrados) de gravidade e modéstia. E, por isso, ambos os sobreditos pontífices chegaram a proibi-lo, com excomunhão maior; o primeiro, com um breve de 30 de janeiro do ano de 1642, o proibiu na igreja de São Pedro em Roma e no adro e alpendre do dito templo, o segundo com outro breve, debaixo da mesma pena, aos 8 de janeiro de 1650, nas igrejas de todo um arcebispado em que se ia introduzindo esta demasia com escândalo. E, em algumas religiões mais observantes, se proibiu o uso público do tabaco nas igrejas, com privação de voz ativa e passiva, isto é, sob pena de não poderem ser eleitos os transgressores nem poderem escolher a outros para superiores e para outros ofícios da Ordem.

.....

Capítulo IX

DO MODO COM QUE SE DESPACHA O TABACO NA ALFÂNDEGA DA BAHIA

BENEFICIADO E ENROLADO O TABACO, e pago o seu dízimo a Deus, que é de vinte arrobas uma (e rende este dízimo, um ano por outro, dezoito mil cruzados, como consta do arrendamento do dízimo que se tira da Cachoeira da Bahia, e suas freguesias anexas, fora o que se lavra pelas mais partes do sertão dela em Sergipe d'el-Rei, Cotinguiba, Rio Real, Inhambupe, Montegordo e Torre, que apartado do rendimento do dízimo do açúcar e mais miunças rende dez até doze mil cruzados), vem pagando seus carros e fretes para a cidade da Bahia até se meter em uma sua própria alfândega, aonde se despacham para Lisboa um ano por outro, de vinte e cinco mil rolos para cima, os quais pagam, por um contrato da Câmara, a setenta réis por cada rolo, e destes tem el-Rei a terceira parte, e as duas são para o presídio da mesma cidade, que importam cinco mil cruzados.

Pagam mais a uma balança a três réis por arroba, que a Câmara arrenda na mesma forma já dita, e importa mil e duzentos cruzados.

Deste tabaco se permite a extração de treze mil arrobas para a navegação da costa da mina, que se arrumam em cinco mil rolos pequenos

de três arrobas, os quais também pagam a setenta réis por cada rolo para o sobredito contrato da Câmara, e importa mil cruzados.

Destas treze mil arrobas se pagam por dízimo a el-Rei quatro vinténs por arroba e pagam-se na Casa dos Contos, o que importa três mil cruzados.

Vão para o Rio de Janeiro, todos os anos, três mil arrobas, as quais nada pagam na Bahia, mas vão a pagar no dito Rio de Janeiro vinte e cinco mil cruzados cada ano, por contrato de el-Rei, o qual pouco mais ou menos por tanto se arrenda.

E tudo o que neste capítulo do despacho do tabaco está dito, importa sessenta e cinco mil e duzentos cruzados.

.....

Capítulo X

QUE CUSTA UM ROLO DE TABACO DE OITO ARROBAS POSTO DA BAHIA NA ALFÂNDEGA DE LISBOA E JÁ DESPACHADO E CORRENTE PARA SAIR DELA

O rolo do tabaco	8\$000
O couro e o enrolado nele	1\$300
O frete para o porto da Cachoeira	\$550
O aluguer no armazém da Cachoeira	\$040
O frete para a cidade da Bahia	\$080
A descarga no armazém da cidade	\$020
O aluguel no armazém da cidade	\$040
O chegar à balança do peso	\$010
O pesar, a dez réis por rolo, e botar fora	\$010
O peso da balança, a três réis por arroba	\$024
Direitos e fretes e mais gastos em Lisboa	2\$050
O que tudo importa doze mil, cento e vinte e quatro réis.	12\$124

Vão, ordinariamente, cada ano, da Bahia, vinte e cinco mil rolos de tabacos; e a doze mil, cento e vinte e quatro réis, importam trezentos e três contos e cem mil-réis 303:100\$000

Vão, ordinariamente, cada ano, das Alagoas de Pernambuco, dous mil e quinhentos rolos; e, a dezesseis mil, seiscentos e vinte réis, por ser melhor o tabaco, comportam quarenta e um contos, quinhentos e cinquenta mil-réis 41:550\$000

Importa todo este tabaco trezentos e quarenta e quatro contos, seiscentos e cinquenta mil-réis 344:650\$000

E, reduzidos a cruzados, são oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco cruzados.

.....

Capítulo XI

DA ESTIMAÇÃO DO TABACO DO BRASIL NA EUROPA E NAS MAIS PARTES DO MUNDO, E DOS GRANDES EMOLUMENTOS QUE DELE TIRA A FAZENDA REAL

DO QUE ATÉ AGORA SE TEM DITO, facilmente se pode entender a estimação e valor a que tem chegado o tabaco, e, mais particularmente, o do Brasil. Pois (como disse ao princípio), havendo pouco mais de cem anos que começou a plantar e beneficiar na Bahia, foram as primeiras arrobas, que se mandaram a Lisboa, como uma sementeira de desejos, para que cada ano se pedissem logo e se mandassem mais e mais arrobas. E, passando de mimo a ser mercancia, hoje apenas os tantos milhares de rolos que levavam as frotas são bastantes para satisfazer ao apetite de todas as nações, não somente da Europa, mas também das outras partes do mundo, donde encarecidamente se procuram. Vale uma livra de tabaco pisado, em Lisboa, de vinte até vinte e quatro tostões, conforme é mais ou menos fino, e o que el-Rei tira deste contrato cada ano são dois milhões e duzentos mil cruzados. Nem hoje têm os príncipes da Europa contrato de maior rendimento, pela muita quantidade de tabaco que se gasta em todas as cidades e vilas.

Sirva de prova o que conta Engelgrave no primeiro tomo da *Luz Evangélica*, na dominga quinta depois do Pentecoste, ao § I, alegando por testemunho do que diz ao historiador Barnabé de Rijcke, como certamente informado. Diz, pois este autor, que na cidade de Londres, cabeça da Grã-Bretanha, povoada de mais de oitocentas mil almas, passam as vendas do

tabaco o número de sete mil; e, dando que cada uma destas não venda mais cada dia que um florim e meio de tabaco, importará o que se vende cada a dez mil e quinhentos florins, os quais, reduzidos à moeda portuguesa, em que cada florim são dois tostões, importam cinco mil duzentos e cinquenta cruzados. E, conseqüentemente, o que se vende só em Londres, em um ano, que consta de trezentos e sessenta e cinco dias, importa um milhão, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta cruzados. E a que soma chegará o que se vende cada ano em toda a Grã-Bretanha, em Flandres, em França, em toda Espanha e em Itália? Para não falar de outras partes e do que vai para fora da Europa, particularmente às Índias, Oriental e Ocidental, procurando-se do Brasil, por mais perfeito e melhor curado, em maior quantidade da que se lhe pode mandar, por não faltarem os comissários aos mercadores que tratam de prover as partes mais próximas.

.....

Capítulo XII

DAS PENAS DOS QUE LEVAM TABACO NÃO DESPACHADO NAS ALFÂNDEGAS, E DAS INDÚSTRIAS DE QUE SE USA PARA SE LEVAR DE CONTRABANDO

QUALQUER DESCAMINHO DO TABACO, por qualquer destas partes do Brasil, fora do registro e guias, debaixo do que tudo vai despachado, tem por pena a perda do tabaco e da embarcação em que se achar e mais cinco anos de degredo para Angola ao autor desta culpa. Porém, muito maiores são as penas que têm os transgressores do bando em Portugal. E em outros reinos são tantas e tão graves que a cada passo são causa da ruína de muitas famílias. E quanto mais rigorosas são estas penas, e do grande lucro que têm dele todos os príncipes.

Mas, ainda maior prova do grande valor e lucro que dá o tabaco, é o perderem muitos, por ambição, o temor destas penas, arriscando-se a elas com desprezo do perigo de se verem compreendidos nas mesmas misérias a que outros se reduziram por serem tão confiados. E, para isso, parece que não há indústria de que se não use para o embarcar e tirar das embarcações às escondidas, à vista dos mesmos ministros que como Argos de cem olhos vigiam quando não são juntamente briareus de cem mãos para receber e mais mudos que os peixes para calar. Para apontar algumas destas indústrias, direi por relação dos casos em que se apanharam não poucos, que

uns mandaram o tabaco dentro das peças da artilharia, outros dentro das caixas e fechos do açúcar, outros arremedando as caras também de açúcar, muito bem encouradas. Serviram-se outros dos barris de farinha da terra, dos de breu e dos de melado cobrindo com a superfície mentirosa o que ia dentro em folhas-de-flandres. Outros valeram-se das caixas de roupa, fabricadas a dois sobrados, para dar lugar a esconderijos, de frasqueiras que estão à vista, pondo entre os frascos de vinho outros também, de tabaco. Quanto foi e vai cada ano nas obras mortas e nos forros das câmeras e das varandas das naus? Quanto nas curvas que para isso nas partes mais escuras se forram? E não faltou quem lhe desse lugar até dentro de umas imagens ocas de santos, assim como uns carpinteiros de navios a esconderam em paus ocos, misturados entre os outros de que costumam valer-se. Deixo o que entra e sai em algibeiras grandes de couro dos que vão e vêm das naus para os portos, com repetidas idas e voltas, debaixo de lobs e túnicas e o que se arrasta debaixo dos batéis e das pipas da aguada pelas ondas do mar. Nunca acabaríamos, se quiséssemos relatar as invenções que sugeriu a cautela ambiciosa, porém sempre arriscada e muitas vezes descoberta, com sucesso infeliz. O que claramente prova a estimação, o apetite e a esperança do lucro, que ainda entre riscos acompanha ao tabaco.

TERCEIRA PARTE

Cultura e opulência
do Brasil

pelas minas do ouro

.....

Capítulo I

DAS MINAS DO OURO QUE SE DESCOBRIRAM NO BRASIL

FOI SEMPRE FAMA CONSTANTE que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata. Mas, também, houve sempre bastante descuido de as descobrir e de aproveitar-se delas, ou porque, contentando-se os moradores com os frutos que dá a terra abundantemente na sua superfície, e com os peixes que se pescam nos rios grandes e aprazíveis, não trataram de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem de abrir àquela as entranhas, como persuadiu a ambição insaciável a outras muitas nações, ou porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil.

Na vila de São Paulo há muita pedra usual, para fazer paredes e cercas, a qual, com a cor, com o peso e com as veias que tem em si, mostram manifestamente que não desmerece o nome que lhe deram de pedra-ferro, e que donde ela se tira, o há. O que também confirma a tradição de que já se tirou quantidade dele e achou ser muito bom para as obras ordinárias que se encomendam aos ferreiros. E, ultimamente, na serra Ibiraciaba, distante oito dias da vila de Sorocaba, e doze da vila de São Paulo, a jornadas moderadas, o capitão Luís Lopes de Carvalho, indo lá por mandado do

governador Artur de Sá, com um fundidor, estrangeiro, tirou ferro e trouxe barras, das quais se fizeram obras excelentes.

Que haja, também, minas de prata, não se duvida, porque na serra das Colunas, quarenta léguas além da vila de Itu, que é uma das de São Paulo ao leste direito, há certamente muita prata, e fina. Na serra de Sabarabuçu também a há. Da serra de Guarumé, defronte do Ceará tiraram os holandeses quantidade dela, no tempo em que estavam de posse de Pernambuco. E, na serra de Itabaiana, há tradição que achou prata o avô do capitão Belchior da Fonseca Dória. E em busca de outra, foi além do rio de São Francisco, Lopo de Albuquerque, que faleceu nesta sua malograda empresa.

Mas, deixando as minas de ferro e de prata, como inferiores, passemos às do ouro, tantas em número e tão rendosas aos que delas o tiram. E, primeiramente, é certo que de um outeiro alto, distante três léguas da vila de São Paulo, a que chamam Jaraguá, se tirou quantidade de ouro que passou de oitavas a livras. Em Parnaíba, também junto da mesma vila, no cerro Ibituruna, se achou ouro e tirou-se por oitavas. Muitos mais, e por muitos anos, se continuou a tirar em Paranaguá e Curitiba, primeiro por oitavas, depois por livras, que chegaram a alguma arroba, posto que com muito trabalho para o ajuntar, sendo o rendimento no catar limitado, até que se largaram, depois de serem descobertas pelos paulistas as minas gerais dos Cataguás e as que chamam do Caeté, e as mais modernas no rio das Velhas e em outras partes que descobriram outros paulistas e de todas estas iremos agora distintamente falando.

.....

Capítulo II

DAS MINAS DO OURO, QUE CHAMAM GERAIS E DOS DESCOBRIDORES DELAS

HÁ POUCOS ANOS que se começaram a descobrir as minas gerais dos Cataguás, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá; e o primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com uns paulistas a buscar índios, e chegando ao cerro Tripuí desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam do Ouro Preto, e, metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor do aço, sem saber o que eram, nem os companheiros, aos quais mostrou os ditos granitos, souberam conhecer e estimar o que se tinha achado tão facilmente, e só cuidaram que aí haveria algum metal não bem formado, e por isso não conhecido. Chegando, porém, a Taubaté, não deixaram de perguntar que casta de metal seria aquele. E, sem mais exame, venderam a Miguel de Sousa alguns destes granitos, por meia pataca a oitava, sem saberem eles o que vendiam, nem o comprador que coisa comprava, até que se resolveram a mandar alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá; e, fazendo-se exame deles, se achou que era ouro finíssimo.

Em distância de meia légua o ribeiro do Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias; e daí a outra meia légua, a do ribeiro do padre João de Faria; e, junto desta, pouco mais de uma légua, a do ribeiro do Bueno e a de Bento Rodrigues. E, daí três dias de caminho moderado até o jantar, a do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, descoberta por João Lopes de Lima, além de outra, que chama a do ribeiro Ibupiranga. E todas estas tomaram o nome dos seus descobridores, que todos foram paulistas.

Também há uma paragem no caminho para as ditas minas gerais, onze ou doze dias distantes das primeiras, andando bem até as três horas da tarde, a qual paragem chamam a do rio das Mortes, por morrerem nela uns homens que o passaram nadando, e outros que se mataram às pelouradas, brigando em si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão. E neste rio, e nos ribeiros que dele procedem, e em outros que vêm a dar nele, se acha ouro, e serve esta paragem como de estalagem dos que vão às minas gerais, e aí se provêm do necessário, por terem hoje os que aí assistem roças e criação de vender.

Não falo da minha da serra de Itatiaia (a saber, do ouro branco, que é ouro ainda não bem formado), distante do ribeiro do Ouro Preto oito dias de caminho moderado até o jantar, porque desta não fazem caso os paulistas, por terem as outras, de ouro formado e de muito melhor rendimento. E estas gerais, dizem que ficam na altura da capitania do Espírito Santo.

.....

Capítulo III

DE OUTRAS MINAS DE OURO NO RIO DAS VELHAS E NO CAETÉ

ALÉM DAS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS, descobriram-se outras por outros paulistas no rio que chamam das Velhas, e ficam, como dizem, na altura de Porto Seguro e de Santa Cruz. E estas são a do ribeiro do Campo, descoberta pelo sargento-mor Domingos Rodrigues da Fonseca, a do ribeiro da Roça dos Penteados, a de Nossa Senhora do Cabo, da qual foi descobridor o mesmo sargento-mor Domingos Rodrigues, a de Nossa Senhora de Monserrate, a do ribeiro do Ajudante; e a principal do rio das Velhas é a do cerro de Sabarabuçu, descoberta pelo tenente Manuel Borba Gato, paulista que foi o primeiro que se apoderou dela e do seu território.

Há mais outras minas novas, que chamam do Caeté, entre as minas gerais e as do rio das Velhas, cujos descobridores foram vários, e entre elas há a do ribeiro que descobriu o capitão Luís do Couto, que da Bahia foi para essa paragem com três irmãos, grandes mineiros, além de outras, que secretamente se acham e se não publicam, para se aproveitarem os descobridores delas totalmente, e não as sujeitarem à repartição, e as que ultimamente descobriu o capitão Garcia Rodrigues Pais, quando foi abrir o caminho novo detrás da cordilheira da serra dos Órgãos, no distrito do Rio de Janeiro, por onde corta o rio Paraíba do Sul.

.....

Capítulo IV

DO RENDIMENTO DOS RIBEIROS E DE DIVERSAS QUALIDADES DE OURO QUE DELES SE TIRA

*D*AS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS as melhores e de maior rendimento foram, até agora, a do ribeiro do Ouro Preto, a do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e a do ribeiro de Bento Rodrigues, do qual, em pouco mais de cinco braças de terra, se tiraram cinco arrobas de ouro. Também o rio das Velhas é muito abundante de ouro, assim pelas margens como pelas ilhas que tem, e pela madre ou veio da água, e dele se tem tirado e se tira ainda, em quantidade abundante.

Chamam os paulistas ribeiro de bom rendimento o que dá em cada bateada duas oitavas de ouro. Por assim como há bateadas de meia oitava e de meia pataca, assim há também bateadas de três, quatro, cinco, oito, dez, quinze, vinte e trinta oitavas e mais, e isto não poucas vezes succedeu na do ribeirão, na do Ouro Preto, na de Bento Rodrigues e na do rio das Velhas.

Os grãos de maior peso que se tiraram, foram um de noventa e cinco oitavas, outro de três livras, que repartiram entre si três pessoas com um machado, outro, que passou de cento e cinquenta oitavas, em forma

de uma língua de boi, que se mandou ao governador da Nova Colônia, e outro maior de seis livras.

Quanto às qualidades diversas do ouro, sabe-se que o ouro, a quem chama preto, por ter na superfície uma cor semelhante à do aço, antes de ir ao fogo, provando-se com o dente logo aparece amarelo, vivo, gemado, e é o mais fino, porque chega quase a vinte e três quilates; e quando se lhe põe o cunho, na fundição, faz gretas na barreta, como se arrebetasse de todas as partes; e por dentro dá tais reflexos que parecem raios do Sol. O do ribeirão é mais miúdo e mais polme, e compete na bondade com o ouro preto, porque chega a vinte e dois quilates. O ouro do ribeiro de Bento Rodrigues, posto que seja mais grosso e palpável, e bem amarelo, contudo não tem a perfeição do ouro preto e do ouro do ribeirão, mas, quando muito, chega a vinte quilates. O ouro do ribeiro do Campo, e o do ribeiro de Nossa Senhora de Monserrate, é grosso, e muito amarelo, e tem vinte e um quilates e meio. O ouro do rio das Velhas é finíssimo e chega a vinte e dois quilates. O ouro, finalmente, do ribeiro de Itatiaia, é de cor branca, como a prata, por não estar ainda bem formado, como dissemos acima, e deste se faz pouco caso, posto que alguns digam que, indo ao fogo às vezes por mais formado, foi mostrando a cor amarela.

Houve ano em que, de todas estas minas ou ribeiros, se tiraram mais de cem arrobas de ouro, fora o que se tirava e tira escondidamente de outros ribeiros que os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição. E, se os quintos de el-Rei chegaram a dezessete e a vinte arrobas, sonegando-se tanto ouro não quintado, bem se deixa ver que o ouro que cada ano se tira, sem encarecimento algum, passa de cem arrobas, e que nestes dez anos passados se tem tirado mais de mil arrobas. E, se nos primeiros anos não chegaram a cem arrobas, os outros certamente passaram. E continuando ao presente o rendimento com igual ou maior abundância por razão do maior número dos que se empregam em catar, só os quintos devidos a Sua Majestade se foram notavelmente diminuindo, ou por se divertir para outras partes o ouro em pó, ou por não ir à Casa dos Quintos, ou por usarem alguns de cunhos falsos, com engano mais detestável. Mas, ainda assim, não deixou Sua Majestade de ter grande lucro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, porque comprando o ouro a doze tostões a oitava, e batendo-se em dois anos três milhões de moeda nacional e provincial de ouro, foi lucrando seiscentos mil cruzados de avanço.

.....

Capítulo V

DAS PESSOAS QUE ANDAM NAS MINAS E TIRAM OURO DOS RIBEIROS

A SEDE INSACIÁVEL DO OURO estimulou a tantos de deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano, vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem ordenado, e apenas se guardam algumas leis, que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos. Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas, ou como visitadores, se acharam bastantemente embaraçados, e não pouco embaraçaram a outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles novos rebanhos. E, quando se averigüe o direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro, como os filhos de Israel no deserto.

Teve el-Rei nas minas, por superintendente delas, ao desembargador José Vaz Pinto, o qual, depois de dois ou três anos, tornou a recolher-se para o Rio de Janeiro com bastante cabedal, e dele, supondo, ficaria plenamente informado do que por lá vai, e que apontaria as desordens e o remédio delas, se fosse possível a execução.

Assiste também nas minas um procurador da Coroa, e um guarda-mor, com seu estipêndio. Houve, até agora, Casa de Quintar em Taubaté, na vila de São Paulo, em Parati, e no Rio de Janeiro, e em cada uma destas casas há um provedor, um escrivão e um fundidor, que, fundido o ouro em barretas, lhe põem o cunho real, sinal do quinto que se pagou a el-Rei desse ouro.

Havendo Casas da Moeda e dos Quintos na Bahia, e no Rio de Janeiro (por serem estes os dois pólos aonde vai parar todo o ouro), teria Sua Majestade muito maior lucro do que até agora teve, e muito mais se nas Casas da Moeda, bem fornecidas dos aparelhos necessários, houvesse sempre dinheiro pronto para comprar o ouro que os mineiros trazem e folgam de o vender sem detença.

Agora soubemos que Sua Majestade manda governador, ministros de Justiça, e levantar um terço de soldados nas minas, para que tudo tome melhor forma e governo.

.....

Capítulo VI

DAS DATAS OU REPARTIÇÕES DAS MINAS

PARA EVITAR A CONFUSÃO, o tumulto e as mortes que haveria no descobrimento dos ribeiros do ouro, se assentou o que pertence às repartições desta sorte. Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, e outra como mineiro; segue-se a que cabe a el-Rei, e, atrás desta, a do guarda-mor; as outras se distribuem por sortes. As que chamam datas inteiras são de trinta braças em quadra, e tais são a de el-Rei, e as do descobridor e guarda-mor. As outras, que se dão por sortes, têm a extensão proporcionada ao número dos escravos que trazem para catar, dando duas braças em quadra por cada escravo ou índio, de que se servem nas catas; e assim, a quem têm quinze escravos se dá uma data inteira de trinta braças em quadra. Para ser admitida a repartição por sortes, é necessária fazer petição ao superintendente das ditas repartições, ao qual se dá pelo despacho da petição uma oitava de ouro e outra ao seu escrivão; e às vezes acontece oferecerem-se quinhentas petições e levarem o repartidor e o escrivão mil oitavas e não tirarem todos os mineiros juntos outro tanto de tais datas, por falharem no seu rendimento; e, por isso, procuram outras datas, havendo descobrimento de novos ribeiros. A data de el-Rei logo se vende a quem mais oferece e

pode também qualquer vender ou trocar a sua data; e nisto se viram e vêem a cada passo vários e diferentes sucessos, tirando uns mineiros de poucas braças muito ouro, e outros, de muitas, pouco; e já houve quem por pouco mais de mil oitavas vendeu data, da qual o comprador tirou sete arrobas de ouro. Pelo que se tem por jogo de bem ou mal afortunado, o tirar ou não tirar ouro das datas.

.....

Capítulo VII

DA ABUNDÂNCIA DE MANTIMENTOS, E DE TODO O USUAL QUE HOJE HÁ NAS MINAS, E DO POUCO CASO QUE SE FAZ DOS PREÇOS EXTRAORDINARIAMENTE ALTOS

SENDO A TERRA QUE DÁ OURO esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento.

Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, dores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às minas gerais as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginavam poderia apeteecer-se de qualquer gênero de coisas naturais e industriais,

adventícias e próprias. E, ainda que hoje os preços sejam mais moderados, contudo porei aqui um rol, feito sinceramente por quem assistiu nas gerais três anos, dos preços das coisas que por comum assento lá se vendiam no ano, 1703, repartindo em três ordens, a saber: os preços que pertencem às coisas comestíveis; os do vestuário e armas; e os dos escravos e cavalgaduras, que são os seguintes:

Preços das coisas comestíveis

Por uma rês, oitenta oitavas.

Por um boi, cem oitavas.

Por uma mão de sessenta espigas de milho, trinta oitavas.

Por um alqueire de farinha de mandioca, quarentas oitavas.

Por seis bolos de farinha de milho, três oitavas.

Por um paio, três oitavas.

Por um presunto de oito libras, dezesseis oitavas.

Por um pastel pequeno, uma oitava.

Por uma libra de manteiga de vaca, duas oitavas.

Por uma galinha, três ou quatro oitavas.

Por seis libras de carne de vaca, uma oitava.

Por um queijo da terra, três ou quatro oitavas, conforme o peso.

Por um queijo flamengo, dezesseis oitavas.

Por um queijo de Alentejo, três e quatro oitavas.

Por uma boceta de marmelada, três oitavas.

Por um frasco de confeitos de quatro libras, dezesseis oitavas.

Por uma cara de açúcar de uma arroba, 32 oitavas.

Por uma libra de cidrão, três oitavas.

Por um barrilote de água ardente, carga de um escravo, cem oitavas.

Por um barrilote de vinho, carga de um escravo, duzentas oitavas.

Por um barriolote de azeite, duas libras.

Por quatro oitavas de tabaco em pó sem cheiro, uma oitava.

Por seis oitavas de tabaco em pó sem cheiro, uma oitava.

Por uma vara de tabaco em corda, três oitavas.

Preço das coisas que pertencem ao vestuário, e armas

- Por uma casaca de baeta ordinária, doze oitavas.
Por uma casaca de pano fino, vinte oitavas.
Por uma veste de seda, dezesseis oitavas.
Por uns calções de pano fino, nove oitavas.
Por uns calções de seda, doze oitavas.
Por uma camisa de linho, quatro oitavas.
Por umas ceroulas de linho, três oitavas.
Por um par de meias de seda, oito oitavas.
Por um par de sapatos de cordovão, cinco oitavas.
Por um chapéu fino de castor, doze oitavas.
Por um chapéu ordinário, seis oitavas.
Por uma carapuça de seda, quatro ou cinco oitavas.
Por uma carapuça de pano forrada de seda, cinco oitavas.
Por uma boceta de tartaruga para tabaco, seis oitavas.
Por uma boceta de prata de relevo para tabaco, se tem oito oitavas de prata, dão dez, ou doze; de ouro, conforme o feitio dela.
Por uma espingarda sem prata, dezesseis oitavas.
Por uma espingarda bem feita e prateada, cento e vinte oitavas.
Por uma pistola ordinária, dez oitavas.
Por uma pistola prateada, quarenta oitavas.
Por uma faca de ponta com cabo curioso, seis oitavas.
Por um canivete, duas oitavas.
Por uma tesoura, duas oitavas.

E toda a bugiaria que vem de França e de outras partes, vende-se conforme o desejo que mostram ter dela os compradores.

Preços dos escravos e das cavalgadas

- Por um negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas.
Por um moleção, duzentas e cinquenta oitavas.
Por um moleque, cento e vinte oitavas.
Por um crioulo bom oficial, quinhentas oitavas.
Por um mulato de partes, ou oficial, quinhentas oitavas.

Por um bom trombeteiro, quinhentas oitavas.

Por uma mulata de partes, seiscentas e mais oitavas.

Por uma negra ladina cozinheira, trezentas e cinquenta oitavas.

Por um cavalo sendeiro, cem oitavas.

Por um cavalo andador, duas libras de ouro.

E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro.

.....

Capítulo VIII

DE DIVERSOS PREÇOS DO OURO VENDIDO NO BRASIL E DO QUE IMPORTA O QUE CADA ANO ORDINARIAMENTE SE TIRA DAS MINAS

VÁRIOS FORAM OS PREÇOS DO OURO no discurso destes anos, não só por razão da perfeição de um, maior que a do outro, por ser de mais subidos quilates, mas também a respeito dos lugares aonde se vendia, porque mais barato se vende nas minas do que na vila de São Paulo e de Santos; e muito mais vale nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, do que nas vilas referidas. Também muito mais vale quintado do que em pó, porque o que se vende em pó sai do fogo com bastantes quebras, além do que vai de diferença por razão do que se pagou, ou não se pagou de quintos.

Uma arroba de ouro em pó pelo preço da Bahia, a catorze tostões a oitava, importa catorze mil, trezentos e trinta e seis cruzados. Quintado, pelo preço da Bahia, a dezesseis tostões a oitava, importa dezesseis mil, trezentos e oitenta e quatro cruzados.

Uma arroba de ouro em pó, pelo preço do Rio de Janeiro, treze tostões a oitava, importa treze mil, trezentos e doze cruzados. Quintado, a quinze tostões a oitava, importa quinze mil, trezentos e sessenta cruzados.

Donde se segue que, tirando-se cada ano mais de cem arrobas de ouro, a quinze tostões a oitava, preço corrente na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo quintado, vem a importar cada ano um milhão, quinhentos e trinta e seis mil cruzados. Das quais cem arrobas, se quintarem, como é justo, cabem a Sua Majestade vinte arrobas, que importam trezentos e sete mil e duzentos cruzados, mas é certo que cada ano se tiram mais de trezentos arrobas.

E com isto não parecerá incrível o que por fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos assim uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais bem afortunados nas datas, e também o que, metendo gado e negros para os venderem por maior preço, e outros gêneros mais procurados, ou plantando, ou comprando roças de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiraram. Não falando, pois, do grande cabedal que tirou o governador Artur de Sá, que duas vezes foi a elas do Rio de Janeiro, nem que ajuntara uma, duas e três arrobas, que não foram pouco. Tem-se por certo que Baltasar de Godói, de roças e catas ajuntou vinte arrobas de ouro. De vários ribeiros e da negociação com roças, negros e mantimentos, fez Francisco de Amaral mais de cinquenta arrobas. Pouco menos, Manuel Nunes Viana e Manuel Borba Gato, e com bastante cabedal se recolheu para São Paulo José Góis de Almeida e para o Caminho Novo Garcia Rodrigues Pais. João Lopes de Lima tirou do seu ribeirão cinco arrobas; os Penteados, de suas lavras e indústrias, sete arrobas; Domingos da Silva Moreira, de negócio e lavra cinco arrobas; Rafael Carvalho, cinco arrobas; João de Góis, cinco arrobas; Amador Bueno da Veiga, do rio do Ouro Preto, do ribeirão e de outras partes, oito arrobas. E, finalmente, deixando outros muito bem aproveitados, Tomás Ferreira abarcando muitas boiadas de gado, que ia dos campos da Bahia para as minas, e comprando muitas roças, e ocupando muitos escravos nas catas de vários ribeiros, chegou a ter mais de quarenta arrobas de ouro, parte em ser e parte para se cobrar. Mas, tratando de cobrar o ouro que se lhe devia, houve entretanto quem lhe deu por desgostos umas poucas balas de chumbo, que é o que sucede não poucas vezes nas minas.

Também com vender coisas comestíveis, água ardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de

ouro. Porque, como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias-santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual, continuando a regá-los sem estrondo, os faz muito férteis. E, por isso, até os homens de maior cabedal, não deixaram de se aproveitar por este caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros, ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar.

.....

Capítulo IX

DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR A EL-REI NOSSO SENHOR A QUINTA PARTE DO OURO QUE SE TIRA DAS MINAS DO BRASIL

DE DOIS MODOS se podem tratar este ponto, a saber: ou pelo que pertence ao foro externo pelas leis e ordenações do Reino, ou pelo que pertence ao foro interno, atentando à obrigação em consciência.

Quanto à primeira parte, consta pela *Ordenação* de Portugal, liv. 2, tít. 26, § 16 que *entre os Direitos Reais se contam os veeiros e minas de ouro e prata e qualquer outro metal.*

E no título 28 do mesmo livro 2, expressamente se declara que, as datas ou doações feitas, nunca se entenderão compreendidos os veeiros e minas. *Porquanto (diz a Ordenação) em muitas doações feita por nós e pelos reis nossos antecessores, são postas algumas cláusulas muito gerais e exuberantes; declaramos que por tais doações e cláusulas nelas conteúdas nunca se entende serem dados os veeiros e minas de qualquer sorte que sejam, salvo se expressamente forem nomeadas e dadas na dita doação. E, para a prescrição das ditas coisas, não se poderão alegar posse alguma, posto que seja imemorial.*

Podendo, pois, el-Rei tirar à sua custa das minas que reserva para si os metais que são o fruto delas, atendendo aos gastos que para isso são necessários, e querendo animar aos seus vassallos ao descobrimento das ditas minas e a participarem do lucro delas, assentou, como se diz no tít. 34, do dito livro 2 das *Ordenações, que de todos os metais que se tirarem depois de fundido e apurado, paguem o quinto, em salvo de todos os custos.*

É para segurar que se lhe pagasse o dito quinto, mandou que os ditos metais se marcassem e que se não pudessem vender antes de serem quintados, nem fora do Reino, sob pena de perder a fazenda e de degredo de dez anos para o Brasil, como consta do dito tít. 34, § 5º. *E o que vender os ditos metais antes de serem marcados, ou em madre antes de fundidos, perderá a fazenda, e será degredado dez anos para o Brasil.* Até aqui a *Ordenação.*

E os doutores que falaram nesta matéria, assim portugueses como de outras nações, afirmam concordemente serem de tal sorte as minas do Direito Real, por razão dos gastos que el-Rei faz em prol da república, que por esta causa não os pode alienar. Veja-se, entre outros portugueses, Pedro Barbosa, *ad. L. Divortio*, § “Si vir ff. soluto matrimonio”, à nº 17 usque ad 21. Cabedo, parte 2, decis. 55, “de venis metallor.”. Pegas, *ad Ord. Regni Port.* lib. 2, tít. 28, nº 24, com os autores de outros reinos, que alegam particularmente a Lucas da Pena, L. “Quicumque desertum”, col. 2, post principium *Cod. de omni agro deserto*, e Rebuffo, tom. 2, *ad leges Galliae*, tít. “ut beneficia ante vacationem”, art. 1º, glossa ult. post medium, pág. 346. E, além destes, veja-se Solórzano, *de Indiar. Gubern.*, tom. 2, lib. 1, cap. 13, nº 55 & lib. 5, cap. 1, nº 19, com outros muitos, que traz: o qual diz ser este o costume de todas as gentes. “Qua de causa (diz dito nº 55) metallorum fodiendorum jus ipsi Romani & postmodum aliae gentes inter Regalia computarunt & proprie ad locorum supremos Principes pertinere sanxerunt”.

E porque nesta matéria bem é ouvir também aos teólogos, seja o primeiro o P. Molina, *De Justit. & Jure*, disp. 54, tão versado no direito como na teologia, e muito particularmente no Direito de Portugal. “Regulariter (diz ele) de jure civili, vel communi, vel particularium Regnorum, ubicumque venae metallorum fuerint repertae, merito solent esse deputatae Principi, aut Reipublicae ad sumptus publicos, oneraque Reipublicae sustinenda”; unde § 16, tit. 26, lib. 2, *Ord. Lusitaniae Regni*, sic habet: *Item*

Direito Real é os veeiros e minas de ouro e prata ou qualquer ouro metal. “Ut tamen lucri spe homines alliciantur ad eas in bonum publicum quaerendas, et aperiendas, statui solent variae leges pro temporum et locorum varietate, quibus vel pars aliqua eorum, quae inde fuerint extracta, vel praemia aliis inventoribus constituuntur”. E *in terminis*, pela *Ordenação* de Portugal, diz: “Concessum et statutum est ut deductis expensis quinta metallorum pars quae inde extracta fuerit, Regi persolvatur.”

O padre Vasquez, in *Opusculis Moralibus de Restitutione*, cap., 5, § 4º, dub. 2, falando do reino de Castela, diz: “In nostro regno applicata sunt patrimonio Regio quaecumque mineralia, ubi metalla fiunt argenti, auri, et argenti vivi per 1.6, *Recop.*, tít. 13, 1.4. “Sed quo jure (diz ele) Rex potuerit sibi applicare mineralia omnia, in fundis etiam privatis procreata, nullus authorum dixit quos citavi. Mihi videtur ad haec dicendum, quod quamvis mineralia jure naturali sint domini ipsius agri, potuit hoc jus mineralium ab antiquo esse inductum, *quod sint Regii patrimonii*; ea enim conditione potuerunt hujus regni terrae, et praedia distribui, ut tamen mineralia regibus reservata manerent, *suo patrimonio annumerata*”.

E a mesma razão dá Molina, *De Just. et Jure*, disp. 56, § últ., por estas palavras: “Licet enim stando in solo gentium jure, ea inventa quae domino carent, sint primo occupantis, nihilominus quemadmodum jus civile statuere potuit, ut qui casu thesaurum in agro alieno inveniret, *in interiori et exteriori foro teneretur* tribuere illius dimidium domino agri, qui vero illum de industria inveniret, teneretur tribuere eidem totum; cur etiam non poterit simili modo staturere ut ad sustinenda Reipublicae onera, thesauri, qui deinceps invenientur, pertineant integri ad Regem, aut ut in illis certam aliquam habeat partem? Neque, enim id est statuere aliquid contra jus gentium, sed rationabili ex causa impedire, ne dominium thesauri inventi sit alicujus, cujus esset stando in solo naturali ac gentium jure; efficereque ut sit alterius: id quod potest optime Respublica facere, non secus ac efficere potest, ut venatio aliqua illicita sit, quae, stando in solo jure naturali ac gentium, esset licita, ut disp. 43 ostensum est.” E, pela mesma razão, se há de dizer o mesmo das minas, ainda que fossem achadas em terras de particulares.

E, quando não bastasse esta razão, que certamente é forçosa, o Cardeal de Lugo, *in tractatu de Justitia et Jure*, tom. 1, disp. 6, sect. 10, n. 108, mostra que el-Rei pode reservar para si as minas (ainda que se achem em terra de particulares) por modo de tributo e tributo muito bem posto, mandando que se lhe pague alguma parte do que se tirar delas, para os gastos da república. “Et de facto (diz) jure humano solent hujusmodi mineralia, quoad aliquam saltem partem maiorem, vel minorem, Principi applicari, quoad aliam vero inventori, quod, quidem fieri potuit, vel quia ab initio agri ea lege singulis in ea provincia distributi fuerunt, ut mineralia Principis dispositioni reservarentur, ut vult Vasquez *de Restitutione*, cap. 5, § 4º, dub. 2, n. 17, *vel certe per modum tributi*; sicut potest Princeps ad subsidium et sumptus publicos alia tributa exigere. Aliunde vero justificatur non parum ille modus tributi ex eo, quod cum aurum et argentum sint potissimae Reipublicae vires; non expedit quod in iis Princeps ipse et tota Respublica dependeat a duobus, vel tribus privatis, qui soli ea metalla in suis praediis colligant, ac collecta reservent, et ad nutum distribuant.”

Ou se considere, pois, as minas como parte do patrimônio real, ou como justo tributo para os gastos em prol da república, é certo que se deve a el-Rei o que para si reservou, que é a quinta parte do ouro que dela se tirar, puro e livre de todos os gastos; e que o que se manda nas *Ordenações* acima referido está justamente ordenado; e que, prescindindo de qualquer pena, o quinto *ex natura rei* se lhe deve não menos que outro qualquer justo tributo, ordenado para bem da república, ou como cobra a pensão que impõem sobre qualquer outra parte do seu patrimônio, como é a que se lhe deve e se lhe paga dos feudos.

E se alguém disser que de outra sorte se há de julgar das minas do Brasil que das do reino de Portugal, por ser mais certo o direito do domínio e posse que compete a el-Rei do reino de Portugal que o das conquistas do Brasil, se se examinar a sua origem, merecerá como temerário a mesma resposta que falando das conquistas das Índias Ocidentais, dadas aos reis de Castela pelo Sumo Pontífice Alexandre VI, deram, depois de tratarem esta matéria com singular doutrina e atenção, varões doutíssimos em seus tratados, trazendo as bulas e ponderando e examinando a autoridade do Sumo Pontífice para semelhantes doações, e os justos motivos de as fazerem, dizendo ultimamente que já se não devia permitir o pôr-se

isto em dúvida, por ser sentença do vigário de Cristo na Terra, dada e publicada legitimamente, depois de maduro conselho e grande atenção, como pedia a matéria, e defendida por justa, válida e lícita de tantos e tão insignes doutores. Ita Solórzano, *de Indiarum Gubernatione*, tom. 1, lib. 2, cap. 24, n. 41. Avendanho, *in Thesaurio Indico*, tom. 1, tít. 1, cap. 1, per totum et praecipue § 4, num. 17, aonde também diz que Mascardo, *in Tractatu de Judaeis et Infidelibus*, I parte, cap. 14, não duvida afirmar que o poder do Papa para tal doação é tão certo que dizer o contrário parece que tem sabor de heresia, o que o mesmo Avendanho explica em que sentido se deve entender.

E que mereça a mesma resposta quem disser o mesmo da conquista do Brasil, ninguém o poderá negar com razão, possuindo os reis de Portugal pelos mesmos títulos o Brasil e as outras conquistas, pelos quais todos esses autores, Solorzano e Avendanho e outros, doutíssima e solidissimamente provam o legítimo domínio e posse que compete aos reis de Castela, das Índias Ocidentais, como consta pelas Bulas dos Sumos Pontífices Calisto III, Nicolau V e Alexandre VI, que se acharão no mesmo cap. 24 de Solorzano, desde a pág. 344 até a pág. 353 e em todo o livro 2 do dito primeiro tomo *de Indiar. Gubern.*, que consta de 25 capítulos e no terceiro, que consta de 8 aonde, com singular erudição, prova unicamente a justiça com que se adquiriu e se conserva o domínio e posse destas conquistas.

E, falando o mesmo Solorzano no segundo tomo, liv. 5, cap. 1, em particular das minas e dos metais que delas se tiram, num. 19, diz que assim nas Índias como em qualquer outra parte, pertencem ao direito de el-Rei, como seu patrimônio e parte do seu supremo domínio, quer se achem em lugar público, quer em terras ou fazendas de particulares, de sorte que nunca se entendem compreendidas nas datas e doações, ainda que geralmente feitas, se se não fizer especial menção delas. E, para confirmar o que diz, traz vinte e quatro autores, que trataram *de Regalibus, de Metallis et de Jure Fisci*, ou interpretaram o capítulo 1, “Quae sint regalia”, ou a lei 2, Cod. de Metallar. Diz também, num. 20, que por razão dos gastos que são necessários para tirar os metais das minas desta conquista, contentam-se os reis com que se lhes pague a quinta parte do metal que se tirar, proibindo usar dele até não ser marcado com o cunho real, para que

conste que se pagou a quinta parte. E, porque podia haver dúvida se esta quinta parte de metal se havia de entender como vem da terra não limpo, e se se haviam de compreender nela os gastos ou se se havia de dar livre deles, traz o num. 16 a ordem de el-Rei, de 1504, que decidiu ambas as dúvidas por estas palavras: *El quinto neto, y sin descuento de costas, puesto en poder de nuestro Tesorero o Receptor*, que é o que também diz a *Ordenação de Portugal*, tít. 34 do livro 2. *Depois de fundido e apurado, paguem o quinto em salvo de todos os custos.*

Nota, mais, Solórzano, núm. 27 do dito cap. 1 do livro 5, que quando se fala de frutos da terra se entendem também os metais, alegando para isso a João Garcia, *de expensis*, cap. 22, n. 47. Lazarte, *de Gabellis*, cap. 19, num. 59. Barbosa, *in dicto* § “Si vir, L. Divortio, ff. Solutio matrimonio”. Marquech., *de divisione bonorum*, lib. 2, cap. 11, núm. 23 et seq. Cabedo, decis. 81, núm. 2, parte 2. Gilken, *de expensis metallorum*, in L. *Certum Coód. de rei vindicat*, cap. 5, pág. 722. Farinac. *quaest.* 104 núm. 62 et 63. Tusch, verbo *Minerae*, concl. 237 et verbo *Praeventio*, aonde trata de como as minas, de quem quer que se ocupem, sempre passam com sua obrigação. Naevius, *in System.*, ad. L. 2, *Cod. de Metallar.* Pancirolus, *in Thesaur.*, lib. 3, cap. 31, pág. 214, 327 et 372. Marsil., singul. 531, et Menoch., cons. 798 a núm. 16. E que, consequentemente, como os outros frutos da terra, estão sujeitos ao dízimo que os Papas concederam aos reis de Portugal e aos de Castela: ut ex L. *Cuncti Cod. de Metallar.*, Butrius et alii *in cap. Pervenit de decimis*, Rebuffus, *quaest.* 10, núm. 23 et 24, et Solórzano, de *Indiar. Gubern.*, tom. 2, lib. 3, cap. 21, núm. 10, posto que os reis (como diz o mesmo Solórzano) não tratem de cobrar estes dízimos dos mineiros, contentando-se por razão dos gastos com que lhe paguem a quinta parte do ouro e prata que tiram de suas minas, que são parte do seu patrimônio, e parte sempre reservada, como está dito.

Passando agora ao outro ponto, em que se pergunta se esta lei de pagar a el-Rei a quinta parte do ouro que se tira das minas obriga em consciência: digo, que a resolução desta dúvida depende de tirar uma falsa imaginação de alguns menos atentos e acerados em resolver, os quais, por verem que esta lei é acompanhada da cominação da pena da perda da fazenda e do degredo por dez anos e de outras pelo novo regimento acerca das minas do Brasil, cuidam que é lei meramente penal e que, como tal,

não obriga em consciência, nem antes da sentença do juiz, os transgressores dela, conforme o comum sentir dos teólogos e moralistas que tratam das leis e em particular das penas.

Porém o p. Francisco Suárez, examinando mais profundamente (como costuma) este ponto no 5º livro *de Legibus*, cap. 13, a n. 2, resolve que as imposições e pensões que se pagam aos reis e príncipes por coisas suas imóveis, e frutos delas, são tributos reais e naturais, fundados em justiça, porque se cobram de coisas próprias dos ditos príncipes, aos quais se deram aos seus vassallos com obrigação de lhes pagarem estas pensões; e que por isso as leis que mandam pagar estas pensões ou tributos, ainda que se lhes acrescente alguma pena, sem dúvida não se podem chamar nem são puramente penas, mas dispositivas e morais, assim como são as convencionais entre partes, que para maior firmeza admitem pena entre os contraentes para que se guardem os contratos e as promessas de fazer ou de pagar qualquer dívida que aliunde de justiça se deva. E que consequentemente estas leis obrigam em consciência a pagar tais pensões e tributos inteiramente e espontaneamente, e sem diminuição alguma, ou engano, ainda que se não peçam, porque se devem de justiça comutativa, que traz consigo esta intrínseca obrigação, se não houver pacto em contrário. Até aqui o p. Suárez, nº 4, *loco citato*.

E deste fundamento certíssimo se infere também certamente que os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem a el-Rei em consciência, e que a lei feita para segurar a cobrança deles, não é meramente penal, ainda que traga anexa a cominação da pena contra os transgressores, mas que é lei dispositiva e moral e que obriga antes da sentença do juiz, em consciência. Porque, sendo el-Rei (como está provado na primeira parte desta questão) senhor legítimo das minas, por doação que lhe fez delas com a conquista do Brasil o Sumo Pontífice, e por todos os outros títulos que trás Solórzano em todo o livro 2 do I tomo de *Indiar. Gubern*, comuns aos reis de Portugal como aos reis de Castela; e sendo as ditas minas do direito real e parte do seu patrimônio, como quaisquer outros bens que se lhe deram para a sua sustentação e gastos que faz em prol da república e para a conservação e aumento da fé, e reservando-as para si em todas as datas, nem dando licença de tirar ouro delas, senão com condição que quem o tirar lhe pague a quinta parte do que tirar, puro e dessecado,

e livre de todos os gastos, e podendo pretender isto (prescindindo dos outros títulos) por justo e bem ordenado tributo, como está provado com as razões e autoridade de tantos doutores acima alegados, claro está que esta obrigação está fundada em justiça comutativa, como a de quaisquer outros pactos e promessas de qualquer outro justo contrato que costumam admitir os contraentes em suas convenções e que ainda que a lei não acrescentasse pena aos transgressores sempre deviam pagar estes quintos por ser obrigação intrínseca, e que o pôr-lhe a pena é para facilitar mais a cobrança do que se lhe deve, e não para fazer uma lei meramente penal.

“*Nam adjectio poenae (diz Suárez, nº 10), non tollit obligationem, quam eadem lex, praecise lata sine poena, induceret in conscientia: ergo licet illi addatur poena, obligat per se ad tributum persolvendum, vel restituendum (si contra justitiam non sit solutum) absque ulla condemnatione, vel sententia, etiamsi tunc nemo obliget ad poenae solutionem ante sententiam, juxta generalem doctrinam datam de lege poenali.*” E declarando isto mais, diz que esta lei é mista, ou quase composta de tributo e de pena e que se ordenam a diversos fins a imposição da pensão ou tributo e a pena que se lhe acrescenta, porque o tributo se ordena à sustentação de el-Rei ou a satisfazer à obrigação natural que têm os vassallos de dar justo estipêndio a el-Rei, que trabalha em prol da república, e a pena se ordena a que se cumpra esta obrigação e se castigue quem a não cumprir como deve; logo, ainda que o tributo ou pensão seja justa e adequada ao seu fim, e a obrigação fique inteira, justamente se lhe acrescenta a cominação da pena, e justamente se executa, se houver culpa, além da inteira cobrança do tributo. Assim como nas penas que de comum consentimento se põem pelos contraentes em algum justo contrato, se pode justamente obrigar o violador da promessa feita no contrato a que pague a dita pena além do interesse e dano que da transgressão se seguiu. E diz que o mesmo sucede no nosso caso, porque se faz como um contrato entre el-Rei e os vassallos, para que el-Rei os governe e os súditos o sustentem com os tributos e pensões. E, para segurar que se paguem, pode acrescentar-se-lhe a pena, a qual não diminua a força e obrigação do contrato, mas sirva de uma nova coação, para que os súditos paguem o que por justiça lhe devem. Até aqui o p. Suárez no dito cap. 13, nº 10.

E isto parece que bastava para mostrar que os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem, em consciência, e antes da condenação ou sentença, a el-Rei nosso senhor de justiça, e não por uma lei meramente penal, como alguns erradamente imaginam. Acrescentarei, porém, outros motivos para estabelecer mais esta resolução. E seja o primeiro que esta lei dos quintos (como advertiu Avendaño, *in Thesouro Indico*, tom. 1, tít. 5, cap. 8, n. 43) é muito racional pela razão que trás Molina, disp. 56, de *Just. et Jure*, § últ., e vem a ser: porque está posto em razão que o príncipe tenha alguma parte mais que os outros particulares em coisas de preços singular, como tem em outros bens, ainda quando pareceria ser melhor dá-las ao público. E, assim, faltando os parentes até certo grau, os bens dos que morrem *ab intestato* vão ao fisco real; e em pena de alguns crimes, logra el-Rei de tal sorte os bens confiscados, que se alguém por parente, ainda que muito chegado do réu, os tirasse ao fisco, pecaria contra a justiça, com obrigação de os restituir. Logo, quanto mais se há de dizer o mesmo, quando o reservar os quintos do ouro se ordena não somente a sustentação de el-Rei, mas também aos gastos em proveito da República, e para a conservação e aumento da fé, ficando aos mineiros o mais do ouro de que se tiram os quintos?

Segundo. Por que Filipe II, rei de Castela, depois de ter ouvido o parecer dos teólogos e conselheiros da Índia, escreveu resolutamente ao vice-rei do Peru, o conde de Vilar, no ano de 1584, desta sorte: *Y pudiera yo cobrar enteramente el quinto de todo ello*: (a saber, do ouro e prata lavrados) *y las Personas, que le deben, están obligadas en consciencia a me lo pagar*. O que não diria de sua cabeça, contra o parecer dos ditos teólogos e conselheiros, se assim o não tivessem entendido, como refere Avendaño no dito cap. 8, nº 44 e traz logo em confirmação disto a lei de Portugal pela qual (como diz o p. Rebelo) se devem os quintos a el-Rei antes da condenação ou sentença. Diz mais Avendaño, em prova de que se devem os quintos em consciência, que assim o têm mais de vinte autores que alega, entre os quais são Vásquez, Molina, Lugo, Rebelo, Azor, Lésio, Castilho, Frago e outros quinze, todos da mesma opinião. E de alguns quero citar as palavras, para que melhor conste da verdade e da autoridade das pessoas que assim sentem.

Vásquez, *in Trat. de Restitutione*, cap. 5, § 4º, nº 30, ait: “Arbitror, quod praedictae leges non fundentur in praesumptione, nec poenales sint: et ita nulla expectata sententia sunt observandae.” Et nº 29 citat Covarruviam, Caietanum et Navarrum ita sentientes.

Lugo, tom. 1, *de Justitia et Jure*, disp. 6, sect. 11, nº 131, diz: “Aliae autem leges, quae poenales non sunt, potuerunt quidem transferre dominium in Fiscum; et ideo videntur in conscientia obligare ante omnem sententiam judicis.”

Molina, dicta disp. 56, *de Justitia et Jure*, § últ., ibi: *In interiori et exteriori foro*.

Terceiro. Por que do ouro e da prata se deve pagar o dízimo, do mesmo modo que dos outros frutos da terra, como está provado acima com os autores que traz Solorzano, tom. 2, lib. 3, cap. 21, nº 10, e o prova também o p. Suárez, tom. 1, *de Religione*, lib. 1, “de divino cultu”, cap. 34, nº 3 et 6, e o p. Tancredi, tract. 1, *de Religione*, lib. 2, disp. 11, nº 7, “ex omnium mente”; e se infere ex generali dispositione in cap. “Non est de decimis, ubi illa habentur verba”: *De omnibus bonis decimae sunt ministris Ecclesiae tribuendae*; et ex cap. “Transmissa” et ex cap. “Tua nobis”. Tendo, pois, os Sumos Pontífices dado os dízimos do Brasil e de outras conquistas aos reis de Portugal, pelas despesas que faziam e fazem nas mesmas conquistas, e pelos outros motivos que alegam em suas bulas (o que podiam fazer, e de fato o fizeram a outros reis e príncipes, pelas razões e autoridades que traz eruditamente Solorzano, com as mesmas bulas, tom. 2, *de Indiar. Gubern.*, lib. 3, cap. 1), segue-se que também se lhes deram e se lhes hão de pagar os dízimos do ouro e prata que nas minas do Brasil se tirarem, e que assim estes como os dízimos dos outros frutos da terra, se lhes devem em consciência. E que, sendo as minas dos reis, atentando aos gastos que se fazem em tirar os metais, não tratem de cobrar o dízimo, e se contentem com a pensão ou tributo do quinto, não se podem dizer rigorosos, mas antes benignos, como notou Avendaño no lugar citado a nº 45, com Fragoso, tom. 1, pág. 265, § *alii addunt*.

De tudo isto se segue que o dizer que os quintos do ouro se devem a el-Rei em consciência é a opinião verdadeira, mais provável e mais segura, assim pelos motivos intrínsecos dos seus fundamentos, particularmente pelos que traz o p. Suárez, acima referidos, como pelos extrínsecos,

da autoridade dos doutores alegados, que são teólogos de grande doutrina e religião, deixando a opinião contrária muito duvidosa, muito fraca e nada segura. E que os oficiais deputados por el-Rei à cobrança dos quintos e a cunhar o ouro, têm obrigação grave, em consciência, de fazer bem, e fielmente, o seu ofício, e que não podem dissimular os gravíssimos prejuízos que se fazem ao patrimônio real, defraudado por culpa deles, de muito lucro, recebendo estipêndio do mesmo rei, que tem a sua tenção bem fundada, para que com fidelidade façam seu ofício. Ita Avendanho, nº 48.

O qual, porém, nº 56, é de opinião que a proibição de negociar com ouro em pó não obriga em consciência, como obriga a lei de pagar os quintos, mas que o dito ouro em pó passa com a mesma obrigação de ser quintado a quem quer que vai, até se satisfazer a esta intrínseca obrigação. E, com isto, mais se confirma o que está dito da lei dos quintos, por ser dispositiva e penal, porque, enquanto é dispositiva do que se deve de justiça a el-Rei, que são os quintos, obriga em consciência, e enquanto é penal, faz que a pena dos transgressores não se deva em consciência senão depois da sentença. Em uma palavra: o quinto sempre se deve de justiça e a perda da fazenda e o degredo, só *post sententiam*.

.....

Capítulo X

ROTEIRO DO CAMINHO DA VILA DE SÃO PAULO PARA AS MINAS GERAIS E PARA O RIO DAS VELHAS

GASTAM COMUMENTE OS PAULISTAS, desde a vila de São Paulo até as minas gerais dos Cataguás, pelo menos dois meses, porque não marcham de sol a sol, mas até o meio-dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento. E, desta sorte, aturam com tão grande trabalho.

O roteiro do seu caminho, desde a vila de São Paulo até a serra de Itatiaia, aonde se divide em dois, um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e outro para as minas do rio das Velhas, é o seguinte, em que se apontam os pousos e paragens do dito caminho, com as distâncias que tem e os dias que pouco mais ou menos se gastam de uma estalagem para outra, em que os mineiros pousam e, se é necessário, descansam e se refazem do que hão mister e hoje se acha em tais paragens.

No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas.

Daí, vão à aldeia de Itaquaquecetuba, caminho de um dia.

Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dois dias.

De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até o jantar.

Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas.

De Jacareí até a vila de Taubaté, dois dias até o jantar.

De Taubaté a Pindamonhangaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio.

De Pindamonhangaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar.

De Guaratinguetá até o Porto de Guaipacaré, onde ficam as roças de Bento Rodrigues, dois dias até o jantar.

Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar.

Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passa-Vinte, porque vinte vezes se passa e se sobe às serras sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgadas, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dois dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhões, que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos-monteses, araras e papagaios.

Logo, passando outro ribeiro, que chama Passa-Trinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóbora e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, tem de mais algumas batatas. Porém, em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra de Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência.

Dos Pinheirinhos se vai à estalagem do Rio Verde, em oito dias, pouco mais ou menos, até o jantar, e esta estalagem tem muitas roças e vendas de coisas comestíveis, sem lhe faltar o regalo de doces.

Daí, caminhando três ou quatro dias, pouco mais ou menos, até o jantar, se dá na afamada Boavista, a quem bem se deu este nome, pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: tudo campo bem estendido e todo regado de ribeirões, uns maiores que outros, e todos com seu mato, que vai fazendo sombra, com muito palmito que se come e mel de pau, medicinal e gostoso. Tem este campo seus altos e baixos, porém moderados, e por ele se caminha com alegria, porque tem os olhos que ver e contemplar na prospectiva do monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura.

Da Boavista se vai à estalagem chamada Ubaí, aonde também há roças, e serão oito dias de caminho moderado até o jantar.

Do Ubaí, em três ou quatro dias, vão ao Ingaí.

Do Ingaí, em quatro ou cinco dias, se vai ao Rio Grande, o qual, quando está cheio, causa medo pela violência com que corre, mas tem muito peixe e porto com canoas e quem quer passar paga três vinténs e tem também perto suas roças.

Do Rio Grande, se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele morada estável, se não fosse tão longe do mar.

Desta estalagem vão seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues.

E daqui, em dois dias, chegam à serra de Itatiaia.

Desta serra seguem-se dois caminhos: um, que vai a dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai a dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e de feijão, a perder de vista, donde se provêm os que assistem e lavram nas minas.

.....

Capítulo XI

ROTEIRO DO CAMINHO VELHO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA AS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS E DO RIO DAS VELHAS

*E*M MENOS DE TRINTA DIAS, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do Governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinquenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias.

.....

Capítulo XII

ROTEIRO DO CAMINHO NOVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA AS MINAS

PARTINDO DA CIDADE do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando à paulista, a primeira jornada se vai a Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia; a terceira ao porto do Nóbrega no rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Manuel do Couto.

E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no porto da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro em canoa, subindo pelo rio de Morobaí acima, ou indo por terra, chega pelo meio-dia ao referido sítio do Couto.

Deste se vai à cachoeira do pé da serra e se pousa em ranchos. E daqui se sobe à serra, que são duas boas léguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos que chamam Frios. No dito cume faz um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão; e em dia claro, é sítio bem fermoso, e se descobre dele o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu recôncavo.

Dos pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa; e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chamam do Alferes.

Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai pousar no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru.

Deste morro se vai ao famoso rio Paraíba, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias.

Daqui se passa ao rio Paraibuna, em duas jornadas, a primeira no mato, e a segunda no porto, onde há roçaria e venda importante e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba; passa-se em canoa.

Do rio Paraibuna fazem duas jornadas à roça do contraste Simão Pereira; e o pouso da primeira é no mato. Da roça do dito Simão Pereira se vai à de Matias Barbosa, e daí à roça de Antônio de Araújo, e desta à roça do capitão José de Sousa, donde se passa à roça do alcaide-mor Tomé Correia. Da roça do dito alcaide-mor se vai a uma roça nova do Azevedo, e daí à roça do juiz da alfândega Manuel Correia, e desta à de Manuel de Araújo. E em todas estas jornadas se vai sempre pela vizinhança do Paraibuna.

Da roça do dito Manuel de Araújo se vai à outra rocinha do mesmo.

Desta rocinha se passa à primeira roça do senhor Bispo, e daí à segunda do dito.

Da segunda roça do senhor Bispo, fazem uma jornada pequena à Borda do Campo, à roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca.

Quem vai para o rio das Mortes passa desta roça à de Alberto Dias, daí à de Manuel de Araújo, que chamam da Ressaca, e desta à Ponta do Morro, que é arraial bastante, com muitas lavras, donde se tem tirado grande cópia de ouro; e aí está um fortim com trincheira e fosso, que fizeram os emboabas no primeiro levantamento. Deste lugar se vai jantar ao arraial do rio das Mortes.

E quem segue a estrada das minas gerais da roça sobredita de Manuel de Araújo da Ressaca do Campo, vai à roça que chamam de João Bautista; daí à de João da Silva Costa, e desta a roça dos Congonhas, junto

ao Rodeio da Itatiaia, da qual se passa ao campo do Ouro Preto, aonde há várias roças e de qualquer delas é uma jornada pequena, ao arraial do Ouro Preto, que fica mato dentro, onde estão as lavras do ouro.

Todas as referidas marchas farão distância de oitenta léguas, a respeito dos rodeios que se fazem em razão dos muitos e grandes morros, e por rumo de norte a sul não são mais que dois graus de distância ao Rio de Janeiro, porque o Ouro Preto está em vinte e um graus e o rio das Velhas estará em vinte, pouco mais ou menos. E todo o dito caminho se pode andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem for por ele.

Do campo do Ouro Preto ao rio das Velhas são cinco jornadas, pousando sempre em roças.

.....

Capítulo XIII

ROTEIRO DO CAMINHO DA CIDADE DA BAHIA PARA AS MINAS DO RIO DAS VELHAS

PARTINDO DA CIDADE DA BAHIA, a primeira pousada é na Cachoeira; da Cachoeira vão à aldeia de Santo Antônio de João Amaro e daí a Tranqueira. Aqui divide-se o caminho, e tomando-o à mão direita, vão aos currais do Filgueira, logo à nascente do rio das Rãs. Daí, passam ao curral do coronel Antônio Vieira Lima, e deste curral vão ao arraial de Matias Cardoso.

Mas, se quiserem seguir o caminho à mão esquerda, chegando à Tranqueira, metem-se logo no caminho novo e mais breve, que fez João Gonçalves do Prado, e vão adiante até a nascente do rio Verde. Da dita nascente vão ao campo da Garça, e daí, subindo pelo rio acima vão ao arraial do Borba, donde brevemente chegam às minas gerais do rio das Velhas.

Os que seguirem o caminho da Tranqueira, à mão direita, chegando ao arraial de Matias Cardoso, vão logo do rio de São Francisco acima, até darem na barra do rio das Velhas, e daí, como está dito, logo chegam às minas do mesmo rio.

Mas, porque nesta jornada da Bahia uns caminham até o meio-dia, outros até as três da tarde, e outros de sol a sol, porei a distância certa por léguas destes dois caminhos da Bahia para as minas do rio das Velhas, que é a seguinte:

Da cidade da Bahia até a Cachoeira, doze léguas.

Da Cachoeira até a aldeia de João Amaro, vinte e cinco léguas.

Da aldeia de João Amaro até a Tranqueira, quarenta e três léguas.

Da Tranqueira caminhando à mão direita até o arraial de Matias Cardoso, cinquenta e duas léguas.

Do arraial de Matias Cardoso até a barra do rio das Velhas, cinquenta e quatro léguas.

Da barra do rio das Velhas até o arraial do Borba, onde estão as minas, cinquenta e uma léguas. E são por todas duzentas e trinta e sete léguas.

Tomando o caminho da Tranqueira à mão esquerda, que da Bahia até aí consta de oitenta léguas, são da Tranqueira até a nasçença do rio Guararutiba trinta e três léguas.

Da dita nasçença até o último curral do rio das Velhas, quarenta e seis léguas.

Deste curral até o Borba, vinte e sete léguas. E são, por todas, cento e oitenta e seis léguas.

Este caminho da Bahia para as minas é muito melhor que o do Rio de Janeiro e o da vila de São Paulo, porque posto que mais comprido, é menos dificultoso, por ser mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas.

.....

Capítulo XIV

MODO DE TIRAR O OURO DAS MINAS DO BRASIL E RIBEIROS DELAS, OBSERVANDO DE QUEM NELAS ASSISTIU COM O GOVERNADOR ARTUR DE SÁ

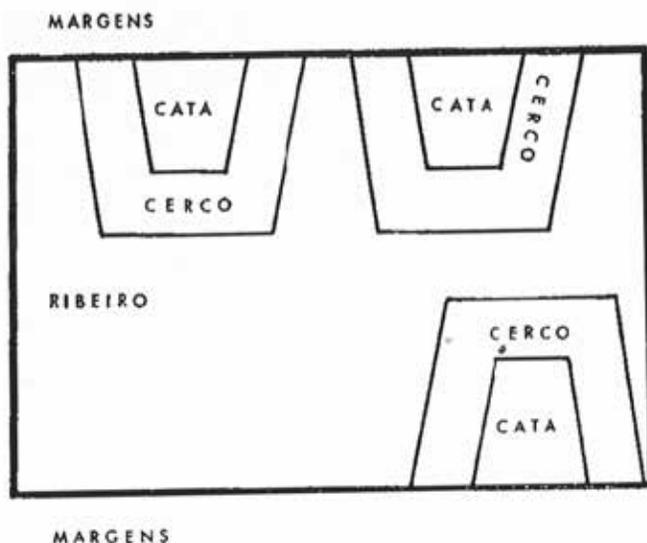
POREI AQUI A RELAÇÃO que o mesmo autor me mandou e é a seguinte. Conforme as disposições que vi pessoalmente nas minas de ouro de São Paulo, assim nas lavras de água dos ribeiros, como nas da terra contígua a eles, direi brevemente o que pode bastar, para que os curiosos indagadores da natureza mais facilmente conheçam em suas experiências que terra e que ribeiros possam ter ou não ter ouro. Primeiramente em todas as minas que vi e em que assisti, notei que as terras são montanhosas, com cerros e montes que se vão às nuvens, por cujos centros correndo ribeiros de bastante água, ou córregos menores, cercados todos de arvoredos grande e pequeno, em todos estes ribeiros pinta ouro com mais ou menos abundância. Os sinais por onde se conhecerá se o têm são não terem areias brancas à borda da água, senão uns seixos miúdos e pedraria da mesma casta na margem de algumas pontas dos ribeiros, e esta mesma formação de pedras leva por debaixo da terra. E começando pela lavra desta, se o ribeiro depois de examinado com socavão faiscou ouro, é sinal infalível que o tem também a terra, na qual, dando ou abrindo catas e cavando-a primeiro em

altura de dez, vinte ou trinta palmos, em se acabando de tirar esta terra, que de ordinário é vermelha, acha-se logo um pedregulho, a que chamam desmante, e vem a ser seixos miúdos com areia, unidos de tal sorte com a terra, que mais parece obra artificial do que obra da natureza; ainda que também se acha algum desmante deste solto e não unido, e com mais ou menos altura. Esse desmante rompe-se com alavancas, e se acaso tem ouro, logo nele começa a pintar, ou (como dizem) a faiscar algumas faíscas de ouro na bateia, lavando o dito desmante. Mas, ordinariamente, se pintou bem o desmante, é sinal que a piçarra terá pouco ou nenhum ouro, e digo ordinariamente, porque não há regra sem exceção.

Tirado fora o desmante, que às vezes tem altura de mais de braça, segue-se o cascalho, e vem a ser uns seixos maiores e alguns de bom tamanho, que mal se podem virar, e tão queimados que parecem de chaminé. E, tirado este cascalho, aparece a piçarra, ou piçarrão, que é duro e dá pouco, e este é um barro amarelo ou quase branco, muito macio, e o branco é o melhor, e algum deste se acha que parece talco ou malacacheta, a qual serve como de cama onde está o ouro. E, tomando com almocafres nas bateias esta piçarra, e também a terra que está entre o cascalho se vai lavar ao rio, e, botando fora a terra com a mesma bateia, andando com ela à roda dentro da água pouco a pouco, o ouro (se o tem) vai ficando no fundo da bateia até que, lavada toda a bateia da terra, pelo ouro que fica, se vê de que pinta é a terra.

Alguma terra há que toda pinta, outra só em partes e a cada passo se está vendo que as catas em uma parte pintam bem e em outras pouco ou nada. Já se a terra tem veeiro, que é o mesmo que um caminho estreito e seguido, por onde vai correndo o ouro, certamente não pinta pelas mais partes da cata e se vai então seguindo o veeiro atrás do ouro, e estas de ordinário são as melhores lavras, quando o ouro pega em veeiros onde se encontram com grandeza e é sinal que toda a data da terra, para onde arremete o veeiro, tem ouro. As catas ordinárias, que se dão em terra, são de quinze, vinte e mais palmos em quadra, e podem ser maiores ou menores, conforme dá lugar a terra. E se junto dos ribeiros a terra faz algum tabuleiro pequeno (porque ordinariamente os grandes não provam bem) esta é a melhor paragem para se lavrar. Posto que o comum do ouro é estar ao nível da água, vi muitas lavras (e não das piores) que não guardam esta regra, senão que ao ribeiro iam subindo pelos outeiros acima, com todas as disposições que temos dito, de cascalho etc., mas não é isto ordinário.

Até aqui o que toca às lavras da terra junto da água; porém as dos ribeiros, se eles são capazes de se lhes poder desviar a água, se lavram divertindo esta por uma banda do mesmo ribeiro, com cerco feito de paus mui direito, deitados uns sobre outros com estacas bem amarrados, feito em forma de cano por uma e outra parte, para que se possa entupir de terra por dentro, do modo que aqui se vê:



Isto se entende quando não se pode desviar todo o ribeiro para outra parte, para o que raras vezes dão lugar os cercos. Divertida e esgotada a água com as bateias ou cuias, se tira o cascalho ou seixos grandes e pequenos que na água não é mui alto e se dá com a piçarra; vê-se se o ouro demanda para a terra depois de lavada a cata e se busca a terra, entrando por ela e se vai seguindo e abrindo catas umas sobre outras. E, ordinariamente, se deve provar sempre em primeiro lugar o ribeiro dentro da madre antes de lavar na terra, para ver se tem ouro, porque se o tem quase sempre o há de haver em terra com mais ou menos abundância. E muitas vezes sucede (como se viu nas mais das lavras de Sabarabuçu) que, pintando mui pouco na água ou madre, em muitas lavras fora da água se deu com muito ouro.

Portanto, para se examinar se um ribeiro tem ouro, vendo-lhe as disposições que temos dito entre a água e a terra, se dará um socavão de sete ou oito palmos em quadra até chegar ao cascalho e piçarra; e se faiscar

é sinal que, em terra e na água há ouro e pelas pintas destes socavões se conhecerá se são de rendimento. Nem nestas minas se repartem ribeiros sem serem primeiro examinados com estes socavões junto da água. Nos ribeiros, onde há areia pelo meio e a não há nas barranceiras, também se acha ouro, havendo cascalho; assim também nos ribeiros, onde há areia por entre pedras, se acha. O esmeril acha-se com areia preta entre o ouro, e em qualquer parte que se acha esmeril, tendo o ribeiro cascalho, há ouro.

Quando o ouro corre em veeiro, de ordinário corre direito do ribeiro para a terra adentro, e no mesmo ribeiro, se suceder acharem-se muitos veeiros, serão distantes uns dos outros; e suposto que perto do veeiro se ache formação, contudo, só no veeiro se acha mais ouro. Também se acham muitos seixos com granitos de ouro.

Estas são algumas das cousas que se podem dizer destas minas, para que se possa por aqui fazer exame em alguns ribeiros onde se suspeita de que haverá ouro. Não deixarei, contudo, de referir aqui também o que vi no famoso rio das Velhas, porque parece fora de toda a regra do mineral. Em uma península que da terra entra no rio quase até o meio, em que com as cheias fica toda coberta de água, vai lavar dois córregos pequenos junto da água, os quais, abrindo-se com alavancas, eram todos de um piçarrão duro e claro, e por entre ele, sem se ir lavar ao rio, foi tal a grandeza do ouro de que estavam cheios, que se estava vendo em pedaços e granitos nas mesmas bateias. E bateada houve em que se tiravam de cada vez quarenta, cinquenta e mais oitavas, sendo as ordinárias, enquanto se lavram, de oito e mais oitavas. Ainda que lavrando-se depois pela terra adentro na mesma península, foi diminuindo cada vez mais a pinta e foram logo aparecendo as disposições todas que temos dito, de terra, desmonte, cascalho e piçarra, que não há regra, como já disse, sem exceção, e muitas vezes não dá com ouro quem mais cava, senão quem tem mais fortuna. Também se acha muitas vezes uma disposição de desmonte que se chama tapanhuacanga, que vale o mesmo que cabeça-de-negro, pelo teçume das pedras, tão duro que só a poder de ferro se desmancha, e não é mau sinal, porque muitas vezes o cascalho que fica embaixo dá ouro.

De algumas particularidades mais destas minas, por serem menos essenciais, não falo, e porque são mais para se verem do que para se escreverem, e estas são as que bastam para o intento dos que, ou por curiosidade ou para acertar na lavra, as procuram.

.....

Capítulo XV

NOTÍCIAS PARA SE CONHECEREM AS MINAS DE PRATA

PRIMEIRAMENTE, pela maior parte se acham as minas de prata em terras vermelhas e brancas, limpas de árvores e de poucas ervas; e sempre se hão de buscar no cume dos outeiros ou cerros, que é onde arrebentam as betas a modo de paredes velhas que correm sempre direitas, ou a modo de alicerces que estão debaixo da terra, ou como um marachão de muitas pedras unidas em roda; e, se se acham muitas juntas, busque-se sempre a mais larga, ou a que está mais no meio do outeiro, Em havendo cavado uma vara ou braça, seguindo sempre a beta, se pode fazer experiência dos gêneros de metal que tiver, porque há betas que têm cinco ou seis gêneros de pedras, a que chamam os castelhanos metais. As ditas betas costumam ter de largo uma braça, ou quatro palmos, ou três, ou dois, ou um. Pela maior parte, entre a beta se acha terra de várias cores, e, às vezes, tudo é pedra maciça, e então costuma ser negra e branca a dita pedra, a modo de seixos; e quando há terra entre a pedra, pedra e terra, tudo tem prata. Esta beta ordinariamente está metida entre penhasco agreste e desde a superfície da terra até o fundo, sempre vai encaixonada.

A pedra é de várias cores, diferente das outras, e mui alegre; branca, negra, a modo de malacacheta que se lança nas cartas, cor de ouro, amarela, azul, esverdeada, parda, de cor de fígado, alaranjada, leonada, e ordinariamente tem ocos, onde se costuma criar prata como em cubelos. Outras pedras são todas prateadas, e outras com veias de prata, e só estas se conhecem logo que têm prata. Porém, as acima nomeadas, só quem tem muita experiência ou quem a souber fazer virá em conhecimento que a têm. Também, às vezes, se acha uma malacacheta negra, a qual toda tem prata, e de ordinário uma libra desta malacacheta rende duas onças de prata. Pela maior parte, não há beta de prata que junto a ela se não ache malacacheta branca ou amarela ou em pedras agrestes, ou em terra.

A todas estas pedras chamam os castelhanos metais, e a algumas dão estes nomes. *Metal cobriço*: e é uma pedra que tira a verde, mui pesada, salgada ao gosto, estífica, e frange os beiços pelo acre do antimônio e vitríolo que tem misturado. *Metal polvorilha*: e é uma pedra um tanto amarela e é de mais lei que o acima, e às vezes, para o fundo, costuma dar em prata maciça. *Metal negrilho da primeira qualidade* é pedra negra com resplendores de limaduras grossas de ferro, é de pouca lei, porém, porque sai misturado com metal negro da segunda qualidade, que é com resplendores de areia miúda, e com o da terceira qualidade, que é aquele que feito pó, a sua areia não tem resplendor algum, é o melhor e deve-se fazer caso dele. *Metal rosicler* é uma pedra negra, como o metal negrilho, melhor de areia, como pó escuro sem resplendor, e se conhece ser rosicler em que, lançando água sobre a pedra, se lhe dá com uma faca ou chave, como quem a mói e faz um modo de barro, ensanguentado; e que quanto mais corado o barro, tanto melhor é o rosicler, e é metal de muita riqueza, e fácil de se tirar; e dando em parte que haja deságue ao cerro, não há mais que pedir; dá em caixa de barro como lama, e pedrinhas de todas as cores.

Metal paco é também como o rosicler, o qual é uma pedra quase parda, como o pano pardo ou defumado e mui pesada. Seria entender-se muito, se houvesse de pôr seus gêneros de caixa, de qualidade e benefícios, porque é e se faz de muitos modos, segundo os gêneros de

pacos. Porém, sendo de boa lei para a fundição, por ter muito chumbo, que ajuda a mesma fundição, e este gênero de metal e o negrilho são os mais abundantes nas minas, sem se perderem nem mudarem, e, quando muito, mudam de pacos a negrilhos, e de negrilhos a pacos. *Metal plomo ronco* é uma pedra de cor de chumbo, porém mais escura, e mui dura e pesada. É riqueza de fundição, e desta pedra afirmam alguns que fazem bolas de bolear os índios charruas, que vizinham, ou vizinhavam, com os portugueses na nova Colônia do Sacramento.

.....

Capítulo XVI

MODO DE CONHECER A PRATA E DE BENEFICIAR OS METAIS

SE HOUVER LENHA (e melhor é bosta de gado, por ser mais ativo o fogo dela) far-se-á uma fogueira, e no meio dela se lancem pedras do gênero que tiver a mina, e as deixarão queimar, até que se ponham vermelhas, como se põe o ferro. E, estando vermelhas, se lancem em água fria, cada uma em diversa parte, para se conhecer qual das cores tem mais prata, que logo se mostrará na água, porque, se tem prata, brotam por toda a pedra como cabeças de alfinetes ou como grãos de munição.

Também se podem reconhecer com chumbo nesta forma. Quando os metais são negros, com poucas veias brancas (que se são muitas, faz-se como azougue) sendo mui pesados, se moerão, de sorte que o grão maior fique como o de trigo, e em uma furna, como as que se fazem para derreter metais de sinos, se botará chumbo e se lhe dará fogo com fole, até que aquele chumbo se derreta e ponha corado, e então se lhe botará a pedra moída, a saber, em meia arroba de chumbo, se poderão beneficiar seis livras de pedra nesta forma.

Estando derretido e corado o chumbo, se lhe lançarão duas libras de pedra, estendendo-as por cima do chumbo; e estando tudo incorporado com o chumbo, a modo de água, para a fôrma se vai lançando a mais terra, até que se acabem as seis libras. E, em se acabando a pedra ou metal, se continue com dar fogo ao chumbo, até que o fogo o consuma, ou o converta em um farelo que vai criando por cima, o qual se irá tirando com a escumadeira, e apartando aos lados do vaso, até que a prata por último se dispa de uma teagem que tem por cima; e antes que de todo o faça, faz primeiro três ou quatro acometimentos, como quem abre e cerra os olhos, a modo de ondas, até que de todo se abre e fica a prata líquida, sem fazer movimentos. E então se pára com o fogo, e estando um pouco dura, se mete a escumadeira por um lado e outro, para a desapegar do vaso e se tira fora.

Se quiserem fazer ensaio por azougue, far-se-á dos metais que não forem negros; ou se forem negros, queimar-se-ão primeiro em forno de reverberação, até que se lhes tire a maldade de coisas acres que têm os metais ou pedras negras. E esta queima se faz depois de moídos; e se algum dos outros metais tiver acridades, se deve primeiro queimar também. O que posto, digo que todos os metais ou pedras se devem moer e peneirar, de sorte que fiquem como farinha de trigo; a peneira há de ser de pano e pesar-se-ão os metais. Se forem seis libras, se lhes botará um punhado de sal e tudo junto se molhará com água, como quem mistura a cal com areia. Depois de bem unido, se faz um montinho, de sorte que esteja brando com a água, para que se incorpore com ele o sal, e nesta forma se deixará estar sobre uma tábua quatro ou cinco dias ao sol. E passados estes dias se desfará o montinho e se pisará mui bem aquela terra, e em um pano fino de linho se botarão duas onças de azougue vivo, e com o mesmo pano se espremerá por cima da dita terra, que estará espalhada e bem fina; e junta se amassará com a mão, por tempo de uma hora, e, se estiver mui seco, se molhará com água, até que fique como barro de fazer telha.

Depois disto se tornará a fazer monte e a pô-lo ao sol outros tantos dias, no cabo dos quais se tem prata alguma, o mostrará nesta forma, e vem a ser que o azougue e a prata se converterão em um farelo branco. E, estando assim, se lhe lançará mais azougue, e se tornará a amassar, como está dito, e a pô-lo ao sol outros tantos dias, e depois se torne a molhar e

amassar. Isto feito, se bote em uma cuia envernizada um pedacinho daquela da terra, do tamanho de uma noz, e com água limpa se irá lavando, até que fique limpa a areia na cuia, para conhecer se o azougue há colhido toda a prata; e se estiver ainda com farelo, se lance mais azougue, como acima.

Havendo colhido o azougue toda a prata, já não fará farelo na cuia, e estará toda incorporada. Então, se lave todo o monte com muito cuidado, e se lance em um pano de linho novo e se esprema; e aquela bola que ficar se queimará até que se queime todo o azougue, e ficará líquida a prata, e se conhecerá se são os metais de rendimento ou não.

Se o azougue estiver frio (o que se conhecerá estando metido dentro como em um saquinho negro, que de si mesmo forma) se lhe botará mais sal ou magistral; e se estiver quente (o que se conhecerá de estar mui negro o farelo da prata) se lhe botará cinza molhada e se misturará tudo, como fica dito acima. Alguns dizem que a sobredita massa se há de revolver e amassar todos os dias duas vezes, por espaço de quarenta dias, e que a cada quintal de pedra se lança um almude de sal de compás e dez libras de azougue na forma acima.

Ultimamente dão estas regras gerais. As minas de norte a sul fixo são permanentes. As minas de ouro cabeceiam de oriente a poente, e dão em seixo branco ou negro, ou em barro vermelho, se são boas. Não havendo sal de pedras junto das serras de minas de prata, é sinal que não são minas de permanência, e a este chamam os castelhanos sal de compás. Só à vista de quem tem experiência se podem dar a conhecer fixamente os metais, porque há outros gêneros de pedras como eles, que não são de prata.

.....

Capítulo XVII

DOS DANOS QUE TEM CAUSADO AO BRASIL A COBIÇA
DEPOIS DO DESCOBRIMENTO DO OURO NAS MINAS

NÃO HÁ COISA TÃO BOA que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos? Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda a casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados.

Os vadios que vão às minas para tirar ouro não dos ribeiros, mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham as catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal nem o respeito de que em outras partes goza, aonde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presídio, e só agora poderá esperar-se algum remédio, indo lá governador e ministros. E até os bispos e os prelados de algumas religiões sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras para reduzir aos seus bispados e conventos não poucos clérigos e religiosos, que escandalosamente por lá andam, ou apóstatas, ou fugitivos. O irem, também, às minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como fazia folgadamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras. Nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro.

QUARTA PARTE

Cultura e opulência
do Brasil

*pela abundância do gado e courama
e outros contratos reais que se rematam
nesta conquista.*

.....

Capítulo I

DA GRANDE EXTENSÃO DE TERRAS PARA PASTOS, CHEIAS DE GADO, QUE HÁ NO BRASIL

ESTENDE-SE O SERTÃO DA BAHIA até a barra do rio de São Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima, até a barra que chamam de Água Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Centocê, cento e trinta léguas; de Rodelas por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa; e do Tucano, cinqüenta. E porque as fazendas e os currais de gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, e os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis. E na outra borda da parte de Pernambuco, é certo que são muitos mais. E não somente de todas estas partes e rios já nomeados vêm boiadas para a cidade e Recôncavo da Bahia, e para as fábricas dos engenhos, mas também do rio Iguaçu, do rio Carainhaém, do rio Corrente, do rio Gua-

raíra, e do rio Piauí Grande, por ficarem mais perto, vindo caminho direito à Bahia, do que indo por voltas a Pernambuco.

E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçu, contam-se duzentas léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas; e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu, trinta e cinco; e até o Ceará Grande, oitenta; e, por todas, vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase duzentas léguas.

Os rios de Pernambuco, que por terem junto de si pastos competentes, estão povoados com gado (fora o rio Preto, o rio Guaraíra, o rio Iguaçu, o rio Corrente, o rio Guariguaê, a lagoa Alegre e o rio de São Francisco da banda do Norte) são o rio de Cabaços, o rio de São Miguel, as duas Alagoas com o rio do Porto do Calvo, o da Paraíba, o dos Cariris, o do Açu, o do Apodi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí.

Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio de São Francisco até o rio Grande, tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. Assim como aí também param e descansam as que às vezes vêm de mais longe. Mas, quando nos caminhos se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém, se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas, aí o vendem os que o levam e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade.

Só no rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, ainda que destas se aproveitam mais os da Bahia, para onde vão muitas boiadas, que os pernambucanos.

A parte do Brasil que tem menos gado é o Rio de Janeiro, porque tem currais somente nos campos de Santa Cruz, distantes catorze léguas da cidade, nos Campos Novos do rio de São João, distantes trinta e nos Goitacás, distantes oitenta léguas; e em todos estes campos não passam de sessenta mil as cabeças de gado que neles pastam.

A capitania do Espírito Santo se provê limitadamente de Muri-
bea e de alguns currais aquém do rio Paraíba do Sul.

As vilas de São Paulo matam as reses que têm em suas fazendas, que não são muito grandes, e só nos campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado.

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte dos donos delas tem currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil-réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à aparição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos.

.....

Capítulo II

DAS BOIADAS QUE ORDINARIAMENTE SE TIRAM CADA ANO DOS CURRAIS PARA AS CIDADES, VILAS E RECÔNCAVOS DO BRASIL, ASSIM PARA O AÇOUGUE COMO PARA O FORNECIMENTO DAS FÁBRICAS

PARA QUE SE FAÇA justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, e os das Alagoas de Pernambuco dois mil e quinhentos, bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos.

Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinqüenta mil meios de sola; de Pernambuco, quarenta mil, e do Rio de Janeiro (não sei se computando os que vinham da Nova Colônia ou só os do mesmo Rio e outras capitânicas do Sul) até vinte mil, que vêm a ser, por todos, cento e dez mil meios de sola.

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam nos dias não proibidos da carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que

comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.

Sendo também tantos os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas, daqui se poderá facilmente inferir quantos haverão mister de ano em ano, para conservar este trabalhoso meneio. Portanto, deixar isto à consideração de quem ler este capítulo, julgo que será melhor acerto, do que afirmar precisamente o número das boiadas, porque nem os mesmos marchantes, que são tantos e tão divididos por todas as partes povoadas do Brasil, o podem dizer com certeza; e, dizendo-o, temo que não pareça crível e que se julgue encarecimento fantástico.

.....

Capítulo III

DA CONDUÇÃO DAS BOIADAS DO SERTÃO DO BRASIL; PREÇO ORDINÁRIO DO GADO QUE SE MATA E DO QUE VAI PARA AS FÁBRICAS.

CONSTAM AS BOIADAS que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinqüenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e, destas, quase cada semana chegam algumas a Capoeame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que, cada dia, chegam boiadas. Os que as trazem, são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As suas jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco de descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão por onde hão de passar.

Quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, v.g., até a Capoame, que é jornada de quinze ou dezesseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado para cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; e tira da mesma boiada a matalotagem da jornada. De sorte que, se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados, se com todas chegar ao lugar destinado. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam. Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil-réis, e ao homem que com o seu cavalo guia a boiada, oito mil-réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionadamente a paga de todos. E, por isso, do rio de São Francisco acima, vindo para Capoame, alguns dos que tomam à sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões para cada cabeça, e mais, se for maior a distância.

Uma rês, ordinariamente, se vende na Bahia por quatro até cinco mil-réis; os bois mansos, por sete para oito mil-réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dois mil e quinhentos até três mil-réis. Porém, nos currais do rio de São Francisco, os que têm maior conveniência de venderem o gado para as minas o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade. E o que temos dito até aqui das boiadas da Bahia, se deve também entender com pouca diferença das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

.....

Capítulo IV

QUE CUSTA UM COURO EM CABELO E UM MEIO DE SOLA BENEFICIADO ATÉ SE PÔR DO BRASIL NA ALFÂNDEGA DE LISBOA

Vale cada couro em cabelo	2\$100
De o salgar e secar	\$200
De o carregar ao curtume	\$040
De o curtir	\$600
Importa tudo dois mil, novecentos e quarenta réis	<hr/> 2\$940
Um meio de sola vale	1\$500
De o carregar à praia	\$010
De frete do navio	\$120
De descarga para a alfândega	\$010
Por todos os direitos	\$340
Importa tudo mil novecentos e oitenta réis	<hr/> 1\$980
Os meios de sola que ordinariamente vão cada ano do Brasil para o Reino, importam o seguinte:	
Da Bahia, cinquenta mil meios de sola, a 1\$980	99:000\$000
De Pernambuco, quarenta mil a 1\$750.	70:000\$000
Do Rio de Janeiro a outras capitâneas do Sul, vinte mil a 1\$640 . . .	32:800\$000
O que tudo importa duzentos e um contos e oitocentos mil-réis, que, reduzidos a cruzados, são quinhentos e quatro mil e quinhentos cruzados	<hr/> 201:800\$000

.....

Capítulo V

RESUMO DE TUDO O QUE VAI ORDINARIAMENTE CADA ANO DO BRASIL PARA PORTUGAL, E DO SEU VALOR

POR ÚLTIMA DEMONSTRAÇÃO da opulência do Brasil em proveito do Reino de Portugal, porei aqui agora o resumo do que nestas quatro partes tenho apontado que, por junto, não deixará de causar maior admiração do que pode ter causado por partes.

Importa, pois, todo o açúcar	2.535:142\$800
Importa o tabaco	344:650\$000
Importam ao menos cem arrobas de ouro	614:400\$000
Importam os meios de sola	201:800\$000
Importa o pau-brasil de Pernambuco	48:000\$000
O que tudo soma, como parece, três mil, setecentos e quarenta e três contos, novecentos e noventa e dois mil e oitocentos réis. Os quais reduzidos a cruzados são nove milhões, trezentos e cinqüenta e nove mil, novecentos e oitenta e dois cruzados	3.743:992\$800

Aos quais, se acrescentar o que rende o contrato das baleias, que por seis anos se rematou ultimamente na Bahia por cento e dez mil

cruzados, e no Rio de Janeiro por três anos, por quarenta e cinco mil cruzados.

O contrato anual dos Dízimos Reais que, na Bahia, nestes últimos anos, fora as propinas, chegou perto de duzentos mil cruzados, no Rio de Janeiro, por três anos, por cento e noventa mil cruzados, em Pernambuco por outros três anos, por noventa e sete mil cruzados, em São Paulo, por sessenta mil cruzados, fora os das outras capitanias menores, que em todas notavelmente cresceram. O contrato dos vinhos, que na Bahia se rematou por seis anos em cento e noventa e cinco mil cruzados, em Pernambuco, por três anos, em quarenta e seis mil cruzados, e no Rio de Janeiro, por quatro anos, por mais de cinqüenta mil cruzados. O contrato do sal, na Bahia, arrematado por doze anos, a vinte e oito mil cruzados cada ano. O contrato das águas ardentes da terra e de fora, avaliado por junto em trinta mil cruzados. O rendimento da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, que fazendo em dois anos três milhões de moedas de ouro, deu de lucro a el-Rei, que o compra a doze tostões a oitava mais de seiscentos mil cruzados, além das arrobas dos quintos, que cada ano lhe vão. Os direitos que se pagam nas alfândegas dos negros que vêm cada ano de Angola, São Tomé e Mina em tão grande número aos portos da Bahia, Recife e Rio de Janeiro, a três mil e quinhentos réis por cabeça. E os dez por cento das fazendas no Rio de Janeiro, que importam, um ano por outro, oitenta mil cruzados, bem se vê a utilidade que resulta continuamente do Estado do Brasil à Fazenda Real, aos Portos e reino de Portugal; e também às nações estrangeiras que com toda a indústria procuram aproveitar-se de tudo o que vai deste Estado.

.....

Capítulo último

QUANTO É JUSTO QUE SE FAVOREÇA O BRASIL,
POR SER DE TANTA UTILIDADE AO REINO DE PORTUGAL

PELO QUE TEMOS DITO ATÉ AGORA, não haverá quem possa duvidar de ser hoje o Brasil a melhor e a mais útil conquista, assim para a Fazenda Real, como para o bem público, de quantas outras contas o reino de Portugal, atendendo ao muito que cada ano sai destes portos, que são minas certas e abundantemente rendosas. E, se assim é, quem duvida também que este tão grande e contínuo emolumento merece justamente lograr o favor de Sua Majestade e de todos os seus ministros no despacho das petições que oferecem e na aceitação dos meios que, para alívio e conveniência dos moradores, as Câmeras deste Estado humildemente propõem? Se os senhores de engenhos, e os lavradores do açúcar e do tabaco são os que mais promovem um lucro tão estimável, parece que merecem mais que os outros preferir no favor e achar em todos os tribunais aquela pronta expedição que atalha as dilações dos requerimentos e o enfado e os gastos de prolongadas demandas. Se cresce tão copioso o número dos moradores, naturais de Portugal, que cada vez mais povoam as partes que antes eram desertas, ficando muito distantes das igrejas, é justo que estas se multipliquem, para que todos tenham mais perto o necessário remédio de suas

almas. Pagando-se tão pontualmente a soldadesca que assiste nas praças e nas fortalezas marítimas, não poderiam deixar de sentir os que para isso concorrem, se com serviços iguais não fossem adiantados nos postos. Se pelo seu trabalho tanto cresceram os dízimos que se oferecem a Deus, pede a razão que os seus filhos idôneos não sejam pospostos nos concursos e provimentos das igrejas vacantes do Estado. E, sendo comumente tão esmoleres com os pobres, e tão liberais para o culto divino, merecem ter a Deus propício na Terra e remunerador eterno no Céu.

.....
Índice onomástico

A

ALBUQUERQUE, Lopo de – 218
ALEXANDRE VI – 238, 239
ALMEIDA, José Góis de – 233
AMARAL, Francisco de – 233
ANCHIETA, José de – 73
ARAÚJO, Antônio de – 251
ARAÚJO, Manuel de – 251
AVENDANHO – 239, 243, 244, 245
AZEVEDO – 251
AZOR – 243

B

BARBOSA, Matias – 251
BARBOSA, Pedro – 236
BAUTISTA, João – 251
BRITO, Antônio Guedes de (mestre de campo) – 271
BUTRIUS – 240

C

CABEDO – 240
CALISTO III (cardeal) – 239
CARDOSO, Matias – 253
CARVALHO, Luís Lopes de (capitão) – 217
CARVALHO, Rafael – 233
CASTILHO – 243
CORREIA, Manuel – 251
CORREIA, Tomé – 250, 251
COSTA, João da Silva – 251
COSTA, Marcos da (capitão) – 251

COUTO, Luís do (capitão) – 221
COUTO, Manuel do – 250

D

DIAS, Alberto – 251
DÓRIA, Belchior da Fonseca (capitão) – 218

F

FARINAC – 240
FERREIRA, Tomás – 233
FILIPE II – 243
FONSECA, Domingos Rodrigues da (coronel) – 251
FONSECA, Domingos Rodrigues da (sargento-mor) – 221
FRAGOSO – 243, 244

G

GARCIA, João – 240
GATO, Manuel Borba (tenente) – 221, 233
GILKEN – 240
GODÓI, Baltasar de – 233
GÓIS, João de – 233

L

L. CUNCTI – 240
LAZARTE – 240
LÉSSIO – 243
LIMA, Antônio Vieira (coronel) – 253
LIMA, João Lopes de – 220, 233
LUGO (cardeal de) – 238, 243, 244

M

MARQUECH – 240
MARSIL – 240
MASCARDO – 239
MENOCH – 240
MOLINA – 236, 237, 243, 244
MOREIRA, Domingos da Silva – 233

N

NAEVIUS – 240
NICOLAU V (cardeal) – 239

P

PAIS, Garcia Rodrigues (capitão) – 221,
233
PANCIROLUS – 240
PENA, Lucas da – 236
PENTEADOS (os) – 233
PEREIRA, Simão – 251
PINTO, José Vaz (desembargador) –
225
PRADO, João Gonçalves do – 253

R

REBELO – 243
REBUFFO – 236
REBUFFUS – 240
RODRIGUES, Bento – 247
RODRIGUES, Garcia – 249, 251

S

SÁ, Artur de (governador) – 218, 219,
233, 249, 255
SOLÓRZANO, Ita – 236, 239, 240,
241
SOUSA, Miguel de – 219
SUÁREZ, Francisco – 241, 242, 244

T

TANCREDI – 244
TUSCH – 240

V

VÁSQUEZ – 237, 238, 244
VEIGA, Amador Bueno da – 233
VIANA, Manuel Nunes – 233
VILAR – 243

Cultura e Opulência do Brasil, de André João Antonil,
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia
85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações),
do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em junho de 2011,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal.

Aqui estão as famosas páginas de André João Antonil (Lucca, Toscana, 1649-Salvador, 1716), um dos nomes mais expressivos da historiografia brasileira. Este volume compõe-se de um estudo pormenorizado da vida econômica colonial na aurora do século XVIII. Inúmeros críticos o classificam como a primeira história econômica do Brasil.

O autor relata com minúcias a vida e a faina dos primeiros brasileiros para construir uma nova nação por intermédio do trabalho. Antonil nos mostra como funcionavam os engenhos de açúcar, a vida dos colonizadores, o cultivo e o tratamento do tabaco, seu fabrico e até o modo de usar, além de explanar sobre as descobertas do ouro em Minas Gerais. Conclui o autor com uma exposição sobre a criação de gado nos campos do Brasil. Prefaciado por Afonso d'Escragolle Taunay, esta obra ainda apresenta vocábulos e expressões usados por Antonil e registrados por A. P. Canabrava.

O livro de Antonil, publicado em 1711, provocou a censura do rei, receoso de que outros povos viessem a cobiçar as riquezas da colônia portuguesa decantadas aqui. O volume ficou quase um século desaparecido e ressurgiu pelo esforço de pesquisadores luso-brasileiros. Foi Capistrano de Abreu quem, por fim, estabeleceu a autoria deste livro que passou dois séculos com a pouco esclarecedora rubrica de um Anônimo Toscano.

A sobrevivência de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* permitiu que hoje tivéssemos acesso às páginas do livro de Antonil, que fornece uma contribuição fundamental para o entendimento da vida econômica brasileira nos primórdios do Brasil Colônia.

ISBN 978-85-7018-378-1



9 788570 183781